

**ÍNDICE**

<b>NOTA PRÉVIA .....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>I PARTE - OCCIDENTE, REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO</b>	
<b>IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA EUROPA .....</b>	<b>16</b>
<b>1. OS DOIS PRIMEIROS ANOS DE PUBLICAÇÃO (1878-1880).....</b>	<b>16</b>
<b>2- CHRONICA OCCIDENTAL. CRÍTICA SOCIAL E INTERVENÇÃO POLÍTICA.....</b>	<b>31</b>
<b>3- IBERISMO E FEDERALISMO .....</b>	<b>40</b>
<b>4- A RECONSTRUÇÃO DA PAZ .....</b>	<b>46</b>
4.1. MOVIMENTOS PACIFISTAS .....	46
4.2. PRÁTICAS PACIFISTAS: CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES, CENTENÁRIOS .....	56
4.2.1. Congressos – solidariedade e internacionalismo .....	56
4.2.2. Exposições – Festivais de Paz «festas máximas da civilização moderna» .....	58
4.2.3. Centenários – momentos de comemoração cívica. ....	60
<b>5. DIÁLOGO EUROPEU .....</b>	<b>61</b>
5.1. CAMINHOS DA CIVILIZAÇÃO E DO PROGRESSO .....	61
5.2. LISBOA, CAPITAL ATLÂNTICA DA EUROPA .....	67
5.3. A VIAGEM – ESPAÇO DE APRENDIZAGEM .....	69
<b>6- A EUROPA. REPRESENTAÇÕES DE IDENTIDADE E ALTERIDADE .....</b>	<b>71</b>
<b>7-OS CRONISTAS DA OCCIDENTE .....</b>	<b>86</b>
GERVÁSIO LOBATO (1880-1895).....	86
JOÃO ZARCO DA CÂMARA –“JOÃO EVANGELISTA “(1895-1908) .....	91
ANTÓNIO COBEIRA - “JOÃO PRUDÊNCIO” (1908-1915).....	98
CAETANO ALBERTO -“ JOÃO VERDADES” (1878-1915) .....	99

**II PARTE - OCIDENTE, REVISTA PORTUGUESA DE CULTURA**

<b>IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA EUROPA .....</b>	<b>103</b>
<b>1. IDEIA DE EUROPA, SOB O SIGNO SAGITARIUS.....</b>	<b>103</b>
1.1-Materialidade - Espiritualidade .....	103
<b>2.MARE ATLANTICUS.....</b>	<b>121</b>
2.1.RELAÇÕES DE PORTUGAL COM A EUROPA. REPRESENTAÇÕES DA CULTURA NACIONALISTA.....	121
<b>3. A SECULAR ALIANÇA LUSO-BRITÂNICA.....</b>	<b>129</b>
<b>4. A CULTURA DE FRONTEIRA PENINSULAR .....</b>	<b>133</b>
<b>5. O “MIMO” FRANCÊS.....</b>	<b>137</b>
<b>6. A “ADMIRABÍLE” ALEMANHA.....</b>	<b>140</b>
<b>7. FRONTEIRAS DE COOPERAÇÃO.....</b>	<b>143</b>
7.1. REPRESENTAÇÕES DE OUTROS PAÍSES EUROPEUS .....	143
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>148</b>
<b>FONTES, BIBLIOGRAFIA E INTERNET .....</b>	<b>151</b>
<b>APÊNDICE DOCUMENTAL.....</b>	<b>161</b>

## NOTA PRÉVIA

O prazer de ler e escrever. Interrogo-me muitas vezes sobre esta necessidade humana. O gosto pelo silêncio, pelo toque da espiritualidade, as muitas horas de trabalho, o espírito de sacrifício e o regozijo intelectual. Ler, em público e em privado e, deixar o registo na folha branca do papel. Umberto Eco em *O Nome da Rosa* diferenciou, a “luxúria do saber” a procura do saber pelo saber, da “sede de conhecimento” empregue para tornar mais feliz o povo de Deus. À medida que foi sendo escrita, a presente tese satisfaz o meu gosto pela investigação e, paralelamente, levou-me a aprofundar com a família, amigos, colegas e alunos, as questões europeias. A partilha dos conhecimentos sobre a *ideia de Europa* foi muito recompensadora. A primeira palavra de agradecimento para a Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro pela sua generosidade e porque me incentivou sempre a continuar. Aos seus conselhos e sugestões científicas e, ao seu encorajamento contínuo, devo este trabalho. As suas doughtas propostas e orientações bibliográficas foram fundamentais no traçar das directrizes e concluir, da investigação. O meu obrigado à Lúgia Lekhrajmal pelas revisões de texto e pela sua disponibilidade e ao Pedro Pinto por todas as palavras de encorajamento. Agradeço ao meu primo Jorge as trocas de ideias sobre a *Occidente* e à Sofia os livros sobre estudos europeus. Às minhas amigas um sentido obrigado pela compreensão das minhas ausências. A todos os funcionários da Biblioteca Central da Faculdade de Letras, da Biblioteca da Universidade de Coimbra e Biblioteca Municipal de Coimbra, o meu obrigado. Um grande agradecimento para os meus alunos. Na minha Escola, nos últimos anos, tenho vindo a integrar os assuntos europeus, no âmbito de uma Cultura de Paz e falei aos alunos do sonho de alguns visionários sobre os Estados Unidos da Europa. Expliquei-lhes que a *Ideia de Europa* e o anseio pela unidade europeia era um projecto com séculos de existência e, que os portugueses, também reflectiram sobre as formas de resolução dos diferendos europeus, preconizando soluções pacifistas. Este ano, todos os membros da comunidade escolar comemoraram o *Dia da Europa*, numa iniciativa que juntou o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o Centro de Documentação Europeia da Universidade de Coimbra. A História da Construção Europeia, o Tratado de Lisboa e as Eleições Europeias foram os temas dinamizados pela docente Isabel Valente, da Universidade de Coimbra, a quem mais uma vez agradeço. Os trabalhos realizados pelos alunos foram colocados no site do Centro de Informação Jacques Delors com o título *Boas Práticas na Escola*.

Obrigado, a todos os que me acompanharam e fizeram parte deste projecto.

Ao meu pai e à memória da minha mãe.

Para o meu filho querido, Filipe.

## INTRODUÇÃO

Em 1877, por iniciativa de Caetano Alberto, na sala da Sociedade dos Artistas Lisbonenses eram lançados os fundamentos para a publicação de um jornal com verdadeiro interesse e com autoridade para cuidar da arte portuguesa.<sup>1</sup> As primeiras figuras do meio literário e artístico foram os mentores do projecto. Antero de Quental afirmava que Arte e Literatura eram sinónimo da superioridade de um povo e a *Occidente* iria tornar visível o esforço intelectual português para o reencontro europeu de uma centralidade que se sentia perdida. A escolha do título da revista era o primeiro indicativo desta procura.

Portugal, o país mais ocidental do continente europeu fica situado no sudoeste da Europa, na zona ocidental da Península Ibérica e a sua cultura pertence ao que se designa por cultura ocidental de matriz greco-romana e judaico-cristã. De forma empírica, identificamos a Europa como Ocidente e a Ásia como Oriente, realidades geográficas e civilizacionais, construídas por antagonismo e complementaridade. Como refere João Ameal, a Europa é origem e centro de uma civilização habitualmente designada por *Civilização do Ocidente*. Uma civilização empenhada na defesa de valores humanistas e universais. Mais difícil de definir é a noção de Ocidente: “não é um conceito apenas geográfico, ou político, ou estratégico, ou económico; tem sentido espiritual e histórico, transcende a geografia como a política, a economia como a estratégia. Trata-se de um conjunto de crenças, de normas éticas, de formas de cultura e de convívio social e humano que foi levado às mais variadas paragens do universo.”<sup>2</sup>

Porquê o título de *Occidente*? Quem escolheu o nome? Que critérios seguiu? Sendo esta uma revista de cultura, *Occidente* significava Europa? Cristandade, Europa, Civilização Ocidental, foram durante séculos conceitos equivalentes. De facto, no período oitocentista verifica-se uma total identificação entre Civilização e Europa. *Occidente*, porque Portugal se reconhecia e legitimava na civilização europeia indiferente à posição marginal que ocupava? Independentemente da resposta, o título materializa, de forma imediata, Portugal como um lugar da Europa.

No século XIX, a civilização europeia apresentava-se como um conceito universal e portanto superior, de acordo com uma visão eurocêntrica e etnocêntrica. A Europa ocidental dominando o Universo era o centro das ideias, inovações, alterações políticas e operações militares.<sup>3</sup> A hegemonia europeia no mundo seria incontestável até às vésperas da primeira guerra mundial.

<sup>1</sup> Caetano Alberto escreveu em 1903: “Quando em 1877 pensei fundar o *Occidente*.” *Occidente*, nº 888, 1903, p.190.

<sup>2</sup> João Ameal, “Ideia de Europa”, separata de *Estudos Políticos e Sociais*, vol. V, nº4, 1967, p.168.

<sup>3</sup> Raymond F. Betts, *The false Dawn: european imperialism in the nineteenth century. Europe and the world in the age of expansion*, vol. VI, University of Minnesota, Minneapolis, 1976, pp. 3-4.

De que forma foi problematizada a ligação de Portugal à Europa? Quais as imagens e representações de Europa que encontramos na *Occidente*? E o que se entende por *Ideia de Europa*? No periódico em análise (1878-1915), se existem ligações ao movimento europeu, como foram problematizadas? Quem foram os seus actores, os seus percursos e práticas? Como se processou o debate teórico e quais os modelos analíticos que utilizaram?

A presente investigação parte da análise dos documentos escritos e iconográficos da revista *Occidente* para articular imagens e representações simbólicas da Europa, num discurso histórico que se pretende objectivado de materialidade. Entendem-se aqueles documentos como portadores diacrónicos de concepções identificativas dos esquemas mentais humanos responsáveis pela compreensão do real e, por isso, possibilitadores de construção do conhecimento histórico. Como refere José Tengarrinha, “a recente investigação historiográfica tem sublinhado a importância da dimensão curta, e como o jornal é o instrumento social que se aproxima mais dessa dimensão, o que melhor respeita a sequência dos factos e ritmos sociais e os tempos do tempo oitocentista.”<sup>4</sup> Pretende-se teorizar acerca da *Ideia de Europa* em Portugal e do âmbito da participação portuguesa no processo que conduziu à actual União Europeia. Irá proceder-se a um levantamento das representações da Europa e reflectir acerca do sentido assumido por essas referências no contexto do Portugal monárquico-constitucional dos finais do século XIX e republicano, dos inícios do XX.

Qual a evolução ideológica da revista ao longo de 37 anos de publicação, as suas permanências, continuidades, rupturas? A imprensa periódica permitia a apreensão das práticas ideológicas mas aparentemente não existia uma ideologia política subjacente à linha redactorial e desde o primeiro número a *Occidente* afirmava-se independente de qualquer filiação política ou religiosa. Quais seriam as intenções subjacentes a esta promoção da ambiguidade numa conjuntura revolucionária de transição entre Monarquia e República? Em 1883, num artigo assinado pela redacção escrevia-se: “O *Occidente* pela sua índole especialíssima não é nem pode ser um jornal de discussão, não é um jornal político não temos paixões partidárias, não temos que obedecer a vozes de comando, estamos completamente senhores da nossa opinião e da nossa imparcialidade: não somos comparsas do espectáculo político somos simplesmente espectador e, como tal temos completamente livre de peias a nossa liberdade de crítica.”<sup>5</sup> E em 1915, último ano de publicação, registava-se: “De tempos a tempos cai sobre a mesa da redacção uma ou outra carta de leitores e amigos que nos fazem perguntas insistentes sobre a orientação da revista. Algo limita a nossa liberdade de acção, a crónica vê-se rigorosamente

<sup>4</sup> José Manuel Tengarrinha, *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*, org. por Gina Guedes e Manuela Santos Rafael, prefácio de José Manuel Tengarrinha, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998, p.11.

<sup>5</sup> *Occidente*, nº175, 1883, p.241.

coarcta. Orientação política desta revista – NENHUMA! E dos homens que aqui escrevem? Pergunto eu. Possuímos orientação literária, artística e tipográfica.”<sup>6</sup>

Para quem escreviam os articulistas? Como foram estruturadas as relações entre a revista e os seus leitores? Que dinâmicas e sinergias se podem detectar? O século XIX foi indescritivelmente o século dos periódicos. O surto jornalístico está ligado à política e subordinado à ideia de difusão de conhecimentos úteis, ao nível do noticiário e da divulgação científica e literária.<sup>7</sup> Apesar, dos baixos índices de alfabetização do país (a taxa de analfabetismo em 1878 atingia 82,4%)<sup>8</sup> existia um público para a imprensa ilustrada a avaliar pelo êxito de revistas como o *Panorama* (1837-1868) ou o *Arquivo Pitoresco* (1857-1868). O público da *Occidente*, bastante heterogéneo, resultava dos progressos da instrução, da apetência pela qualidade gráfica e do maior interesse das sociedades pela cultura.

Clara Rocha classifica a *Occidente* como uma revista de entretenimento e informação com secções variadas: curiosidades, notícias, moda, charadas, textos literários, para poder servir de leitura, ao serão, a toda a família. Segundo a autora, estas revistas surgem para satisfazer uma necessidade cultural do público oitocentista.<sup>9</sup> O intuito de formação e de vulgarização dos conhecimentos com carácter pedagógico, será com efeito, uma das linhas directrizes da *Occidente*. Os leitores, fidelizados através de rubricas fixas e com continuidade, procuravam opiniões críticas sobre arte e literatura, óperas e peças de teatro, artigos literários, científicos, técnicos e históricos, ensaios filosóficos e sociológicos. Um público capaz de leituras em francês, inglês, italiano e espanhol, que entendia as locuções latinas e as referências filosóficas ocidentais. Ledores interessados nos ditos espirituosos da crónica, seguidores atentos de notícias sobre celebridades, eventos das famílias aristocráticas e burguesas, do romance em folhetim, que precisavam da recensão da obra literária e da crítica da exposição de arte e que alcançavam a viagem através da gravura. A *Occidente* era um repositório privilegiado de notícias e *fait-divers* que permitiam apreender as dinâmicas globais do evoluir da sociedade.<sup>10</sup> Generalista, burguês, de colaboração maioritariamente masculina, admitia pontuais intervenções femininas. Num apostolado fervoroso assumia uma escrita também dirigida às mulheres encorajando a sua ilustração mas apenas porque eram as educadoras das novas gerações. A revista, verdadeiro arquivo da História Contemporânea, possui grande interesse histórico-documental, constituindo um acervo importante na contextualização sócio-política e cultural de Portugal, no período considerado (1878-1915).<sup>11</sup> A *Occidente* alcançou grande receptividade na sociedade

<sup>6</sup> *Occidente*, n.º 1299, 1915, p.26. Artigo assinado pela Redacção.

<sup>7</sup> Veja-se Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, “Produção e Reprodução Cultural. Imprensa Periódica”, in *História de Portugal*, Dir. José Mattoso, Círculo de Leitores, vol.v, pp.692-696.

<sup>8</sup> António Manuel Ribeiro, “O periodismo, científico e literário romântico”, in *Revista Munda*, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, n.º 29,1995, p.64.

<sup>9</sup> Clara Rocha, *Revistas Literárias do século XX em Portugal*, Coimbra, 1985, p.28.

<sup>10</sup> José Manuel Tengarrinha, *ob. cit.*, p.11.

<sup>11</sup> Ana Maria Ramalheira, *Imagens da Alemanha em o Ocidente*, Biblos, vol.LXX, 1994, p.390.

portuguesa e juntou personalidades com diferentes percursos ideológicos, de vários quadrantes políticos e religiosos: parlamentares, publicistas, lentes da Universidade, jornalistas, escritores, poetas, militares, técnicos, advogados, num quadro de notável heterogeneidade profissional. A *Occidente* surgiu num período de afirmação da imprensa como veículo de intervenção pública e vários dos seus articulistas colaboravam em vários jornais e revistas de forma simultânea.

O século XIX foi indiscutivelmente o «século dos periódicos.»<sup>12</sup> A imprensa era um «nobre sacerdócio» através do qual se podia exercer uma função social e civilizadora. Como refere Daniel Pires: “A imprensa periódica mantém uma vinculação directa e intensa com a sociedade. É chamada a intervir, a comentar, a tomar posição sobre os assuntos ingentes que decorrem”.<sup>13</sup> A imprensa possibilitava a intervenção na *res publica*, a prática de uma cidadania proactiva, um activismo social e político. Assim, procurava-se modernizar a opinião pública, derrubar fronteiras e reocupar o espaço que já fora nosso, na identidade europeia. Portugal procurava a Europa. A década de 70 estava a ser uma época especial. A sua geração assumidamente europeísta ambicionava trilhar o mesmo caminho de vanguarda civilizacional dos centros europeus, “ havia que pôr o país a olhar para fora, numa lógica cosmopolita e aberta”,<sup>14</sup> as próprias elites da monarquia constitucional sentiam-se europeias. Era necessário que o país assumisse o projecto de integração, consciente, que o desejável sucesso implicava um corte com o passado decadentista e o investimento, na ciência e no conhecimento, vectores incontornáveis do progresso. A cultura europeia era, por inerência, cosmopolita. Intelectuais comprometidos com os conhecimentos trazidos pelas correntes filosóficas e científicas da época diziam-se capazes de modernizar Portugal colocando-o ao lado das nações europeias mais desenvolvidas. Tinham o seu trabalho facilitado. O país precisava desesperadamente de novos modelos icónicos para juntar à sua galeria de heróis do passado.

Num período de afirmação das nacionalidades, a revista, enquanto expressão da cultura de um estado soberano, contribuía para legitimar a própria identidade nacional, ajudando a preencher um dos critérios que segundo Hobsbawn permitiam que um povo fosse classificado de nação.<sup>15</sup>

Os fundadores e restantes articulistas da *Occidente*, aparentemente, “sem quaisquer programas estético-literários e político-ideológicos”,<sup>16</sup> iniciavam um projecto ambicioso que assumia no confronto com o estrangeiro a necessidade de reeducar um país com mais de 80% de

<sup>12</sup> Vide Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, “Produção e Reprodução cultural”, in *História de Portugal*, vol.v, dir. José Mattoso e coord. de Luís Reis Torgal e José Lourenço Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.685-696.

<sup>13</sup> Daniel Brito Rebelo de Sousa Pires, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do século XX (1900-1940)* Grifo - Editores e Livrários, 1996, p.14.

<sup>14</sup> Guilherme de Oliveira Martins, *Portugal. Identidade e Diferença. Aventuras da Memória*, Lisboa, Gradiva, 2007, p.136.

<sup>15</sup> Eric Hobsbawn, *A Questão do Nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, Mito, Realidade*, Lisboa, Terramar, 2ª ed., 2004, p.37. O autor considera que existem três critérios que permitiam que um povo fosse classificado como nação: a ligação histórica a um Estado já constituído ou a um Estado que tivesse uma dimensão considerável e um passado recente; a existência de uma elite cultural há muito estabelecida que possuísse uma literatura nacional e um vernáculo administrativo escrito; a capacidade provada para a conquista.

<sup>16</sup> Ana Maria Ramalheira, *ob. cit.*, p.389.

analfabetos. E como refere Cecília Barreira, “ a difusão dos conhecimentos é o princípio gerador de todo o movimento do progresso.”<sup>17</sup> O estandarte do progresso material e mental inerente à reabilitação da pátria e à integração na Europa implicava uma cultura de racionalidade e conhecimento. O progresso era o único caminho possível para o desenvolvimento da Humanidade. Após quase meio século de conflitos iniciava-se com a Regeneração uma fase de estabilidade político-social. A situação geográfica marginal do país seria modificada com o aumento da construção de vias de comunicação e de meios de transporte. Existiam reais perspectivas de progresso resultantes do reforço das ligações internacionais, através do caminho-de-ferro e das vias marítimas. O desenvolvimento económico impulsionado pela política de obras públicas do fontismo e pelo livre-cambismo, reforçava um mercado nacional estimulado pelo fomento industrial e agrícola e abria Portugal à Europa.

De que forma o país aproveitou esta oportunidade de alargamento das suas relações internacionais? Portugal participou no movimento das exposições internacionais e universais, festas do trabalho e da civilização que promoviam a actualização científica e tecnológica, a cooperação económica e reforçavam os laços entre Estados. O país organizou congressos e provas desportivas internacionais, agendou eventos com personalidades das artes e da cultura, promoveu a literatura, teatro, música, arte. E como refere Maria Manuela Tavares Ribeiro: “noções de progresso, ciência, cultura interligavam-se com a noção de Europa”.<sup>18</sup>

No Portugal de Oitocentos governantes, estadistas, intelectuais, exercendo de forma concreta poder político ou influência civil, também reflectiram sobre as questões europeias. A *ideia de Europa* e de *Estados Unidos da Europa* ou a defesa de uma Europa de espírito e cultura era cultivada por um grupo que se notabilizou na vida intelectual e política portuguesa. Solano Constâncio (1772-1846), Vicente Ferrer de Neto Paiva (1798-1886), António Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865), José Félix Henriques Nogueira (1823-1858), Bernardino Pinheiro (1837-1896), Antero de Quental (1842-1891), António Ennes (1848-1901), Eça de Queirós (1855-1911), Oliveira Martins (1845-1894), Brito Aranha (1833-1914), Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928), entre outros, reflectiram sobre a problemática da união da Europa e formas de concretização do ideal europeu. Os europeístas, Bernardino Pinheiro e António Ennes e alguns dos intelectuais ligados à geração de 70 como Teófilo Braga, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Alberto de Sampaio, Guilherme de Azevedo, escreveram no *Occidente*. Que reflexões fizeram? Os seus artigos sobre os valores da ciência, educação, progresso, direitos do homem, humanitarismo, laicidade, justiça social, antimilitarismo e pacifismo revelaram-nos a sua cultura e consciência europeia.

<sup>17</sup> Cecília Barreira, *Onde esta a felicidade ? O conceito de progresso técnico no século XIX*, Lisboa, Editora Universitária, 1997, p.14.

<sup>18</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Europa dos intelectuais nos alvares do século XX, Estudos do século XX*, nº2, CEIS20, *Europa-Utopia. Europa Realidade*, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra, Quarteto Editora, 2002, p.111.

No dia um de Maio de 1938 foi publicado o primeiro número da *Occidente, Revista Portuguesa Mensal de cultura*. Após uma interrupção de 23 anos a *Occidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro* voltou a ser publicada?

Clara Rocha aponta como prova significativa, do renascer, do interesse pelas revistas do século XX português a criação de publicações periódicas que se propõem recuperar ou prolongar outras anteriores e já findas.<sup>19</sup> A revista *Occidente* será a mesma do século anterior, interrompida, com a primeira guerra mundial e retomada em pleno apogeu do Estado Novo? Estaremos na presença da mesma revista ou de uma coincidência na opção por um título?

O nome da revista *Occidente* escolhido em 1878 por Guilherme de Azevedo e, em 1938, por António Ferro (1895-1956) revela desde logo uma intenção. Os seus mentores aspiravam alcançar a mesma modernidade cultural europeia. Guilherme de Azevedo, representante de uma geração com fortes intenções de mudanças políticas e sociais e, António Ferro, o «moderno possível» dentro do quadro mental do Estado Novo. Várias gerações de escritores atravessaram as duas revistas e alguns, como D. João da Câmara, escreveram nas duas publicações. Na *Occidente, Revista Portuguesa de Cultura* encontramos referências a Guilherme de Azevedo, Caetano Alberto, Manuel Macedo, Gervásio Lobato, ao «velho *Occidente*» mas as ligações ficam por aqui, estamos em presença de duas publicações distintas.

Num artigo do jornal *Notícias do Porto*, de forma crítica, comparam-se as revistas da época com as publicadas há 30, 40 e 50 anos como a *Panorama; Occidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro; António Maria e Pontos nos ii*. A resposta no *Occidente, Revista Portuguesa de Cultura* não podia ser mais objectiva: “ Houve algumas revistas que foram no seu tempo o que é hoje a nossa e com as quais nos honramos de emparceirar: a *Revista de Portugal, Águia, Atlântida e Lusitânia*, esta última talvez a mais perfeita de todas.”<sup>20</sup> A revista *Lusitânia*, publicada entre 1924 e 1927, foi dirigida por Carolina Michaëlis de Vasconcelos e pretendia enquadrar-se no grande movimento de recriação do espírito da pátria. Os articulistas da *Occidente* escreveram sobre a *Águia*: “A *Águia* nada tem a ver com a *Occidente* mas um fio sentimental e espiritual as une: o seu Director e alguns dos seus colaboradores.”<sup>21</sup> A *Occidente* seria a sucessora, na pessoa de Álvaro Pinto, da *Águia* no Porto e *Terra do Sol* no Rio de Janeiro.

De seguida, resolvida a primeira questão, iremos estruturar o movimento europeísta e as imagens e representações da Europa durante o período de publicação da revista *Occidente* (1938-1999). Inserida num sistema de apologia nacionalista, irá a *Occidente* contrariar a ideia estabelecida de que só os intelectuais e as revistas de esquerda eram internacionalistas?

<sup>19</sup> Clara Rocha, *Revistas Literárias do século XX em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1985, p.18.

<sup>20</sup> *Occidente*, vol. 14, 1941, p.304.

<sup>21</sup> *Idem*, vol. 16, 1941, p. 99.

A *Occidente* foi publicada mensalmente de 1938 a 1973 e, de forma anual de 1974 a 1999, através de números especiais publicados no mês de Dezembro.<sup>22</sup> O grande responsável pela revista foi Álvaro Pinto (1887-1956), escritor, editor e como referiu Jaime Cortesão: “animador de grandes movimentos e empreendimentos literários.”<sup>23</sup> Álvaro Pinto iniciou no Porto, aos 19 anos, a sua actividade jornalística publicando a revista *Semana Azul* (ao lado de Cláudio Basto, Leonardo Coimbra e Jaime Cortesão), seguida da *Nova Silva*. Dirigiu o Semanário *Vida* e trabalhou nos Diários: *Norte*, *Voz Pública*, *Pátria* e *Montanha*.<sup>24</sup> Reuniu alguns intelectuais na dinâmica cultural que surgiu após a proclamação da República e sob o seu impulso apareceu a publicação nacionalista *Águia*. Esta revista, fundada a 1 de Dezembro de 1910, surgiu com intuítos construtivos e culturais e aproximou alguns dos mais talentosos escritores e poetas do tempo, sem programa delimitado. Em 1912 organizou-se a Renascença Portuguesa e a *Águia* passou a ser o seu órgão.<sup>25</sup> Álvaro Pinto, para além das suas actividades editoriais, foi Chefe dos serviços administrativos da Biblioteca Nacional após nomeação em 1919. No ano seguinte, parte para o Brasil com António Sérgio e, juntos fundam a Editora *Anuário do Brasil*, a revista de cultura *Terra de Sol* e o panfleto *Crítica*.<sup>26</sup> Durante a sua estada em território brasileiro trocou intensa correspondência com alguns vultos do movimento cultural da Renascença como Teixeira de Pascoas e Jaime Cortesão.<sup>27</sup>

Em 1935, regressou a Portugal e procurou continuar a sua actividade editorial. Pretendia divulgar, no país e no estrangeiro, o conhecimento dos grandes vultos da Literatura e Arte portuguesas e recomeçar pela terceira vez, uma nova experiência editorial: a fundação de uma revista portuguesa de cultura. Alguns intelectuais próximos do regime, antieuropeístas, defendiam que as influências estrangeiras de natureza política, artística, literária e religiosa tinham adulterado a “alma lusitana” nos últimos séculos da sua História. Por isso, o governo acarinhava a publicação de revistas nacionalistas que promovessem o reerguer cultural da Nação.

“Foi António Ferro quem lhe ouviu as primeiras confidências e o ajudou na realização desta empresa e a António Ferro deve esta revista o seu título.”<sup>28</sup> O director do Secretariado de Propaganda Nacional auxiliou Álvaro Pinto através das suas relações e conselhos pessoais e,

<sup>22</sup> Os números anuais mantinham o título da publicação.

<sup>23</sup> *Occidente*, vol. 76, 1968, p.90.

<sup>24</sup> *Idem*, vol. 50, 1956, pp. 63-64.

<sup>25</sup> Um dos objectivos da publicação seria a “defesa do nacionalismo contra a perigosa corrente do internacionalismo”. *Occidente*, vol. 1, p.137. A revista integrou escritores de Coimbra e Lisboa que “desejavam alguma coisa mais do que a procura da modernidade (como os da revista *Orfeu*) e a actualização de influências estrangeiras”. *Occidente*, vol. 49, 1955. Em 1955, a *Occidente* iniciou a reimpressão da *Águia*.

<sup>26</sup> Álvaro Pinto chegou ao Rio de Janeiro a 21 de Março de 1920. Segundo os articulistas da *Occidente*, Álvaro Pinto foi um pioneiro da indústria editorial brasileira iniciando a publicação regular dos clássicos brasileiros. Director do *Anuário do Brasil* promoveu o intercâmbio cultural luso-brasileiro mediante numerosas edições de autores portugueses. *Occidente*, vol. 62, 1962, p. 95.

<sup>27</sup> *Um intelectual imigrante Álvaro Pinto e o projecto de intercâmbio Portugal Brasil*, Raquel Santos Madanelo Souza. <http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/MS-MIG/MS-MIG-3-MADALENO-SOUZA.pdf>

<sup>28</sup> *Occidente*, vol. 37, 1949, p.316. António Ferro foi o fundador do Secretariado de Propaganda Nacional (1933) e, para os articulistas da *Occidente*, o responsável pelo conhecimento de Salazar e do Estado Novo, em Portugal e no Estrangeiro. *Occidente*, vol. 51, 1956, p.210.

logo no primeiro número da publicação, desejou que a *Occidente* fosse “ uma boa revista literária, onde se prove que a inteligência não é incompatível com o respeito de autoridade, moral e religião.”<sup>29</sup> Uma das directrizes do pensamento de António Ferro e, obviamente da política cultural do regime, era a defesa da Civilização Ocidental. Esta orientação foi decisiva para o sucesso da *Occidente* e a revista, logo no primeiro número, reconheceu a superioridade da civilização e cultura ocidentais.

Álvaro Pinto necessitava de alguém com credibilidade e ofereceu a direcção da revista a Manuel Múrias: jornalista, escritor, grande defensor do Estado Novo. Ambos partilhavam o interesse pelos temas da educação e cultura portuguesas.<sup>30</sup>

O primeiro número da revista foi publicado e distribuído no dia um de Maio de 1938 e logo, no primeiro artigo da autoria de Manuel Múrias *Cabo da Boa Esperança*, se apontam as razões da sua fundação: “*Occidente* não é um termo geográfico, é uma expressão de cultura. O seu título é um programa, queremos erguer uma trincheira em que os fundamentos da cultura ocidental, da civilização ocidental encontrem de novo quem os defina e defenda.”<sup>31</sup> A revista pretendia ser essencialmente uma *expressão de cultura* da civilização ocidental.

«Cultura» e «civilização» eram conceitos tradicionalmente ligados à ideia de Europa. Quais os significados destes conceitos na *Occidente*? Segundo, Maria da Conceição Meireles, “ este periódico e desde logo o seu editorial, reclama a redefinição da Civilização Ocidental; isto é, Portugal não se revia na Europa (ou, pelo menos, em certa Europa), a do liberalismo, da mundanidade, das incompreensíveis liberdades.” Contudo, o país assumia-se defensor dos verdadeiros princípios da cultura ocidental e arrogava-se de uma autoridade moral e espiritual sobre a Europa.<sup>32</sup>

A revista evidencia, desde o início, a orientação ideológica de Manuel Múrias e Álvaro Pinto e a sua profunda admiração por Salazar. O pensamento doutrinário do Presidente do Conselho foi expresso em discursos, entrevistas, notas políticas regularmente publicadas, revelando-se a *Occidente* um instrumento de legitimação do próprio regime salazarista. Álvaro Costa de Matos considera a *Occidente* uma das revistas políticas do Estado Novo caracterizando-a como: “Uma revista situacionista, adepta de um nacionalismo activo, diríamos mesmo, exacerbado, fortemente empenhado, apoiante incondicional do Estado Novo, nomeadamente sob a direcção de Manuel Múrias.”<sup>33</sup>

<sup>29</sup> *Occidente*, vol. 1, 1938, p.176.

<sup>30</sup> Em 1938, data da fundação da revista, Álvaro Pinto e Manuel Múrias, aparecem como Directores da *Occidente*. Em 1941 são referenciados como fundadores (Álvaro Pinto e Manuel Múrias) e, Álvaro Pinto como seu Director, Gerente, Proprietário e Editor. Manuel Múrias foi Director e articulista da *Occidente* durante os três primeiros anos, da publicação.

<sup>31</sup> *Occidente*, vol. 1, 1945, p.49. Vide Maria da Conceição Meireles Pereira, “ Occidente - imagens e fronteiras da Europa e da cultura ocidental (1938-1948)”, in *Ideias de Europa: Que Fronteiras?*, coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra, Quarteto Editora, 2004, pp. 329-356.

<sup>32</sup> *Idem*, *ob.cit.*, p.330-333.

<sup>33</sup> Álvaro Costa de Matos, *Revistas Políticas no Estado Novo: uma primeira aproximação histórica ao problema*. <http://www.cimj.org/docs/n9-03-Avaro-Matos.pdf>

A missão cultural da *Occidente* era profundamente nacionalista.<sup>34</sup> Clara Rocha inclui a *Occidente* no grupo das revistas nacionalistas que surgem no período compreendido entre 1927 e 1940.<sup>35</sup> Manuel Múrias contou com a colaboração de muitos articulistas ligados ao regime mas ao longo da publicação, e sobretudo com Álvaro Pinto, escreveram na *Occidente* personalidades de diferentes ideologias políticas. E a Europa estava presente em várias rubricas: o *Panorama Internacional*, as *Notas da Vida Portuguesa e Estrangeira*, a *Carta do Brasil* e a *Carta de Paris*, onde os articulistas pretendiam “dar algumas impressões da vida intelectual dos maiores centros de cultura do ocidente.”<sup>36</sup>

A publicação registou assinalável sucesso e Augusto Castro, Ministro de Portugal na Bélgica ao felicitar Álvaro Pinto pelo projecto, considerou que o êxito da *Occidente* deveria ser europeu e o seu público internacional.<sup>37</sup> Nos primeiros anos, os articulistas da revista consideravam-na a melhor publicação portuguesa de arte e pensamento.

Ao longo do século XX os leitores da *Occidente* puderam ler ensaios, monografias, estudos críticos, romances, novelas, contos, peças de teatro, poemas. A revista referenciou a produção cultural portuguesa no domínio das letras, história, poesia, etnografia, artes plásticas, língua, sociologia, música. As suas páginas incluíram bibliografia crítica, comentários de autores portugueses e estrangeiros, artigos de opinião, literários e políticos; acontecimentos da actualidade cultural, artigos sobre a vida e a obra de figuras nacionais da cultura literária, de historiadores, de humanistas e de representantes dos movimentos literários; artigos de autores consagrados e de prometedoras estreias, portuguesas e estrangeiras, em especial brasileiros. A *Occidente* privilegiou nas suas relações internacionais o Brasil e a Espanha, “países que melhor podiam receber e compreender a cultura portuguesa.” Álvaro Pinto recebeu em 1948 o diploma de Comendador da Ordem Militar de Santiago de Espada, pelo Presidente da República, por proposta do Ministro da Educação.<sup>38</sup>

A índole cultural da publicação não se manteve imune à evolução da conjuntura política internacional e Álvaro Pinto reconhecia em 1952 que o título da revista era “por si só um programa, bem de harmonia com os fins da OTAN.”<sup>39</sup> Como sabemos, na época a organização, reunindo os interesses europeus e norte-americanos, procurou gerir os desafios à segurança mundial. Um dos seus objectivos era evitar que a União Soviética alargasse o seu controlo sobre a Europa de Leste a outras regiões. E, no ano seguinte, visado pelos censores que pretendiam uma revista de literatura, arte e pensamento, Álvaro Pinto escreveu: “uma revista com o nome

<sup>34</sup> Em 1938 existia um projecto de complementar a *Occidente* através da organização de um Centro de Estudos Nacionalistas que por meio de conferências, concertos e exposições dinamizaria o meio cultural português. *Occidente*, vol.1, 1938, p.332.

<sup>35</sup> Clara Rocha, *Revistas Literárias do século XX em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1985, pp. 447-448.

<sup>36</sup> *Occidente*, vol.1, p.100, 1938.

<sup>37</sup> *Idem*, vol.3, p.419, 1938.

<sup>38</sup> Em 1919, recebeu o grau de oficial da referida ordem, por proposta do Ministro da Instrução.

<sup>39</sup> *Occidente*, vol.42, 1952, p.81.

de *Occidente* e nesta fase da vida política do mundo não pode deixar de ser política.”<sup>40</sup> A defesa da universalidade da civilização ocidental e de Portugal, como um dos seus mais genuínos representantes, continuavam a constituir as grandes linhas orientadoras da *Occidente*.

A continuidade do projecto será assegurada pelos herdeiros de Álvaro Pinto e por um grupo de amigos muito para além da sua morte física, a 25 de Fevereiro de 1956.<sup>41</sup> No número de homenagem ao fundador da *Occidente* Jaime Cortesão, António Sérgio, António Correia de Oliveira, Tasso da Silveira, Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho e, outros, lembraram a defesa incansável que Álvaro Pinto fez da cultura portuguesa e luso-brasileira. Na revista entre colaboradores brasileiros, alemães, franceses, russos, holandeses, espanhóis, americanos e italianos, escreveram algumas das figuras mais importantes da cultura portuguesa contemporânea: Diogo de Macedo, Fernando Slyvan, Rodrigues Cavalheiro, Vasco Botelho do Amaral, Jacinto do Prado Coelho, José Régio, Vieira da Almeida, Jorge Peixoto, Mário de Sampaio Ribeiro, José Blanc de Portugal, João de Castro Osório, Oliveira Marques, entre outros. Em 1971, a partir do volume 80, a nova série da *Occidente* integrou os dois empreendimentos literários de Álvaro Pinto, a *Occidente* e a *Revista de Portugal*. As suas páginas denotam uma nova preocupação, o estudo da cultura ultramarina e das ciências humanas. O título *Occidente* sobrevive através da publicação de números especiais, um por ano até 1999. Os volumes da revista constituem matéria vasta para os estudiosos da cultura histórica, artística, literária e etnográfica. Por isso, a *Occidente* permanece...aquele ocidente ao qual Álvaro Pinto dedicou a sua vida para “elevar o nível mental português e fortalecer a civilização latina, cristã e ocidental”.<sup>42</sup>

Aquele ocidente, considerado pelos articulistas das duas revistas em análise, o símbolo de todos os valores que durante séculos fizeram da Europa o Centro do Mundo.

---

<sup>40</sup> *Occidente*, vol.44, 1953, p.96.

<sup>41</sup> Gerentes: António Henrique Azevedo Pinto (1943-1950) e Maria Amélia Azevedo Pinto (1950-1999).

<sup>42</sup> *Occidente*, vol. 64, 1963, pp. 155-158.

## I PARTE - *Occidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro* Imagens e Representações da Europa

### 1. OS DOIS PRIMEIROS ANOS DE PUBLICAÇÃO (1878-1880)

Na década de 70, a abertura do país à Europa trazia novas exigências culturais. Como refere Filipa Lowndes Vicente, as revistas ilustradas surgiam como instrumentos da nova cultura visual oitocentista.<sup>43</sup> A publicação de periódicos ilustrados como o *Arquivo Popular*, o *Museu Pitoresco*, a *Revista Universal Lisbonense*, o *Panorama*, a *Arte* facilitava a instrução popular e a divulgação didáctica e enciclopédica de conhecimentos.<sup>44</sup> O *Panorama* constituiu um exemplo de grande popularidade e segundo, António Manuel Ribeiro: “insere-se num movimento amplo de democratização da instrução no Portugal liberal. Combater a ignorância tornou-se uma das prioridades da ordem liberal.”<sup>45</sup> Através da gravura institucionalizava-se a democratização do acesso às imagens e estas revistas tornavam-se “veículos de civilização.” Os artigos eram ilustrados com desenhos feitos por artistas portugueses em gravuras esculpidas fora do país. Não existiam artistas, em número suficiente, para assegurar as necessidades da imprensa nacional, o que implicava a compra de gravuras, no estrangeiro. A publicação das revistas ilustradas provocou o desenvolvimento de uma indústria nacional que iria contrariar o hábito instalado de recorrer à gravura estrangeira. Graça Afonso, no seu estudo sobre a evolução da gravura em madeira, afirma que na segunda metade do século XIX se alcança o auge da produção nacional tendo as revistas *Jornal de Bellas Artes*, *O Archivo Pittoresco*, *O Occidente* elevado a gravura de madeira à mais alta perfeição.<sup>46</sup> Assim, em 1877 existiam condições para a publicação de uma revista ilustrada que afirmasse os progressos da arte portuguesa e, por isso, tivesse expressão nacional.

A escrita completava o desenho. No anúncio de saída da *Occidente* podia ler-se: “ Nas columnas do *Occidente* as pennas mais habeis darão um testemunho evidente de que há entre nós quem tenha a perfeita compreensão, do mundo moderno e se a nossa publicação não póde nem pretende rivalisar em magnificência com as publicações estrangeiras do mesmo género, deseja todavia ser portugueza pelas forças que a hão de produzir, sendo ao mesmo tempo universal pelo espírito que a ha de dominar.”<sup>47</sup>

<sup>43</sup> Filipa Lowndes Vicente, *Viagens e exposições. D. Pedro na Europa do século XIX*, Gótica, Lisboa, 2003, p.279.

<sup>44</sup> *Arquivo Popular, Museu Pitoresco, Revista Universal Lisbonense, Panorama, Arte* foram antecessores da revista *Occidente*. Veja-se, *Occidente*, nº 1258, 1913, p.387.

<sup>45</sup> António Manuel Ribeiro, “O periodismo, científico e literário romântico”, in *Revista Munda*, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, nº 29, 1995, pp 62-63.

<sup>46</sup> Graça Afonso, *O Archivo Pittoresco e a evolução da Gravura de Madeira em Portugal*, [hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/EstudosInternos/ArquivoPGravura](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/EstudosInternos/ArquivoPGravura).

<sup>47</sup> 1877, Prospecto Specimen, in: [hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/NSpecimen/NSpecimen\\_item1/index.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/NSpecimen/NSpecimen_item1/index.html)

Na fundação da *Occidente* encontramos os nomes de Guilherme de Azevedo (1840-1882), Manuel Macedo (1839-1915), Brito Rebelo (1830-1920) e Caetano Alberto (1843-1924).<sup>48</sup> A administração, deste projecto editorial, foi confiada a Francisco António das Mercês.<sup>49</sup> Revista artística e literária, entre o jornal popular e o periódico científico e literário setecentista, a *Occidente* incluía um espaço de ateliê onde modernos processos de gravação permitiam a publicação de imagens de notável qualidade.<sup>50</sup> Existiam desenhadores mas era necessário formar gravadores. Os mestres foram Caetano Alberto (gravura) e Manuel Macedo (desenho ilustrado) que faziam parte do ateliê de gravura e asseguravam a direcção artística.<sup>51</sup> O ateliê da *Occidente*, verdadeira escola de gravura em madeira, foi responsável pela formação da maioria dos gravadores, dos finais do século XIX e inícios do XX.<sup>52</sup> As ilustrações eram um aliciente motivo de interesse para o leitor. E a confirmar como as ilustrações podiam ser um motivo de valorização da publicação, a revista ostentava a palavra *illustrada* no subtítulo.<sup>53</sup>

Animava os fundadores da *Occidente*, o desejo de “fazer vingar uma ilustração portuguesa como tantas as que ilustram as partes mais adiantadas onde se lê e onde se têm vida próspera.” Destacam-se os seus cronistas: em 1878, Guilherme de Azevedo; 1880, Gervásio Lobato; 1895, João da Câmara e, a partir de 1908, João Prudêncio e António Cobeira, pertencendo a edição a Caetano Alberto.<sup>54</sup> A revista teve uma periodicidade quinzenal, a partir de 1 de Janeiro de 1878 e trimestral, de 1 de Janeiro de 1881 a 10 de Julho de 1915.<sup>55</sup> Tinha os seus correspondentes no Rio de Janeiro, Paris e Madrid. E havia assinantes em estabelecimentos de instrução superior na Alemanha, Inglaterra e França.<sup>56</sup> Trata-se, pois, de uma revista de artes e letras numa Europa onde educação era sinónimo de vanguarda civilizacional. Uma revista que demonstra a vontade do país em participar nessa dinâmica e adquirir maior visibilidade europeia.

Os primeiros articulistas Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, António Ennes, Latino Coelho, Magalhães Lima, Teófilo Braga, Teixeira de

<sup>48</sup> Guilherme de Azevedo poeta, jornalista ligado à geração de 70, assume as funções de director literário e Caetano Alberto para além da direcção artística também investe o capital.

<sup>49</sup> A partir de 1904 o administrador é Rodrigo Alberto da Silva, filho de Caetano Alberto.

<sup>50</sup> As imagens eram feitas por gravadores de elevado mérito que chegaram a fazer escola nas artes portuguesas, até ao fim do século XIX, altura em que a fotografia começou a ser usada como processo privilegiado e mais económico para reproduzir imagens no papel. O primeiro ensaio de uma imagem reproduzida pelo processo fotozincográfico é feito na secção fotográfica da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e é publicada em 1878, na edição 5 da *Occidente*.

<sup>51</sup> Caetano Alberto fez a sua estreia como gravador no *Arquivo Pittoresco*, em 1861. Após, o encerramento da revista organizou uma oficina de gravura (1869) responsável pela formação de alguns dos colaboradores artísticos do *Occidente*. Em 1878, Columbano Bordallo Pinheiro, Domingos Cazellas, Gonçalves Pereira, João de Almeida, Manuel Maria Bordallo Pinheiro, Soares dos Reis, entre outros, eram referenciados como colaboradores artísticos do *Occidente*.

<sup>52</sup> Em Lisboa, no número 42 da Rua do Loreto encontrava-se o ateliê de gravura, a redacção da revista, e o escritório da administração. A *Occidente* era impressa na tipografia Lallement Frères no número 6, da rua do Tesouro Velho.

<sup>53</sup> Clara Rocha, *Revistas Literárias do século XX em Portugal*, Coimbra, 1985, pp.165-168.

<sup>54</sup> *Occidente*, n.º 829, 1902, p. 3.

<sup>55</sup> Revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, de grande formato (45 por 30 cm) com 8 páginas, uma numeração seguida ao longo de 48 números evidenciando o seu carácter enciclopédico. A *Occidente* permitia uma encadernação em formato de livro ao fim de 2 anos tendo sido publicados 1315 números num total de 39 volumes. A sua distribuição era feita através do correio à semelhança das suas congéneres estrangeiras. Os custos eram suportados com as receitas provenientes da venda da revista, almanaques, obras de colaboradores e publicidade.

<sup>56</sup> *Occidente*, n.º 493, 1891, p.194.

Queirós eram alguns dos vultos da classe intelectual portuguesa da década de 70 e estavam ligados às propostas de transformação política e social que prometiam a reabilitação do país.<sup>57</sup> Assumiam um “projecto culturalmente mobilizador de vontades, o de pôr Portugal a andar ao ritmo da Europa”.<sup>58</sup> As suas propostas visavam anular o espectro da decadência através de dinâmicas de modernização e de reposicionamento do país no concerto europeu. A internacionalização surgia como um mecanismo de sobrevivência política. Como refere João Medina, “As ideias e os princípios por que se bateram, a mundividência que se estruturou a sua intervenção cívica, cultural, ética e política continuam a balizar a nossa modernidade, sobretudo quando analisamos conceitos como os de «revolução» e de «europeísmo».”<sup>59</sup>

O primeiro número é dedicado a Alexandre Herculano, símbolo do Portugal moderno e liberal, resistente activo que ligava o compromisso cívico à criação literária.<sup>60</sup> A *Occidente* prestava homenagem à sua superior moral e paixão pela liberdade colocando em evidência a premência de renovação nacional, face ao arrastar de uma sociedade conservadora, responsável pela menoridade do país e resistente às correntes da modernidade europeia.<sup>61</sup> A revista fazia eco de algumas das ideias universalistas do seu tempo ao defender a causa da liberdade, tolerância, fraternidade e solidariedade entre os povos contra qualquer forma de tirania. O período era de experimentação, os Estados passavam por transformações político-sociais, admiravam-se os heróis das nacionalidades como Gambetta e Cavour, aumentavam as posições anticlericais, republicanas e socialistas, defendia-se uma fraternidade universal através da emancipação e regeneração das classes trabalhadoras.

Na *Occidente*, a teorização democrática provocava a ordem monárquico-constitucional com as suas aspirações de federação da Humanidade e anseios de união política europeia. Ramalho Ortigão num artigo sobre D. Luís contestava o exercício do poder pessoal e defendia na confederação dos Estados ibéricos independentes e autónomos, a constituição de um Estado democrático, onde o poder central seria substituído pelos poderes particulares e agrupamentos locais.<sup>62</sup> A confederação, ao prever a união dos dois Estados de forma autónoma, afastava o hipotético perigo da absorção espanhola. A defesa da União Ibérica era uma posição cimentada sobre os ecos da revolução espanhola de 1868 afirmando Fernando Catroga que “republicanos

<sup>57</sup> Em 1878, eram referenciados ainda como colaboradores literários: Antero de Quental, Bento Moreno, Bernardino Machado, Camilo Castelo Branco, Luciano Cordeiro, Manuel de Arriaga, Maria Amélia Vaz de Carvalho, Oliveira Martins, Pinheiro Chagas, entre outros.

<sup>58</sup> Guilherme de Oliveira Martins, *Portugal. Identidade e Diferença. Aventuras da Memória*, Lisboa, Gradiva, 2007, p.100.

<sup>59</sup> João Medina, *A geração de 70, uma geração revolucionária e europeísta*, Instituto de Cultura e Estudos Sociais, Câmara Municipal de Cascais, 1999, p.8

<sup>60</sup> Guilherme de Oliveira Martins, *ob. cit.*, pp. 97-98.

<sup>61</sup> Herculano tinha sido um opositor a toda a forma de tirania, conformismo e mediocridade. Chefe moral da nacionalidade lutara contra o poder absoluto empenhando-se nas modernas lutas liberais europeias e assumindo posteriormente a crítica sobre os caminhos trilhados pelo liberalismo. Veja-se Fernando Catroga, “Ética e Sociocracia. O exemplo de Herculano na geração de 70”, *Studium Generale, Estudos Contemporâneos*, nº4, Porto, 1982.

<sup>62</sup> *Occidente*, nº 2, 1878, p.1. Veja-se Fernando Catroga, “Historicismo e liberalismo em Herculano” e Vítor Parreira Neto, “O Liberalismo Católico de Alexandre Herculano” in *Alexandre Herculano: Um Pensamento Politérico*, Colóquio Comemorativo dos 120 Anos da sua Morte (1877-1997), Bibliotecas Municipais de Lisboa, 2005.

de inspiração socializante propunham a exemplo dos EUA e da Suíça a divisão do país em estados federados e a nível externo, a criação de uma República federalista. A republicanização e federalização da Ibéria eram o primeiro passo no caminho da República federativa formada por todos os povos civilizados”.<sup>63</sup> O escritor Teixeira de Queirós defendia a eliminação do modelo de rei absoluto, contestando-se a partir da esquerda a ideia de um exemplo unitário de estado e reivindicando-se uma participação mais pluralista no governo do país. Através das críticas ao exercício do poder pessoal do rei e ao próprio regime monárquico, procuravam-se soluções para a regeneração pátria. Segundo, Sérgio Campos de Matos: “a proposta de federação ibérica sob a forma republicana era concebida como alternativa ao constitucionalismo monárquico e à situação de decadência do país. República identificava-se com democracia, federação e liberdade e seria o único regime em sintonia com a lei do progresso”.<sup>64</sup> Na Europa difundia-se a crença na igualdade, liberdade religiosa e soberania popular, como fundamentos de uma nova ordem democrática.<sup>65</sup>

As elites cultas defendiam a necessidade do país se europeizar. Portugal devia rapidamente acompanhar o ritmo europeu na construção de uma sociedade pautada pela modernidade e cosmopolitismo. Anseios de uma união europeia materializavam-se nas práticas de uma cultura de paz. As Exposições Universais eram consideradas os jogos olímpicos da civilização, festas do trabalho, de confraternidade e progresso, lugar de reunião das ciências, indústrias e artes do universo. O evento atraía o mundo civilizado ávido de admirar o prodigioso engenho humano. “O século XIX fica assinalado por estas festas da paz que principiam a impor-se ao espírito humano por entre os ruídos da guerra, esse monstro que a mão de ferro da civilização ainda não conseguiu domar.”<sup>66</sup> As Exposições Universais foram diversas vezes capa da *Occidente* e motivo de publicação das gravuras dos pavilhões internacionais e dos seus principais espaços, a partir dos desenhos enviados dos lugares da sua realização. José Amado Mendes considera estas exposições como eventos tipicamente característicos da civilização industrial oitocentista. Portugal aderiu ao movimento das Exposições Universais e Internacionais desde o seu início, enviando delegações e representações e organizando certames similares.<sup>67</sup>

<sup>63</sup> Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Editorial Notícias, 2ª edição, 2000, p.15 e “Nacionalistas e Iberistas”, in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol.V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 563-567. Veja-se, ainda, Fernando Catroga, “Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na segunda metade do século XIX”, in *Revista Cultura, História e Filosofia*, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, vol. IV, 1985, pp. 419-463 e Maria da Conceição Meireles Pereira, *A questão ibérica. Imprensa e opinião (1850-1870)*, Porto, FLUP, 1995.

<sup>64</sup> Sérgio Campos de Matos, “Oliveira Martins e o Federalismo Oitocentista”, in *O Federalismo Europeu. História Política e Utopia*, coord. de Ernesto Castro Leal, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p.90.

<sup>65</sup> Sobre a progressiva democratização das sociedades ocidentais vide Eric Hobsbawm, *ob. cit.*, p.114.

<sup>66</sup> *Occidente*, n.º33, 1879, p.69.

<sup>67</sup> José Amado Mendes “As Exposições, «Festas Máximas da Civilização Moderna»”, in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol.V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 361-363

Em 1878, Portugal participava na Exposição Universal de Paris, imenso bazar da civilização aberto à concorrência do mundo, tendo recebido algumas medalhas.<sup>68</sup> As exposições juntavam as nações numa festa de paz e progresso celebrando com orgulho o triunfo da Europa industrial e assumindo grande importância como manifestações de solidariedade humana. O jornalista Camillo Pelletan sublinhava que a participação portuguesa nesta exposição relembra à Europa “as conquistas do pequeno mas ilustre país que já dividiu o globo a meias com a Espanha.”<sup>69</sup> No pavilhão português, o país era representado como um grande império colonial. Neste ano, de 1878, a *Occidente* referenciava a próxima Exposição Universal, a realizar em Melbourne (1880), considerando-a verdadeiramente multicultural enquanto propiciadora do encontro entre duas civilizações.

O movimento das exposições nacionais também demonstrava a vanguarda civilizacional do país pela dinamização das suas actividades produtivas acentuando o contributo do sector agrícola e industrial para o crescimento económico nacional.<sup>70</sup> Como refere Cecília Barreira, “as exposições sucediam-se a um ritmo avassalador numa onda de optimismo em prol da modernização da sociedade. As exposições, agrícolas e industriais, tornam-se símbolos representativos de uma ordenação moral, científica, política e sobretudo económico-social. Importa a valoração da diferença no estatuto da eficiência, o intercâmbio de saber fazer, de conhecimentos, de aplicações e referências.”<sup>71</sup>

Os centenários, comemorações cívicas em honra dos «grandes homens» ou «grandes acontecimentos», eram animados pela pretensão de fomentar o patriotismo e a unidade nacional.<sup>72</sup> A *Occidente* celebrou os 300 anos da Batalha de Alcácer Quibir quando um *exército europeu* enfrenta os muçulmanos em África. O centenário recupera a visão quatrocentista da Europa como Cristandade e mitifica Portugal como o defensor da *Respublica Christiana*. Segundo António Martins da Silva, “é inegável que houve em Portugal, antes da idade contemporânea, a consciência, da ideia, da necessidade de uma certa unidade europeia ou da Cristandade, nos tempos recorrentes em que sobre o continente se intensificavam os conflitos entre estados.”<sup>73</sup> O conceito de Cristandade ou de Europa unida em luta contra o infiel evolui no *Occidente* para uma construção baseada no aprofundamento da sua identidade cultural e histórica. A palavra passou a ser utilizada de forma mais consciente em virtude das

<sup>68</sup> Vide anexo I – ilustração 1, *Fachada do Pavilhão Português na Rua das Nações* e ilustração 2, *Vista interior da galeria da exposição portuguesa*.

<sup>69</sup> *Occidente*, nº13, 1878, p.94.

<sup>70</sup> A Exposição Pecuária de Penafiel mostrava o gado português como o mais saudável do mundo. Assim se certificava a qualidade de um dos produtos de grande peso nas exportações portuguesas. *Occidente*, nº16, 1878, p.127. Em 1879, o *Occidente* noticiou a realização da Exposição Agrícola e Industrial dinamizada pela Companhia Fomentadora da Agricultura e Indústria e a Exposição das Rosas no Palácio do Cristal, realizada em 10 de Maio provando que o Porto ia na vanguarda do desenvolvimento horticola. *Occidente*, nº35, 1879, p.82. Neste ano, de 1779, Portugal participa ainda numa exposição internacional no Rio de Janeiro.

<sup>71</sup> Cecília Barreira, *ob. cit.*, p.66.

<sup>72</sup> Fernando Catroga, “Ritualizações da História”, in *Grandes Temas da nossa História. História da História em Portugal. Sécs.XIX-XX*, de Luís Reis Torgal, José Maria Amado e Fernando Catroga, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 547-551.

<sup>73</sup> António Martins da Silva, “Portugal ...entre o apelo do mar e o apego à terra”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 5, Coimbra, 2005, p.179.

modificações estruturais que caracterizaram o evoluir histórico na sua passagem para a modernidade democrática oitocentista. As comemorações do vigésimo quarto aniversário da morte de Almeida Garrett e o tricentenário de Camões são considerados momentos de “revivescência nacional”.<sup>74</sup> No centenário de Voltaire salientava-se a importância das ideias de igualdade e tolerância para o progresso humano para demonstrar que num outro *canto da Europa*, Pombal materializava nas suas reformas a mesma ideologia europeia.<sup>75</sup> A prática do comemorativismo e do culto dos grandes homens surgia como meio de criar laços de unidade entre os cidadãos e materializar a sua solidariedade com a pátria e a Humanidade.<sup>76</sup>

O interesse pelos congressos, conferências públicas e respectivos oradores, era fundamental para a concretização dos ideais ligados ao progresso. No Congresso Antropológico e Literário de Paris de 1878, Lisboa fora convidada a ser sede da IX sessão a realizar em 1880. A cidade investia no conhecimento e os trabalhos de preparação do congresso “anteviam a riqueza de sabedoria que as nações da Europa nos enviavam”.<sup>77</sup>

O interesse pela educação era considerado devoção à causa da igualdade e fraternidade universal por proporcionar a emancipação e regeneração das classes trabalhadoras. A causa da educação era considerada uma obra da paz e da civilização. Com intuito pedagógico, evidenciava-se o pioneirismo da Suíça e da Alemanha ao reconhecer na educação uma cruzada destinada à conquista da civilização. Portugal, um dos países mais afastados deste movimento, ensaiava algumas reformas, manifestamente insuficientes, responsáveis por uma instrução popular semelhante à Rússia e Espanha, países menores na hierarquia europeia. Em 1878, na Exposição de Viena de Áustria, Portugal aparecia em deplorável confronto com a Alemanha, França e Suíça devido à falta de escolas, de alunos, de professores e de livros.<sup>78</sup> As temáticas da educação eram inerentes ao progresso civilizacional do país. A propósito da obra *Instrução primária no distrito de Lisboa* de Luíz Jardim (futuro Conde de Valenças), a *Occidente* considerava o “quanto aproveitaria o nosso país se à frente da sua administração estivessem homens que tivessem como o Luíz Jardim uma tão justa compreensão da primeira necessidade de um povo”.<sup>79</sup>

O cientismo vinha reforçar a ideia iluminista de que através da instrução se alcança o progresso. Na Europa oitocentista a vanguarda técnica e científica era sinónimo de avanço

<sup>74</sup> O tricentenário incluiu o cortejo cívico, banquetes e a exposição camoniana no Palácio de Cristal. *Occidente*, nºs 60-63, 1880.

<sup>75</sup> A sua atitude humanitária esteve na base da legislação tendente a abolir a escravatura e por isso toda a sua obra civilizacional era comparável à de Francisco II da Prússia e Catarina II da Rússia.

<sup>76</sup> Luís Aguiar Santos, “Elites Culturais e Políticas em Portugal, XXIV aniversário da morte de Almeida Garrett”, *Occidente*, nº24, 1878, p.14.

<sup>77</sup> *Occidente*, nºs 68-70, 1880.

A reorganização dos correios justificava a realização do Congresso Telegráfico de Londres em 1878 com o propósito de uniformizar o regime das tarifas entre Portugal, França, Bélgica, Áustria Alemanha e Itália.

<sup>78</sup> *Occidente*, nº7, 1878, p.55. O único registo positivo da comitiva portuguesa fora a cartilha maternal considerada entre nós a obra mais revolucionária do século. Carolina Michaëllis com uma sólida reputação científica em França e Alemanha analisara de forma elogiosa a obra. *Idem*, nº13, 1878, p.110. Vaticinava-se que daí a 10 anos não devia haver uma única pessoa que não soubesse ler devido ao uso da cartilha. *Ibidem*, nº13, 1878, p.110.

<sup>79</sup> *Ibidem*, nº4, 1878, p.32.

civilizacional e aperfeiçoamento humano. A ciência e a técnica operacionalizavam a razão. Na escala civilizacional substituíam-se lugares de memória por lugares de progresso. No *Occidente* o interesse pela ciência era evidente nas descrições pormenorizadas das recentes invenções acompanhadas de gravuras para facilitar a leitura. As rubricas fixas *Actualidades Científicas*, *Ensaio e Notícias Científicas* e *Estabelecimentos Científicos* e a divulgação de obras relacionadas com a temática também contribuíam para a vulgarização dos conhecimentos científicos. Motivados por esta curiosidade, por necessidades comerciais e sentido aventureiro, numerosos exploradores partiram para o inexplorado. Com o vapor e a electricidade deixaram de existir terras desconhecidas. As explorações científicas realizadas em África por Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto colocavam Portugal na vanguarda do movimento colonial.<sup>80</sup> O desenvolvimento técnico e científico eram uma das mais eloquentes afirmações da moderna civilização.

Contudo, a desejada aproximação de Portugal com a Europa revelava, em dinâmicas de *fascínio e ressentimento*, na terminologia de Eduardo Lourenço, a consciência de uma distância que nos inferiorizava mas contra a qual não desistíamos de lutar para provar ao mundo a nossa maioria.<sup>81</sup> A Europa era um espaço de sofrida comparação. Uma arena onde a competição deixava pouca margem para a afirmação dos pequenos Estados europeus.

A universalidade da literatura distinguia as altas criações do espírito e reconhecia-se o génio de Shakespeare, Cervantes, Dante, George Sand, Goethe. Não existia mutualidade nesta relação. “A Europa era ao mesmo tempo o modelo a imitar e o nosso desespero pela distância que dela nos separa”.<sup>82</sup> O desconhecimento da literatura portuguesa era justificado por Guerra Junqueiro, com alguma mágoa, pelo facto da “nacionalidade portuguesa no mundo moderno ser uma parcelazinha insignificante e Portugal um país isolado, pequeno em número de habitantes e em superfície”.<sup>83</sup> Na *Occidente*, esta visão depressiva de Portugal era corrigida pela referência a escritores que partilhavam o *Olimpo* europeu. Veja-se, por exemplo, que Eça de Queiroz era equiparado a Honoré Balzac pelo *Primo Basílio*, João de Deus era o maior lírico moderno da Península e as suas poesias sobre a mulher equiparavam-no a Dante e Goethe. A poesia *Musa em Férias* de Guerra Junqueiro constituía: “versos como raros se escrevem hoje não na Península mas na Europa.”<sup>84</sup> Garrett, considerado um dos maiores vultos da literatura europeia era semelhante aos espíritos ingleses pela importância concedida ao povo. Herculano superava Guizot na causa liberal e Walter Scott e Vítor Hugo no romance histórico. Desta forma,

<sup>80</sup> *Occidente*, nº54, 1880, p.42-43.

<sup>81</sup> Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1994, p.25.

<sup>82</sup> *Idem*, p.20.

<sup>83</sup> *Occidente*, nº7, 1878, p.54.

<sup>84</sup> *Idem*, nº33, 1879, p. 66.

Portugal, à semelhança de outros países, imitava os modelos construindo o Panteão dos seus próprios heróis europeus. E assim se apoderava do seu Goethe ou do seu Vítor Hugo.<sup>85</sup>

As paixões nacionalistas associavam a criatividade portuguesa à universalidade possibilitando o diálogo no mesmo patamar com as maiores expressões da cultura literária europeia.<sup>86</sup> Os escritores, a par dos heróis dos descobrimentos e das lutas liberais, emergiam como os novos deuses cívicos, modelos de referência indispensáveis à integração europeia e à superação da decadência contemporânea.

A França era, então, a nossa maior referência civilizacional. Contudo, reconhecia-se que esta influência implicava um conhecimento parcial de outras culturas estrangeiras. Segundo Jaime Batalha Reis só se conhecia a literatura francesa: “a da Espanha tão próxima, a da Itália, semelhante pela língua são quase todas profundamente ignoradas. Não vale a pena falar de literatura alemã e inglesa nem mencionar que existem poetas e prosadores na Rússia, Holanda, Dinamarca e Escandinávia. Daí a necessidade de traduzir os grandes poetas estrangeiros e fazê-los conhecidos em Portugal.”<sup>87</sup> O cosmopolitismo evidente na defesa desta confraternidade literária aproximava Portugal de uma Europa sem fronteiras a partir de uma escala humana internacional assente na criatividade dos seus escritores, filósofos e intelectuais. Uma Europa de limites invisíveis, literária, superiormente civilizada. Oliveira Martins, segundo Jaime Batalha Reis, era um bom exemplo do intelectual moderno, humanista, dotado de espírito positivo e racional que lhe permitia ser ao mesmo tempo engenheiro, filósofo, industrial, historiador, negociante, financeiro, economista, crítico de arte e escritor político.<sup>88</sup> Ele era, a seu ver, um homem europeu. A equiparação dos intelectuais portugueses aos modelos europeus resultava da convicção profunda do seu mérito criativo e do conhecimento que possuíam da cultura e das tendências universalistas do seu tempo.<sup>89</sup>

A arte era considerada, pelas nações civilizadas, uma das mais importantes manifestações do espírito, símbolo quantificador do seu valor na hierarquia da civilização. A *Occidente* reproduzia as obras dos artistas nacionais e divulgava as exposições de arte.<sup>90</sup> As Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto promoviam concursos públicos e o nome dos vencedores era publicitado na imprensa.<sup>91</sup> Estes concursos premiavam o discípulo vencedor com a frequência de centros de arte internacional com uma pensão concedida pelo Estado para completar a sua

<sup>85</sup> Manfred Buhr e Eduardo Chitas coords., *O Património Espiritual da Europa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp.72-73.

<sup>86</sup> Eduardo Lourenço, *ob. cit.*, p.30.

<sup>87</sup> *Occidente*, n.º 53, 1880, p.35.

<sup>88</sup> *Idem*, n.º 8, 1878, p.59. A exegese da secção bibliográfica incluía múltiplas referências a obras de temática socializante e política evidenciando “a moderna produção intelectual no país que começava a harmonizar-se com a actual corrente científica europeia”.

<sup>89</sup> Guilherme de Oliveira Martins, *ob. cit.*, p.125.

<sup>90</sup> Exposição da Sociedade Promotora de Belas Artes esculturas de Simões de Almeida. *Occidente* n.º 58 e n.º66, 1880 e pinturas de Columbano Bordalo Pinheiro. *Idem*, n.º 64 e n.º 72, 1880.

<sup>91</sup> Arthur Loureiro, vencedor do concurso de pintura de paisagem. *Ibidem*, n.º31, 1879, p.51. J. M. Rato Júnior é escultor premiado no concurso trienal da Academia de Belas Artes de Lisboa. *Ibidem*, n.º 50, 1880. Sousa Pinto é premiado no concurso de pintura histórica na Academia de Belas Artes do Porto. *Ibidem*, n.º 77, 1881.

educação artística.<sup>92</sup> A formação em Paris, Milão, Viena, Londres, Madrid era fundamental para se atingir o nível dos mestres. A viagem ao estrangeiro permitia o aprofundamento das opções artísticas e a convivência com os numerosos artistas internacionais que frequentavam os mesmos locais. No discurso nacionalista da *Occidente* as esculturas de Simões de Almeida, Soares dos Reis e Alberto Nunes eram consideradas obras de arte capazes de figurar honrosamente em todas as exposições artísticas do mundo civilizado. Contudo, o *Occidente* denunciava em 1878 a situação crítica das Belas Artes que explicava a vergonha de na última exposição de Paris ficarmos classificados no último grau da escala das nações. Era necessário maior investimento numa cultura de arte, maior número de exposições e prémios para incentivar a produção artística. O problema estava precisamente nesta arte oficial que visava apenas uma prática de *métier* que assegurava o dogmatismo institucional através de uma estética naturalista sem outra preocupação que não fosse a representação do visível, o mais naturalmente possível, isenta de intencionalidade. A prática académica aconselhava os homens de talento depois da arte universal a produzir arte nacional como acontecia na Inglaterra, Alemanha, Suécia e Dinamarca e outras nações.<sup>93</sup> A pintura portuguesa oitocentista estava associada à influência da Escola de Barbizon e à introdução da pintura ao ar livre na dinâmica artística das Academias de Belas Artes. A pintura celebrava um mitograma coerente que esconjurava as incertezas e o pânico dos valores urbanos como se o mundo não estivesse definitivamente a mudar. As inovações plásticas estavam longe de destronar a tradição académica que todos os salões das principais cidades continuavam a premiar. As Academias faziam exposições com as obras dos pensionistas do Estado, prolongando a resistência à inovação no campo da arte. Anunciava-se uma atávica resistência cultural que se irá prolongar até ao fim do Estado Novo.<sup>94</sup>

Na música, Verdi era uma referência considerando Ramalho Ortigão a *Aída* uma obra de arte de carácter universal.<sup>95</sup> O público do S. Carlos aplaudia as obras dos clássicos - Beethoven, Mozart, Haydn e dos compositores da moda - Mendelsohn, Wagner, Gounod, Massenet e Glinka.<sup>96</sup>

O projecto de modernização das cidades e das suas infra-estruturas acompanhava a dinâmica europeia mas para a maioria dos estrangeiros de passagem por Portugal, o urbanismo resultante da expansão oitocentista não transformara ainda Lisboa numa cidade cosmopolita. Sem o carisma das metrópoles europeias, a capital era quase invisível nos itinerários oitocentistas. A falta de modernidade era avaliada pelos insuficientes estabelecimentos públicos e por percursos turísticos ligados a um desconhecido passado histórico. Contudo, a “pacata

<sup>92</sup> Raquel Henriques da Silva, “Romantismo e Pré-Naturalismo”, in *História da Arte Portuguesa*, dir. de Paulo Pereira, vol.III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p.333.

<sup>93</sup> *Occidente*, nº18, 1878, secção gravuras.

<sup>94</sup> Raquel Henriques da Silva, *ob. cit.*, p.333.

<sup>95</sup> *Occidente*, nº 4, 1878, p.30.

<sup>96</sup> *Idem*, n.º 56, 1880, p.59.

burguesa do ocidente” com a electricidade e o vapor ia-se transformando disposta a experimentar os benefícios do progresso moderno. A luz, aliás, dava por um momento a Lisboa o aspecto de uma cidade europeia.<sup>97</sup> Celebidades de renome mundial em digressão pela Europa incluíam Portugal no roteiro dos seus espectáculos.<sup>98</sup> Sucediavam-se as inaugurações de meios de comunicação com ligações internacionais, festas da paz e do trabalho que testemunhavam os progressos do país e o reposicionavam na hierarquia europeia. Eventos do calendário mundano, as regatas internacionais do Tejo eram também consideradas torneios civilizadores que faziam parte dos costumes e tradições do país e proporcionavam importantes momentos de confraternização europeia.

Ao lado desta tendência modernizadora europeísta, mantinha-se a preocupação africana. A viabilidade de uma pequena potência como Portugal no concerto europeu passava também pela sua afirmação como nação colonial imbuída de superior missão civilizadora. O interesse por África tinha despertado na vigência do governo setembrista após a perda do mercado brasileiro e a intensificação do imperialismo europeu. As expedições geográficas realizadas por Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto, *embaixadores da Europa*, eram preparadas em Londres e Paris e, mais tarde, pela Sociedade de Geografia de Lisboa. Segundo Maria Emília Madeira Santos foram estes homens que se aperceberam da oportunidade e urgência em apresentar à Europa científica e política, explorações sensacionais ao nível internacional.<sup>99</sup> Face a uma economia internacional cada vez mais competitiva e a um país que lutava contra a falta de ciência, indústria e invenção técnica, a ocupar um dos últimos lugares na hierarquia das nações, aumentava a facção que via África como o que podia ser um proveitoso manancial de incalculáveis bens, património que na posse de outra nação faria a sua riqueza e glória.<sup>100</sup> O interesse português por África predizia um futuro risonho no convívio das nações onde o país ocuparia lugar central dado que depois da Inglaterra era a primeira nação colonial e a sua colonização era superior à inglesa e à alemã porque o seu intuito era civilizador. As viagens exploratórias eram seguidas de expedições de obras públicas encaradas como cruzadas civilizadoras que levavam aos indígenas todos os benefícios da paz.<sup>101</sup> Assim, instintos selvagens indicadores de estádios primitivos desapareciam face à mágica influência da civilização.<sup>102</sup> Numa acção de verdadeira propaganda nacional defendia-se a supremacia e universalidade da vocação colonialista portuguesa face às estrangeiras.

<sup>97</sup> *Occidente*, nº22, 1878, p. 170.

<sup>98</sup> Por exemplo, a americana Leona Daré, que realizava o seu espectáculo circense de exercícios acrobáticos sobre corda, no Coliseu dos Recreios. A princesa do funâmbulo tinha conquistado os aplausos de todo o mundo e a consagração de todas as Ilustrações Europeias. *Occidente*, nº 9, 1878, p.70.

<sup>99</sup> Maria Emília Madeira Santos, *Das travessias científicas à exploração regional em África: uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, sep. do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1991, pp.3-13.

<sup>100</sup> *Occidente*, nº 5, 1878, p.37.

<sup>101</sup> *Idem*, nº 30, 1879, p.47.

<sup>102</sup> A viagem de Serpa Pinto pela África Austral referenciada na imprensa estrangeira envolve Portugal na dinâmica colonialista de finais de século, assumindo a *Occidente* a prioridade de publicação das notícias referentes às expedições africanas.

A comemoração do Tricentenário de Camões em Junho de 1880 insere-se neste movimento colonialista e a exploração da viagem de Vasco de Gama à Índia era feita no intuito de contabilizar a prioridade portuguesa no encontro mundial de culturas. A gesta colectiva da nação, verdadeira epopeia nacional, representada por Camões nos *Lusíadas*, obtinha a “apoteose de uma civilização inteira” projectando o nome de Portugal no mundo e impulsionando a renovação do país finalmente desperto para as lutas do progresso e para as conquistas da civilização.<sup>103</sup> Camões, considerado um dos maiores poetas é mitificado no discurso cultural do século XIX assumindo também o papel de herói nacional.<sup>104</sup> Os símbolos do passado eram chamados novamente face à necessidade da refundação para demonstrar o valor e as possibilidades das gerações oitocentistas.<sup>105</sup>

O intuito político das comemorações era evidente. O Tricentenário celebrava uma viagem que modificava as relações entre Oriente e Ocidente, uma aventura portuguesa e cristã onde a “Europa personificada no povo português assume uma preponderância universal.”<sup>106</sup> A França, Espanha, Alemanha, Brasil, Bélgica juntavam-se às comemorações e celebravam Camões através das suas instituições culturais.

A Europa também se pensava como uma entidade em crise. O debate africano não era exclusivamente de panegírico colonialista. Na edição da *Occidente* dedicada unicamente a esta temática, Oliveira Martins era o único articulista que se distanciava do republicanismo africanizante implícito nas comemorações ao considerar os *Lusíadas* um epitáfio por celebrarem a epopeia decadentista de um povo. Eduardo Lourenço também reflectiu sobre esta dúvida representação considerando que “os Lusíadas eram o memorial de um povo em declínio transformando-se Camões num mito cultural negativo na sua ligação ao presente”.<sup>107</sup> Alberto de Cervaes afirmava, em 1878, que a “África nunca será um continente inglês nem português será um continente e uma civilização de negros”.<sup>108</sup> Esta ideia de uma futura autodeterminação das colónias presente no republicanismo de feição socializante de alguns intelectuais portugueses ultrapassa definitivamente as concepções europocentristas. Uma civilização que se constrói sem referência à Europa era um testemunho da crise da própria Europa no século XIX. Com efeito, o preconceito de que os povos e a civilização da Europa eram superiores aos povos não brancos e às suas manifestações de cultura foi criticado e considerado preconceito.

A nível político, a Europa desde a guerra franco - prussiana vivia um clima de paz que alternava com situações de conflito localizado como a *Questão do Oriente* devido ao

<sup>103</sup> *Occidente*, Suplemento ao n.º59, 1880.

<sup>104</sup> Eduardo Lourenço, *ob. cit.*, p.107.

<sup>105</sup> Vide anexo VI – ilustrações 9 e 10, *Festas do Centenário de Camões* (1880).

<sup>106</sup> Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1994, pp.87-88.

<sup>107</sup> “A cristandade livrava-se do inimigo muçulmano pelo arrojo do pequeno povo, para quem depois tão ingrata e sobranceiramente olhará. Portugal, colocado na parte mais ocidental e no extremo sudoeste da Europa, era como que uma atalaia perpétua a velar a vastidão do oceano e por detrás de si ouvia o zumbir deste vespeiro da Europa”. *Occidente*, n.º64, 1880, p.134.

<sup>108</sup> Eduardo Lourenço, *ob. cit.*, p.110.

<sup>109</sup> *Occidente*, n.º7, 1878, p.30.

crescimento das rivalidades imperialistas e dos nacionalismos. O espírito belicista irrompe no *Occidente* pelas referências aos progressos técnico-militares e rearmamento das nações europeias, categoria onde Portugal também se incluía.<sup>109</sup>

Numa época de tensões imperialistas, Portugal sofria as ambições políticas e económicas das grandes potências sobre os seus domínios coloniais e admitia-se o receio pelo futuro político do país. Uma diplomacia credível podia colocar as nações mais pequenas a salvo da ambição das maiores o que implicava a execução de uma política diversificada de alianças e isso traduzia-se pela reafirmação da tradicional aliança luso-britânica, no estreitar de laços com a Espanha e no prolongamento da dinâmica cultural com a França e outras nações europeias. Neste período, há a constante procura de um sentido que permita a Portugal reencontrar-se como nação livre e soberana, como projecto forte e positivo, na Península Ibérica ou na Europa.<sup>110</sup>

Na *Occidente*, as assimetrias europeias incluíam no grupo das grandes potências a Inglaterra, França, Alemanha, seguidas pela Bélgica e Holanda como nações coloniais e a Suíça, Dinamarca, Noruega, Suécia, Itália, Espanha, Portugal, Grécia e Rússia.

A Inglaterra, no seu *splendid isolation*, surgia como o centro da civilização moderna devido ao seu desenvolvimento económico. Grande nação de indiscutível hegemonia mundial, dominadora dos mares, aliava os recursos do seu império colonial aos progressos industriais e às potencialidades da ciência e técnica. O país personificava a opulência económica e financeira da civilização ocidental. Através da descrição crítica da sua acção colonizadora reconhecemos alguns dos estereótipos oitocentistas sobre o exotismo dos lugares orientais. Um mundo natural e mágico, sem o artifício da ciência, dominado e infantilizado pelo Ocidente, entidade que divinizava. Uma civilização voluptuosa, feminina, arrebatada de fervor místico que contrastava com uma civilização industrial, máscula e irreligiosa que a inferiorizava e sobre a qual consolidava o seu domínio.<sup>111</sup> A superioridade económica inglesa mantinha acesa a ligação entre os dois países, embora os seus apetites pelos nossos territórios coloniais tenham originado momentos de grande conflito. Portugal passou a ter a Grã-Bretanha mais como concorrente do que como aliado.<sup>112</sup> A Grã-Bretanha envolvia-se nos conflitos imperialistas de final do século mantendo conflitos com diferentes Estados e procurando ocupar novos territórios coloniais em África e na Ásia. Na *Occidente* a publicação regular de gravuras dos navios de guerra ingleses

<sup>109</sup> Gravura de quatro navios de guerra da esquadra inglesa, modificados a fim de serem postos a par das modernas exigências da guerra naval. *Occidente*, nº 51, 1880, p.21. Secção da Marinha de Guerra Portuguesa, a nossa marinha aumentada com mais duas canhoneiras. *Idem*, nº52, 1880, p. 29.

<sup>110</sup> Guilherme de Oliveira Martins, *Portugal. Identidade e Diferença. Aventuras da Memória*, Lisboa, Gradiva, 2007, p. 92.

<sup>111</sup> Num contexto de elaboração do tratado entre os dois países, prevendo a construção de uma linha-férrea ligando o porto de Mormugão à fronteira da Índia britânica, uma crítica normativa e sistemática acerca da colonização inglesa neste território denunciava a espoliação de recursos e as práticas hedonísticas. A falta da acção civilizadora da grande nação ocidental leva Pinheiro Chagas a afirmar que não é a Europa que se impõe à Ásia, é esta que converte a Europa aos seus preconceitos e vícios. *Occidente*, nº 13, 1878, p. 94.

<sup>112</sup> Guilherme de Oliveira Martins, *ob. cit.*, p.88.

provavam o seu rearmamento e a superioridade da sua marinha. As referências à literatura inglesa resumiam-se à influência de Shakespeare no Drama. Vocábulos ingleses também podiam ser encontrados nos textos relativos aos costumes e modas lisboetas.

A França era representada como paradigma da modernidade civilizacional. A nação mais amada pelos liberais de esquerda. Paris, a cidade onde brilhava a luz intensa da ideia liberal era considerada a capital intelectual do mundo, centro irradiador da razão e lugar de invenção moral e científica. Em 1879, nas suas *Notas de Viagem*, Ramalho Ortigão oferecia aos leitores descrições e apreciações da cidade e sobretudo da última exposição.<sup>113</sup>

A Revolução Francesa ao instituir a democracia, a liberdade e a tolerância como modelos de desenvolvimento e bem-estar era considerada a mais importante revolução liberal e, por isso, motivo de várias referências na *Occidente*. Contudo, a França deixara de ser o centro político europeu. Ocupada em romper o isolamento internacional, a que a política de Bismark a votara após a guerra de 1870-71, não tinha Portugal como alvo preferencial da sua diplomacia. Este facto talvez explique a sua indiferença por um país que com ela cultivou relações ambíguas de proximidade e distanciamento até às vésperas da primeira guerra. Em 1878, depois do fracasso da Comuna de Paris, vivia-se uma estabilidade aparente num confronto diário com a possibilidade de nova revolta. A evolução política francesa interessava a toda a Europa e era seguida com atenção em Portugal, particularmente pela facção republicana. Júlio Grevy, novo presidente da República em 1878, será capa do *Occidente* e tema de um extenso artigo de Latino Coelho<sup>114</sup> que considera a “República o regime mais racional dos povos livres e o mais adequado aos tempos em que resplende a luz intelectual.”<sup>115</sup>

No domínio cultural, reconhecia-se a sua vanguarda e, por isso, Portugal consumia a sua literatura, teatro, ópera, pintura, de forma massificada. Vitor Hugo era o apóstolo da glorificação da política humanitária do século XIX e o poeta que leva atrás do seu carro de triunfo todos os exércitos poéticos do velho mundo. O escritor constituía uma das maiores referências do nosso meio intelectual.<sup>116</sup> A recepção de autores franceses no país foi visível durante todos os anos de publicação da revista. Em 1878, Teixeira Bastos era notado como discípulo da poetisa Louise Ackermann e Littré apreciado como o maior pensador positivista.<sup>117</sup> A obra de Gustave Flaubert era considerada moderna por descrever realisticamente a sociedade ao contrário do que se passava na Europa, e particularmente em Lisboa, ainda românticas.

No S. Carlos os espectáculos de ópera cómica demonstravam o triunfo da moderna arte francesa sobre a decadente escola italiana. No teatro D. Maria II representavam-se obras de

<sup>113</sup> *Occidente*, nº 46, 1879, p.170.

<sup>114</sup> *Idem*, nº29, 1879, p.36.

<sup>115</sup> *Ibidem*, nº 30, 1879, p.42.

<sup>116</sup> *Ibidem*, nº 6, 1878, p.48.

<sup>116</sup> *Ibidem*, nº 8, 1878, p.58.

<sup>117</sup> *Ibidem*, nº59, 1880, pp.82-83.

Vítor Hugo e Dumas. Gustave Coubert, pintor da escola realista, era também reconhecido pela sua faceta de revolucionário político e Francisco Vicente Raspail, um dos responsáveis pela revolução republicana de 1830, merecia um respeito público universal. A formação em Belas Artes implicava o estudo das técnicas de gravura e pintura em Paris. À França era reconhecida uma sólida reputação científica. As publicações ilustradas de moda eram semelhantes às francesas, consumindo-se ainda directamente de Paris alguns exemplares de publicações desta índole. Na crónica eram frequentes vocábulos franceses na descrição da sociedade lisboeta e os artigos mais eruditos incluíam referências em francês, «língua de civilização». Uma influência criticada por alguns articulistas mais conservadores que a consideravam excessiva e recusavam qualquer tipo de subalternidade cultural. “Imitávamos a tal ponto as modas francesas que desprezávamos Portugal e por isso sentíamos a indiferença de todos os que moram para além de Badajoz.”<sup>118</sup>. A França, Inglaterra, Itália, Alemanha e a Espanha em repetidas edições honravam a memória dos seus antigos escritores. Portugal tinha uma literatura superior à de alguns dos países referidos e não lia senão “o que lhe forneciam as estragadas imaginações francesas e as suas mais estragadas reproduções.”<sup>119</sup> A cultura literária portuguesa oitocentista baseou-se no contacto com as literaturas estrangeiras através da língua francesa. A França difundia o pensamento alemão, obviamente filtrado, quer pela tradução, quer pelas modas e tendências político-culturais que circulavam na imprensa.<sup>120</sup>

A Alemanha era admirada pela sua projecção económica, política e militar que a transformara em actor de grande relevo no equilíbrio europeu. Como refere Raymond Betts, “The age of French hegemony had ended with the franco-prussian war. Henceforth Germany dominated the European scene and would do so for the next three-quarters of a century”.<sup>121</sup> Os movimentos das nacionalidades que se desenvolveram na segunda metade do século XIX, seguindo uma lógica de unificação, conduziram à formação do Estado-Nação, na Alemanha e na Itália. Uma identificação com a estrutura política do Estado e com a estrutura cultural da nação, aproximava Portugal dos referidos países. Bismark tinha a perspicácia de um diplomata e Guilherme I era o grande artífice da unificação alemã. Fontes Pereira de Melo, Presidente do Conselho e Ministro de Guerra em 1878, era considerado um dos primeiros homens de Estado da Península, o *Bismark do ocidente*.<sup>122</sup>

Os laços familiares entre a casa real portuguesa e as casas reais alemãs de Saxe e de Hohenzollern uniam as duas monarquias e no *Occidente* pró-germânico era visível a admiração pelo colossal império.<sup>123</sup>

<sup>118</sup> *Occidente*, nº39, 1879, p.115.

<sup>119</sup> *Idem*, nº44, 1879, p.160.

<sup>120</sup> Ana Maria Pinhão, Ramalheira, *ob. cit.*, p.394.

<sup>121</sup> Raymond F. Betts, *ob. cit.*, p.75.

<sup>122</sup> *Occidente*, nº 4, 1878, p.27.

<sup>123</sup> Ana Maria Pinhão Ramalheira, *ob. cit.*, p.395.

A Alemanha registava inúmeros progressos na ciência e técnica. Telefones alemães foram usados nas primeiras experiências feitas entre o Observatório Meteorológico da Escola Politécnica e o Observatório Astronómico da Ajuda. Pátria de génios musicais como Bach, Beethoven, Wagner, Mendelssohn, influenciava os compositores de Viena como Hayden, Schubert e Mozart. Na literatura contava com a soberania intelectual de Schiller e Goethe.<sup>124</sup> Publicado ao longo de onze edições, *Os últimos amores de Goethe* de Maria Amália Vaz de Carvalho, elevava o intelectual alemão a uma genialidade que o tornava universal e imortal, reconhecendo-se que com o *Werther* o escritor ganhara a divinização do seu país e a vassalagem da Europa.<sup>125</sup> Segundo, Ana Maria Ramalheira: “Goethe é um prolongamento de uma Alemanha romântica, idílica e pensante, uma espécie de pai intelectual, representante de valores autenticamente germânicos.”<sup>126</sup> O reconhecimento do valor dos escritores, filósofos, compositores e artistas alemães validava uma existência intelectualmente superior. Imagem idealizada que será difundida pelo romantismo francês.<sup>127</sup>

A imagem inicial relativa à Espanha descobre-a inalterável na sua altivez imperial apesar de endividada perante as exigências de um casamento real e inconformada com a estrutura decadência de difícil aceitação. Em 1878, a situação política fragilizava a monarquia que vivia atemorizada pela propaganda republicana de Castelar. Intelectuais dos dois países alimentam o projecto da confederação ibérica para livrar da estagnação a Península. A sentida decadência dos dois reinos conduzia à defesa da Ibéria como forma de conter a pressão imperialista da Europa. Em Março de 79, os monarcas ibéricos encontram-se em Elvas para inaugurar a linha-férrea que encurtava a distância que afastava a Península da Europa. “O chefe do Estado sempre solícito em cimentar a boa união entre Portugal e o resto da Europa entendeu dever ir ao encontro do seu régio primo.”<sup>128</sup> Duas nações gloriosas, ciosas da sua liberdade e independência cultivavam relações de amizade e aliança. A União Ibérica era teorizada através do federalismo que respeitava a independência dos dois Estados. Qual a nação mais importante? A Espanha ocupava nas referências europeias um brilhante lugar como nação artista, mas Portugal não abdicava da sua prioridade nas Descobertas quatrocentistas.<sup>129</sup> A Espanha mantinha relações artísticas, literárias e mesmo ideológicas de maior proximidade com outros países europeus.

Portugal mantinha relações diplomáticas cordiais com a Itália devido às ligações familiares entre a casa real portuguesa e a do rei Vítor Manuel II. Numa Europa dominada pelos processos tendentes à constituição de grandes Estados, a unificação italiana e os vultos a ela

<sup>124</sup> *Occidente*, nº12, 1878, p.91.

<sup>125</sup> *Idem*, nº7, 1878, p.51.

<sup>126</sup> Ana Maria Pinhão Ramalheira, *ob. cit.*, p.400.

<sup>127</sup> O *Occidente* publica *Merina* de Cesário Verde, a alemã que eu sigo e que me agrada. *Occidente*, nº9, 1878, p.71.

<sup>128</sup> *Idem*, nº 29, 1879, p.37.

<sup>129</sup> Defendendo Brito Rebelo a propósito do achamento da América que o projecto de Cristóvão Colombo não foi atendido em Lisboa porque já havia sido apresentado por outros antes dele, a quem tinha sido dada autorização sem que então houvesse resultado conhecido. *Ibidem*, nº34, 1879, p.75.

ligada, o rei, o primeiro-ministro Cavour e Garibaldi, são amplamente referenciados nas páginas do *Occidente*. A Itália era ainda apreciada pelo seu património histórico, justificando-se a ida a Roma pela visita ao Coliseu e ao Vaticano, um lugar de peregrinação. O viajante caminhava pelas catacumbas e deixava as suas esmolas denunciando-se o conflito entre monarquia e papado nas críticas sobre o desfasamento da ideologia católica e as práticas terrenas do clero italiano.

A ópera lírica italiana no S. Carlos era um dos grandes acontecimentos da época teatral da Lisboa oitocentista.<sup>130</sup>

A Rússia vivia um período de instabilidade política e social, motivado pelo confronto entre os ideais democráticos e o exercício do poder autocrático. O conto de Saltykroff, *Os generais e o camponês*, de evidente intenção revolucionária permitia avaliar o estado dos espíritos naquele vasto império.<sup>131</sup> Luduvig Hartmann envolvido no movimento revolucionário russo e no atentado contra o Ksar refugia-se em Paris e depois na Inglaterra.<sup>132</sup> A nível externo, a Rússia dominada pela *Questão do Oriente* invadia a Turquia com o pretexto desta dominar arbitrariamente a Bulgária.<sup>133</sup>

Nestes dois anos iniciais, a *Occidente*, através dos seus articulistas, centra as suas reflexões no lugar ocupado por Portugal na Europa. A nível cultural, o país é visto e vivido na Europa, pouco, com excepção da literatura, é sentido como diferenciado e próprio. Portugal ensaia o seu lugar no *mainstream* político e económico europeu. Uma certeza, o lugar que ocupava na hierarquia europeia estava aquém das expectativas de uma geração que começava a evidenciar sinais de cansaço nesta luta civilizacional.

## 2- *CHRONICA OCCIDENTAL*. CRÍTICA SOCIAL E INTERVENÇÃO POLÍTICA

Os dois primeiros anos do periódico são marcados pela presença de Guilherme de Azevedo (1840-1882). Poeta e jornalista, perfeitamente a par do movimento intelectual da chamada geração de 70, discípulo de Antero e um dos participantes do Cenáculo. Segundo Maria das Graças Moreira de Sá, “deste convívio resultou a renovação das suas leituras, o conhecimento das ideias caracterizadoras do momento histórico que então se vivia e a preocupação com a transformação social, moral e política dos povos.”<sup>134</sup> O verniz de civilização possibilitado pelo liberalismo escondia o verdadeiro Portugal: conservador, pouco

<sup>130</sup> Na Europa, o gosto pela música italiana vinha do século XVIII e “como quase sempre tem sucedido Portugal seguiu também neste assunto a moda importada do estrangeiro. *Occidente*, nº9, 1878, p.70.

<sup>131</sup> *Idem*, nº49, 1890, p. 6.

<sup>132</sup> *Ibidem*, nº57, 1880, p. 70.

<sup>133</sup> O que estava em jogo eram os apetites imperialistas da Rússia sobre os Balcãs disfarçados sobre a pretensa protecção dos eslavos do sul quando pretendia controlar os estreitos do Mar Negro e encontrar uma saída para o Mediterrâneo.

<sup>134</sup> Maria das Graças Moreira de Sá, *Guilherme de Azevedo na Geração de 70*, Lisboa, Biblioteca Breve, ICALP, 1986, p.18.

desenvolvido, a evoluir lentamente na periferia da Europa como a vizinha Espanha. Mas, esta era uma época em que a imprensa assumia ainda um carácter literário e doutrinal e se reconheciam os poetas como agentes dinâmicos das transformações sociais. Guilherme de Azevedo era conhecido pelo seu lirismo social e democrático. Defensor da Comuna de Paris (1871) talvez, por isso, tivesse preferência pelo socialismo como uma das vias da Revolução social.<sup>135</sup> O seu espírito “revolucionário e combativo” rapidamente o torna o cronista mais popular de Lisboa. De bigode curto e negro, o *diabo coxo*, alcunha retirada da obra de Lesage, agitava com as suas críticas um país estagnado, uma sociedade tradicionalista, esquecida das promessas liberais de 1820, entorpecida pelo estafado rotativismo político e quase invisível para a Europa.

A partir de 1875 inicia a sua carreira jornalística colaborando na *Gazeta do Dia* e na *Lanterna Mágica*. Em 1877, no *Diário da Manhã*, escreve “Cartas de um Birmã” e a partir desta data vê-se transformado num dos maiores cronistas de Lisboa.”<sup>136</sup> Em Setembro, desse ano, Caetano Alberto reunia-se no seu ateliê de gravura com Manuel de Macedo e Brito Rebelo para tratar da fundação de uma revista ilustrada. Era necessário um cronista e por isso foi lembrado Guilherme de Azevedo. Ele aceitou o cargo e baptizou a nascente revista com o nome de *Occidente*.<sup>137</sup>

Na primeira “chronica occidental” Guilherme de Azevedo refere que a *Occidente* não apresenta programa porque reconhece como seu, “sem mudança duma vírgula”, o publicado há 43 anos no *Panorama, Jornal Litterario e instructivo*, da Sociedade de Propagadora dos Conhecimentos Úteis (1837).<sup>138</sup> Uma publicação destinada a promover a instrução e o conhecimento e que, face à evidente decadência intelectual, perseguia um projecto de várias gerações: “trabalhem por nos instruir e melhorar nossos costumes, aumentando a civilização nacional.”<sup>139</sup>

<sup>135</sup> Comuna de Paris insurreição de operários em Paris, Março de 1871 e da posterior afirmação da III República.

<sup>136</sup> Maria das Graças Moreira de Sá, *ob. cit.*, pp. 21-24.

Em 1878 no *Suisso* e no *Martinho*, pleno coração de Lisboa, Guilherme de Azevedo e Guerra Junqueiro inspiravam-se para escrever sobre os tipos colhidos do natural, as intrigas apanhadas em flagrante e a política da terra. Portugal devia orgulhar-se de filhos assim que estendem seu nome por todo o mundo culto, onde os seus livros têm sido traduzidos em francês, inglês, italiano, espanhol e apreciados em revistas nesses países e na Alemanha. Leia-se *Occidente*, nº1154, 1911, p.18.

<sup>137</sup> *Occidente*, nº 913, 1904, p.27. Em 1875, na *Revista Occidental* dirigida por Jaime Batalha Reis, a poesia era posta ao serviço da causa dos desprotegidos da fortuna e da dignidade social. Um dos objectivos da publicação era criar e difundir ideias modernas em domínios como a Filosofia, Ciência e Literatura contemporâneas. Contudo, a identificação do *Occidente* seria feita com o *Panorama*.

<sup>138</sup> *Idem*, nº1, 1878, p.8.

<sup>139</sup> *Ibidem*, nº1, 1878, p.2. A revista assumia também um projecto nacionalista que vinha de encontro “à necessidade que têm hoje todos os povos de afirmar a sua individualidade moral e o seu modo de ser no concerto da civilização. O *Occidente* servirá a ideia civilizadora de trazer para a evidência da luz, a vida nacional que palpita no mundo obscuro do esquecimento público. Assim, reproduzirá pela gravura os monumentos nacionais, as curiosidades arqueológicas, todo o velho mundo derrocado onde se debateu a epopeia gigante da nossa civilização. Todos os grandes homens do passado e os contemporâneos dignos da homenagem nacional; todos os que por qualquer facto extraordinário e flagrante despertem num dado momento o interesse público, tanto nacionais como estrangeiros, terão um lugar na galeria das nossas celebridades. A indústria agrícola e manufactureira; a navegação, o comércio, a guerra, a religião, os costumes, as invenções, as viagens, enfim toda essa multidão de factos comovedores e palpitantes de que o mundo moderno é teatro, serão comentados com o lápis e com a pena na galeria pitoresca e multiforme desta publicação. Merecer-nos-á um cuidado especial a exploração portuguesa empreendida hoje no interior da África. A gravura completará devidamente a narração da viagem. Toda a importância, cientificação e todo o aspecto pitoresco da aventureira expedição geográfica, serão comemorados em *O Occidente* como um dos factos mais salientes da moderna vida nacional.” *Ibidem*, nº 9, 1878, p.70.

O público acolheu a fundação da *Occidente* com o alvoroço da novidade. A “crónica occidental”, traduzida inclusive em Espanha devido ao seu reconhecido valor, tornou-se um êxito nas páginas da revista.<sup>140</sup> A leitura dos cronistas, que faziam o relato dos principais acontecimentos políticos, sociais e literários do país, demonstrava o papel da imprensa como um dos testemunhos privilegiados dos comportamentos e modos de pensar do português oitocentista. No *Occidente*, Guilherme de Azevedo defendia a transformação social, moral e política do país através da crítica e do debate democrático de ideias. Utilizando de forma inteligente e irreverente o humor, arma de crítica social e intervenção política, combatia a letargia pátria e esquisava percursos de mudança. Era um crítico feroz do atraso e decadência de Portugal denunciando a entropia e o imobilismo dos poderes instituídos responsáveis pela estagnação do país. Refere Maria das Graças Moreira de Sá: “é como contador de mil coisas que Guilherme de Azevedo inaugura a primeira crónica. Vemo-lo desvendar quinzenalmente a vida e a sociedade lisboetas, analisar as suas novidades, relatar alegremente os sucessos do mundo das letras, artes e da política e noticiar as grandes descobertas nacionais e estrangeiras.”<sup>141</sup> Exigências de paginação, pela antecedência com que tinham de ser compostas as páginas das gravuras, foram invocadas como justificação para o reposicionamento da crónica na primeira página da *Occidente*. Guilherme de Azevedo e a sua caricatura dos ridículos assumiam total protagonismo na revista. Semana a semana, a história dos mais notáveis acontecimentos através de um discurso humorístico e de uma escrita ágil de onde se escapavam desafiantes críticas aos poderes político-sociais instituídos. Em 64 crónicas distribuídas de 1 de Janeiro de 1878 a 15 de Agosto de 1880, Guilherme de Azevedo prolongava a intenção crítica da geração de 70, farpeando a sociedade, a igreja e a política monárquico-constitucional. Escrevia: “a crónica devia ser o pequenino processo da vida social, política, literária, artística do país.”<sup>142</sup> Como sugere, a crónica deve reportar-se aos sucessos da quinzena: novidades teatrais, acontecimentos literários, escândalos, factos artísticos, sucessos mundanos.<sup>143</sup> Mas, era mais do que isso. A imprensa exercitava funções de combate político-ideológico. Atento à mutação da sociedade europeia e inconformado com a aparente imobilidade do país, Guilherme de Azevedo assumia na provocação do discurso a sua faceta de revolucionário. Ideologicamente, não escondia o seu apoio aos ideais democráticos de 1822 reiterando críticas à Carta Constitucional e assumindo uma postura anticlerical. Defendia que a regeneração de Portugal passava pela aproximação aos modelos políticos e culturais europeus e o progresso só poderia ser alcançado através de um regime mais livre e democrático.

<sup>140</sup> *Occidente* nº 1154, 1911, p.18.

<sup>141</sup> Maria das Graças Moreira de Sá, *ob. cit.*, pp. 94-95.

<sup>142</sup> *Occidente*, nº1, 1878, p.8.

<sup>143</sup> *Idem*, nº 40, 1879, p.122.

Guilherme de Azevedo considerava a França lugar de vanguarda civilizacional e salientava, com humor, que embora as elites do S. Carlos continuassem a educar de forma tradicional as gerações no gosto do romantismo italiano, a restante sociedade preferia o can-can francês, hino à modernidade e ao optimismo.<sup>144</sup> O teatro, também permanecia anacronicamente arreigado ao gosto romântico indiferente às modernas correntes estéticas. A modernização do país passava pela Europa e a França representava o modelo religioso, científico, civilizacional, a seguir, por todas as nações. Os inúmeros termos franceses das crónicas eram um evidente testemunho dessa influência. Portugal, recebia através da França as novidades do progresso europeu e culturalmente a Europa era francesa. A França seduzia os intelectuais de esquerda pelas virtudes ideológicas de 1848: democrática, anticlerical, antimonárquica, pacifista, federalista, universal. Guilherme de Azevedo considerava Vítor Hugo um semideus da grandeza. Paris era o lugar da literatura moderna e revolucionária.<sup>145</sup>

Contudo, a dependência não era pacífica. A credibilidade do modelo não implicava a “cópia servil e indiscreta” e o articulista, logo na primeira crónica, denuncia a passividade, a falta de uma cultura crítica na “importação de franfreluches de moda,” que consumíamos por manifesta incapacidade criativa e que agravavam a posição periférica do país e o remetiam a um estado de invisibilidade na arquitectura europeia.

Paris era também Babilónia, lugar de desregramentos sociais e morais. A este nível residia a pequena vitória da superioridade moral portuguesa: éramos vagarosos, pacíficos e honestos. Mas, cultivávamos uma grande minoridade civilizacional através de uma dolorosa existência. “Vamos chouteando placidamente pela existência fora no bucólico burrinho de Sancho Pança e os outros fazem a viagem da vida em meios de locomoção imprevistos e vertiginosos.”<sup>146</sup> Através da síntese caricatural imergia um país rural, imobilizado e arcaico e um povo inculto, sofrido mas acomodado, disposto a levar uma vida mansa e, como referia Ramalho Ortigão, com uma vontade muda e pacífica. Os outros experienciavam novos caminhos políticos e usufruíam das mutabilidades do espaço e do tempo provocadas pela superioridade técnica, permitindo-se participar no avanço da sociedade. Portugal vivia numa temporalidade mais lenta, regulada pela tradição, resistindo à inovação, consciente da marginalidade. “Os franceses procuravam saltar o canal da Mancha, nós saltávamos fogueiras.”<sup>147</sup> Paris estava pronta para trabalhar às 8 da manhã, Lisboa à 1 ou 2 da tarde, hora de abertura do Parlamento. Nós fazíamos em oito dias o que os outros povos faziam em 8 horas.<sup>148</sup> Nas nossas estações ferroviárias os

<sup>144</sup> *Occidente*, nº 2, 1878, p.15. No S. Carlos, a assistência cultivava o gosto pela ópera romântica e particularmente por Verdi e Wagner, músicos empenhados nos projectos de unificação da Itália e da Alemanha e por isso do agrado das famílias reinantes europeias e elites aristocráticas. O sucesso da ópera cómica *Le songe d'une nuit d'été* representava um triunfo completo da moderna arte francesa sobre a decadente escola italiana. *Idem*, nº 4, 1878, p.58.

<sup>145</sup> *Ibidem*, nº49, 1879, pp.1-2.

<sup>146</sup> *Ibidem*, nº13, 1878, p.98.

<sup>147</sup> *Ibidem*.

<sup>148</sup> *Ibidem*, n.º 54, 1880, p.42.

comboios nunca eram pontuais e o mau estado das linhas motivava frequentes descarrilamentos.<sup>149</sup> Não conseguíamos acompanhar o ritmo de transformações de nações como a Alemanha, França, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Mónaco, República de S. Marino, apontados como modelos de progresso económico, colonial, turístico. Uma risonha França era confrontada com um triste Portugal e isto, porque tudo o que transpunha a fronteira tinha a obrigação de ser sério. Numa Europa em acelerada mudança, Lisboa continuava romântica e as elites monárquicas a ler o *Fígaro* como o evangelho dos povos.<sup>150</sup> Segundo, Guilherme de Oliveira Martins “esta autocondenação colectiva no momento da encruzilhada fineseccular constituiu uma autêntica ameaça: a nação não acredita em si mesma tornando-se difícil conceber o futuro de quem perde a consciência da dignidade colectiva.”<sup>151</sup>

Através da França cultivávamos as relações com a Alemanha e a Inglaterra. Guilherme de Azevedo foi influenciado pela teoria francesa das duas Alemanhas.<sup>152</sup> Para ele a Alemanha era Bismarck terrível, militar e agressiva. Reconhecia a excelência da sua cultura musical e os progressos de quem ouvisse Mendelsson e Haaydn em religioso silêncio. Mas considerava que “esta cortesia pelos clássicos provém de um imposição do noticiário e do reclame” mais uma moda do que verdadeira erudição.<sup>153</sup> A Alemanha sem referências culturais era autoritária, autocrática, nacionalista, individualista, manipuladora, belicista, inimiga da França.

As nações que demonstravam maior interesse por Portugal eram a Grã-Bretanha e a Espanha.<sup>154</sup> A Grã-Bretanha dominadora dos mares lutava para manter a sua hegemonia no xadrez mundial num fim de século marcado pelo aumento das rivalidades imperialistas e coloniais. Num contexto internacional dominado por conflitos entre a Inglaterra e a Rússia e a preparação da Exposição Universal de França (1878), Portugal era ridicularizado pela indiferença demonstrada face a estes acontecimentos.<sup>155</sup> Plácido cantinho do mundo, “retirado e pacato abrigo, retiro dos pacatos da Europa, onde não se registam comoções fortes nem impressões violentas. Ao contrário do Oriente onde os ingleses se preparavam para atacar a Rússia, a partir do Bósforo, para contentamento da Alemanha de Bismark”.<sup>156</sup> De forma irónica, Guilherme de Azevedo promovia Portugal como pequeno lugar à margem do Mundo (leia-se Europa) distante dos triunfos das nações e dos afrontamentos imperialistas, geradores de dinâmicas universais de evolução civilizacional. O país parecia arredado da discussão político-ideológica que envolvia a reordenação do mapa europeu oitocentista e onde as grandes nações: Inglaterra, Alemanha e França competiam de forma quase saudável pela hegemonia política e

<sup>149</sup> *Occidente*, nº19, 1878, p.146.

<sup>150</sup> *Idem*, nº56, 1880, p. 58.

<sup>151</sup> Guilherme de Oliveira Martins, *ob. cit.*, p.90.

<sup>152</sup> Ana Maria Pinhão Ramalheira, *ob. cit.*, p.401.

<sup>153</sup> *Occidente*, nº43, 1879, p.146.

<sup>154</sup> *Idem*, nº48, 1880, p.185.

<sup>155</sup> Aproveitando Guilherme de Azevedo para apontar o provincianismo burguês de Lisboa que permitia pela primeira vez ao S. Carlos uma representação da *Aída* para além das duas da manhã.

<sup>156</sup> *Occidente*, nº9, 1878, p.66.

económica. Portugal evidenciava grandes dificuldades em acompanhar o progresso europeu, apesar da abertura do país a espaços de sociabilidade e actualização científica e tecnológica. Na Exposição Universal de Paris foi evidente o pouco interesse dos comissários pela representação portuguesa do Pórtico dos Jerónimos.<sup>157</sup> Arredado dos centros de economia-mundo, do jogo político internacional, da vanguarda cultural, preso a um passado continuamente prospectivo, de que forma poderia o país/margem alcançar visibilidade? Como provocar o olhar europeu?

Portugal não figurava nos itinerários dos viajantes do século XIX que preferiam Londres, Paris, Nova Iorque centros de desenvolvimento económico, lugares de progresso onde se podia experimentar a vanguarda científica e tecnológica. Não fazia parte dos itinerários históricos e roteiros de memórias, oferecidos pela tradicional visita a Itália. Portugal ficava longe do mundo (leia-se Europa). Ocasionalmente recebia uma celebridade europeia como Júlio Verne (1878), mas a caricatura do viajante estrangeiro habitual era: chefe *selvagem* asiático ou africano, vendedor de lanifícios inglês ou turista excêntrico.<sup>158</sup>

Guilherme de Azevedo também representava Portugal como fronteira entre um mundo civilizado e a barbárie. Lisboa era uma cidade de passagem. Os portugueses eram tão interessantes como as borboletas que se pregam nos alfinetes de cartão.<sup>159</sup> Mas, nas letras, éramos superiores aos espanhóis e considerava Guerra Junqueiro o maior poeta e António Cândido o maior orador, dos dois reinos.<sup>160</sup> Vários escritores são promovidos na crónica: Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Teixeira de Queiroz, Maria Amália Vaz de Carvalho, Alexandre da Conceição.<sup>161</sup> As suas obras eram referenciadas como exemplo das modernas correntes literárias, filosóficas e sociológicas. Cultivando o realismo e humanitarismo social francês, a sua geração denunciava os males atávicos do país e a urgência da sua regeneração. O reconhecimento internacional dos escritores portugueses era um dos caminhos que podiam conduzir ao aumento das relações civilizacionais com a Europa.<sup>162</sup> Contudo, a Europa não nos desejava apenas ingleses e espanhóis nos olhavam conquistados pelo sol. Imagens recorrentes de Portugal como ponto de passagem, fronteira entre o velho e o novo mundo que oferece aos visitantes em trânsito os seus melhores dons: o sol e o azul celeste. A viajada Sarah Bernhardt, autografando um cartão português, julgava o país uma província espanhola, vizinha de Múrcia.<sup>163</sup>

<sup>157</sup> *Occidente*, nº10, 1878, p.74.

<sup>158</sup> *Idem*, nº12, 1878, p.90 e nas décadas seguintes - jogador ou velha senhora inglesa em convalescença.

<sup>159</sup> *Ibidem*, nº7, 1878, p. 5.

<sup>160</sup> Escritores com ligações ao republicanismo. *Ibidem*, nº26, 1879, p.10.

<sup>161</sup> A nova edição do “Crime do Padre Amaro”. *Ibidem*, nº53, 1880, p.34, o “Primo Basílio” de Eça de Queiroz; os “Noivos” de Bento Moreno, pseudónimo de Teixeira de Queiroz, que virá a ser ministro do governo republicano em Junho de 1915; “Notas de Viagem” de Ramalho Ortigão; “Helenismo”, “Civilização Christã”, “História da Civilização Ibérica”, “História de Portugal” e “O Brasil e as colónias” de Oliveira de Martins. *Ibidem*, nº46, 1879, p.170; “Cantos Modernos” de Barros de Seixas, livro inspirado nos novos ideais revolucionários e no jacobinismo de Abril. *Ibidem*, nº52, 1880, p. 27, de Oliveira Martins, “Arabescos e Mulheres e crianças” de Maria Amália Vaz de Carvalho.

<sup>162</sup> Afinal, tínhamos assinalado a nossa presença ao mundo, por um poema épico que testemunhava que os portugueses deram à Europa o domínio dos mares e com ele a hegemonia universal. Camões constituía uma honrosa excepção.

<sup>163</sup> *Occidente*, nº57, 1880, p. 66.

Esta era uma época marcada por discussões acerca do futuro das nacionalidades e pela defesa darwinista da inviabilidade dos pequenos países colocando-se em causa a sua independência. Sentia-se a invisibilidade do país, ignorado por uma Europa, apenas preocupada com o que pensavam as grandes potências. Guilherme de Azevedo, adepto de um europeísmo anticolonial, defenderia o sonho de uma União Ibérica como solução para o atraso em que se debatiam as duas pátrias? O cronista considerava que, de Espanha, estávamos perto pelas fronteiras geográficas, mas longe nas do espírito.<sup>164</sup> Guilherme de Azevedo encarava a atonia pátria e a permeabilidade das fronteiras portuguesas como fragilidades face às investidas espanholas.<sup>165</sup>

Um discurso por vezes paternalista infantilizava o país marcando a sua ruralidade face a uma Europa técnica e urbana. Como refere Maria das Graças Moreira de Sá, o imobilismo e o estaticismo da capital são alvo da sua crítica.<sup>166</sup> Lisboa, aldeia que em Portugal possui melhor iluminação.<sup>167</sup> Capital civilizada que entre outros divertimentos, teve a reabertura do circo.<sup>168</sup> Triste rainha do ocidente (Carnaval).<sup>169</sup> Profunda Babilónia junto ao mar.<sup>170</sup> Odalisca.<sup>171</sup> Comissão da Europa à beira mar plantada.<sup>172</sup> Lisboa e política são, na verdade, os temas e as designações geralmente introduzidos pelas descrições iniciais da crónica.<sup>173</sup>

Guilherme de Azevedo, militando na oposição ao rotativismo, criticava a falta de preparação nas matérias dos dossiês públicos, a prática da retórica demagógica, a promiscuidade existente entre as letras e a política, a falta de coerência dos governos.<sup>174</sup> Os partidos alternavam no poder, sem modificações das práticas políticas demonstrando reduzida democraticidade e favorecimento das classes dominantes.<sup>175</sup> Face às restrições do exercício político da cidadania e evidentes contradições entre prática liberal e democracia, Guilherme de Azevedo reivindica o alargamento da representatividade democrática através da extensão do voto popular.<sup>176</sup> Os libelos do rotativismo acentuavam o sentimento de decadência de Portugal mas havia esperança de regeneração. Assim, se escrevia, “este pequenino mundo é um pobre enfermo que se curava, talvez, submetendo-o a um tratamento rigoroso.”<sup>177</sup> – leia-se, país menor da Europa, beneficiário da lusofilia, doente, com capacidade de regeneração após necessárias alterações

<sup>164</sup> *Occidente*, nº11, 1878, p.82.

<sup>165</sup> *Idem*, nº50, 1880, p. 9.

<sup>166</sup> Maria das Graças Moreira de Sá, *Guilherme de Azevedo na Geração de 70*, Lisboa, Biblioteca Breve, ICALP, 1986, p.97.

<sup>167</sup> *Occidente*, nº19, 1878, p.146.

<sup>168</sup> *Idem*, n.º 21, 1878, p. 163.

<sup>169</sup> *Ibidem*, n.º 29, 1878, p.36.

<sup>170</sup> *Ibidem*, n.º 32, 1879, p.57.

<sup>171</sup> *Ibidem*, n.º 39, 1879, p.112.

<sup>172</sup> *Ibidem*, nº38, 1879, p.106.

<sup>173</sup> Maria das Graças Moreira de Sá, *ob. cit.*, p.98.

<sup>174</sup> “Atribuindo-se pastas ministeriais a poetas e prosadores da classe dos românticos como Thomaz Ribeiro, Ministro da Marinha e das Colónias.” *Occidente*, nº 3, 1878, p.23.

<sup>175</sup> As intenções de voto assentavam na fidelidade pessoal e na solidariedade de interesses daí as alusões recorrentes à existência de corrupção e a votos comprados, o clientelismo político suplantava a vontade popular.

<sup>176</sup> *Occidente*, nº15, 1878, p.114.

<sup>177</sup> *Idem*, nº 14, 1878, p.106.

políticas. Infelizmente, Lisboa “nunca foi dada a preocupações partidárias, vai rebolando sem fazer revoluções como Paris, Madrid, Berlim e Bruxelas.”<sup>178</sup>

Em Outubro de 1878 prepararam-se eleições que contam com candidatos republicanos e “Lisboa medita em política indo assim por um instante hombrear com Paris em audácia e iniciativa (...) pretende apenas mostrar às grandes capitais da Europa que também as poderia acompanhar numa carreira vertiginosa e perigosa”.<sup>179</sup> A renovação do país implicava a alteração do seu regime político e a destruição dos seus males atávicos: incultura, iliteracia, incivismo, inveja e maldizer.

No início de 1879 Guilherme de Azevedo sentia as instituições em desabamento em virtude da crise económica, política e moral.<sup>180</sup> Nas eleições de Outubro verifica a extrema descrença na alternativa socialista e republicana visível nos reduzidos votos dados a Antero, Teófilo e Latino Coelho. “Lisboa não aceita as perversas teorias revolucionárias” e serenamente continua a fazer votar os mortos.<sup>181</sup> Em 1880 o aproveitamento republicano do tricentenário de Camões contaminava Guilherme de Azevedo e o apóstolo da mudança cedia no seu discurso a uma glorificação do passado. Dois meses antes demonstrara evidente desinteresse pelas comemorações duvidando da isenção da comissão organizadora e afirmando, inclusive, que o céu de Portugal era mais conhecido no estrangeiro do que Camões.<sup>182</sup> Aliás, o povo português desconhecia o poeta e a sua obra.<sup>183</sup> Em Junho, rendido ao entusiasmo dos republicanos, considera que a pátria acorda da sua letargia criando sinergias que provam a existência no país de um espírito moderno. Neste momento, “o Mundo olhava para nós e aceitava-nos como conviva, Camões abria-nos as portas da Europa, era a nossa carta de admissão nas lutas do progresso e nas conquistas da civilização”.<sup>184</sup> Guilherme de Azevedo reconhecia que através das comemorações se procurava dar novo impulso à vida nacional para acertar o passo pelo ritmo europeu. O Brasil e a Europa culta também invocavam o poeta, como a França, Espanha, Alemanha, Bélgica, paladinos de uma civilização inteira.<sup>185</sup>

Guilherme de Azevedo assumia no contexto das comemorações camonianas a sua cedência a um republicanismo mais africanizante? O jornalista defendera publicamente a Comuna de Paris e perfilava a via socialista e europeia preconizada por Antero, o que excluía as questões coloniais do caminho para o progresso. Em 1880 estava próximo do republicanismo de Teófilo Braga mas não do mito do *Novo Reino de África*. Aliás, ao considerar que o tempo da

<sup>178</sup> *Occidente*, nº 17, 1878, p.129.

<sup>179</sup> *Idem*, nº19, 1878, p.146.

<sup>180</sup> *Ibidem*, nº 25, 1879, p.2.

<sup>181</sup> *Ibidem*, nº45, 1879, p. 162.

<sup>182</sup> *Ibidem*, nº54, 1880, p.42.

<sup>183</sup> *Ibidem*, nº56, 1880, p.57. Guilherme de Azevedo não fazia parte da Comissão Executiva da Imprensa que integrava nomes como Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Pinheiro Chagas, Jaime Batalha Reis, Magalhães Lima e outros.

<sup>184</sup> *Ibidem*, nº50, 1880, p. 90.

<sup>185</sup> O cortejo cívico foi considerado um dos acontecimentos mais revolucionários dos que se têm realizado em Portugal e Guilherme de Azevedo ironizava com a possibilidade do Estado deixar extraviar o Carro das Colónias como estava sucedendo com os próprios territórios coloniais numa clara alusão ao Tratado de Lourenço Marques e respectivas cedências à Inglaterra.

prosperidade terminara logo depois da descoberta das Índias imputa ao colonialismo a responsabilidade do início da decadência portuguesa<sup>186</sup>. O Centenário interessava, na óptica do articulista, enquanto prática legitimadora de uma memória necessária à regeneração da pátria e, como momento, de visibilidade europeia, pelos ecos dos festejos na imprensa internacional.

A expansão era a prova da universalidade do povo português. A mesma universalidade que integrava a identidade cultural da Europa e da civilização ocidental.

Em Agosto, perante a inércia do país e a acusação de plágio de um autor reconhecido, Guilherme de Azevedo declara “abolido em Portugal e seus domínios, o espírito inventivo”.<sup>187</sup> Passados os fumos das comemorações continuava à espera da revolução e no isolamento de Antero, Teófilo e Junqueiro<sup>188</sup> reconhecia o desalento da sua geração.

E parte, dileitante, rumo a Paris como correspondente da *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro para satisfazer o desejo de conhecer de perto a Babilónia dos tempos modernos.<sup>189</sup> Inaugura a secção *Notas Parisienses* com a descrição da Feira de Saint Cloud semelhante às portuguesas mas de “proporções mais vastas, frequentadores mais expansivos e industriais mais audazes”<sup>190</sup> e parece apenas surpreendido com a quantidade e velocidade de comboios que percorrem a cidade. Luzes, multidão, ruído. Nada lhe é familiar. A dispersão espacial, o anonimato das gentes, a falta de intimidade, lembra-lhe com evidente saudade o lar, “o pequenino e aprazível cantinho da terra”, sentindo-se imigrante.<sup>191</sup> Os vazios urbanos adquirem o sentido e a dimensão de metáforas da condição humana. Onde estava a Europa?

Em Abril de 1881 escrevia sobre a homenagem feita a Vítor Hugo no dia em que completava 79 anos. Evidente a identificação ideológica com aquele a quem considera um “soberano de espírito” e a defesa dos ideais democráticos pela via socialista. Vítor Hugo, como poeta, glorificara a Humanidade e, como visionário político celebrara o advento de uma nova época, revolucionária, pelo exercício pleno da liberdade, democracia e fraternidade. “A águia solta o seu voo e do pôr-do-sol da realeza vem planear em toda a sua majestade na aurora da revolução.”<sup>192</sup> A influência democrática de Vítor Hugo na sua poesia revolucionária era responsável pelas várias reivindicações do seu espírito crítico, pela aversão à autoridade política e religiosa, confiança no progresso e europeização da cultura portuguesa.

Meses depois, em Dezembro de 1881 Guilherme de Azevedo escrevia sobre Leon Gambeta um dos grandes representantes da França democrática, chamando-o visionário e responsável por colocar Júlio Grevy na Presidência da República.<sup>193</sup> Morre quatro meses depois.

<sup>186</sup> *Occidente*, n.º 63, 1880, p.25.

<sup>187</sup> *Idem*, n.º 64, 1880, p.134.

<sup>188</sup> Antero, Teófilo e Junqueiro “águias adventícias que tinham conseguido insinuar-se”.

<sup>189</sup> Vide anexo IX - ilustração 14, *Guilherme de Azevedo* (desenho de Rafael Bordalo Pinheiro) e ilustração 15, *Quarto de dormir e de trabalho, em Paris*.

<sup>190</sup> *Occidente*, n.º 71, 1880, p.191.

<sup>191</sup> *Idem*

<sup>192</sup> *Ibidem*, n.º 83, 1881, p.82-83. Veja-se anexo VIII, ilustração 13.

<sup>193</sup> *Ibidem*, n.º 108, 1881, p.263.

Não houve tempo de estabelecer uma relação duradoura com a sua cidade fetiche. Guilherme de Azevedo será lembrado ao longo dos 37 anos da publicação e nenhum dos cronistas ocupará o seu lugar. Fica na memória o seu aguçado espírito crítico, reflexo de uma Europa positiva, liberal e moderna.

Eu própria, 130 anos depois, leitora atenta das suas crónicas, também, não consegui evitar um sorriso que traduz a impressão sentida de permanente modernidade das críticas de Guilherme Azevedo.<sup>194</sup> *Ridendo castigat mores.*

A imutabilidade do riso, afinal, como forma de intervenção social.

### 3- IBERISMO E FEDERALISMO

Na *Occidente*, a saída de Guilherme de Azevedo e as pontuais colaborações dos articulistas da sua geração justificavam a progressiva consolidação de um discurso nacionalista, colonialista e eurocêntrico. Como refere João Medina, “a nossa Dulcineia deixara de ser a ideia nova social dos setentistas liderados por Antero para ser a Vénus negra que levava os portugueses para África”.<sup>195</sup> Contudo, permanecia a universalidade do modelo europeu reiterando-se o valor da liberdade e a necessidade da sua prática através das instituições, literatura, progressos das ciências e artes e pelo domínio das forças morais sobre as físicas.<sup>196</sup> O *Occidente*, publicado três vezes por mês, celebrava o facto de Portugal ter entrado no grande movimento científico, artístico e industrial da Europa trabalhadora, agitada e laboriosa.<sup>197</sup> A nação, advogando a causa nacionalista, procurava retomar o seu lugar no grande concerto da civilização universal. A História de Portugal era parte integrante da História da Europa pelo passado comum na luta pela liberdade, fraternidade e igualdade entre os povos. Os heróis portugueses do liberalismo eram também heróis europeus e tinham conquistado o seu lugar na

<sup>194</sup> Sobre ele, escrevia um articulista: “Um dos fundadores do *Occidente*, onde deixou inolvidáveis páginas de delicioso humorismo e fina crítica á sociedade do seu tempo. Poeta da Alma Nova, revelára as suas ideias avançadas no jornal *O Alfageme* o que produziu escândalo no meio pacato e conservador da terra de província. Uma crítica sarcástica mas sempre polida que há 27 anos vem registando em suas paginas a vida d’este cantinho ocidental da Europa. Em janeiro de 1879 a *Viagem à Roda da Parvónia* de colaboração com Guerra Junqueiro, produziu enorme escandalo e a auctoridade mandou retirar a peça.” Foi publicada em livro por iniciativa de Caetano Alberto em Lisboa aparecendo depois no Rio de Janeiro para onde fora uma grande parte da edição. Parte para Paris em finais de 1880 estabelecendo-se na rua Cujas nº16, mudando-se para o *boulevard* St. Germain 88. “Ali escrevia as correspondencias para a *Gazeta de Noticias* e para o *Occidente* e preparava um grande guia pittoresco de Paris que devia ser illustrado por Bordallo Pinheiro. Morre em 6 de Abril de 1882 e cinco anos depois os seus restos mortais vieram trasladados para Lisboa. *Occidente*, nº913, 1904, p.97-98.

Alfredo Mesquita na *chronica occidental* lembra Guilherme de Azevedo, a sua “ironia e humorismo mordente. A receita, deixou-a elle a Gervásio Lobato, quando partiu para Paris. Mas já não poude executar a receita com pericia igual á do mestre”. Veio depois D. João da Câmara com o qual as crónicas não foram tão engraçadas como dantes eram mas tornaram-se graciosas. *Idem*, nº1045, 1908, p.2.

<sup>195</sup> João Medina, *A geração de 70, uma geração revolucionária e europeísta*, Instituto de Cultura e Estudos Sociais, Câmara Municipal de Cascais, 1999.

<sup>196</sup> *Occidente*, nº68, 1880, p.171.

<sup>197</sup> *Idem*, nº72, 1880, p.198.

comunhão europeia dos povos livres.<sup>198</sup> Esta autarcia inerente ao individualismo liberal era defendida pelos teóricos do federalismo português.<sup>199</sup>

O iberismo e federalismo, correntes doutrinárias intrínsecas ao debate europeu, estão presentes com intensidade variável nas tendências democráticas portuguesas da segunda metade do século XIX. Depois da união dos dois Estados, o projecto sustentado pelos democráticos incluía a Federação Universal, pelo aumento do cosmopolitismo e abolição das pátrias. Como refere António Martins da Silva diversos autores oitocentistas reflectiram sobre a situação e o destino da Europa “e projectaram soluções para o reequilíbrio e a inserção dos povos peninsulares numa nova moldura geoestratégica europeia, das quais se destaca a defesa da União Ibérica pela via do federalismo, como etapa preliminar ou como exemplo ou forma de associação a seguir para outras nações e conjuntos histórico-culturais e geopolíticos.”<sup>200</sup> Com efeito, observa Maria da Conceição Meireles, “o iberismo suscitou uma vastíssima literatura, produzida ao longo de várias décadas e derramada por diferentes géneros que vão da dissertação política à parenética, da historiografia à carta, da oratória à sátira, do opúsculo ao prefácio, da poesia ao drama, da canção à caricatura e, compreensivelmente mais frequentes, as intervenções na imprensa.”<sup>201</sup>

Na *Occidente*, as referências a teóricos e obras demonstravam como o país estava atento a estas questões e seguia com interesse a evolução política e social da Espanha e da França. Propostas de federação ibérica sob a forma republicana ou monárquica constituíam uma alternativa à crise política interna e estratégia de superação da minoridade do país na Europa.<sup>202</sup> Segundo, Maria da Conceição Meireles: “um dos principais teóricos das teses federalistas foi José Félix Henriques Nogueira (1823-1858) enquadrado na dita «geração de 48» já que a sua idealização de uma federação de municípios seria completada, a nível externo, com a federação dos povos ibéricos.”<sup>203</sup> Na década de 70, Antero de Quental propunha para a Península uma federação republicano-democrática e eram conhecidas as ideias de reconstrução federativa de Oliveira Martins.<sup>204</sup> Sérgio Campos Matos defende que: “por essa época (1867-1873), Martins era adepto de uma República social ideal como alternativa a um regime monárquico

<sup>198</sup> A *Occidente* defendeu o sistema liberal e parlamentar e os heróis do liberalismo apoiantes de D. Pedro. Saldanha era considerado o mais notável dos generais portugueses e um dos melhores da Europa.

<sup>199</sup> Vide Fernando Catroga, “Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na segunda metade do século XIX”, *Revista Cultura: História e Filosofia*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. IV, 1985, pp. 419-463 e Amadeu Carvalho Homem, “O tema do iberismo no republicanismo federalista português 1870-1910”, in *O Federalismo Europeu. História, Política e Utopia*, coord. Ernesto Castro Leal, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp.81-88.

<sup>200</sup> António Martins da Silva, *Portugal e a Europa. Distanciamento e reencontro. A ideia de Europa e a integração europeia: ecos, reacções e posicionamentos (1830-2005)*, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage Editores, 2005, p.19.

<sup>201</sup> Maria da Conceição Meireles Pereira, *Iberismo e nacionalismo no pensamento de José Barbosa Leão*, pp.237-249.

In: [ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros2190.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros2190.pdf)

<sup>202</sup> Vide Fernando Catroga “Nacionalistas e Iberistas” in *História de Portugal*, vol. V, dir. de José Mattoso e coord. de Luís Reis Torgal e José Lourenço Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 563-567.

<sup>203</sup> Maria da Conceição Meireles, *Estados Unidos da Ibéria: uma eucronia federativa de Joaquim Maria da Silva*, Quasi, Vila Nova de Famalicão, 2006, p.20.

<sup>204</sup> António Martins da Silva, *ob. cit.*, pp. 36-53.

constitucional (...). Nos seus textos datados desses conturbados anos, República identifica-se com Democracia, Federação e Liberdade.”<sup>205</sup>

Na *Occidente*, estas questões são secundarizadas. Mas o discurso crítico dos articulistas veiculava posições políticas, constituindo prova inequívoca da sua problematização na sociedade portuguesa.<sup>206</sup> Encontrámos vários artigos que afastavam pela crítica o medo da anexação espanhola mas que possibilitaram, também, o conhecimento da teorização federalista e iberista sustentada maioritariamente pela facção republicana de Portugal e Espanha. Argumentos como a inoperância do direito internacional ou a limitada capacidade de garantir a segurança nacional eram utilizados para justificar uma posição defensiva perante aquilo que a *Occidente* considerava ser as ambições imperialistas da Espanha.

Nos inícios de 1882, os reis espanhóis visitaram o país, a ocasião reacendera o debate iberista e as polémicas na imprensa jornalística. A propósito da obra *La Revolution Peninsular* de Frutos Martinez y Lumbreras onde era feita a apologia da confederação ibérica, os articulistas do *Occidente* criticaram o projecto e consideraram as preocupações espanholas pelo Estado português disfarçados interesses coloniais. Portugal era a nação mais pequena, mais exposta aos azares da política e ambições externas.<sup>207</sup>

Maria da Conceição Meireles observa que a obra *Ibéria* de D. Sinibaldo de Mas é tradicionalmente apontada como responsável pela “intensa efervescência ideológico-literária” instalada a partir da década de 50 sobre a questão ibérica.<sup>208</sup> Na *Occidente* em 1883, Carlos Caldeira, autor de uma tradução da *Ibéria* e defensor da proposta unitarista monárquica, era considerado um *revolucionário de outras eras* e a defesa destes ideais momentos do passado com interesse apenas para a Espanha.<sup>209</sup> Em 1885, Caetano Alberto num artigo sobre o gravador Nogueira da Silva considerava que este na década de 60 entrara num período de decadência prematura quando defendera reivindicações associativas a partir do semanário *Federação* e colocara em discussão na associação *Futuro Social*, ligada à instrução popular, a tese: *Se a União Ibérica conviria a Portugal?*<sup>210</sup>

<sup>205</sup> Sérgio Campos Matos, “Oliveira Martins e o Federalismo Oitocentista”, in *O Federalismo Europeu. História, Política e Utopia*, coord. Ernesto Castro Leal, Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, 1999, p.91.

<sup>206</sup> Vide António Ventura, “A Europa no pensamento republicano português oitocentista”, *A construção da Europa. Problemas e Perspectivas*, in *O Federalismo Europeu. História, Política e Utopia*, coord. Ernesto Castro Leal, Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 133-142.

<sup>207</sup> *Occidente*, nº115, 1882, p.56.

<sup>208</sup> Maria da Conceição Meireles Pereira, *Iberismo e nacionalismo no pensamento de José Barbosa Leão*, p.240.

In: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros2190.pdf

<sup>209</sup> Em tempos que vão longe, felizmente, houve uma plêiade de espíritos a quem arvou o sonho da União Ibérica resultante dos acontecimentos políticos nos dois países até 1850. *Occidente*, nº145, 1883, p.2.

<sup>210</sup> *Idem*, nº234, 1885, p.135. O semanário *Federação* foi publicado entre 1856-1866 (período de visibilidade da questão ibérica) com o objectivo de promover o aperfeiçoamento artístico e moral da classe industrial e aproximar a sociedade dos princípios da associação geral.

Contudo, intelectuais como Teófilo Braga, Magalhães Lima, Latino Coelho, João Bonança, Teixeira Bastos, Carrilho Videira, Alberto Telles assumiram num discurso internacionalista a defesa das inúmeras possibilidades do republicanismo federalista.

Amadeu Carvalho Homem refere que a opção pelo federalismo respeitaria os princípios da interdependência sem que com isso fossem sacrificadas as mútuas independências relativas.<sup>211</sup> Para estes intelectuais, o pan-latinismo, a par do pan-eslavismo e pan-germanismo era assumido como um dos vectores de reorganização europeia. Uma forma de bloquear as tendências hegemónicas dos grandes Estados europeus e as suas motivações imperialistas. Esta dinâmica federalista dos Estados europeus assente nas características de raça era visível pela divulgação de folhetos como *La Fédération des Peuples Gréco-Latinos*.<sup>212</sup> A *Occidente*, através da rubrica fixa das *Publicações*, educava o seu público oferecendo uma selecção de informação e aconselhando leituras.<sup>213</sup> Em 1886 noticiava o folheto com o projecto de um programa federalista radical para o partido republicano português da autoria de Teixeira Bastos com prólogo de Carrilho Videira.<sup>214</sup> Um artigo de Latino Coelho sobre Oliveira Marreca, publicado no *Século* e transcrito na *Occidente*, demonstra a existência de um pensamento internacionalista nos republicanos portugueses escorado numa teleologia que defendia a regeneração da Humanidade pela democracia mantendo a crença no futuro da República e da Fraternidade Universal.<sup>215</sup> Em 1889, João Bonança, autor da História da *Luzitania e da Ibéria*, era capa da *Occidente*.<sup>216</sup> Todas estas referências provavam a existência de uma teorização defensora do renascimento dos povos peninsulares através da articulação de espaços federalistas solidários. Uma preocupação sentida pela necessidade do reposicionamento ibérico na Europa civilizada.

A reacção nacionalista após o *Ultimato* defendia a organização de uma política ibérica com capacidade de oposição perante a Inglaterra. O *Ultimato* colocara a pátria portuguesa em perigo fazendo reacender a discussão federalista e iberista. Na *Occidente*, prevalecia a vontade de diferenciação. “ Não nos iludamos com umas ideias que para aí aparecem importadas de federação ou alianças vizinhas porque a nossa situação não lucraria com isso o suficiente”.<sup>217</sup> O político republicano espanhol Rafael Labra, *amigo de Portugal*, era considerado o único estrangeiro que defendera a posição portuguesa na questão com a Inglaterra na Câmara dos

<sup>211</sup> Amadeu Carvalho Homem, *ob. cit.*, p.83.

<sup>212</sup> La Fédération des peuples Gréco – Latinos, “ número de uma folha periódica e que se refere a uma circular de 24 de Junho de 1882. Indica-nos a formação de uma sociedade de propaganda para a união dos povos greco-latinos afim de contrabalançar pelo panlatinismo, os perigos do pangermanismo, paneslavismo e panislamismo. Estimamos muito que a federação possa levar a cabo a empreza que intenta, e que d’ella se possam colher os resultados já de há muitos annos prenunciados com uma federação dos povos latinos.” *Occidente*, nº133, 1882, p.200.

<sup>213</sup> Clara Rocha, *ob. cit.*, p.58.

<sup>214</sup> *Occidente*, nº278, 1886, p.208.

<sup>215</sup> *Idem*, nº370, 1889, pp.74-75.

<sup>216</sup> *Ibidem*, nº376 de 1889. Escritor, jornalista, historiador, João Bonança defende princípios avançados como a abolição da pena de morte, o registo civil, liberdade de imprensa, o alargamento da representação das minorias, a liberdade de associação e reunião. Dirige a *República Federal* e funda o *Trabalho*, os primeiros jornais republicanos que se publicaram em Portugal. Vide anexo 18, ilustração X.

<sup>217</sup> *Occidente*, nº400, 1890, p.32.

Deputados e o que mais se empenhara pela aliança entre as duas nações. É realçada a sua acção como propagandista de grandes ideais como a liberdade, a emancipação do escravo, da mulher e do operário, a difusão do ensino, a reforma penitenciária, a união e fraternidade dos povos.<sup>218</sup> A dinâmica internacionalista prendia-se a um ideário humanitário, ecuménico e cosmopolita ligado à atmosfera mental das revoluções de 1848.<sup>219</sup>

A obra *Lutas e Progressos das Ciências* de João Bonança propunha como solução para a pirataria moderna e apetites imperialistas, uma federação entre as nações da raça latina: França, Portugal, Itália e Espanha. No opúsculo *Portugal perante a Revolução de Espanha*, Antero de Quental defendia a União Peninsular sob um governo republicano federal.<sup>220</sup> Alberto Telles, num artigo sobre Latino Coelho e o iberismo escrevia, “ Não seria grande temeridade futurar uma aliança ofensiva e defensiva principalmente depois de ter sido quebrada pelo *Ultimato* a antiga aliança com a Inglaterra. E depois a afinidade da raça e a homogeneidade de crenças, usos e costumes dos povos e ainda outros imortais princípios de uso comum dos grandes faladores peninsulares fariam naturalmente o resto.”<sup>221</sup>

Na década de 90 foram ainda teorizadas as possibilidades de uma união aduaneira entre a Espanha e Portugal. Também foram planificadas políticas económicas comuns entre os países latinos. O tratado de 1893 entre a Espanha e Portugal divulgara na imprensa notícias que veiculavam a abolição dos entraves à circulação de produtos entre os dois países. Uma união aduaneira podia depois conduzir os Estados a uma progressiva aproximação política. A *Occidente* considerava que o *Zollverein* de que se falava não passava de “ pura invenção, sendo muito possível que fosse o desejo dos nossos vizinhos pelas suas velhas aspirações” mas não o de Portugal.<sup>222</sup> Neste ano, um comício em Espanha reunira republicanos espanhóis e portugueses e reactivara as ideias de federação ibérica. Em Badajoz, reuniram “os mais influentes republicanos de Portugal e Espanha em jornada de inequívoco significado federalista. Fernando Catroga refere que o “ federalismo tinha nesta altura o valor de uma aspiração quase utópica mas a sua presença ao nível do discurso não deixava de indiciar a consciência de que na segunda metade do século XIX um movimento demoliberal não se podia esgotar nas fronteiras de um nacionalismo estreito.”<sup>223</sup>

A dinâmica internacionalista também era visível em apontamentos da sociedade civil que revelavam o evoluir da cultura europeia e dos conceitos de secularização, laicidade, direitos

<sup>218</sup> *Occidente*, nº401, 1890, p.37.

<sup>219</sup> Sérgio Campos Matos, “Oliveira Martins e o Federalismo Oitocentista” in *O Federalismo Europeu. História, Política e Utopia*, coord. Ernesto Castro Leal, Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, 1999, p.83. Vide também Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Portugal e a revolução de 1848”, *Ler História*, nº16, 1989, pp. 107-115.

<sup>220</sup> Referências no artigo *Conflito Anglo-Português* de Manoel Barradas. *Occidente*, nº410, 1890 p.11.

<sup>221</sup> *Idem*, nº452, 1891, p.158.

<sup>222</sup> *Ibidem*, nº515, 1893, p.88.

<sup>223</sup> Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Editorial Notícias, 2ª edição, 2000, p.126 e “ Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na segunda metade do século XIX”, *Revista Cultura: História e Filosofia*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. IV, 1985, pp. 419-463.

humanos, socialismo, feminismo, união e fraternidade dos povos. O jornalista João Chrysostomo Mackonelt era defensor da emancipação da mulher, do fim da escravatura e da exploração dos trabalhadores.<sup>224</sup> A obra *Ação Social da Federação Agrícola*, de Pedro Ferreira Santos, defendia a existência de um laço federal a unir a classe agrícola e a coordenar as suas forças. O ideal de associação de classe, defendido pelos sindicatos franceses era quase desconhecido em Portugal. Só a federação poderia organizar a classe agrícola para a defesa dos seus interesses gerais.<sup>225</sup>

No agudizar da monarquia aumentavam os artigos a defender a união ibérica e o federalismo. Ribera Rovira proferia algumas conferências em Lisboa. O professor estudava o federalismo político peninsular considerando-o fundamental para o futuro da civilização hispânica. Temática *genialmente* formulada por José Félix Henrique Nogueira e demonstrada historicamente por Pi y Margall.<sup>226</sup>

Na conferência de 1906 foi feita a apologia da fraternidade literária. Adeptos da União Ibérica, defendiam a confederação ibérica como precursora de federação latina.<sup>227</sup> Ribera e Rovira, considerado um lusófilo espanhol, será uma das capas da *Occidente* de 1907.

Segundo, Ernesto Castro Real: “o estado unitário consagrado na constituição de 1911 dita o quase esquecimento pela imprensa da teorização federalista republicana.<sup>228</sup> A instabilidade da primeira República atira alguns intelectuais para a tribuna nacionalista, procurando-se na defesa das tradições e costumes nacionais e na exaltação das glórias passadas, o milagre que acabaria com as dificuldades do presente. O cosmopolitismo para os nacionalistas era quase sinónimo de apátrida.

Em 1915, a *Occidente* publica excertos de conferências promovidas pelo grupo dos Integralistas Lusitanos subordinadas ao tema da questão ibérica.<sup>229</sup> A temática ressurgia face à presença no país de Afonso XIII e ao apoio espanhol dado às incursões monárquicas do *Paladino* Paiva Couceiro.<sup>230</sup> Também devido ao envio de uma esquadra espanhola a Lisboa

<sup>224</sup> Funda em 1868, o jornal *Ilustração Feminina* e em 1869, após a revolução espanhola de Setembro, a *República Federal*. Em 1871 protesta contra o fim das Conferências do Casino e publica *Socialistas em Portugal* e em 1872, *Propaganda Democrática e Portugal e a República*. Colabora na *Federação*. Defende a regulamentação das condições de trabalho: horas de trabalho, trabalho infantil, relações entre operários e patrões, habitações económicas. *Occidente*, nº610, 1895, p.278.

<sup>225</sup> *Occidente*, nº916, 1904, p.134. A fundação do Instituto Internacional de Agricultura pelo monarca italiano Vítor Manuel preconizava a ideia de se estabelecer uma verdadeira federação agrícola entre todos os países. Uma união económica através da federação. *Idem*, nº949, 1905, p.102.

<sup>226</sup> Veja-se Vítor Neto, *As Ideias Políticas e Sociais de José Félix Henriques Nogueira*, Edições Colibri, 2005 e Fernando Catroga, “A Memória de 1848 na Fundamentação do Republicanismo Português”, *Estudos da História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

<sup>227</sup> *Occidente*, nº1005, 1906, p. 258.

<sup>228</sup> Ernesto Castro Real, *O federalismo republicano português alguns aspectos (1919-1926)*, in *O Federalismo Europeu. História Política e Utopia*, coord. de Ernesto Castro Leal, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p.119.

<sup>229</sup> *Occidente*, nº1307, 1915, p.125.

<sup>230</sup> Vasco Pulido Valente, *Um herói português. Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*, Lisboa, Alêtheia, Editores, 2006. Veja-se Paulo Archer de Carvalho, *Nação e Nacionalismo: mitemas do Integralismo*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea de Portugal, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993 e Olga de Freitas da Cunha Ferreira, “António Sérgio e os Integralistas”, *Revista História das Ideias*, Coimbra, v. 5, t.1, 1993, pp.427-469.

após a revolução de 14 de Maio que depôs a ditadura de Pimenta de Castro e levou ao poder o partido democrático responsável pela entrada de Portugal, um ano depois na primeira guerra.

O conservadorismo radical do movimento integralista entra em total rotura com o sistema e a ideologia liberal. Os integralistas defendiam a monarquia tradicional e um estado forte, hierarquizado e antidemocrático.<sup>231</sup> Ainda neste ano, a *Occidente* referencia o discurso iberista de Vasquez Mella, chefe do partido jaymista espanhol, numa conferência em Madrid. A Espanha, dizia, carecia da união com Portugal, não por conquista, mas para constituírem ambas as nações uma federação com uma só política internacional.<sup>232</sup> Numa Europa em guerra, um bloco ibérico teria maior capacidade de intervenção e depois, o bloco latino e o bloco anglo-latino constituiriam formas de oposição ao crescendo da hegemonia alemã. Verificamos, desta forma, como o ressurgimento das ideias federalistas e municipalistas acompanham, embora com intensidade variável, a evolução do próprio pensamento político português.<sup>233</sup>

#### 4- A RECONSTRUÇÃO DA PAZ

##### 4.1. Movimentos Pacifistas

A *Ideia de Europa* e o anseio de unidade europeia é um projecto antigo, com séculos de existência. Ambições imperialistas levaram, pela força das armas, a tentativas de unificar nações diferentes debaixo de um mesmo centro de poder. Homens e impérios foram caindo mas a *Ideia de Europa* sobrevive-lhes. No século XIX, enquanto construção de intelectuais, irá afirmar-se através da sua ligação aos movimentos pacifistas e à defesa de que leis internacionais eram o caminho para resolver conflitos e a alternativa de guerras mundiais. No século XIX, fala-se sobre os Estados Unidos da Europa nos Congressos e Sociedades de Paz, nas Ligas para a Paz, na imprensa e em instituições que de alguma forma abraçam a causa pacifista. O discurso é governamental, mas é também civil. O período era difícil e os ideais europeístas emergem numa época de nacionalismos conquistadores.<sup>234</sup> Contudo, o imperialismo colocava em causa a

<sup>231</sup> Consideravam-se os democráticos saltimbancos da filosofia política, irresponsáveis perante o problema da defesa nacional, quase apátridas, para quem o ideal pátria não passava de uma convenção provisória enquanto não se estabelecia a federação universal. A democracia aspirava à federação da humanidade e à supressão da nação e, por isso, adoptava uma organização militar defensiva. O problema militar deve ser resolvido pela Nação Armada como fizeram a Bulgária, a Sérvia e a Grécia de condições sociais e económicas equivalentes às nossas, atingindo a expressão mais sublime na Alemanha. O liberalismo fez de Portugal um país estrangeiro, a Maçonaria o verdadeiro estrangeiro, do interior, responsável por ter desnacionalizado o país. *Occidente*, nº1308, 1915, p.148.

<sup>232</sup> Vasquez Mella leu excertos de Oliveira Martins para demonstrar que Portugal não pode sentir-se humilhado com a federação e sustentou que a Alemanha “quer tomar grande a Península ao passo que a Inglaterra a quer fazer pequena”. *Idem*, nº1312, 1915, p. 190.

<sup>233</sup> Os conflitos finisseculares reforçaram a base ideológica justificativa de conceitos de segurança colectiva, comunidades internacionais económicas e políticas e outras formas de cooperação internacional.

<sup>234</sup> Veja-se Elisabeth du Réau, *L’Idée d’Europe au XXème siècle. Des mythes aux réalités*, Paris, Éditions Complexe, 1996. Veja-se, ainda, Jean-Louis Dufour e Maurice Vaisse, *La guerre au XXe siècle*, Paris, Hachette, 1993.

questão da segurança europeia e, por isso, todos os grandes revolucionários e muitos pensadores proclamavam a paz como suprema solução dos problemas sociais. Como refere Maria Manuela Tavares Ribeiro, “o clima de tensão e de conflitos estimulou os intelectuais na reflexão sobre a paz na Europa.”<sup>235</sup> A teorização federalista, universalista, europeísta era, pois, inseparável dos ideais pacifistas.

No Portugal oitocentista, por obra da primeira geração demoliberal, existia no pensamento jurídico-português, um humanismo laico, de matriz maçónica anterior à emergência do organicismo positivista e do republicanismo. Vários autores reflectiram sobre formas de resolução dos diferendos europeus preconizando soluções pacifistas. Em 1815, Solano Constâncio falava do equilíbrio sonhado da Europa, de uma espécie de código comum, que formava o direito das gentes, muito antes de 1789. José Máximo Pinto da Fonseca Rangel, Ministro da Guerra (1823-1824), publicava, em 1821, um sugestivo *Projecto de Guerra Contra as Guerras, ou da Paz Permanente Offerecido aos Chefes das Nações Europeias*, onde propunha que as principais potências europeias, reunidas em Congresso, renunciassem à guerra e resolvessem de forma pacífica os conflitos. Sugeria a criação de um Conselho Supremo ou Supremo Tribunal de Justiça, onde cada potência confederada estaria representada por dois deputados.<sup>236</sup> Em 1830, Almeida Garrett problematizou o reequilíbrio de Portugal na Europa publicando em Londres a obra *Portugal na Balança da Europa*. Vicente Ferrer de Neto Paiva, na *Philosophia do Direito* de 1851, apelava à federação de nações e a uma associação europeia, procurando tornar realidade o sonho de alguns filósofos como o Abade de Saint-Pierre, Rousseau e Kant. O Direito das Gentes teria um tribunal que administrava a justiça entre as nações da Europa. Bernardino Pinheiro (1837-1896), com o seu *Ensaio sobre a Organização da Sociedade Universal* (1859?1860?), e António Ennes na sua obra *A Guerra e a Democracia* (1870) defendiam o projecto de «Estados Unidos da Europa». Sebastião Magalhães Lima traduz a obra de Charles Lemonnier *Les États Unis de l'Europe* (1874) e publica várias obras relacionadas com Pacifismo como *O Livro da Paz* (1894), *Paz e Arbitragem* (1897), *O Federalismo* (1898), *A Paz e a Guerra* (1900).<sup>237</sup>

Na revista *Occidente* iremos detectar a participação portuguesa no movimento pacifista?

Nos encontros internacionais, os trabalhos das comissões parlamentares das quais fizeram parte Veiga Simão, Conde de Macedo, Sá de Brandão, Mattoso dos Santos, João de Paiva podem ser apontados como exemplos da propaganda pacifista portuguesa da segunda metade do

<sup>235</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, “A Europa dos intelectuais nos alvares do século XX”, *Estudos do século XX*, nº2, CEIS20, *Europa-Utopia. Europa Realidade*, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra, Quarteto Editora, 2002, p.112. Veja-se Ana Hengler, *A (re)construção da Paz (1889-1939)*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre a Europa: Europa – As visões do “Outro”, Universidade de Coimbra, 2007.

<sup>236</sup> Martim de Albuquerque, *Primeiro ensaio sobre a história da “ideia de Europa” no pensamento português*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980, pp.34-35.

<sup>237</sup> Vide António Martins da Silva, *ob. cit.*, pp. 58-68. Veja-se, ainda, Maria Rita Robles Monteiro Lino Granel, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

século XIX. Na década de 80, Mendes Leal, socialista, diplomata em Madrid e Paris, tornava-se a referência portuguesa nos congressos internacionais.

A época foi prolixa na realização de eventos pacifistas – congressos jurídicos em favor da paz e da arbitragem internacional, congressos de paz convocados pela Liga Internacional para a Paz, reuniões da Liga Internacional para a Paz e Liberdade e da União Interparlamentar (IPU-1889), formação do Permanent International Peace Bureau (IPB-1891), criação do Prémio Nobel da Paz (1897) realização das Conferências de Haia (1899-1907). Os eventos onde se questionavam os meios de resolver conflitos e evitar as guerras eram considerados verdadeiros encontros de ciência. A arbitragem era reconhecida como meio de resolução de diferendos internacionais por todas as Sociedades de Paz. O progresso conduziria nas relações internacionais à resolução das questões através da arbitragem e banidos os conflitos seria possível o desarmamento, a paz universal e a união das nações. Ensaio da construção de Europa pelos europeus.

Assim se construía uma época de ciência e paz. Membros da sociedade civil defendiam a paz e arbitragem internacional e a cooperação multilateral entre países. As iniciativas pacifistas eram efectuadas através da Liga Nacional dos Direitos do Homem, das lojas maçónicas<sup>238</sup> da secção de arbitragem da Sociedade de Geografia de Lisboa (1896), da Liga Portuguesa da Paz (1899) e dos seus membros: Alice Pestana, Magalhães Lima, João de Paiva, Armelim Júnior, Costa Goodolphim, Teófilo Braga, entre outros.<sup>239</sup>

Na *Occidente*, o interesse pela reconstrução da paz era comum aos articulistas republicanos e socialistas. Na revista detectamos o evoluir do movimento pacifista nas referências a congressos, conferências, discursos, livros e dos seus principais mentores como Charles Lemmonier, Lamartine e Léon Bourgeois. A participação de diplomatas e membros da sociedade civil em congressos e conferências nacionais e internacionais dedicados à temática pacifista provava o interesse do país em problematizar estas questões. Os trabalhos das comissões parlamentares e dos membros da Comissão Geral da Paz e Arbitragem da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Liga Portuguesa da Paz e da Liga Pacifista Portuguesa demonstravam o empenho em participar nos projectos pacifistas europeus. Sublinhe-se deste modo, o valor deste passado reconhecendo nas iniciativas portuguesas uma das práticas da História pacifista europeia.

O Conde de Valenças, o Conselheiro José da Silva Mendes Leal, Sebastião de Magalhães Lima, o Conde de Penha Garcia (José Capelo Franco Frazão 1872-1940) e o Conde de Macedo (Henrique de Macedo Pereira Coutinho 1843-1910) defenderam na *Occidente* posições a favor

<sup>238</sup> António Augusto de Aguiar, Grão-mestre da Maçonaria foi uma das capas da revista. Veja-se *Occidente*, nº314, 1887.

<sup>239</sup> Veja-se Ana Hengler, *A (re)construção da Paz (1889-1939)*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre a Europa: Europa – As visões do “Outro”, Universidade de Coimbra, 2007, pp.117-156.

do desarmamento geral, do direito internacional público, da criação de organismos de arbitragem internacional, da paz universal, da união de todos os povos da Humanidade.<sup>240</sup>

É na secção *Publicações* que se encontram os indicadores da presença da reflexão pacifista. Através das referências a discursos, congressos, conferências, livros e publicações se opôs o militarismo dos políticos ao ideário pacifista de alguns espíritos dedicados ao bem da Humanidade. “ Os prosélitos vão se juntando e um dia a chamada utopia virá a ser opinião corrente.” Assim se escrevia na secção *Publicações* sobre *Le Synarchie, discours prononcé au congrés international d’arbitrage et de fédération de la paix*, em Bruxelas (1882).<sup>241</sup> Dois anos depois, na secção *Resenha Noticiosa* a guerra era uma possibilidade longínqua. “ Quanto à guerra europeia já a ouvimos profetizar há mais de 20 anos e a Senhora da Paz sempre nos têm salvado dela.”<sup>242</sup> Em 1887 na mesma secção, num artigo intitulado *Paz ou Guerra*, escrevia-se: a Rússia, Alemanha, Áustria, França armavam-se por “manifesta preocupação de se defenderem visto que todas declaram os seus desejos de paz e nenhuma se propõe a fazer a guerra. O armamento geral é a maior garantia da paz mas exige grandes esforços humanos e financeiros, situação insustentável que irá conduzir por comum acordo ao desarmamento geral.”<sup>243</sup> As conquistas seriam mais da ciência do que da espada e o progresso dos povos conduziria inevitavelmente a um estado de paz geral. Neste ano de 1887 Caetano Alberto, fundador e director artístico da *Occidente*, seria o responsável por alguns dos artigos que confirmam a defesa de princípios pacifistas pela revista.

Num congresso jurídico realizado na Academia Real das Ciências de Lisboa, em Abril de 1889, procurou-se discutir a viabilidade de um tribunal arbitral para resolver os conflitos entre as nações. Os adeptos da paz através do Direito esperavam submeter os Estados a uma regulamentação de modo a eliminar os riscos da guerra. O encontro “contou com congressistas portugueses e espanhóis, a presença da família real e os mais altos dignitários do governo português”.<sup>244</sup> O antimilitarismo da sociedade portuguesa ficara bem expresso na reacção ao 31 de Janeiro de 1891. “A Humanidade que aspira a um sucessivo aperfeiçoamento deve libertar-se

<sup>240</sup> A *Occidente* apontava exemplos da sociedade civil veiculando as novas ideologias ligadas às questões sociais. O filantropo que dividiu a sua herança por instituições de beneficência, particulares e pobres e de acordo com as propostas socialistas motivou os operários para a rentabilização da produção permitindo a participação nos lucros da sua fábrica de tabacos. *Occidente*, nº118, 1882, p.73. A criação de um Tribunal Arbitral em Paris encarregue de resgatar as questões entre redactores e directores de periódicos e estatuir sobre todas as dificuldades relativas à imprensa. *Idem*, nº189, 1884, p.71. As personalidades que cumpriam os seus deveres cívicos através da protecção às instituições de beneficência e dinamização de eventos de filantropia e obras humanitárias. Em 1885, a Sociedade Humanitária do Porto apresentava o projecto de construção de habitações baratas para operários e proletariados e de arrendamentos a prazos curtos. Gosta Goodolphim defendia a existência de instituições sociais como os organismos de previdência e as sociedades cooperativas de consumo. *Ibidem*, nº312, 1887, p.187.

<sup>241</sup> Escrevia-se ainda: “ Em quanto os políticos fazem empunhar as armas para decidirem as contendas pelo aço e pela pólvora, vão alguns espíritos dedicados ao bem da humanidade, procurando substituir ao direito da força outro principio mais humano, mais christão, e mais em harmonia com as leis que regem os povos. São pois pingos de água que vão caindo sobre a pedra que um dia amolecerá, estes congressos de arbitragem e de federação da paz. Lendo esses discursos ninguém deixa de os achar, justos, sensatos.” *Ibidem*, nº144, 1882, p.288.

<sup>242</sup> Comentário a propósito da notícia de que Buchonnet, antigo Presidente da Confederação Suíça, num banquete militar afirmara que a “Primavera próxima não passaria sem uma guerra europeia pelo que o exército suíço deve estar preparado para defender a neutralidade do território.” *Ibidem*, nº181, 1884, p.7.

<sup>243</sup> *Ibidem*, nº292, 1887, p.31.

<sup>244</sup> *Ibidem*, nº373, 1889, p.110.

desses meios violentos e fazer as suas conquistas pela força das convicções em vez de as fazer triunfar pela força das armas.<sup>245</sup>

No Congresso Jurídico Ibero-Americano de Madrid, de 25 de Novembro 1892, dinamizado durante as festas colombinas, o Conde de Valenças, seu Vice-Presidente, defendera a arbitragem internacional como estratégia superadora de hipotéticos estados de guerra. “Actualmente prepondera a arbitragem na consciência dos povos tendo a guerra pelas armas de ceder o campo às lutas incruentas do trabalho universal.” A arbitragem internacional resolveria conflitos, evitava as guerras e era condição indispensável ao progresso das sociedades modernas. As nações europeias deviam recorrer à arbitragem internacional para que se “estreitem as relações de nacionalidades que tem a mesma origem na raça, o mesmo direito, religião, política.”<sup>246</sup>

Na década de 90, no meio intelectual português havia anti-militaristas assumidos que pugnaram pelos ideais democráticos. A ideia de paz continuou a ser defendida nas obras de escritores e filósofos e nos congressos internacionais das Associações de Paz onde se reiterava a necessidade de um Tribunal Arbitral para a resolução de diferendos entre as nações. A existência de beneméritos que praticavam a caridade era considerada uma das maiores virtudes das sociedades modernas. Luís Jardim, Conde de Valenças, Lente da Faculdade de Direito de Coimbra, humanitário e filantropo, interessava-se pelas questões sociais e pelo apostolado da instrução pública.<sup>247</sup> Professor, escritor, jornalista, político, intelectual, sócio da Academia das Ciências de Lisboa, era “um dos homens mais conhecidos de Lisboa, tão depressa se encontrava na Madeira como em Lisboa, Paris, Madrid, Londres. Era membro correspondente de várias sociedades culturais, institutos e academias científicas. Interessava-se, no âmbito do Direito pelas questões da arbitragem internacional.”<sup>248</sup> Na *Occidente*, um artigo da sua autoria sobre os factores que contribuíram para que a arbitragem entre os povos substituísse a guerra na resolução de conflitos, permite conhecer a fundamentação teórica sobre a qual se baseia o seu pensamento pacifista. Os projectos de paz perpétua de Henrique IV (1553-1610) e do Duque de Sully (1559-1641), de Emery Crucé (1580-1648), Hugo Grotius (1583-1645) e Abade de Saint Pierre (1658-1743), as obras de publicistas do Direito das Gentes como Samuel Pufendorff (1632-1694) e de filósofos e pensadores como Spinoza (1632-1677) Leibnitz (1646-1716), Rousseau (1712-1778), Kant (1724-1804), Condorcet (1743-1794), Bentham (1748-1832) e

<sup>245</sup> *Occidente*, nº437, 1891, p.39.

<sup>246</sup> *Idem*, nº504, 1892, p.283.

<sup>247</sup> Vide anexo VII – ilustração 11.

<sup>248</sup> O conde de Valenças inaugurara as suas *partidas* às segundas-feiras. Estas costumavam ser “frequentadas pelo que há de mais selecto na nobreza, artes e literatura.” Crónica de João da Câmara. *Idem*, nº719, 1898, p.282. A ascensão social de alguns burgueses nobilitados ligava-se a uma cidadania pró activa. Actos de beneficência e filantropia associa-os à criação de escolas, albergues, instituições de socorros, recolha de fundos para obras de caridade. Deputado pela primeira vez em 1879 dedicou-se às causas da instrução pública primária e superior e aos negócios estrangeiros, aos trabalhos sobre agricultura e colónias. Luís Leite Pereira Jardim, intelectual, bom conhecedor da literatura estrangeira e nacional protegia os que se dedicavam ao trabalho das letras, tendo sido o grande impulsor da criação da Sociedade Literária Almeida Garrett.

Schelling (1775-1854), de economistas como Adam Smith (1723-1790) e Jacques Turgot (1727-1781) e de poetas como Lessing (1729-1781) e Herder (1744-1803), partilhavam de ideias sobre a fraternidade dos povos e a federação de todos os Estados.<sup>249</sup> Num outro artigo, dissertando sobre as vantagens da arbitragem, referia que a guerra ou a paz armada era um retrocesso indefensável para as modernas civilizações.<sup>250</sup> Neste período, a resolução de conflitos internacionais através da arbitragem competia a chefes de estado, autoridades civis ou eclesiásticas, corporações científicas e de direito, a cidadãos, a particulares.<sup>251</sup> Quem deveria ser o árbitro supremo? O Papa? Soberanos e agentes diplomáticos? Eminentíssimos professores e juristas? Uma federação de povos? A federação de Estados da Europa com uma Constituição seria o único organismo competente para garantir a manutenção da paz. Contudo, estas sugestões pacifistas colidiam, para muitos, com a afirmação do Estado-Nação que rejeitava o internacionalismo, considerando-se que um tribunal permanente e supremo entre as nações colocaria em perigo a sua independência. Importante era a necessidade de estatuir de forma permanente a obrigação da arbitragem nomeadamente sobre questões de carácter universal. E estabelecer nos tratados a obrigação legal de submeter os conflitos internacionais a um júri arbitral.<sup>252</sup> Em 1893, o Conde de Valenças encetava uma nova campanha de dissuasão da guerra, ao escrever sobre *Arbitragem Internacional*. “A Europa começa a recuar de terror perante a ameaça da guerra e a desfalecer devido aos encargos impostos pela paz armada.”<sup>253</sup> A arbitragem era a nova campanha através da qual se procurava levar de vencida a guerra. Após a fundação da Liga Portuguesa da Paz (Maio de 1899) o Conde manifestava a sua inteira solidariedade com o pensamento da instituição, aceitando o convite para realizar uma conferência, previsivelmente em Fevereiro de 1900. Ocupou o lugar de sócio efectivo em Maio de 1902.<sup>254</sup>

Caetano Alberto num artigo sobre Sebastião Magalhães de Lima considerava o *Livro da Paz*, “o que lhe saiu mais de molde” e o que mostrava “o seu entusiasmo pelo Charles Lemmonier, o grande propagandista e evangelizador da paz e união dos povos.”<sup>255</sup> Magalhães

<sup>249</sup> *Occidente*, nº504, 1892, pp.283-287.

<sup>250</sup> *Idem*, nº505, 1893, pp.7-8.

<sup>251</sup> Neste quadro de apologia de fraternidade universal assistimos a uma reabilitação da religião católica. Pinheiro Chagas apontava o imperador alemão como o responsável pela imagem de Leão XIII como “árbitro dos destinos da Europa.” Católicos e protestantes solicitavam unanimemente a bênção pacificadora do Papa. *Ibidem*, nº325, 1889, p.2. A religião voltava a ser referenciada como moralizadora do comportamento humano. No segundo congresso católico, realizado em Braga entre 6 e 10 de Abril de 1891, era desejada a arbitragem do sumo pontífice nas pendências surgidas entre as nações como o meio mais próprio para evitar as guerras. *Ibidem*, nº444, 1891, p.95-96. O pacifismo cristão faz a síntese das tendências jurídicas, federalistas e moralizadoras, da época. Veja-se Maurice Vaïsse (dir.), *Le Pacifisme en Europe des années 1920 aux années 1950*, Bruxelles, Bruylant, 1993 e *La Paix au xxème siècle*, Paris, Editions Belin, 2004.

<sup>252</sup> *Occidente*, nº509, 1893, p.37.

<sup>253</sup> *Idem*, nº522, 1893, p.144.

<sup>254</sup> O Conde de Valenças morre em 1910. *Ibidem*, nº 1149.

<sup>255</sup> Em 1874 Sebastião de Magalhães Lima traduzira a obra de Charles Lemmonier *Les États Unis de l'Europe*. *Ibidem*, nº604, 1895, p.218. Leia-se Maria Rita Robles Monteiro Lino Granel, *O Pensamento de Sebastião de Magalhães Lima*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1997. Veja-se anexo VIII, ilustração12.

Lima ocupava o cargo de vice-presidente da Liga Portuguesa da Paz em virtude dos seus serviços à causa da paz e do prestígio já alcançado a nível internacional.

Em 1896, a *Occidente* referencia a obra *Ensaio sobre a organização da Sociedade Universal* (1863), de Bernardino Pinheiro.<sup>256</sup> No ano seguinte, noticia-se a eleição de Manuel Barradas para vogal da *Comissão Geral de Paz e Arbitragem* da Sociedade de Geografia de Lisboa.<sup>257</sup> A primeira comissão parlamentar portuguesa na Conferência Inter-Parlamentar e Internacional de Paz e Arbitragem foi presidida por um membro da SGL e nas comissões seguintes estiveram também membros da sociedade. Estes assumiam-se como pioneiros do movimento pacifista em Portugal, tendo participado nas conferências inter-parlamentares que vinham a realizar-se com uma periodicidade anual desde 1889. A Sociedade de Geografia de Lisboa através da sua *Comissão Geral da Paz e Arbitragem* esteve representada em vários Congressos de Paz.<sup>258</sup>

Em 1898, a *Occidente* divulgava uma notícia sobre a organização de um corpo internacional, instruído no conhecimento das línguas vivas, a cooperar com os governos para obstar às anomalias homicidas dos sectários do roubo e da destruição.<sup>259</sup> A terminologia do artigo era semelhante à dos projectistas da paz. Defendia a formação de organismos internacionais, talvez um tribunal ou uma polícia internacional.

A solução pacífica e jurídica dos conflitos internacionais impunha-se aos governos de todas as nações civilizadas. O Conde de Macedo, professor, ministro, diplomata, Par do Reino, foi o representante português na Conferência de Haia (1899) onde se debateu o modo de evitar o excessivo armamento das potências. O crescendo nacionalista e as rivalidades coloniais prefiguravam a eventualidade de um conflito generalizado. Foi para tentar diminuir o risco que se realiza a conferência, sendo finalizados os trabalhos com a criação de um Tribunal Arbitral Internacional. As conferências de paz e este tribunal iriam contribuir para evitar os conflitos armados facilitando a arbitragem e a resolução dos diferendos internacionais.<sup>260</sup>

---

<sup>256</sup> Bernardino Pinheiro nasceu em Coimbra em 20 de Fevereiro de 1837 e aqui adquire a sua formação em Direito. Jornalista, funda no Brasil o Grémio Literário Português, colabora na *Semana* e *Jornal do Comércio*. Em Lisboa, exerce advocacia e os cargos de secretário do Supremo Tribunal de Justiça e Director Geral. Amigo de Saraiva de Carvalho, espírito liberal e democrata, militou no partido republicano moderado e tomou assento na Câmara em várias legislaturas. Escreveu para além da obra já citada: *Filho do Povo*, *D. Guiomar Coutinho*, *Arzila*, *Sombras e Luz*, *Amores de um Visionário* e realizou um estudo sobre o reinado de D. Dinis. Morre em 3 de Março de 1896. *Occidente*, n.º625, 1896, p.104.

<sup>257</sup> *Idem*, n.º680, 1897, pp.250-251.

<sup>258</sup> A Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) participou em vários congressos e conferências internacionais não apenas relacionadas com a temática geográfica e colonial mas também com o pacifismo e os movimentos de paz. Aliás, a *Comissão Geral da Paz e Arbitragem* da SGL fundada na sessão de 9 de Novembro de 1896, por proposta do sócio Salgado de Araújo, sugeria a criação de «uma nova comissão destinada a cooperar no crescente movimento de opinião e de estudo que promove a mais larga adopção do princípio da arbitragem na resolução das questões que podem perturbar a paz do mundo e o convívio civilizador das nações.» Alguns dos membros da sociedade teriam já prestado o seu contributo para este movimento pacifista e «pode, até, honrar-se a Sociedade de Geografia de lhe haver prestado, em Portugal, os primeiros auxílios». A Comissão seria formada por todos os sócios que cooperassem na grande obra da paz universal e poderia corresponder-se com as sociedades estrangeiras de arbitragem internacional. A instituição assumindo-se como uma sociedade de cooperação científica e patriótica considerava assim que esta comissão fazia todo o sentido na esfera dos seus estudos e trabalhos.

<sup>259</sup> *Occidente*, n.º711, 1898, p.217.

<sup>260</sup> João Carlos da Horta Machado, Conde de Selir, ministro português na Holanda, oferece um jantar à delegação portuguesa e ao corpo diplomático estrangeiro.

Na secção *Publicações* referencia-se a obra *La femme et la paix appel aux mères portugaises* de Alice Pestana Caïel.<sup>261</sup> E na obra *Novo século*, Affonso Hinker defendia que o século XX “não trará a paz universal mas será não só mais pacífico do que o anterior levando os adversários a entender-se e apreciar-se mas também alcançará a glória de impor mais fundo na consciência pública o respeito da justiça.”<sup>262</sup> São também referenciados artigos sobre *As Ligas da Paz* (1899) e a *Liga Portuguesa da Paz* (1901) publicados na revista *Tempo* e *Ligas da Paz* (Dezembro de 1902) e no boletim da Liga Portuguesa da Paz.

Contudo, apesar dos denodados esforços pacifistas existiam na *Occidente* posições cépticas sobre a propaganda pacifista. Em 1902, Francisco de Noronha, num artigo sobre Guerra e Paz, defendia o lugar da religião católica na procura do equilíbrio europeu. E escrevia: “É na guerra que principalmente se pensa, é para a guerra que as nações incessantemente se preparam (...) a religião é a única que contem os elementos necessários para a pacificação universal.” Salientava a acção pacifista de Magalhães Lima e a necessidade de levar às sociedades, paz e solidariedade. Por isso reitera: “Cooperar para a pacificação universal é a tarefa mais honrosa que alguém pode empreender e um testemunho irrecusável de perfeito equilíbrio intelectual.”<sup>263</sup> Francisco de Noronha assume a crítica ao internacionalismo socialista que classifica como utópico e evidencia a superioridade do cristianismo que ao longo da sua história dera vários exemplos de fraternidade universal como demonstravam as *Tréguas de Deus*. “Não basta a prática da arbitragem e o aperfeiçoamento do Direito das Gentes para suprimir a guerra como os ingénuos apóstolos da paz recomendam. Unido pela religião, o planeta terá então uma única bandeira de fraternidade universal que abrigará todos os povos da terra por igual.”<sup>264</sup> Só por este modo alvorecerá sobre a terra o dia interminável da paz perpétua. O publicista admitia o primado do cosmopolitismo através do amor das ciências e do respeito pela Humanidade.<sup>265</sup>

Duas correntes de pensamento pacifista coexistem na época: uma, na linha da tradição secular internacionalista eivada de ideais religiosos e humanistas, outra na linha de tradição de um internacionalismo socialista. O pacifismo, para alguns, aparecia articulado com o federalismo e socialismo. Como refere António Martins da Silva, “se é na federação que reside o fundamento da paz é também com ela que se correlaciona o socialismo porque povos federados é o mesmo que povos solidários.”<sup>266</sup> Assim, ganha sentido que, em 1904, a *Occidente*

<sup>261</sup> Alice Pestana Caïel era uma feminista, defensora dos direitos das mulheres, sobretudo no campo da educação, e uma pacifista. A paz era causa do progresso e sinónimo de civilização. Em 1914, o *Occidente* presta-lhe a sua homenagem. “Nesta faixa ocidental da Ibéria de entre os portugueses que no estrangeiro honram a nossa pátria queremos especializar a ilustre escritora que há muito vive na capital da Espanha transmitindo ao *Diário de Notícias* crónicas de alto interesse literário e científico.” Veja-se *Occidente*, nº1265, 1914, p.54. Leia-se Isabel Maria dos Santos Baptista Câmara, *Pensar o feminino: Alice Pestana e a Educação*, Dissertação de Mestrado em História Cultural e Política, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1996.

<sup>262</sup> *Occidente*, nº780, 1900, p.115.

<sup>263</sup> *Idem*, nº846, 1902, p.142.

<sup>264</sup> *Ibidem*, nº848, 1902, p. 156.

<sup>265</sup> *Ibidem*, nº897, 1903, p. 259.

<sup>266</sup> António Martins da Silva, *Portugal e a Europa. Distanciamento e reencontro. A ideia de Europa e a integração europeia: ecos, reacções e posicionamentos (1830-2005)*, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage Editores, 2005, p.62.

preste homenagem a Sebastião de Magalhães Lima como reconhecimento do valor da sua participação no Congresso de Roma.<sup>267</sup> A propósito da publicação do texto da sua conferência referia-se o direito que assistia aos cidadãos de poderem livremente defender as suas doutrinas de emancipação, direito que deve ser considerado uma manifestação civil da Nação.<sup>268</sup>

Na Conferência de Haia (1907) defendia-se a paz pelo Direito e a organização jurídica da vida internacional. Léon Bourgeois fazia a apologia de uma Sociedade das Nações vislumbrando-se uma Europa de Nações solidárias e a consagração da Paz. No regulamento dos conflitos internacionais de 18 de Outubro de 1907, reconhecia-se que a solidariedade unia os membros das nações civilizadas. Foram assinadas cerca de 12 convenções cujo conteúdo se destinava a regulamentar as questões jurídicas levantadas pela guerra. “As esperanças fundadas sobre as convenções de Haia iam-se executando, como demonstravam os tratados de arbitragem e as soluções pacíficas dos conflitos internacionais. A representação diplomática portuguesa no Congresso de Haia empenhara-se na defesa do elevado princípio da arbitragem como norma internacional.<sup>269</sup> As conferências de Haia de 1899 e 1907, ao recuperarem a arbitragem como meio de evitar conflitos pareciam coroar de êxito as suas intenções pacifistas. Sobre esta Conferência realizada no dia 22 de Fevereiro de 1907, Dia da Paz, o Conde de Penha Garcia, Franco Frazão, jurisconsulto e publicista, sócio efectivo da Liga Portuguesa da Paz, publicava no boletim da Liga um texto sobre as *Convenções de Haia*, onde defendia que “a vulgarização dos preceitos de direito internacional público já assentes pelas diversas convenções para as guerras terrestres ou marítimas no intuito de lhes suavizar as crueldades e excessos é o principal objecto da missão que se arrogaram as ligas e associações que trabalham para a obra da paz. A Conferência de Haia (1907) solicitando o consenso da maioria das nações para a aprovação expressa de uma tentativa de unificação das leis da guerra, deu um grande impulso para a igualdade e reciprocidade de obrigações e deveres dos exércitos estabelecendo os meios lícitos de fazer a guerra e mais assuntos a ela concernentes.”<sup>270</sup>

Em 1908, Portugal mantinha relações privilegiadas com a Inglaterra, nação aliada, Espanha, vizinha e amiga, e Brasil, nação irmã, com as quais assinara tratados de arbitragem.<sup>271</sup>

Implantada a República em 1910, sopram os ventos do internacionalismo e na *Occidente* escreve-se claramente sobre uma Sociedade das Nações. No XVIII Congresso Internacional de Paz, que teve lugar em Estocolmo, foi feito um apelo aos agrupamentos operários de todas as nações para apoiarem os esforços feitos pelos grupos pacifistas. Assim se organizava a ordem jurídica internacional e assim se preparava o desarmamento universal. O triunfo do movimento

<sup>267</sup> Festa que também há de ser reputada no estrangeiro onde Magalhães Lima tem numerosas relações. Político, orador, jornalista, propagandista de tudo quanto seja belo, grande e humano. *Occidente*, nº935, 1904, p.278.

<sup>268</sup> *Idem*, nº945, 1905, p.96.

<sup>269</sup> *Ibidem*, nº1054, 1908, p.98.

<sup>270</sup> *Ibidem*, nº842, 1902, p. 112. Vide anexo 19, ilustração XI

<sup>271</sup> *Ibidem*.

pacifista dependia do apoio da sociedade civil e das massas populares que em todos os tempos foram as que mais sofreram os horrores da guerra. A propaganda pacifista não esperava dos chefes de estado nem dos capitalistas esse movimento a favor da paz porque se não faziam a guerra favoreciam a paz armada que não era mais do que um estado de guerra disfarçado. Apelava-se aos esforços conjuntos da classe média instruída e dos socialistas para impor aos governos a necessidade de desarmamento.<sup>272</sup> A fraternização dos povos não era uma utopia: acima das nações havia um princípio de solidariedade universal que se manifestava logo que os governos se lançavam no caminho das violências esmagando os direitos naturais dos que se opunham aos seus excessos. A força das nações era multiplicada pela associação. Lembre-se que Costa Goodolphim, era um dos melhores propagandistas do princípio associativo em Portugal.<sup>273</sup> Um outro exemplo apontado nas páginas da *Occidente* é o do Instituto Internacional de Agricultura fundado por D. Luís de Castro tido como a mais alta expressão da sociabilidade e do internacionalismo.<sup>274</sup> Esta instituição assumia-se como a ideia síntese de todas as ideias solidaristas humanas no campo agrícola. Chegávamos ao momento em que se falava muito explicitamente numa Sociedade das Nações. Ela seria constituída não por pequenos grupos de países ligados para fim de defesa ou de ataque, mas de verdadeiras sociedades de dezenas de nações unidas para fins de justiça, de utilidade universal.<sup>275</sup>

Contudo, “apesar dos partidários da paz se esforçarem em conferências e congressos para que ela prevaleça e seja o norte das nações, estas não cessam de se armarem, cada vez mais, para manterem a paz.”<sup>276</sup> Também a II Internacional e os socialistas levantavam vigorosa campanha contra o eventual deflagrar de um conflito.<sup>277</sup> A esquerda europeia nunca vacilara na condenação da guerra. Amigo de Portugal, Jean Jaurès, conhecido pelas suas ideias anti-militaristas e de paz internacional, esteve em Lisboa em 1911. Face ao conflito Austro-Sérvio, Jaurès, no Congresso Socialista em Paris, defendera que os conflitos deviam ser regulados pela arbitragem internacional.

No XVIII Congresso de Direito Internacional de Madrid fora defendida a paz através do direito. Dizia-se então que os tratados e a cooperação internacional “virão encaminhar o mundo civilizado para a era de paz, tranquilidade e prosperidade universal que só se poderá conseguir com o estabelecimento de um Direito Internacional.”<sup>278</sup>

A Europa? Neste momento é incapaz de evitar a força destruidora da guerra desejada que se aproxima. A *Occidente*, perante esta possibilidade, teorizava sobre a independência das colónias portuguesas. Nesta linha, Francisco de Noronha ao abordar a questão sobre a

<sup>272</sup> *Occidente*, nº1139, 1910, p.190.

<sup>273</sup> *Idem*, nº1153, 1911, p.23.

<sup>274</sup> *Ibidem*, nº1155, 1911, p.19.

<sup>275</sup> *Ibidem*, nº1157, 1911, p.35.

<sup>276</sup> *Ibidem*, nº1149, 1910, p.272.

<sup>277</sup> *Ibidem*, nº1221, 1912, p.262.

<sup>278</sup> *Ibidem*, nº1254, 1913, p.331.

autodeterminação de Angola defendia que Portugal não era um país de negreiros. São suas estas palavras: “O país regista a abolição da pena de morte e da escravatura e não se arreceia de contribuir em preparatório para a emancipação e autonomia das suas colónias, a independência dos EUA e do Brasil atestam-no como autêntico predomínio da capacidade política e social. Antes uma Angola livre e independente do que submetida ao jugo alheio.”<sup>279</sup>

#### 4.2. Práticas pacifistas: Congressos, Exposições, Centenários

##### 4.2.1. Congressos – solidariedade e internacionalismo

O progresso das sociedades tendia a acentuar a supremacia do poder da ciência, técnica e arte. Os congressos, as exposições, as conferências, as inaugurações também celebravam a dinâmica pacifista.

Os congressos procuravam a solidariedade e fraternidade intelectual entre nações e povos civilizados, promoviam a concórdia e a permuta dos conhecimentos científicos, literários e artísticos. Reuniões altruístas e humanitárias, a sua periodicidade resultava da moderna invenção humana. Os congressos eram uma obra cosmopolita de paz e de solidariedade. Portugal associava-se a estes eventos procurando nesta dinâmica uma das vias para o restabelecimento da sua antiga proeminência entre os povos da Europa.

Lisboa foi lugar de realização dos congressos internacionais. Lembre-se o *Congresso Antropológico e Literário* (20 de Setembro 1880) realizado na Academia Real das Ciências que contava na assistência com os reis D. Luís e D. Fernando e com a participação de congressistas de França, Itália, Alemanha, Hungria, Suíça, Prússia, Áustria, Polónia, Bélgica, Rússia, Espanha e Inglaterra.<sup>280</sup> O congresso evidenciava o interesse europeu pela arqueologia pré-histórica necessária aos recentes estudos sobre a origem e evolução das espécies. Alguns dos franceses eram membros da Associação Literária Internacional e amigos de Victor Hugo. Portugal recebia grande número de sábios vindos de todos os pontos da Europa para um momento de fraternidade universal intelectual. A *Occidente* representava Portugal como um país civilizado, moderno, na vanguarda do conhecimento científico. As intervenções, feitas em francês, eram publicadas no país anfitrião e países de origem dos conferencistas.<sup>281</sup> Em 1885, realizou-se em Lisboa, a terceira reunião do *Congresso da União Postal Universal* e contou com a

<sup>279</sup> *Occidente*, nº1280, 1914, p.238.

<sup>280</sup> Vide anexo V, ilustração 8.

<sup>281</sup> Na revista *Occidente* são referenciadas as datas e locais de realização deste congresso. Em 1865, a Sociedade Italiana das Ciências Naturais aprova a criação de um congresso paleontológico este realiza-se em 1866, na Suíça e França; 1868, na Inglaterra; 1869, na Dinamarca; 1871, na Itália; 1872, na Bélgica; 1874, na Suécia; 1876, na Hungria; 1878, na França e 1880, em Portugal. *Occidente*, nº71, 1880, p.193.

representação de 56 países.<sup>282</sup> A situação geográfica estratégica do país, centro importante das relações entre a América e a África, justificava a sua escolha de lugar do referido congresso. Escrevia-se: “A comercial Inglaterra, a França propagadora das grandes ideias, a Bélgica industrial e Portugal, veículo natural do grande comércio transatlântico serão os primeiros países a aproveitar o melhoramento.” A convivência dos conferencistas durante mês e meio provava que o homem civilizado independentemente da sua origem geográfica, “é sempre o mesmo homem que poetas e filósofos apelidavam rei da criação.”<sup>283</sup> No ano seguinte, tinha lugar em Londres o Congresso Médico Internacional e em 1883, Paris recebia o Congresso das Instituições de Previdência. Em 1885, Portugal participa na *Conferência Sanitária*, em Roma e na *Conferência Internacional de Meteorologia*, em Paris.<sup>284</sup> Na Alemanha, em Setembro de 1887, realizava-se o Congresso Humanitário da Sociedade da Cruz Vermelha subordinado à ajuda a militares feridos em campanha. Portugal foi convidado a participar pelo comité internacional de Genebra.<sup>285</sup> Em 1897, Sousa Martins, uma das “glórias da ciência portuguesa”, representou Portugal no *Congresso de Veneza* onde se reuniram as maiores sumidades médicas da Europa.<sup>286</sup> Em S. Petersburgo, teve lugar em Junho de 1890, o *Congresso Penitenciário Internacional*.<sup>287</sup> Em Lisboa, durante o ano de 1897, foram realizados o *Congresso Pedagógico* e a sétima edição do *Congresso Internacional de Direito Penal*.<sup>288</sup> Na *Occidente* escrevia-se: “As impressões que os congressistas estrangeiros levam de Portugal deve ser bastante agradável tanto pela maneira como foram recebidos pelos colegas portugueses como pelas belezas do país que visitaram.”<sup>289</sup> No ano seguinte, realizou-se o quinto *Congresso Internacional da Imprensa*, destacando a *Occidente* o presidente do comité português António Ennes e o delegado do Bureau, Magalhães Lima.<sup>290</sup> A revista assinalou, também, a participação do Conselheiro Alfredo Pereira, Director Geral dos Correios e Telégrafos no *Congresso Internacional dos Correios e Telégrafos* realizado em Berne (1902) e Londres (1904). Nos inícios do novo século realizaram-se vários congressos ligados à temática marítima: o *Congresso Colonialista e Marítimo* (1901), o *Congresso Marítimo Nacional* (1903) e *Congresso Marítimo Internacional* (1904). Estas reuniões procuravam um código comum para todos os países, um *bureau* marítimo internacional.<sup>291</sup>

<sup>282</sup> *Occidente*, nº222, 1885, p.44.

<sup>283</sup> *Idem*, nº226, 1885, p.75.

<sup>284</sup> *Ibidem*, nº246, 1885, p.247.

<sup>285</sup> Em 1863, numa conferência em Genebra, é criada por Jean Henri Dunant o Comité Internacional da Cruz Vermelha, iniciando-se a prestação de socorros nos campos de batalha e o desenvolvimento e operacionalização de programas humanitários em tempos de guerra e paz. À Comissão Portuguesa de Socorros a feridos e doentes militares em tempo de guerra, que data de 11 de Fevereiro de 1865 irá suceder a Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha fundada em 29 de Janeiro de 1887.

<sup>286</sup> *Occidente*, nº655, 1897, p.50. Portugal participaria também no *Congresso de Medicina*, de 1906. Veja-se *Occidente*, nº983, 1906, p.90.

<sup>287</sup> *Idem*, nº464, 1891 p.255.

<sup>288</sup> Em 1909 realiza-se o segundo *Congresso Pedagógico* promovido pela Liga Nacional de Instrução, e em 1911, o terceiro *Congresso Pedagógico*. Veja-se, respectivamente *Occidente*, nº1092, 1909 e *Occidente* nº1199, 1911.

<sup>289</sup> *Idem* nº660, 1897, p.89.

<sup>290</sup> *Ibidem*, nº711, 1898, p.217.

<sup>291</sup> *Ibidem*, nº915, 1904, p.113.

Os congressos internacionais depressa se tornaram uma necessidade facilitando o intercâmbio de ideias, aproximando os povos, contribuindo para o progresso científico e transformação das sociedades.<sup>292</sup> Em 1910, realizou-se o *Congresso de Geografia* de S. Paulo e na *Occidente*, escrevia-se: Portugal, “velho país da Europa entra numa fase de ressurgimento progressivo e pela sua participação em congressos demonstra uma grande força intelectual”.<sup>293</sup> No ano seguinte, em Lisboa realizaram-se o *Congresso Algodoeiro* e o *Congresso do Turismo*.<sup>294</sup> A escolha da capital foi justificada pela importância geográfica do seu porto propício ao comércio da América e África. Em 1913, a *Occidente* noticia a realização do XVIII *Congresso de Direito Internacional* de Madrid.<sup>295</sup>

O mês de Agosto era universalmente consagrado aos congressos, eventos em que a Humanidade vinha afirmando as suas tendências cosmopolitas de paz e solidariedade. Este movimento não conhecia fronteiras.<sup>296</sup> Os povos eram cidadãos do mundo e, por isso, as nações tinham deveres para com a Humanidade. Os congressos tinham por objectivo a concórdia entre nações diminuindo os entraves à livre circulação de ideias e de pessoas.

#### 4.2.2. Exposições – Festivais de Paz «festas máximas da civilização moderna»

As Exposições Universais eram consideradas autênticos festivais de paz. Momentos que contribuíam para o abandono das armas e para a emancipação humana da via belicista. As Exposições projectavam um cosmopolitismo ideal ao estado de paz, glorificavam o trabalho e o progresso como supremas aspirações da Humanidade.<sup>297</sup> Como refere Filipa Lowndes Vicente, “as exposições universais mostravam os mais recentes progressos no campo da engenharia, da mecânica e da ciência, a par da exibição das obras de arte mais consagradas; incorporavam ideias oitocentistas acerca da educação através da recreação; utilizavam as tecnologias de exposição de outras instituições, tais como museus ou grandes armazéns, recentemente inaugurados. Eram o maior símbolo de progresso inventado pelo século XIX.”<sup>298</sup> A Exposição Universal abria as portas de um mundo fantástico e as primeiras impressões decorriam num maravilhoso estado de encantamento. Segundo Eric Hobsbawm, nas exposições universais a

<sup>292</sup> D. Luís de Castro foi o representante português no *Congresso Internacional de Agricultura* em Viena de Áustria (1907), congresso que reunia em diferentes países desde 1889.<sup>292</sup> As nações mais cultas e até aquelas que se poderiam julgar mais afastadas do convívio da civilização manifestavam o seu interesse por este congresso enviando oficialmente representantes a estas grandes assembleias. Portugal não foi representado oficialmente. D. Luís de Castro custeou as despesas da sua viagem.

<sup>293</sup> *Occidente*, nº1139, 1910, p.186.

<sup>294</sup> *Idem*, nº1164, 1911, p.101 e *Ibidem* nº1166, 1911.

<sup>295</sup> *Ibidem*, nº1254, 1913.

<sup>296</sup> *Ibidem*, nº1139, 1910, p.190.

<sup>297</sup> Em 1882, os articulistas da *Occidente* ao noticiarem a *Exposição Internacional de Bordéus* referiam que a participação portuguesa em eventos semelhantes se devia aos esforços dos nossos cônsules. *Occidente*, nº136, 1882, p.222. Em 1885 realiza-se a *Exposição de Anvers*. Veja-se anexo III, ilustração-3, *Sala da Exposição da Sociedade de Geographia de Lisboa* e ilustração-4, *Pavilhão Portuguez da Sociedade de Geographia de Lisboa Occidente*, nº241, 1885. Veja-se, ainda, José Amado Mendes, “As Exposições, «Festas Máximas da Civilização Moderna»”, in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol.5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 361-363.

<sup>298</sup> Filipa Lowndes Vicente, *Viagens e exposições. D. Pedro na Europa do século XIX*, Gótica, Lisboa, 2003, pp. 245-246.

civilização burguesa tinha glorificado o triplo triunfo da ciência, tecnologia e manufacturas e na era dos impérios também as suas colónias a faziam sentir-se gloriosa.<sup>299</sup> O mundo europeu oitocentista era, na sua essência etnocêntrico.<sup>300</sup>

Relembre-se, por exemplo, que a *Exposição Universal de Paris* de 1889, foi planificada para mostrar ao mundo os progressos das horas de paz e a celebração da máquina. Portugal estava representado não oficialmente pela Real Associação Agrícola. A exposição universal motivou a viagem D. Carlos que vai no *sud-express* visitar o evento.<sup>301</sup> Por, outro lado, as exposições eram momentos de cultura partilhada, mas as representações trazidas pelas nações eram classificadas, segundo a proximidade ou afastamento do modelo de progresso, e reposicionadas nas hierarquias da civilização. Assim, o valor da participação portuguesa moveria a Europa em muitas questões diplomáticas. Em 1889, a *Occidente* considerava que “o grau de instrução e educação a que chegámos permite o confronto com muitas nações da Europa.”<sup>302</sup>

Em 1893, Ramalho Ortigão era o Delegado do governo português na *Exposição Histórico-Europeia de Madrid*.

Paris voltava a ser lugar da Exposição Universal, de 1899.<sup>303</sup> As viagens baratíssimas enchiam Paris com os habitantes do mundo inteiro e a Torre Eiffel transformava-se em verdadeira Torre de Babel.<sup>304</sup> A *Occidente*, como habitualmente regista as notícias através de rubricas fixas como *Cartas da Exposição* e publica as gravuras dos vários pavilhões e espaços, ao longo de várias edições. Os articulistas do *Occidente* incentivavam a uma maior participação nestes certames internacionais. As Exposições Universais davam aos artistas portugueses a possibilidade de mostrarem as suas obras e tornavam conhecidos “homens de mérito que raras vezes podem sair fora do meio.”<sup>305</sup> Através destes eventos mesmo uma nação pequena como Portugal assegurava a cordialidade das suas relações internacionais. A *Occidente* defendia que as grandes conquistas civilizacionais deviam ser alcançadas através do trabalho, de ciência e da arte. Os campos de luta eram agora as exposições. A participação de cada nação era quantificada permitindo uma avaliação do seu grau de desenvolvimento, por isso, também era estimulado o movimento das exposições nacionais como reflexo do moderno crescimento do país.<sup>306</sup>

<sup>299</sup> Eric Hobsbawm *A Questão do Nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, Mito, Realidade*, Lisboa, Terramar, 2ª ed., 2004, p.95.

<sup>300</sup> Vide anexos IV e V e ilustrações: 5, *Exposição Universal de Paris, 1889*; 6, *Exposição Universal de Paris, 1900* e 7, *Panorama da Exposição de Paris de 1900*.

<sup>301</sup> *Occidente*, n.º385,1889, p.199.

<sup>302</sup> *Idem*, n.º385,1889, pp. 202-203.

<sup>303</sup> *Occidente*, n.º753,1899.

<sup>304</sup> *Idem*, n.º 772, 1900, p.126.

<sup>305</sup> *Ibidem*, n.º768,1900, p.90. Em 1904 realiza-se a Exposição Universal de S. Luís. Veja-se *Occidente*, n.º897, 1904. A Exposição de Milão em 1906. *Idem*, n.º999, 1906. Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. *Ibidem*, n.º1058, p.131, 1908.

<sup>306</sup> O movimento de exposições nacionais é organizado por todo o país. As exposições são consideradas manifestações da razão através do desenvolvimento da ciência, indústria e bem-estar. Na *Occidente* são referenciados vários exemplos: Exposição de manufacturas em Coimbra. *Occidente*, n.º170, 1883. Exposição Internacional de Fotografia. *Idem*, n.º263, 1885. Exposição Pecuária.

### 4.2.3. Centenários – momentos de comemoração cívica.

Nos finais do século XIX os centenários começam a ser comemorados com maior regularidade. Os centenários de figuras históricas como Camões, Pombal, Vasco da Gama e Infante D. Henrique eram solenes comemorações cívicas que recuperavam a memória de feitos e serviços destes vultos eminentes do passado. Manifestações civilizadoras permitiam uma educação intelectual e moral num país onde a maioria da população era analfabeta. Os centenários comemoravam a História portuguesa e, por inerência a História europeia por isso contribuía, ainda, para romper o isolamento e acompanhar a Europa do progresso e da civilização. Prática positivista, esta corrente de emancipação humana fora iniciada por Garrett e Herculano e continuada pelos *espíritos mais inteligentes* dos fins do século XIX. As festas compreendiam o cortejo cívico, banquetes, discursos, conferências de propaganda, exposições que se repercutiam no país e no estrangeiro, onde associações científicas promotoras destes eventos manifestavam a sua solidariedade promovendo sessões solenes, enviando representantes ou divulgando na própria imprensa as comemorações portuguesas. Um espírito universalista corria pela Europa.

Os centenários de Camões (1880) e do Marquês de Pombal (1882) representavam, segundo a óptica do professor Zófimo Consiglieri Pedroso (1851-1910), os únicos momentos “ em que saindo do isolamento, nós andámos a par da Europa, ou a ela nos adiantámos nas mais extremadas conquistas da civilização e do progresso.”<sup>307</sup> Em 1890, perante o abatimento geral provocado pelo *Ultimato* britânico, as comemorações estimulavam uma atitude optimista e eram, ao mesmo tempo, incentivo de regeneração. Os heróis do passado funcionavam como impulsionadores de renovação do presente. A cultura nacionalista engrandecia o povo amado e protegido constituído pelos melhores soldados e marinheiros, do mundo.<sup>308</sup> No V centenário do nascimento do Infante D. Henrique (1894), o Conde de Valenças, num artigo da *Occidente*, escrevia que através do Infante conquistámos a atenção da Europa. A Itália dera à Europa o Renascimento, a França e a Alemanha a revolução científica e, Portugal, a civilização. Através de Portugal, a Europa aproximara-se da Ásia e da América.<sup>309</sup> O Infante personificava a missão civilizadora e a superioridade do povo português e simultaneamente era a “ a expressão do predomínio da ocidentalidade europeia no destino do mundo,” como refere Maria Manuela

---

*Ibidem*, nº342, 1888. Exposição Industrial. *Ibidem*, nº357, 1888. Exposição Agrícola de Elvas. *Ibidem* nº497, 1892. Exposição Industrial. *Ibidem* nº531, 1893. Exposição Agrícola *Ibidem*, nº891, 1903. Exposição Oceanográfica de D. Carlos. A exposição olisiponense em 1914 é considerada como o início do Museu da cidade de Lisboa, à semelhança do museu da cidade de Paris. Exposição Automobilista no Palácio Cristal do Porto. *Ibidem*, nº1277, 1914.

<sup>307</sup> *Occidente*, nº122, 1882 p.107. O artigo faz a consagração do universalismo do Infante, através do qual Portugal deu novos mundos ao mundo, e de Pombal, ele próprio um estrangeirado. Veja-se Maria Manuela Tavares Ribeiro, “O centenário Henriquino. Imagens e ideologia”, separata da *Revista de História das Ideias*, vol.15, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993, pp.331-377

<sup>308</sup> “Eram milagres o que fazia o pequenino bando de cristãos.” *Occidente*, nº605, 1895, p.225.

<sup>309</sup> *Idem*, nº548, 1894, p.58.

Tavares Ribeiro.<sup>310</sup> As comemorações da partida de Vasco da Gama para a Índia (1897) celebravam a expansão como um destino providencial de uma nação, ocidental e marítima.<sup>311</sup> O evento promovera a realização do cortejo cívico, uma feira franca, representações teatrais, provas desportivas, a inauguração do Aquário Vasco da Gama e a Exposição da Imprensa Periódica.<sup>312</sup> As repercussões do centenário no estrangeiro provavam que existia uma ligação cultural entre Portugal e a Europa, bem evidente pela solidariedade demonstrada por sábios, homens de letras, jornalistas, académicos e historiadores geográficos.<sup>313</sup>

Não admira também que na *Occidente* sejam referenciados os centenários do descobrimento do caminho marítimo para a Índia (1898), de Almeida Garrett (1899), de Damião de Góis (1902) e de Gil Vicente (1902) e alguns centenários estrangeiros como o de Pedro Calderon de la Barca (1881), Frederico Froebel (1882), Michelet (1898), Milton (1908), Gluck (1914).

O país sentia-se revigorado em virtude destas comemorações. O progresso das sociedades acentuava a supremacia do poder da ciência e da arte e os centenários serviam para preservar a memória dos feitos e serviços prestados à pátria e à Humanidade pelos vultos eminentes do passado. Os centenários permitiam o culto da nacionalidade e funcionavam como símbolos de progresso.

Visto a esta luz, as festas cívicas eram apanágio das sociedades verdadeiramente cultas.

## 5. DIÁLOGO EUROPEU

### 5.1. Caminhos da civilização e do progresso

Na segunda metade do século era notável a dinâmica criadora que a Europa vivia no domínio das artes e do pensamento. Pintores, escultores, arquitectos, homens de letras e das ciências, uma verdadeira comunidade intelectual procurava noutros países aumentar os seus conhecimentos de modo a tornarem-se úteis à pátria. Portugal não ficou indiferente a estes anseios europeus de que Paris era o verdadeiro centro de irradiação.

A educação era a base da civilização humana e, por ela, deviam começar todas as grandes reformas. A Europa culta assumia esta preocupação, logo, pela educação da infância. Na década de 80 escrevia-se na *Occidente* que a “construção do Jardim-de-infância Froebel é o primeiro dos vários projectos que asseguram à Europa que nós não descuramos o que constitui hoje a

<sup>310</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, O centenário Henriquino. Imagens e ideologia, separata da *Revista de História das Ideias*, vol.15, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993, p.360. Veja-se Fernando Catroga, “Ritualizações da História”, in *História da História em Portugal. Secs. XIX-XX*, de Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, Círculo de Leitores, 1996, pp. 547-671.

<sup>311</sup> *Occidente*, nº667, 1897.

<sup>312</sup> Uma exposição que procurava mostrar aos visitantes “que o nosso país embora pequeno sempre tem acompanhado o gigantesco movimento jornalístico da Europa.” *Idem*, nº670, 1897, p.109.

<sup>313</sup> *Ibidem*, nº683, 1897, p.275.

felicidade dos povos.”<sup>314</sup> A publicação de jornais dedicados à infância provava como a educação das crianças era a base das sociedades civilizadas. Inúmeros artigos condenavam o analfabetismo e faziam a apologia da educação como condição prioritária para o renovar da pátria. Trindade Coelho dinamizava a *Liga Nacional* para promover o desenvolvimento da instrução. Esta causa era uma luta do patriotismo e da Humanidade, uma instituição, que só por si era capaz de regenerar o país.<sup>315</sup> O ensino público organizado sobre uma base científica e positiva devia ser complementado com o conhecimento adquirido nos museus e visitas ao estrangeiro.

Em 1908, quatro milhões de analfabetos em cinco milhões de habitantes espelhava a menoridade nacional: “Orgulhamo-nos de termos sido os pioneiros da civilização e somos tratados como um povo de analfabetos colocados a par da Turquia”.<sup>316</sup> Neste ano, Caetano Alberto escrevia que só com uma geração devidamente educada se poderia vencer a grande distância que nos separava dos povos civilizados. A menoridade sentida a nível intelectual era justificada, como referi, pelo elevado índice de analfabetismo. Devido ao atraso educacional éramos os mais pequenos e os mais afastados da Europa culta. Não estávamos sozinhos. O estado de decadência a que chegavam as sociedades latinas só poderia ser invertido através de uma transformação da raça apoiada na educação.

A cultura científica funcionava também como um dos vectores de progresso e o país mostrava a sua vitalidade participando no movimento científico internacional. Na década de 80, a importância concedida à ciência era visível na rubrica *Actualidades Científicas* e nos inúmeros artigos referentes a publicações, estabelecimentos, institutos e participação portuguesa em congressos científicos. Na revista *Occidente* apontava-se, como exemplo de modernidade, o Real Observatório Meteorológico de Lisboa cujo valor era reconhecido pelas nações mais cultas.<sup>317</sup> Os conhecimentos científicos estavam na base da educação dos povos incentivando-se a leitura de revistas ilustradas como a *Ciência para Todos*. Os homens de ciência portugueses eram considerados combatentes modernos, revolucionários do pensamento e batalhadores do progresso. Em *Estabelecimentos Científicos de Portugal* apontavam-se, de forma meritória, homens como o Lente José Júlio Rodrigues explanando o seu trabalho no Laboratório de Química Mineral da Escola Politécnica de Lisboa, considerado o primeiro da Península e um dos primeiros da Europa. Neste artigo foi ainda transcrita uma carta, datada de 17 de Agosto de 1890, do célebre químico Hoffmann publicada no jornal *O Globo*, prova irrefutável dos avanços científicos de Portugal: “ Il m’est à la fois un plaisir et un devoir de vous dire l’impression qui a

<sup>314</sup> *Occidente* n°146, 1883, p.14.

<sup>315</sup> *Idem*, n°685, 1898, p.14.

<sup>316</sup> *Ibidem*, n°1053, 1908, p.91.

<sup>317</sup> *Ibidem*, n°96, 1881, p.187.

produit sur moi la visite l'École Polytechnique du Portugal. J'ai été étonné de trouver un établissement scientifique de premier ordre, dot tout pays aurai droit d'être fier."<sup>318</sup>

Os progressos científicos e técnicos associados ao desenvolvimento industrial melhoravam o mundo e modificavam as relações entre os homens. A perfeição era alcançada na terra através dos progressos da ciência. O único poder permitido para exercer um domínio sobre a sociedade era o poder científico elevando-se as ciências naturais à categoria de critério último de verdade. O mundo científico conquista uma respeitabilidade imensa na sociedade e os seus vultos eram citados por sábios e escritores em todo o mundo. Em 1912, a *Occidente* referenciava Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Maria Amélia Vaz de Carvalho como sócias da Academia das Ciências de Lisboa.

A grandeza de um país residia na superioridade da sua cultura, no desenvolvimento da sua arte, literatura e ciência. As artes e as letras eram veículo de cultura e de progresso. As obras de arte constituíam uma das melhores representações de uma comunidade, da sua cultura e do seu progresso civilizacional. Na *Occidente* consideravam-se grandes centros artísticos a França, Itália e Espanha. A arte eslava (polaca, russa, boémia), escandinava (norueguesa, sueca, dinamarquesa) e celta (irlandesa, escocesa) ocupavam lugar secundário.

Os artistas portugueses procuravam completar a sua formação nos grandes centros artísticos da Europa. Na década de 80, Silva Porto, depois dos estudos em França e Itália, inicia uma escola nova entre nós, a pintura de paisagem.<sup>319</sup> Columbano Bordalo Pinheiro partia para Paris para estudar pintura histórica. Soares dos Reis viajava por Paris, Londres e Roma para completar estudos.

A pintura de paisagem e pintura histórica eram cópias exímias que acentuavam o sentido periférico e provinciano dos salões portugueses progressivamente fechados às rupturas internacionais. A arte de fim de século passava pelas experiências impressionistas do expressionismo, fauvismo, cubismo, futurismo, abstraccionismo. A cultura modernista, enquanto movimento de rupturas colidia com a prática artística e ambiente de isolamento dos pais. Portugal caracterizava-se por limitações criativas e atávica resistência cultural à inovação. Contudo, embora o país não acompanhasse a vanguarda impressionista, os artistas que passavam pela oficina artística da *Occidente*: Alfredo Keil, Henrique Pousão, José Malhoa, Manuel Maria Bordalo Pinheiro, Rafael Bordalo Pinheiro, Silva Porto, Soares dos Reis, mantinham ao lado das práticas académicas outros percursos artísticos paralelos que fundamentavam as tendências modernizadoras e europeizantes da cultura nacional. O problema residia na falta de mecenas oficiais e particulares, por isso ia mal o povo cujos dirigentes não cuidavam da sua arte.

<sup>318</sup> *Occidente*, nº434, 1891, pp.12-13.

<sup>319</sup> *Idem*, nº111, 1882, p.19.

O necessário investimento artístico implicava maior número de publicações, conferências, exposições nacionais e internacionais e compra de arte pelo Estado e público, em geral.

A década de 90, do século XIX, assiste ao crescendo do nacionalismo e à procura do “génio especial da raça” responsável pela individualidade artística. Oficialmente, era nas tradições artísticas do povo que se procurava a base para a construção de uma estética nacional.<sup>320</sup> Na verdade, a modernidade artística não colidia com o nacionalismo. A identidade de uma nação não se diluía no internacionalismo porque os artistas são uma espécie de *génios loci*, espíritos do lugar.

Nos inícios do século XX a arte portuguesa conquistava com Columbano, Malhoa, Veloso Salgado e Carlos Reis alguns prémios no estrangeiro. Columbano era considerado o mais internacional dos pintores devido à sua participação nas exposições de Berlim, Dresde, Londres, S. Peterburgo, Glasgow, Paris. O artista conquistava foros de genialidade além fronteiras nos centros “mais opulentos” da arte.<sup>321</sup> A moderna pintura portuguesa era reconhecida pelas obras de Miguel Ângelo Lupi, Sousa Pinto e Mário de Santa Rita. A obra de Almada Negreiros colocava em evidência o valor colonial de Portugal e a superioridade moral da raça portuguesa.<sup>322</sup>

Em 1913, num artigo, dedicado à *10ª Exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes*, considerava-se que o “público vai-se educando e apreciando a arte, grande força criadora que é a riqueza dos povos nas grandes conquistas do trabalho e do progresso.”<sup>323</sup> Contudo, na exposição de 1914 continuava-se a cultivar o gosto pelo bucólico naturalismo português. Luís Chaves escrevia sobre esta exposição: “ Se não fosse a índole pacífica deste *Occidente* simpático ancião de cabelos de neve (36 anos) e não respeitasse eu a calma do ambiente da sua existência, muito de acre teria a dizer das obras que encheram de armazém as salas da exposição.”<sup>324</sup>

O modernismo enquanto vanguarda opunha-se ao naturalismo. A permeabilidade da arte portuguesa às inovações plásticas estrangeiras e os próprios percursos individuais dos artistas só começarão a adquirir maior visibilidade com Amadeu de Sousa Cardoso e a geração de *Orfeu*. Columbano, Soares dos Reis, Pousão e, mais tarde, António Carneiro, antecedem Amadeu que do ponto de vista conceptual é o artista que abre a possibilidade da arte portuguesa chegar à dimensão do Modernismo.

A fotografia, objecto de ligação entre o mundo da arte e da técnica era considerada sinal de progresso e modernidade. Na Exposição Universal de 1855 o rei D. Pedro considerava-a uma

<sup>320</sup> *Occidente*, nº 666, 1897, p.140.

<sup>321</sup> *Idem*, nº1048, 1908.

<sup>322</sup> *Ibidem*, nº1160, 1911, p.61.

<sup>323</sup> *Ibidem*, nº1240, 1913, p.169.

<sup>324</sup> *Ibidem*, nº1279,1914, p.244.

das mais fascinantes invenções do século XIX.<sup>325</sup> Em 1914, cinquenta anos depois, a *Occidente* noticiava uma exposição de fotografias como uma intensa novidade e verdadeira revolução.<sup>326</sup>

A literatura de um povo era uma das afirmações mais importantes da sua civilização e nacionalidade. Expressão de educação, ela permitia auferir o grau de civilização de cada nação e o seu posicionamento na hierarquia europeia. Na *Occidente*, grande obra de propaganda nacionalista, a superioridade dos escritores portugueses confirmava o lugar de Portugal, na Europa. Camões transpusera as fronteiras da nacionalidade e o projecto de um monumento, ao poeta, em Paris, encontrava eco nas Academias da França, Inglaterra e Alemanha. Contudo, nas páginas da revista, a moderna criação literária parecia terminar com a geração setentista. Herculano era comparado a Walter Scott.<sup>327</sup> Antero era o Victor Hugo português.<sup>328</sup> Em Itália, João de Deus era considerado o primeiro poeta romântico da Europa moderna.<sup>329</sup> Garrett era um homem universal responsável por uma revolução nas letras.<sup>330</sup> Na *Occidente*, os escritores eram responsáveis pelas alterações da sociedade e os românticos, ao conferirem um papel educativo e formativo ao passado, revelavam-se mais adequados à legitimação da nação. Além da literatura, o teatro e a música eram vectores estratégicos de dinamização cultural e civilidade. A *Occidente* reconhecia o prestígio português na tradução de obras teatrais e óperas de maestros portugueses, cantadas em França e Itália.<sup>331</sup> Por sua vez escrevia João da Câmara na *Chronica Occidental* as companhias estrangeiras traziam algumas das “obras de formidáveis escritores que até então mal conhecíamos.”<sup>332</sup> Contudo, na *Occidente* as relações entre cultura e sociedade só faziam sentido num quadro nacional. António Cobeira defendeu nas suas crónicas a necessidade de “manter incorruptível a tradição da nossa nacionalidade.”<sup>333</sup>

Em 1914 são publicados poemas de Mário de Sá Carneiro e António Ferro. Mário de Sá Carneiro pertencia à geração de jovens cosmopolitas recém regressados da Europa, onde prosseguiram os seus estudos. Em 1915 convida António Ferro para editor da revista *Orpheu*.<sup>334</sup> A *Occidente* considerava-a “uma revista literária de mancebos desesperados de mérito.”<sup>335</sup> Neste ano, publica um poema de António Ferro, dedicado a Mário de Sá Carneiro, e a *Senhora do Ó* de António Sardinha, um dos mentores do Integralismo Lusitano.<sup>336</sup> A revista não estava preparada para receber os revolucionários do moderno pensamento estético português.

<sup>325</sup> Filipa Lowndes Vicente, *Viagens e exposições. D. Pedro na Europa do século XIX*, Gótica, Lisboa, 2003, pp. 259-263.

<sup>326</sup> “O nosso meio necessita conhecer o moderno que o estrangeiro faz, o nosso país precisa acompanhar a arte em toda a gama das suas transformações senão viverá atrasado constantemente,” *Occidente*, nº1279, 1914, p.244.

<sup>327</sup> *Idem*, nº132, 1882, p.203.

<sup>328</sup> *Ibidem*, nº467, 1891, p.278.

<sup>329</sup> *Ibidem*, nº583, 1895, p.50.

<sup>330</sup> *Ibidem*, 847, 1902, p.145.

<sup>331</sup> Por exemplo a ópera do maestro Augusto Machado representada em França. *Ibidem*, nº148, 1883 p.26. Portugal, através dos seus artistas líricos, afirmava-se nos principais centros da Itália, França, Áustria e Inglaterra. *Ibidem*, nº535, 1893, p.242.

<sup>332</sup> *Ibidem*, nº822, 1901, p.234.

<sup>333</sup> *Ibidem*, nº1269, 1914, p.98

<sup>334</sup> *Salomé*, dedicado a António Cobeira por Mário de Sá Carneiro. *Ibidem*, nº1261, 1914, p.3 e *Catedral*, por António Ferro, *Ibidem*, nº1264, 1914, p.38.

<sup>335</sup> *Ibidem*, nº1309, 1915, p.145.

<sup>336</sup> *Ibidem*, nº1299, 1915, p.38.

Na revista *Occidente*, a indústria era considerada um dos primeiros critérios de modernidade. Como refere Cecília Barreira, o mito do progresso que se pretende detectar no discurso positivo e grandiloquente de meados de oitocentos encontra-se imbuído de uma força cândida e crédula nas potencialidades da inovação a fim de atingir a felicidade e o bem geral.<sup>337</sup>

A indústria como força civilizadora evidencia a dinâmica económico-social de um Estado e no século XIX acreditava-se que transformaria completamente a maneira de viver da Humanidade. Na década de 80, a *Occidente*, na secção *Indústria Portuguesa* reconhecia a nossa quase completa ignorância sobre a temática.<sup>338</sup> O ensino industrial era limitado ao Instituto Industrial e em nada se podia comparar ao estrangeiro.<sup>339</sup> Era necessário maior investimento e medidas proteccionistas para diminuir a dependência do exterior, sobretudo da Inglaterra. O inquérito industrial de 1881 revelava a falta de matérias – primas, capitais e conhecimentos técnicos dos operários como as principais dificuldades da nossa industrialização. A pretendida dinâmica industrial devia passar pela formação dos recursos humanos e um sistema combinado de leis protectoras e liberdade comercial limitativa das importações industriais. O Estado devia conceder em concurso subsídios a operários e artífices para irem estudar nos grandes centros industriais da Europa. Apontavam-se ainda outras razões de uma indústria pouco desenvolvida. Entre elas, considerava-se que “o meio português muito fácil e apto para imitar os estrangeiros é de si pouco inventivo; é de manifesta e vulgar prova a mania de copiar o que se faz no estrangeiro especialmente em França; daqui resulta a importação de milhares de artigos por necessidade, moda, gosto, hábito e toleima.”<sup>340</sup> Assim, se compreende o exemplo dado em 1901 na secção *Indústria Nacional*: “as oficinas de encadernação de Alfred David, na perfeição inexcelsível da mão-de-obra e no trabalho artístico das encadernações rivalizam com as principais do estrangeiro: Paris, Berlim, Barcelona, Londres.”<sup>341</sup> A *Occidente* reconhecia que “a nossa inferioridade sobretudo do ponto de vista industrial coloca-nos na dependência das nações mais adiantadas.”<sup>342</sup>

Qual o nosso lugar na Europa? Que outras vias de desenvolvimento possibilitavam o reposicionamento europeu? Em 1909, os articulistas referiam a preponderância comercial e moral “demos Europa à África, Ásia e América”. Mas, tal como a Espanha conformamo-nos com o isolamento. Situados na extremidade da Europa fora de todos os bons caminhos terrestres

<sup>337</sup> Barreira, Cecília, *Onde esta a felicidade? o conceito de progresso técnico no século XIX*, Lisboa, Editora Universitária, 1997, pp.11-12.

<sup>338</sup> *Occidente*, nº88, 1881, p.128. Apesar de algum desenvolvimento, as unidades industriais portuguesas apresentavam fraca competitividade internacional. A Regeneração, ao enveredar pelo Livre-Cambismo, abriu o mercado português aos produtos industriais estrangeiros, mais baratos e competitivos. As importações superiores às exportações agravam o défice comercial e devido aos sucessivos empréstimos, no país e exterior, os encargos da dívida pública. O *Occidente* apresenta como exemplo da nossa industrialização, uma indústria de frutas cristalizadas. Veja-se Miriam Halpern Pereira, *Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1983.

<sup>339</sup> *Occidente*, nº110, 1882, p.13.

<sup>340</sup> *Idem*, nº802, 1901, p.84.

<sup>341</sup> *Ibidem*, nº845, 1902, p.132.

<sup>342</sup> *Ibidem*, nº1053, 1908, p.65.

não tínhamos consciência do mal provocado pela nossa posição geográfica. Contudo, o declínio da Península Ibérica podia ser anulado com o reactivar da actividade marítima e comercial. Portugal era pouco frequentado por estrangeiros, mas era importante manter relações com outros povos. O endividamento externo era o responsável pela má imagem de Portugal no estrangeiro que nos considerava ainda um país atrasado. A República internacionalista pretendia recuperar a posição do país como local estratégico na confluência das rotas atlânticas, uma espécie de estação intercontinental da Península.

O desenvolvimento dos transportes reduzia as distâncias. As inaugurações constituíam uma das festas mais nobres da civilização e eram frequente motivo de viagem do rei e da família real. Na *Occidente*, a Ponte D. Luís sobre o Tejo era considerada uma “ obra monumental, a primeira do país e pela sua extensão, a terceira da Europa e a sexta obra de arte desta natureza construída em todo o mundo.”<sup>343</sup> Os caminhos-de-ferro faziam desaparecer as distâncias e uniam a Humanidade, a “ locomotiva era evangelizadora da paz”, as barreiras que separavam os povos caíam, o progresso era o verdadeiro redentor da raça humana.<sup>344</sup> O caminho-de-ferro directo de Madrid à fronteira de Portugal e a inauguração do *sud-express* entre Lisboa e Paris trouxeram à capital portuguesa jornalistas franceses, espanhóis, belgas e ingleses. A viagem a Paris era feita em menos de 48 horas e Lisboa ficava incluída na rede das viagens rápidas da cidade francesa.<sup>345</sup> “Necessitamos de muitas linhas internacionais, muitas ligações com os países cultos”.<sup>346</sup> O vapor e a electricidade faziam o mundo pequeno. Os transportes prestavam serviços e eram agentes transformadores das cidades e dos seus habitantes.<sup>347</sup>

## 5.2. Lisboa, capital atlântica da Europa

O desenvolvimento do urbanismo era parte integrante desta modernização europeia. “ Lisboa a nossa formosa capital, assente numa posição que invejam grande número das principais cidades da Europa deve a sua beleza e importância à sua admirável posição no ponto mais ocidental da Europa.”<sup>348</sup> A capital, mais acessível com a via-férrea, reflectia os adiantamentos e as conquistas materiais e intelectuais do país. Nos meses de Maio e Junho de 1884 vários acontecimentos possibilitaram o renascimento da antiga proeminência entre os povos da Europa: a inauguração do Jardim Zoológico, a abertura da exposição agrícola e museu

<sup>343</sup> *Occidente*, nº102, 1881, p.235.

<sup>344</sup> *Idem*, nº292, 1887, p.27.

<sup>345</sup> *Ibidem*, nº319, 1887, p.242.

<sup>346</sup> *Ibidem*, nº326, 1888, p.10.

<sup>347</sup> *Ibidem*, nº1015, 1907.

<sup>348</sup> *Ibidem*, nº99, 1881, p.214. Melhoramentos na Avenida da Liberdade.

de Belas Artes, conferências científicas e a exposição da Sociedade Promotora de Belas Artes.<sup>349</sup>

Nos inícios do novo século, a *Occidente* considerava a cidade de mármore e granito, uma das primeiras cidades da Europa. Pese embora, sem os esplendores da arte de Londres, Paris, Roma ou S. Petersburgo, nem o movimento destes centros, Lisboa revelava evidente superioridade do seu património natural. Como todas as grandes cidades modernas, a capital portuguesa tornava-se lentamente cosmopolita. Em Janeiro de 1909, num artigo sobre a inauguração do Grande Hotel Duas Nações, escrevia-se: “Lisboa vai-se embelezando com novas e amplas avenidas por onde se levantam magníficas construções modernas que a vão pondo a par das grandes capitais da Europa.”<sup>350</sup> Os articulistas consideravam que a capital principiava a despertar, a movimentar-se aos empurrões do progresso, enfeitada pelas modas de importação e a sair do seu cantinho em viagens ao estrangeiro pelas vias aceleradas dos caminhos-de-ferro. As grandes capitais procuravam corresponder ao movimento do progresso europeu e Lisboa não podia esquivar-se a essa tendência.

A cidade procurava transformar-se na capital atlântica da Europa e os seus espaços adjacentes: Estoril, Cascais, Sintra seriam portas atlânticas do ocidente.<sup>351</sup> Em 1911, num mundo cruzado por linhas-férreas e rotas de navios, Lisboa era cais da Europa.

O espaço urbano era requalificado através de melhoramentos na Avenida da Liberdade, construção de largas avenidas, novos bairros, ruas alinhadas, belos arvoredos, lagos, jardins, quiosques. O moderno urbanismo era sinónimo de presença de uma grande civilização e a lição urbana colhia-se na renovação das grandes capitais, centros da civilização contemporânea e movimento cosmopolita. A dinâmica citadina manifestava-se através de congressos, inaugurações, concursos, exposições, concertos, festas associativas.

Novos hábitos de sociabilidade marcavam a sociedade oitocentista portuguesa. Nas páginas da *Occidente*, escrevia-se que a representação de Portugal como uma província de Espanha mudara com a fundação da Sociedade de Propaganda de Portugal (1906) e com as suas iniciativas de desenvolvimento do país. Tendo por lema *Pro Patria Omnia* (Tudo pela Nação) a Sociedade contava com Sebastião de Magalhães Lima e o Conde de Penha Garcia, entre os seus membros.<sup>352</sup>

A frequência das estâncias termais era exemplo destas novas práticas de urbanidade das elites nacionais. Vidago era, por volta de 1885, o local do *rendez vous* da elite da sociedade portuguesa.<sup>353</sup> Na revista *Occidente*, o interesse demonstrado por espanhóis, franceses, ingleses

<sup>349</sup> *Occidente*, nº197, 1884, p.129.

<sup>350</sup> *Ibidem*, nº1081, 1909, p.7.

<sup>351</sup> 1909, promoção de Sintra, Cascais e o Estoril, lugares onde se realizaram vários eventos desportivos.

<sup>352</sup> *Occidente*, nº1214, 1912, p.203.

<sup>353</sup> Veja-se Irene Vaquinhas e Rui Cascão, “Evolução da sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa” in *História de Portugal*, dir., José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. V, 1993, pp. 441-457.

e americanos, indiciava que Vidago, a melhor estância termal da Península, podia transformar-se na Vichy portuguesa.<sup>354</sup> A inauguração do Casino Estoril igualava as ofertas de lazer do Mónaco. Lisboa e seus espaços limítrofes procuravam rivalizar com outras zonas balneares cosmopolitas. O aproveitamento dos recursos naturais associado à mais importante das indústrias, a «indústria dos estrangeiros», seria um dos caminhos para a regeneração da pátria. A *Occidente* reforçava uma propaganda de anos continuando a promover as benesses nacionais: o clima, as belezas, os monumentos, enfim, o progresso. “O desenvolvimento da indústria do turismo há mais de 50 anos preocupa as nações mais avançadas mas só agora se procura introduzir em Portugal sempre atrasado onde a política atrofia tudo”, dizia-se em 1912.<sup>355</sup> O crescente interesse pelas actividades desportivas acompanhava a dinâmica europeia de inícios do século XX. O interesse pelos *sports*: ciclismo, ténis, futebol, hipismo, golfe, esgrima evidenciava o progresso do país e a aspiração de se colocar a par das nações mais adiantadas.<sup>356</sup>

### 5.3. A viagem – espaço de aprendizagem

Viajar e conhecer outras culturas é uma forma de aprendizagem. No século XIX, o progresso dos transportes e meios de comunicação veio facilitar as deslocações internacionais. Os portugueses escolhiam sobretudo a Europa como espaço e destino das suas viagens. Neste período visitar Paris era estar mais perto da Europa mas só os milionários, os poetas e os artistas tinham a afortunada coragem dessa aventura. Quem viajava? Reis e membros da família real, ministros dos negócios estrangeiros, diplomatas, representantes portugueses nos congressos internacionais, jornalistas, escritores, burgueses letrados, intelectuais, enviados da imprensa jornalística e escritores. A classe política ia veranejar para Nice, Vichy, Suíça, os «lugares de moda».

Na *Occidente* encontrámos inúmeras referências às viagens da família real com intuito lúdico ou político. Em 1883, a rainha D. Maria Pia, durante quatro meses, viajara até Madrid e Itália. D. Carlos separava-se da rainha em Itália e seguira pela Europa para a sua primeira viagem de instrução, o seu *Grand Tour*.<sup>357</sup> Acompanhado por um grupo de homens instruídos,

<sup>354</sup> Num artigo sobre as termas de Entre-os-Rios escrevia-se: “Temos tudo em casa, não precisamos recorrer ao estrangeiro e sem nos entrenchearmos num patriotismo feroz saibamos aproveitar o que é nosso para não continuarmos a ser um povo explorado por estranhos e tido na conta de inepto e ignorante. *Occidente*, nº1024, 1907 p.124.

<sup>355</sup> *Idem*, nº1214, 1912, p.206.

<sup>356</sup> Alguns exemplos de actividades desportivas: no Sporting Clube de Cascais, o torneio de *lawn tennis*. *Occidente*, nº894, 1903. No velódromo de Palhavã, a prova de ciclismo. *Idem*, nº957, 1906. Concurso Hípico Internacional. *Ibidem*, nº1133, 1910. Automobilismo. Desafio internacional de futebol entre franceses e portugueses. *Ibidem*, nº 1199, 1911, p.88. Concurso hípico internacional. *Ibidem*, nº1205, 1911, p.132. Participação portuguesa nos jogos internacionais de Estocolmo, na maratona o atleta Francisco Lázaro. *Ibidem*, nº1207, 1912. A grande importância do golfe. *Ibidem*, nº1214, 1912, p.210. Concurso internacional de futebol. *Ibidem*, nº1233, 1913. Concurso Hípico Internacional. *Ibidem*, nº1240, 1913, p.171. O Hipódromo de Palhavã, ponto de reunião da melhor sociedade de Lisboa. *Ibidem*, nº1275, 1914. A cultura física vai-se desenvolvendo notavelmente, alguns sports caíram verdadeiramente no agrado dos portugueses, como o futebol, a esgrima e o hipismo. *Ibidem*, nº1301, 1915, p.69.

<sup>357</sup> *Ibidem*, nº170, 1883, p.202.

D. Carlos percorrera a maior parte dos países europeus, “vendo, examinando, estudando tudo o que há de mais notável nas artes, ciências, indústria.”<sup>358</sup>

Em 1888, o rei da Suécia e Noruega retribuía a visita política de D. Luís visitando Portugal. Ainda neste ano D. Luís visitava a Alemanha.<sup>359</sup> Em 1889, D. Carlos visitava a exposição internacional de Paris. O valor da participação portuguesa moveria a Europa em muitas das questões diplomáticas que dela esperavam o veredicto.<sup>360</sup> Em 1895, os reis de Portugal viajavam pela Europa durante três meses por Espanha, França, Bélgica, Áustria, Alemanha, Itália. Na vilegiatura de Verão trocava-se Lisboa pela fascinante Paris ou Londres.

A viagem política e diplomática reafirmava as alianças políticas e comerciais. As visitas de D. Carlos ao estrangeiro inserem-se numa política de estreitamento das boas relações de Portugal com as restantes potências europeias.<sup>361</sup> Conviver com as grandes potências permitia velar pelos interesses da pátria. Nestas viagens, “os chefes de todas as nações rivalizaram na melhor forma de receber o chefe da nossa pequeníssima nação, tamanha no passado pela sua história, tamanha no futuro pela nossa esperança.”<sup>362</sup>

Em 1902, D. Carlos acompanhado pelo Marquês de Soveral, Conde de Arnoso, Contra almirante Capelo e primeiro-tenente Pinto Basto, parte para Paris e Londres. Em Paris, o rei passeia incógnito em carruagem fechada pelos Campos Elísios, frequenta o teatro, participa nas festas oficiais, está presente no jantar no Ministério dos Negócios Estrangeiros e é um entusiasta adepto de caçadas. Os principais jornais franceses e ingleses referenciam a presença do rei contribuindo para a consolidação das relações externas portuguesas com os países estrangeiros.<sup>363</sup>

Madrid, Paris e Londres constituirão os itinerários mais comuns nos anos seguintes. As nações procuravam aproximar-se para firmarem os acordos comerciais necessários à expansão das suas artes e indústrias, empregando nesta diligência todos os esforços diplomáticos. Assim, se justificavam, as visitas que nos últimos anos Portugal recebera dos chefes das nações estrangeiras e, a sua retribuição, pelos chefes de Estado portugueses.

Em 1909, D. Manuel II parte em viagem por Madrid, França e Inglaterra. No ano seguinte, de passagem por Lisboa afluem vultos da política internacional. Entre eles, o primeiro-ministro inglês e o presidente da República do Brasil. Ainda em 1910 chegava a Lisboa o

<sup>358</sup> *Occidente*, nº179, 1883, p.274.

<sup>359</sup> *Idem*, nº348, 1888, p.191.

<sup>360</sup> *Ibidem*, nº385, 1889, p.202.

<sup>361</sup> *Ibidem*, nº605, 1895, p.232.

<sup>362</sup> *Ibidem*, nº608, 1895, p.250.

<sup>363</sup> Alguns exemplos de viagens régias na *Occidente*: em 1904, “a estada do rei em Paris tem sido um verdadeiro acontecimento na grande capital do mundo, tanto é o interesse que o monarca português tem despertado na vida parisiense.” *Occidente*, nº934, 1904. D. Carlos caçando no castelo de Wood-Norton. *Idem*, nº934, 1904. Em 1905, visita a Portugal dos Duques de Connaught. *Ibidem*, nº938, 1905. Fim de Março de 1905, Lisboa receberá a visita do Imperador da Alemanha e da Rainha Alexandra. *Ibidem*, nº945, 1905. Em 1906, visita dos reis de Portugal a Madrid. *Ibidem*, nº981, 1906.

O *Occidente* referenciou ainda as visitas da rainha Alexandra (1906), do Rei Frederico de Saxe (1907), de Afonso XIII (1909) e dos Príncipes alemães (1914). Veja-se Filipa Lowndes Vicente, *Viagens e exposições. D. Pedro na Europa do século XIX*, Gótica, Lisboa, 2003.

príncipe Frederico Leopoldo da Prússia. As visitas, depois de implantada a República, devem ser enquadradas no reconhecimento da legitimidade do jovem regime e dos acordos políticos em vésperas da primeira guerra.

No século XX assiste-se progressivamente à democratização da viagem. As exigências do tempo impunham que a educação burguesa fosse completada por uma “viagem ao estrangeiro como aperfeiçoamento das línguas e conveniência de visitar os grandes centros comerciais da Europa.”<sup>364</sup> Iniciam-se as viagens particulares com intuitos profissionais. Em 1912, José de Figueiredo, Director do Museu de Arte Antiga viajava por Espanha, França, Alemanha, Áustria, Holanda, Bélgica para adquirir conhecimentos e enriquecer o acervo do Museu.<sup>365</sup> No ano seguinte, a *Occidente* publicava *Um dia em Versalhes, notas de um excursionista* de Ribeiro Cristiano para todos os presentes e futuros viajantes anónimos.<sup>366</sup>

## 6- A EUROPA. REPRESENTAÇÕES DE IDENTIDADE E ALTERIDADE

A Europa culta. O modelo intelectual de Portugal era sem dúvida a França. Após a guerra franco-prussiana, o país perde a sua preponderância política mas mantém-se na vanguarda da modernidade civilizacional. Pátria de sábios, escritores, poetas, artistas, apóstolos da ciência e heróis revolucionários. O seu pensamento pacifista celebrava a Humanidade e os seus benfeitores. Indiscutivelmente, Paris, a capital da civilização.

Portugal considerava-a a primeira nação latina. O francês era uma língua-poder. A cultura europeia dos intelectuais portugueses era sobretudo francesa. E os seus ecos chegavam ao nosso país através da imprensa e da literatura. Vítor Hugo era considerado o primeiro poeta do século. O seu papel político era igualmente destacado, tendo a “causa democrática nele o seu grande patriarca.”<sup>367</sup> As notícias francesas eram as primeiras a chegar a Portugal. Em 1882, de passagem por Lisboa, Sarah Bernhard, sempre um acontecimento em Paris, não podia deixar de o ser em Portugal.<sup>368</sup> Em 1884, a capital portuguesa era visitada por Júlio Verne.<sup>369</sup> Em 1889, nova visita de Sarah Bernhard e de outras atrizes francesas.<sup>370</sup>

A *Occidente* reconhecia na imitação do modelo a maioria da cultura francesa. Na verdade, para Portugal, a Europa começava nos Pirinéus. “Nós vivemos mais da França do que da Espanha.”<sup>371</sup> Contudo, a cópia servil motivava críticas. Pode ler-se: “a sociedade portuguesa

<sup>364</sup> *Occidente*, nº542, 1894, p.16.

<sup>365</sup> *Idem*, nº1221, 1912, p.258.

<sup>366</sup> *Ibidem*, nº1256, 1913, p.359.

<sup>367</sup> *Ibidem* nº82, 1881, p.83.

<sup>368</sup> *Ibidem*, nº121, 1882, p.103. A actriz visita de novo o país, em 1889.

<sup>369</sup> *Ibidem*, nº196, 1884, p.73.

<sup>370</sup> *Ibidem*, nº753, 1899, p.262.

<sup>371</sup> *Ibidem*, nº85, 1881, p.97.

era moldada em paródia da sociedade parisiense”.<sup>372</sup> Por isso, a *Occidente* exigia o distanciamento necessário para o acto de criação e lembrava os traços originais da cultura portuguesa. A propósito do centenário da invenção dos aeróstatos em França, Brito Rebelo reivindicava a prioridade da descoberta em Bartolomeu de Gusmão e não nos irmãos Montgolfiers. Escrevia a esse propósito: “a França é muito querencosa e cubiçosa de glória e na sua pujança de grande e singular nação que é, não olha nem atende quasi nunca às glórias das outras. Os portugueses têm sido pouco cuidadosos em conservarem pela escrita os seus feitos gloriosos.”<sup>373</sup> Paris era pouco permeável à novidade estrangeira e às novas ideias científicas, literárias e artísticas. A cidade das revoluções era a mais inabalável Roma de conservação das convenções consagradas.<sup>374</sup>

A nível literário geravam consenso: Víctor Hugo, Lamartine, Emílio Zola. A peça de teatro *Luxo* (1881) de António Ennes era apreciada como um dos mais notáveis dramas publicados em Portugal e França. Emílio Littré pela sua actividade científica e literária era considerado um dos homens mais eminentes do ocidente europeu. Teófilo Braga considerava-o responsável pela difusão do positivismo, em França. Em 1883, Alberto Mailhe, Presidente da Academia Mont-Réal de Toulouse participava na distribuição de prémios no concurso literário anual promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa. A Academia tinha como programa “celebrar a Humanidade e os seus benfeitores, o progresso e os seus homens ilustres, a pátria, suas glórias passadas e sua grandeza futura.”<sup>375</sup> Esta cooperação reforçava as ligações culturais entre os dois países.

Na *Occidente*, o discurso político sobre o regime francês alternava entre a defesa republicana e o conservadorismo progressista. Leon Gambetta era considerado uma das maiores referências da política europeia e, o republicano, Eduardo de Laboulay contribuía com as suas obras e conferências para propagar as ideias democráticas.<sup>376</sup> A linha redactorial conservadora defendia que a França perdera a sua preponderância europeia por falta de senso político dos seus governos. Para os articulistas, as Repúblicas para viverem deviam parecer-se o mais possível com as monarquias constitucionais e, Grevy era perfeitamente um rei constitucional, mantendo assim a República francesa.

A França, na vanguarda da modernidade, defendia o princípio da arbitragem na resolução dos conflitos sociais e humanos. Em 1884, a imprensa republicana parisiense constituía um tribunal arbitral encarregue de regular as questões entre redactores e directores de periódicos e estatuir sobre todas as dificuldades relativas ao seu funcionamento.<sup>377</sup>

<sup>372</sup> *Occidente*, nº188, 1884, p.58.

<sup>373</sup> *Idem*, nº158, 1883, p.107.

<sup>374</sup> *Ibidem*, nº151, 1883, p.50.

<sup>375</sup> *Ibidem*, nº160, 1883, p.123.

<sup>376</sup> *Ibidem*, nº163, 1883, p.146.

<sup>377</sup> *Ibidem*, nº188, 1884, p.71.

Em Maio de 1885, Víctor Hugo, admirado como homem, político, poeta, filósofo, romancista, autor dramático, génio imortal e universal foi motivo de um número panegírico inteiramente dedicado à sua memória. António Ennes escreve sobre a sua faceta como amigo da Humanidade. Víctor Hugo exercia sobre a sociedade uma grande força moral resultante da difusão das suas doutrinas humanitárias e filantrópicas.<sup>378</sup> Ramalho Ortigão apelida-o de primeiro avô da Europa.<sup>379</sup> António Cândido considera-o uma glória da raça latina e um dos escritores com maior notoriedade no Portugal oitocentista.<sup>380</sup> A *Occidente* publica o artigo de Vítor Hugo sobre a abolição da pena de morte em Portugal. Artigo onde o escritor considera que após a publicação da lei de 7 de Junho de 1867, o nosso país se encontra à frente da Europa e se faz referência à correspondência trocada entre o escritor e o jornalista Brito Aranha.<sup>381</sup>

A sociedade parisiense cultivava as artes, as letras, as ciências, o pensamento. Paris, capital da civilização do século XIX, foi o local de realização da Exposição Universal de 1889. A revista *Occidente*, prosseguindo os seus objectivos de registo dos factos mais importantes da vida universal, publicou a crónica ilustrada da exposição. “O Mundo está ali representado em gentes de toda a parte, e nas edificações características de cada paiz”, assim escrevia A. da Siva.<sup>382</sup> Esta Exposição Universal celebrava o primeiro centenário da Revolução Francesa e a Torre Eiffel, a grande maravilha da exposição, foi apresentada como símbolo do progresso humano e da engenharia do ferro, do século XIX.<sup>383</sup>

Contudo, Portugal continuava um desconhecido para a França. Escritores, literatos e jornalistas julgavam o país uma província de Espanha com excepção de Ferdinand Denis, escrevia-se na *Occidente*. Na opinião de Jayme Victor o escritor era um dos raros estrangeiros que se interessava pelo nosso país e um profundo conhecedor da literatura portuguesa.<sup>384</sup>

A França era considerada uma nação pacifista, grande foco da luz intelectual, de tolerância e de progresso, valores com os quais a *Occidente* se identificava. Nas suas obras, Lamartine reivindicava a defesa da humanidade e da liberdade, a emancipação dos escravos, a abolição da pena de morte e a apologia da fraternidade universal. A III República adoptara a partir de 1890 uma política externa muito activa: a aliança franco-russa foi concluída em 1892. A esperança de um desarmamento geral implicava uma aproximação nas relações entre a Alemanha e a França. Em 1896, Paris recebia os imperadores da Rússia expressando os seus anseios pacifistas.<sup>385</sup> Vítor Hugo sonhara Paris como capital do mundo.

<sup>378</sup> *Occidente*, nº232, 1885, p.122.

<sup>379</sup> *Idem*, nº232, 1885, p.123.

<sup>380</sup> *Ibidem*, nº232, 1885, p.125.

<sup>381</sup> *Ibidem*, nº232 e nº234, 1885. Jornalista, bibliógrafo, escritor. Membro da comissão promotora das associações operárias, centro promotor das classes laboriosas, concorrendo para a fundação de muitas agremiações populares. Um dos iniciadores do movimento operário que tão grande e extraordinário desenvolvimento tem assumido em Portugal. *Ibidem*, nº636, 1896, pp.186-187.

<sup>382</sup> *Ibidem*, nº378, 1889, p.139.

<sup>383</sup> Portugal, como outros países, não foi representado oficialmente no evento. A delegação portuguesa foi constituída por membros da Real Associação da Agricultura e Associação Industrial. Veja-se *Occidente*, nº386, 1889, p.203.

<sup>384</sup> *Idem*, nº420, 1890, pp.187-190.

<sup>385</sup> *Ibidem*, nº641, 1896, p.226.

A *Occidente* mantinha correspondentes em Paris durante a realização de eventos importantes e à redacção chegavam várias revistas como *Le Monde Moderne* e *La Presse International*.<sup>386</sup>

A visita da Exposição Universal de Paris de 1900, festa do trabalho e da paz, começava na estação de caminho-de-ferro. A viagem através do grande número de comboios de extraordinária velocidade colocava a cidade “quase às portas de Lisboa.”<sup>387</sup> Paris celebrava o triunfo da ciência e da técnica. Contudo, na fase imperialista de finais do século, uma exposição colonial também era símbolo de poder e de visibilidade. Os elogios dos visitantes ao pavilhão colonial português compensavam o esquecimento e a indiferença com que muitas vezes o país era olhado. Portugal fazia-se representar através dos seus produtos coloniais e vinhos. As descrições sobre a Exposição Universal permitiam construções de alteridade, leituras sobre nós e os outros, que definiam as singularidades de cada povo. M. C. finalizava *Cartas da Exposição*, com a seguinte interrogação: “Os parisienses sabem pouca geografia e não admira. Pois o mundo inteiro não será Paris?”<sup>388</sup> Nas páginas da revista *Occidente*, o evento era considerado, “um acontecimento deveras importante no progresso da civilização universal.”<sup>389</sup> Soberanos (alguns deles incógnitos) e muitas individualidades conhecidas visitaram a exposição. As exposições eram «festas da paz» reforçavam os laços entre as pessoas e as nações. Vendia-se um postal ilustrado que representava um automóvel florido levando os reis dos principais Estados da Europa, incluindo D. Carlos e numa bandeira lia-se *vive la paix*.<sup>390</sup>

Na *Occidente*, M.C, correspondente em Paris, escrevia sobre os seus encontros com Sebastião de Magalhães Lima, Consiglieri Pedroso, Jayme Victor, Alfredo Mesquita e outros jornalistas que participavam no Congresso da Imprensa.<sup>391</sup>

Em 1904, Lisboa foi visitada pela célebre actriz do teatro francês Jane Hading (nome artístico de Jeanne Alfredine Trefouret), pelo ministro Charles Rouvir, e, no ano seguinte, pelo presidente Émile Loubet. A vaidosa população de Lisboa passeava pela Avenida exibindo os últimos modelos de Paris, a mais importante capital da moda. No ano seguinte, Ana de Castro Osório, num artigo sobre Henry Faure, criticava a excessiva imitação: “somos quase irmãos pela raça latina, seus quase naturais pelo entusiasmo com que temos seguido as suas ideias, costumes, modas, intelectualidade. É tempo de acabar com esta servidão intelectual porque inferioriza. A França desconhece-nos, esquece-nos, troça-nos”<sup>392</sup>

<sup>386</sup> *Occidente*, nº657, 1897, p.72 e *Occidente*, nº695, 1898, p.88.

<sup>387</sup> *Idem*, nº773, 1900, p.134.

<sup>388</sup> *Ibidem*, nº776,1900, p.158. Foram consultados vários dicionários de pseudónimos mas não foi encontrada nenhuma referência relativa à identidade do articulista.

<sup>389</sup> *Ibidem*, nº763, 1900, p.51.

<sup>390</sup> *Ibidem*, nº780,1900, p.190.

<sup>391</sup> *Ibidem*, nº778, 1900, p.174.

<sup>392</sup> *Ibidem*, nº959, 1905, p.179.

O artigo, de 1908, *De Lisboa a Bordéus e Pirinéus* convidava a uma viagem de lazer e divertimento por várias cidades francesas. Numa comparação imediata, Portugal era reduzido à oferta turística da capital. O texto evidenciava a superioridade francesa pela modernidade das suas infra-estruturas ferroviárias. Como refere Filipa Lowndes Vicente: “O espaço europeu era construído a partir das coordenadas que estavam a ser reescritas devido ao crescimento da rede ferroviária.”<sup>393</sup> Bordéus e a sua agradável paisagem, o delicioso menu do hotel, a riqueza das lojas, as ruas pavimentadas e a elegância das senhoras. A estação balnear de Biarritz, frequentada por duques, príncipes e monarcas, de ruas cheias de sumptuosos hotéis, estabelecimentos estonteantes, parques lindíssimos e palacetes rodeados de jardins. Os russos, ingleses e espanhóis abundavam neste sítio encantador e toda a gente de fortuna ali ia buscar a consagração do *chic*.<sup>394</sup> Nestes modernos locais de moda descobriam-se os novos hábitos consumistas das elites europeias.

Em 1910, Lisboa recebia conferencistas, membros da Academia Francesa, «celebridades de renome universal tidos por imortais». A esquadra francesa estacionada no Tejo testemunhava as cordiais relações existentes entre os dois países. A França continuava a ser a primeira da raça latina e da vanguarda da Civilização. “O seu elevado sentimento de nacionalidade bastava para que esse povo se avantajasse e sobrelevesse acima dos outros em espírito, generosidade e grandeza.”<sup>395</sup> A França dominava todos os povos pela força do seu espírito. A sua ciência e arte impunham-se ao mundo e ela ia na vanguarda de todos os progressos dando exemplo às gerações novas que nela viam o avançar da Humanidade para a conquista de todas as perfeições. Capital do mundo e grande centro de civilização. Em 1911, os franceses ainda julgavam os portugueses um povo estruturalmente atrasado apesar da mudança republicana. A *Occidente* responsabilizava as questões financeiras do passado por esta representação negativa do nosso país.

Literariamente, a Lisboa chegava tudo o que era francês e apesar da resistência conservadora sempre com garantido êxito.<sup>396</sup> A propósito do livro *Horas*, de Eugénio de Andrade, escreve M. Cardoso Martha que o “ansioso espírito se deixara cativar dessa arte rara (simbolismo), esquisita e extravagante que o *beau pays* de France irradiou para todo o mundo civilizado”.<sup>397</sup> Em 1913, Afonso Kar e Alexandre Dumas eram alguns dos escritores mais referenciados. Neste ano, Paris celebrava o 25 aniversário da fundação do Instituto Pasteur, grande benfeitor da Humanidade cujos descobrimentos foram uma completa revolução científica. Portugal orgulhava-se de ser uma das primeiras nações a admirar a obra do sábio e

<sup>393</sup> Filipa Lowndes Vicente, *Viagens e Exposições. D. Pedro V na Europa do Século XIX*, Lisboa, Gótica, 2003, p.70.

<sup>394</sup> *Occidente*, nº1072, 1908, pp.219-220.

<sup>395</sup> *Idem*, nº1119, 1910, p.21.

<sup>396</sup> *Ibidem*, nº1209, 1912, p.167.

<sup>397</sup> *Ibidem*, nº1232, 1913, p.62.

associava-se a esta homenagem não só da França mas do mundo e da civilização.<sup>398</sup> Numa época de crescendo nacionalista os articulistas da *Occidente* consideravam que a nível político a França não podia admitir que não era a primeira potência da Europa. Esta seria a justificação para o aumento dos seus diferendos com a Alemanha.<sup>399</sup> Dada a irritabilidade do povo francês seria fácil a uma diplomacia hábil criar um pretexto para originar uma guerra provocada pela França. Para que a França perdesse o seu carácter ameaçador e perigoso deveria ser obrigada a restituir territórios no continente à Bélgica, Holanda e à Alemanha. A presente perturbação política e social da França atraía as atenções de todos que deploravam o grave acontecimento esperando que a nação readquirisse o prestígio e a força necessárias à estabilidade europeia.<sup>400</sup>

O deflagrar do conflito modifica as representações dos Estados europeus e na guerra a França combatia com galhardia contra outros mais ameaçadores e perigosos. Charles Maurras era um atleta do pensamento nos artigos sobre o Integralismo Lusitano.<sup>401</sup>

Na *Occidente*, a Inglaterra era considerada a primeira nação do mundo e o maior império colonial oitocentista. Londres era a primeira cidade económica da Europa. A aliança inglesa era a mais importante da política externa portuguesa. A secular e estável relação entre os dois países foi intercalada com momentos de conflito devido aos interesses imperialistas e colonialistas da Inglaterra sobre os territórios coloniais portugueses. A *Occidente*, perante a ocupação do Transval (1876), evidenciava a inoperância do direito internacional e a existência de um vácuo jurídico que desprotegia as colónias portuguesas e colocava em perigo a própria nacionalidade. “Pegando na vasta esponja do seu direito internacional a grande nação colonizadora apagou do mapa uma nação independente e determinou que passasse à condição de sua colónia.”<sup>402</sup> Apesar das críticas internacionais a Inglaterra mantinha o seu lugar à frente da civilização europeia e representava um modelo político para Portugal. “A sua evolução tem feito aumentar a representatividade de todos os cidadãos e hoje tem um sufrágio quase universal.”<sup>403</sup> Sendo considerada a nação mais liberal e tolerante da Europa depois da independência política dada à Irlanda deveria permitir também a sua emancipação económica.

Pátria da ciência e da técnica. Assim, A *Occidente* noticia o centenário de Stephenson, inventor da locomotiva a vapor.<sup>404</sup> Charles Darwin era o eminente reformador das ciências biológicas, um vulto universalmente conhecido. O uso do método experimental tinha “revolucionado pela crítica dos factos as ciências físicas, biológicas e sociológicas” e *A origem das espécies* tinha contribuído para o desenvolvimento espiritual da consciência humana.<sup>405</sup>

<sup>398</sup> *Occidente*, nº1259, 1913, p.405.

<sup>399</sup> *Idem*, nº1252, 1913, p.307.

<sup>400</sup> *Ibidem*, nº1269, 1914, p.101.

<sup>401</sup> *Ibidem*, nº1310, 1915, p.166.

<sup>402</sup> *Ibidem*, nº74, 1881, p.22.

<sup>403</sup> *Ibidem*, nº85, 1881, p.98.

<sup>404</sup> *Ibidem*, nº92, 1881, p.158.

<sup>405</sup> *Ibidem*, nº123, 1882, p.118.

As representações da Inglaterra evoluem negativamente. No âmbito da Conferência de Berlim e de um atentado real, “agitam-se grandes descontentamentos o que denuncia uma decadência política muito pronunciada.”<sup>406</sup> Nas páginas da *Occidente* é evidente a postura antibritânica desde a questão de Lourenço Marques. Os territórios portugueses em África eram motivo de repetidas questões internacionais principalmente com a Inglaterra. O *Ultimato* vinha demonstrar que as pretensões britânicas sobre a África Oriental não tinham limites apesar dos tratados e convenções entre os dois países.<sup>407</sup> A *Occidente* acompanhava a intensa campanha antibritânica na imprensa.<sup>408</sup>

Em 1894 eram restabelecidas as relações entre os dois países e Portugal apoiava a Inglaterra na guerra da África do Sul. Este apoio criticado internacionalmente era justificado como consequência da indiferença francesa. “Nós nunca nos aproximamos da Inglaterra senão porque a França sempre nos repeliu. As tendências do nosso espírito, as simpatias naturais que provém da identidade da raça sempre nos inclinaram para a França e a França sempre se esmerou em nos tratar desdenhosamente.”<sup>409</sup> Como refere Eric Hobsbawn “a esquerda secular jamais vacilou na condenação das guerras e conquistas coloniais.”<sup>410</sup>

Em 1897, no jubileu da rainha Vitória estiveram representados todos os soberanos da Europa. A Inglaterra era ainda a *rainha dos Mares*, possuindo a maior marinha mercante e de guerra, uma grande potência económica detentora de um vasto império colonial. Em Inglaterra a consciência do *império* tornava-se uma verdadeira paixão nacional colocando um fim ao esplêndido isolamento. Em 1903, Eduardo VII na Sociedade de Geografia de Lisboa referia: “Inglaterra e Portugal, países que pelas suas descobertas em todo o mundo e pelas grandes colónias que fundaram tem contribuído poderosamente para a civilização universal.”<sup>411</sup> Nações atlânticas e coloniais partilhavam interesses económicos, estratégicos, comerciais e a mesma história universal. No ano seguinte, a *Occidente* sugeria a Inglaterra como viagem de lazer no artigo *Através do Reino Unido*.

A proximidade da guerra domina as relações europeias. Em 1909, a oposição inglesa contra as ambições alemãs apoiada por todas as nações latinas levava à defesa da constituição de um bloco anglo-latino. Primeira nação comercial do mundo, já não era a primeira potência industrial. Os primeiros sinais de declínio eram contrariados com a aproximação à França apesar da anglofobia apaixonada da opinião pública. A aliança anglo-portuguesa permitia a defesa dos

<sup>406</sup> *Occidente*, nº218, 1885, p.16.

<sup>407</sup> *Idem*, nº397, 1890, p.3.

<sup>408</sup> Perto da nobre França e da honesta Holanda existia com o desconhecimento da Europa uma nação vil e traiçoeira. *Ibidem*, nº401, 1890, p.43. Os ingleses civilizam África através de castigos bárbaros e desumanos, povo de mercenários e hipócritas para quem a Humanidade nada é em presença dos seus ilícitos interesses. *Ibidem*, nº404, 1890, p.67. Toda a imprensa europeia se tem referido às atrocidades que o inglês comete em África para reduzir à obediência o africano que o detesta: álcool, discórdia entre as tribos, armas e pólvora para atear a guerra de extermínio no seu seio, infligindo-lhes os castigos mais bárbaros. *Ibidem*, nº440, 1891, p.59.

<sup>409</sup> *Ibidem*, nº542, 1894, p.13.

<sup>410</sup> Eric Hobsbawn, *A Era do Império* (1875-1914), Lisboa, Editorial Presença, 1990, p.97.

<sup>411</sup> *Occidente*, nº875, 1903, p.83.

nossos interesses contra as ambições imperialistas dos outros Estados europeus. Em 1913, o ministro da fazenda inglês protestava contra o aumento de armamentos, defendendo o investimento nos recursos industriais e no comércio.<sup>412</sup> Estas questões foram debatidas no Congresso de Paz em Haia. No ano seguinte, em Londres, realizava-se o Congresso das Nações, em Outubro, era assinada a aliança anglo-lusa. Lisboa construía o Parque Eduardo VII. A ideia datava de 1887, estivera quase a ser concretizada em 1903, altura da visita do rei Eduardo VII e finalmente o projecto ia ser executado.<sup>413</sup> Lisboa seguia assim o empenho com que nas “capitais modernas se tratava do seu aformoseamento por meio de parques e jardins públicos, num esmero de civilização”.<sup>414</sup> A requalificação urbana implicava o aumento das áreas verdes de lazer. Uma arquitectura paisagística com os seus estudos de paisagem numa lógica de concepção orgânica de espaços visava uma vida mais saudável na cidade. A necessidade de recriar a presença da natureza no ambiente urbano era importante e os espaços verdes eram considerados fundamentais para uma maior qualidade de vida dos cidadãos.

Na década de 80 Portugal cultivava com a Espanha um certo distanciamento. O país ibérico ainda com a pena de morte era considerado incivilizado e decadente. A corrida de touros, brutal e selvagem divertimento era considerada a nódoa da civilização espanhola e de um belo país grande nas artes.<sup>415</sup> A influência jesuítica separara intelectualmente a Península do desenvolvimento científico europeu e justificava o pedantismo declamatório ainda visível nos escritores espanhóis.<sup>416</sup> Diferenças civilizacionais entre Portugal e Espanha justificavam que o êxito de uma peça em Madrid não ocorreria em Portugal.

Em 1881, a imprensa portuguesa era convidada a estar representada no bicentenário de Calderon de la Barca. Homenagens ao escritor realizaram-se em Portugal, França e Espanha. O nosso país reconhecia a existência de um património histórico comum que a proximidade linguística consolidava e pagava o seu tributo a um dos maiores poetas da Península. Estudantes da Universidade de Coimbra participaram nos festejos do centenário e procuraram em conjunto com Universidades espanholas organizar a federação académica da Península.<sup>417</sup> Neste ano, D. Luís e D. Afonso XII encontravam-se em Valência de Alcântara para a inauguração da linha de caminho-de-ferro de Madrid à fronteira de Portugal. A *Occidente*, num artigo sobre D. João I e as guerras contra Espanha, aproveitava a ocasião para reiterar a afirmação de independência como símbolo da identidade nacional.<sup>418</sup> Os reis espanhóis, D. Maria Cristina e Afonso XII, visitavam Lisboa em 1882, momento propício a uma certa visibilidade pelos elementos

<sup>412</sup> *Occidente* nº1247, 1913, p.260.

<sup>413</sup> *Idem*, nº1269, 1914, p.101.

<sup>414</sup> *Ibidem*, nº1269, 1914, p.105.

<sup>415</sup> *Ibidem*, nº170, 1883, p.207. Escrevia-se no *Occidente* que as touradas espanholas eram “escolas de verdugos, escolas de sangue e morte espectáculos de nações em decadência”. *Ibidem*, nº118, 1882, p.74.

<sup>416</sup> *Ibidem*, nº88, 1881, p.122.

<sup>417</sup> *Ibidem*, nº90, 1881, p.139.

<sup>418</sup> O Mestre é um herói ajudado pela mão da Providência quando luta contra os castelhanos. Esta luta contra o invasor tem a bênção divina.

estrangeiros que acompanhavam a comitiva. Do programa desta visita fizeram parte: representações teatrais, a exposição de Arte Ornamental no Museu de Belas Artes, a corrida de cavalos seguida atentamente por jornalistas franceses, ingleses e espanhóis. “Os reis espanhóis assistindo a esta festa peninsular estreitavam os laços de afeição e parentesco e consagravam o respeito pela mútua independência.”<sup>419</sup> No ano seguinte D. Luís e D. Maria Pia visitavam a capital espanhola.<sup>420</sup> Nações coloniais, a Espanha e Portugal deviam ser consideradas as únicas civilizadoras do ocidente africano porque detinham sobre aqueles territórios, uma prioridade fundada nos seus direitos históricos.

A *pobre estação* ferroviária a que chegavam os viajantes portugueses, metáfora de uma decadente situação económica, representava Madrid como uma terra de província. As estações representavam um novo espaço símbolo de actividade industrial e de civilização.<sup>421</sup>

A notícia do fuzilamento de soldados espanhóis responsáveis pela sublevação republicana em Badajoz fora de forma unânime condenada em Portugal e “produziu o mais profundo desconsolo nos países mais civilizados da Europa.”<sup>422</sup>

Na sequência do *Ultimato* a reacção nacionalista provocara a vontade de se constituir uma política ibérica com capacidade de oposição ao imperialismo inglês. Projecto que contava com o apoio dos republicanos espanhóis e portugueses. Na imprensa a Espanha surgia então um grande país, um povo irmão pela semelhança de costumes e língua.<sup>423</sup> Cánovas del Castillo (1828-1897), defensor da monarquia constitucional, era considerado um dos maiores vultos da cena política da Europa.<sup>424</sup> A *Occidente* recebia a revista artística e literária *El Domingo*.<sup>425</sup> O *Occidente* noticia de forma assídua o conflito com Cuba e publicava artigos sobre mulheres, monumentos e costumes espanhóis.<sup>426</sup> Apesar dos diferendos, a Espanha “sempre teve as nossas simpatias a velha nação cavaleiresca, a que tantos laços nos ligam, nossa irmã pela história, pela raça, pela língua”.<sup>427</sup> Palavras sem significado.

Em 1903, o rei Afonso XIII visitava Lisboa. A vontade de uma política ibérica comum (mais por parte de Espanha) explica as movimentações do rei espanhol que pretendia assegurar a continuidade política da monarquia na Península Ibérica. O rei também se certificava de que Lisboa não serviria de apoio à causa republicana espanhola. Em 1912, Portugal participa na exposição de Belas Artes de Madrid. Na *Occidente* reconhecia-se a esterilidade científica dos

<sup>419</sup> *Occidente*, nº111, 1882, p.22.

<sup>420</sup> *Idem*, 159, 1883, p.114.

<sup>421</sup> Filipa Lowndes Vicente, *Viagens e Exposições. D. Pedro V na Europa do Século XIX*, Lisboa, Gótica, 2003, p.87.

<sup>422</sup> A análise política do acontecimento dividia as opiniões. Gervásio Lobato considerava que “o grito da revolução parte daqueles cujo espírito elevado sonha com um ideal mais aperfeiçoado de governo.” *Occidente*, nº168, 1883, p.186. Outros articulistas comentam a revolta como um “ligeiro e disparatado movimento.” *Idem*, nº168, 1883, p.192.

<sup>423</sup> *Ibidem*, nº645, 1896, p.258.

<sup>424</sup> *Ibidem*, nº670, 1897, p.170-171. Político conservador defensor da monarquia constitucional.

<sup>425</sup> *Ibidem*, nº674, 1897, p.208.

<sup>426</sup> *Ibidem*, nº687, 1898 p.18.

<sup>427</sup> Os espanhóis são acusados de todos os roubos que se fazem em Lisboa “ Sempre espanhóis para tudo. *Ibidem*, nº863, 1902, p.274.

povos da Península, uma culpa suave porque assumida em conjunto. Algumas referências literárias, Espronceda e Ribas, uma sugestão de viagem ao museu do Prado para os apaixonados da sublime arte da pintura.

Em 1913, no XXVIII Congresso de Direito Internacional de Madrid reafirmava-se a convicção de que “ os tratados firmados e outras relações internacionais virão encaminhar o mundo civilizado para a era de paz, de tranquilidade e de prosperidade universal que só se poderá conseguir com o estabelecimento de um direito internacional perfeito.” As questões de arbitragem permanente deveriam ser resolvidas através da cooperação jurídica entre Estados. As relações políticas e económicas entre as duas nações saem reforçadas na sequência das negociações de tratados de comércio. Mais uma vez a Espanha assumia o interesse pela aproximação na figura de Rafael Maria de Labra considerado um grande amigo de Portugal.<sup>428</sup> Em 1914 aumenta o movimento em favor da cordialidade entre os dois países considerando-se grave erro o afastamento entre espanhóis e portugueses.<sup>429</sup>

Na revista *Occidente*, a Alemanha era uma nação gigante. Nação da música, culta, idealista e mística. Uma visão dicotómica da Alemanha defendida por Ernest Renan e Jules Michelet tinha sido divulgada em França após a guerra de 1870 diferenciando-se a Prússia militarista da idílica Alemanha. “ Na *Histoire du XIX siècle*, Michelet considerava que a Alemanha idealista teria sido assassinada pela Prússia belicista.”<sup>430</sup> Nietzsche já havia comentado que o surgimento do Reich alemão em 1871 destruíra o que se considerava o espírito alemão. Uma entidade semelhante ao pensamento de Goethe que literariamente considerava a Europa uma cultura inestimável, um continente sem fronteiras e que afirmava não poder detestar a França, porque devia àquela nação a maior parte da sua formação intelectual.

A *Occidente* demonstrava em vários artigos a admiração por esta Alemanha culta e necessariamente espiritual. No país da pedagogia e da vanguarda educacional, Frederico Froebel era o “ benemérito fundador dos jardins-de-infância, pai amoroso da infância, grande apóstolo da nova religião do ensino a trabalhar em benefício da Humanidade. ” Comenius, Schiller, Kant, Ficht, Schelling, Hegel, Herber, Herder notáveis da filosofia alemã também se dedicavam à ciência do ensino na sábia Alemanha.<sup>431</sup> Em 1893, poemas de Heinrich Heine sobre os ideais de liberdade e democracia foram publicados na *Occidente* onde Wagner era apontado como génio da música universal. Na década de 80 e 90 vários artigos condenavam explicitamente a política militarista e ditatorial de Bismark e da Prússia. O império alemão tornava-se uma ameaça para a Europa. A inauguração da estátua Germânia, monumento comemorativo da nova constituição

<sup>428</sup> Nas ocasiões mais difíceis para a nossa situação internacional sempre foi defensor da nossa independência e do progresso da nossa terra. No Senado espanhol instou para que se activassem as negociações e que se fomentassem as relações hispano-turcas.

<sup>429</sup> *Occidente*, nº1280, 1914, p.230.

<sup>430</sup> Ana Maria Ramalheira, “Imagens da Alemanha em o Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro (1878-1915)”, *Biblos*, vol.LXX, 1994, p.402.

<sup>431</sup> *Occidente*, nº120, 1881, pp.90-91.

do império germânico, era também símbolo desta Alemanha belicista.<sup>432</sup> Bismark e a política expansionista alemã eram criticados por ameaçarem a soberania portuguesa nos territórios coloniais. “Os alemães nos territórios coloniais subjagam pela força o que não podem alcançar pelas missões e pelo prestígio.”<sup>433</sup>

A Alemanha ocupava um papel importante nos destinos da Europa mas o excesso de militarismo absorvia os seus capitais e forças apesar do imperador Guilherme II garantir o seu apoio ao estado de paz. O imperador era considerado “o mais devotado operário dessa obra gigantesca e sublime que é o ideal de todos os povos modernos - a paz universal.”<sup>434</sup> Na realidade, forçara a demissão de Bismark em 1890 começando a dirigir pessoalmente a política externa, encorajando políticas belicistas e a construção de uma poderosa armada alemã.

A *Occidente* publicava de forma regular artigos sobre ciência, política, instituições militares, literatura.<sup>435</sup> “A Alemanha era a pátria de grandes políticos, de famosos generais, de profundos filósofos, de extraordinários poetas, de incomparáveis artistas, Beethoven era um dos maiores génios da Humanidade.”<sup>436</sup> Em 1905, Lisboa esperava a visita do Imperador da Alemanha que vinha retribuir a visita de D. Carlos feita em 1895 e em 1907 recebia a visita de membros da família real.

O imperialismo marcou as relações entre os dois países, por Berlim chegavam sempre notícias sensacionais relativas a Portugal como a venda das colónias. Aliás, o assunto era repetidamente abordado na imprensa internacional.<sup>437</sup> Portugal podia decidir arrendar ou vender as suas colónias mas aí preferia ingleses e franceses.

A *Occidente* prolongava o fascínio pela Alemanha romântica. Herculano era um alemão como pensador e um peninsular como escritor. Um historiador semelhante aos alemães na sagacidade, consciência, obra imortal. A admiração pela literatura alemã era expressa nas referências a Goethe e Schiller.

Em 1913, a Alemanha era considerada uma potente nação continuamente a trabalhar para a paz armando-se para a guerra.<sup>438</sup> A preparação para um possível conflito ocupava as atenções da Europa de cujos destinos era árbitro o imperador da Alemanha.<sup>439</sup> A *Occidente* parecia indiferente à “onda anti-germanista gerada pela ameaçadora *Weltpolitik* de Guilherme II e às daí

<sup>432</sup> Bismarck, chanceler de Guilherme I da Prússia conseguiu a unificação alemã pela força das armas transformando a Prússia num estado organizado e forte, de elevada industrialização e poderoso exército. “O primeiro passo para esta grande obra fora um atentado contra a liberdade de algumas cidades e estados. Em 1871 o Império alemão era proclamado em Versalhes e Guilherme I tornava-se o primeiro imperador deste II Reich um império federal de 25 estados no qual se integravam a Alsácia e a Lorena. Um gigante político nascia na Europa.” *Occidente* nº177, 1884, p.259.

<sup>433</sup> *Idem*, nº220, 1885, p.27.

<sup>434</sup> *Ibidem*, nº342, 1888, p.138.

<sup>435</sup> Na pátria da ciência era descoberta a cura da tuberculose por Roberto Koch. Francisco de Noronha escrevia sobre Bismark: “o estadista que levantou a sua pátria até à glória máxima de influir poderosamente sobre os destinos dos povos europeus. Vencida a França, Bismark baseava toda a sua conduta na manutenção da paz e do statu quo europeu. Árbitro da Europa no Congresso de Berlim de 1878. *Ibidem*, nº707, 1898. A *Occidente* publicava os contos infantis dos “adoráveis” irmãos Grimm.

<sup>436</sup> *Ibidem*, nº731, 1899, p.109.

<sup>437</sup> *Ibidem*, nº1192, 1912, p.26.

<sup>438</sup> *Ibidem*, nº1231, 1913, p.58.

<sup>439</sup> *Ibidem*, nº1233, 1913, p. 87.

decorrentes tendências anti-wagnerianas da imprensa periódica francesa.<sup>440</sup> Neste ano, a *Occidente* criticava a indiferença do público português perante o centenário de Wagner. O conhecimento do compositor e da sua obra eram indispensáveis na educação de todos e sobretudo das novas gerações.<sup>441</sup> Os articulistas consideravam Guilherme II a “personalidade mais em destaque nestes tempos de terror bélico embora no fundo seja como cremos a pessoa mais pacífica deste mundo”.<sup>442</sup> O imperialismo era justificado pelas necessidades comerciais da Alemanha, país onde a literatura e a ciência atingiam o apogeu e onde as indústrias de ferro e carvão prosperavam assombrosamente.<sup>443</sup> Para Macedo Oliveira, Guilherme II continuava a ser o melhor defensor da paz.<sup>444</sup>

A proximidade do conflito evidencia o espírito militarista da Alemanha.<sup>445</sup> Mas Francisco de Noronha num artigo sobre a invasão da Bélgica representava-a heróica e firme na defesa dos seus lares da figura de Guilherme o *kaiser tarado*. “Incarnação malévol e sinistra do exótico magarefe do nosso século e que provinha de centros de intelectualidade manifesta em que a ciência e a literatura contavam evidenciações universais”.<sup>446</sup>

A Alemanha dominava a *Occidente*. Um artigo de Francisco de Noronha sobre a História alemã provava a sua natureza bélica e índole militar. Um excerto em francês da obra *Germania* de Henri Heine sobre o sonho de uma democracia universal servia de justificação para o «abarcar e absorver» alemão. A superioridade comercial alemã era visível em todo o mundo. O sentido da sua disciplina devia-se à Prússia. A Alemanha era obra de Frederico e da correspondência com Voltaire.<sup>447</sup> Ocupava na hierarquia europeia um lugar de destaque pela superioridade dos seus poetas, historiadores e estadistas.<sup>448</sup> Isto, apesar do estratégico relevo, clima e recursos naturais, do desenvolvimento industrial, científico e físico, da educação e da união aduaneira *Zollverein*. “Hegel na filosofia do direito assevera o desenvolvimento do mundo por três estados em que sobreleva o do alemão, a quem tocara o predomínio universal pela ciência.”<sup>449</sup> A Alemanha era uma nação superior devido ao reconhecido valor do seu conhecimento e arte.<sup>450</sup> Em 1915, a *Occidente* valorizava a Alemanha intelectual relembrando as relações ancestrais entre os dois países, reforçadas no século XIX pela influência exercida

<sup>440</sup> Ana Maria Ramalheira, “Imagens da Alemanha em o Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro (1878-1915)”, *Biblos*, vol.LXX, 1994, p.419.

<sup>441</sup> *Occidente*, nº1235, 1913, p.100. Assim, propunham os articulistas a fundação de uma sociedade, conferências, concertos, uma revista, uma subscrição para um busto, a Câmara daria o seu nome a uma avenida. No ano seguinte sugere-se uma obra sobre Wagner considerada leitura indispensável para todos os nossos artistas e amadores de música. Wagner, mestre supremo da música contemporânea.

<sup>442</sup> *Idem*, nº1237, 1913, p.124.

<sup>443</sup> *Ibidem*, nº1242, 1913, p.188.

<sup>444</sup> *Ibidem*, nº1247, 1913 p.249.

<sup>445</sup> *Ibidem*, nº1258, 1913, p.404.

<sup>446</sup> *Ibidem*, nº1295, 1914, p.412.

<sup>447</sup> *Ibidem*, nº1303, 1914, pp.82-83.

<sup>448</sup> *Ibidem*, nº1304, 1914, p.86.

<sup>449</sup> *Ibidem*, nº1304, 1914, p.95.

<sup>450</sup> A propósito do sentimento de grande pesar que invadiu a Academia de Ciências de Lisboa que tinha em grande apreço a vastíssima obra do grande sábio alemão Johannes Jungfer. *Ibidem*, nº1309, 1915, p.152.

pela literatura alemã. Pátria de Lutero, Goethe, Kant e Wagner. O desenvolvimento da química constituía o maior título de glória da Alemanha. As necessidades da guerra devem certamente proporcionar-lhes ensejo a centenas de descobertas neste campo científico. A superioridade militar alemã devia-se à melhor organização das suas fábricas.<sup>451</sup>

A Itália estava imobilizada num convencionalismo tradicionalista. Admirada pela sua participação nos movimentos revolucionários e nacionalistas do século XIX, país de referência a nível da música e arte, ocupava contudo uma posição de menoridade artística face à Alemanha. No *Occidente* reconhecia-se que as gerações actuais de músicos italianos eram influenciadas pela vanguarda musical alemã. A cultura literária dos compositores italianos era germânica.<sup>452</sup> Contudo, Verdi era o mais poderoso dos compositores contemporâneos. A esta admiração não seria alheia a consciência de que Verdi era um grande músico e também um grande patriota apoiante entusiasta da unificação italiana. Na *Occidente*, Garibaldi era um dos heróis do século. A Itália e França prestavam-lhe homenagem mas em Portugal a Câmara Popular recusou o voto de sentimento pela sua morte.<sup>453</sup> A Itália mantinha-se como centro artístico de estudo dos clássicos.

O país procurava também o seu lugar no concerto europeu participando em exposições e congressos internacionais. A exposição industrial de Milão (1881) teve uma dinâmica semelhante às exposições universais.<sup>454</sup> Aqui também existia preconceitos em relação à produção nacional considerando-se superior, tudo o que vinha do estrangeiro.<sup>455</sup> O médico Sousa Martins participava no Congresso de Veneza onde se reuniram as maiores sumidades médicas da Europa.<sup>456</sup> Em 1897, a *Occidente* recebia as revistas de arte *Iride* e *Esperia*. Caruso um dos mais célebres cantores modernos actuou no S. Carlos, em 1903. Manzoni e Pelico eram algumas das referências literárias, em 1912. No ano seguinte, a Itália era referenciada como um país de grandes belezas naturais e um local privilegiado de arte. Itinerário de lugares e de memórias, de sítios históricos e naturais.

A Rússia era o maior império geográfico e um dos centros políticos da Europa. Após o assassinato do Czar Alexandre II (1881), o novo czar Alexandre III ocupava o trono maior da Europa e o mais perigoso.<sup>457</sup> As suas simpatias pela Alemanha não eram aceites no país, nem na Europa. A Rússia em 1881 debatia-se entre as contradições do seu sistema autocrático e os anseios igualitários da maioria da população. A sua evolução política era seguida atentamente na Europa. O país chegava através da literatura, Ivan Turgueneff contribuiu com os seus

<sup>451</sup> *Occidente*, nº1312, 1915, p.188.

<sup>452</sup> *Idem*, nº80, 1881, p.62.

<sup>453</sup> *Ibidem*, nº125, 1882, p.129.

<sup>454</sup> *Ibidem*, nº101, 1881, p.230.

<sup>455</sup> *Ibidem*, nº102, 1881, p.236.

<sup>456</sup> *Ibidem*, nº655, 1897, p.50.

<sup>457</sup> A coroação de um czar era uma festa sem igual no mundo. “Nos países verdadeiramente ocidentais da Europa determina uns festejos mais ou menos brilhantes, não se passa na Rússia de maneira tão simples.” *Ibidem*, nº161, 1883, p.131.

romances para familiarizar a Europa com a vida social do mundo eslavo. Expatriado devido aos seus ideais políticos viveu em França e na Alemanha continuando através das suas obras a advogar a necessidade de reformas políticas e sociais na Rússia.<sup>458</sup> Os compositores russos começavam a suceder aos alemães.<sup>459</sup> Segundo Eric Hobsbawn, “ culturalmente a pequena maioria educada vivendo na Rússia era uma das glórias da civilização ocidental do século XIX. Economicamente, a Rússia fazia claramente parte do Ocidente na medida em que o seu governo se comprometera abertamente numa política de industrialização massiva do modelo ocidental.”<sup>460</sup> Ambições imperialistas da Rússia em territórios sob domínio inglês, na Ásia. Apesar dos resultados diplomáticos serem tranquilizadores “ não será de estranhar que rebente a guerra. *Se vis pacem para bellam.*”<sup>461</sup> A Rússia era o centro do sistema da política europeia, o maior império da Europa.<sup>462</sup> A aliança franco-russa havia sido concluída em 1892. A visita dos imperadores da Rússia a Paris (1896) demonstrava a sua simpatia pela França, as preocupações pelo equilíbrio europeu e a aposta numa política pacifista.

Uma atitude crítica no contexto da guerra com o Japão e do “Domingo Sangrento” revolução considerada uma humilhação para um povo que pretendia ocupar um lugar honroso entre as civilizações. Uma ideologia liberal e pacifista, seguindo as doutrinas de Tolstói defendida por escritores, jornalistas e professores universitários, vai acabando com os preconceitos responsáveis pela decadência de um império colossal.<sup>463</sup> A *Occidente* fora uma das primeiras publicações portuguesas que dera a conhecer o genial escritor Dostoielsky. *Amor e Liberdade* de Tolstói<sup>464</sup> *Guerra e Paz* e *Anna Karenine*. O escritor era considerado a maior celebridade literária depois de Vítor Hugo. Filósofo, literato, pedagogo, profeta e como todos os génios universal. Pacifista assume um amor ardente por toda a Humanidade.<sup>465</sup>

Suíça, um pequeno país que constituía a vanguarda a nível da educação em 1878. Na década de 80 a proximidade da guerra justificava a preparação militar do exército suíço para defender a neutralidade do seu território.<sup>466</sup> Esta situação favorecia a sua escolha como sede de muitas organizações internacionais e país anfitrião de muitas conferências internacionais para a paz. A União Universal dos Correios tinha a sua repartição internacional em Berne.<sup>467</sup> Modelo de organização política regida por um governo republicano federativo, a Suíça dava à Europa o exemplo de um povo que, sendo livre, se governava por si próprio progredindo sem cessar e

<sup>458</sup> “ Foi ele o primeiro a profetizar o nascimento e progresso dos partidos revolucionários anti-sociais a que chamou nihilistas e que visavam a destruição violenta de todas as estruturas sociais. A sua obra literária e social era enorme e quase todos os seus livros estavam traduzidos nas principais línguas da Europa” *Occidente*, nº173, 1883, p.231.

<sup>459</sup> Em 1881, o pianista Rubinstein, o melhor pianista da Europa encontrava-se em Lisboa para um concerto. *Idem*, nº81, 1881, p.65.

<sup>460</sup> Eric Hobsbawn, *A Era do Império (1875-1914)*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, p.31.

<sup>461</sup> *Occidente*, nº224, 1885, p.72.

<sup>462</sup> *Idem*, nº629, 1896, p.131.

<sup>463</sup> *Ibidem*, nº941, 1905, p.34.

<sup>464</sup> *Ibidem*, nº 1149, 1910, p.286.

<sup>465</sup> *Ibidem*, nº1250, 1913, p.291.

<sup>466</sup> *Ibidem*, nº181, 1884, p.7.

<sup>467</sup> *Ibidem*, nº222, 1885 p.46.

adquirindo sempre o mais alto grau na sua liberdade, moralidade e bem-estar.<sup>468</sup> Em 1912, um artigo sobre o modelar país da pedagogia universal incluía referências em francês a Buchner, John Stuart Mill e Louis Liard. A Suíça “económica e aproveitadinha levantou-se da humildade em que vegetava para trilhar um caminho de progresso e prosperidade: hotéis, iluminação eléctrica, equilíbrio entre receitas e despesas, um enjoo de comodidades que a faz artificial”. Um país referenciado pelos seus índices económicos, financeiros e de escolarização.<sup>469</sup> Em 1913, as nações assustadas pela proximidade da guerra tinham dificuldades em manter a sua neutralidade, procurando desenvolver a sua instrução militar, planeando a sua defesa como se praticava na Suíça e outras nações.<sup>470</sup> Nacionalidades, florescentes e respeitadas que compreendem os seus deveres cívicos Bélgica, Holanda, Suécia e Noruega.

Bélgica, a Europa culta, um pequeno país, modelo de desenvolvimento económico. Uma nação onde existiam escritores de mérito que tinham sabido conservar nas suas criações originais uma nação pequena no mundo mas grande na História.<sup>471</sup> A Sociedade de Geografia de Lisboa participou na Exposição Internacional de Anvers, apresentando diversos produtos das colónias portuguesas.<sup>472</sup> Representações etnográficas, históricas, inclusive, cenográficas com os seus figurantes fizeram parte da instalação portuguesa. As Exposições procuravam glorificar o trabalho como suprema aspiração da Humanidade. Instituída a ideia de que em assuntos internacionais o país acordava sempre tarde, Anvers torna-se excepção à regra mas “mantivemo-nos quase estranhos à vida íntima e política do congresso” que acompanhou a exposição incapazes de mostrar a nossa individualidade política e colonial.<sup>473</sup> Os Congressos permitiam a cooperação a nível científico, literário e artístico entre os vários países possibilitando a mobilidade das hierarquias. O livro de viagens de Zeferino Brandão descrevia os belos edifícios de Bruxelas como o Palácio da Bolsa. A nação belga podia ser tomada como modelo de actividade industrial e comercial e o seu povo como um dos mais cultos nos progressos nas ciências, letras, artes, indústria e comércio. Em 1914 referencia-se Maurice Maeterlinck o grande escritor belga de nomeada universal. Portugal perdia no confronto civilizacional.

Na guerra o povo belga lutava heroicamente para defender a sua neutralidade e por isso recebia as homenagens do mundo inteiro. Várias vezes se planeou anexar a Bélgica à Alemanha ou à França, mas o bloqueio oposto ao avanço alemão confirmava a utilidade dos estados pequenos.

<sup>468</sup> *Occidente*, nº582, 1895, p.44.

<sup>469</sup> *Idem*, nº1238, 1913, p.134.

<sup>470</sup> *Ibidem*, nº1253, 1913, p.323.

<sup>471</sup> *Ibidem*, nº174, 1883, p.234.

<sup>472</sup> *Ibidem*, nº229, 1885, p.112.

<sup>473</sup> *Ibidem*, nº250, 1885, p.270.

A Holanda procurava no seu rearmamento a garantia da autonomia do país e a integridade das suas colónias. Haia era lugar habitual de reunião dos conferencistas para a paz universal. Na Suécia reunira o Congresso Antropológico (1874) e o XVIII Congresso Internacional de Paz de Estocolmo. Em 1912, como a maioria das pequenas nações exercitava os seus exércitos. Em 1913, no Teatro da República representava-se a *extraordinária* obra do dramaturgo Henrik Ibsen, *Os espectros*.<sup>474</sup> No ano seguinte a *Occidente* referenciava o centenário do renascimento da Noruega como nação. A Roménia envolvida no movimento das nacionalidades e proclamada principado independente procurava em 1878 o reconhecimento como Estado-nação. A Áustria-Hungria aumentava os armamentos como em todo o mundo civilizado. O aproximar da guerra evidenciava os esforços de militarização das nações sobretudo das mais pequenas que podiam ser facilmente derrotadas e conquistadas. A Dinamarca era um dos mais pequenos países da Europa e dos mais adiantados em civilização devido ao seu nacionalismo.<sup>475</sup> Da Hungria a referência à obra “ *O último senhor de um velho solar* romance por Paulo Gyulai.

As nações eram classificadas na escala europeia de acordo com o valor da sua cultura - Literatura e Artes. Muitas vezes o conhecimento sobre um país era exclusivamente literário. A Literatura anulava nacionalidades e os preconceitos gerados pelas fronteiras reconciliando-as numa grande unidade europeia, uma Europa de espírito. O património da Humanidade.

## 7-OS CRONISTAS DA OCCIDENTE

Gervásio Lobato (1880-1895)

Os cronistas deixaram na *Occidente* uma contribuição valiosíssima para o estudo político, social e cultural da sociedade portuguesa entre 1878-1915. O protagonismo da *Chronica Occidental* permite o reconhecimento da ideologia conservadora que marca a linha editorial após a saída de Guilherme de Azevedo. Os cronistas denunciam as suas preferências monárquicas que condicionam ideologicamente as suas representações de Europa.

Gervásio Lobato, amigo e colega de Guilherme de Azevedo na redacção do *Diário da Manhã*, escritor, jornalista, dramaturgo, tradutor, humorista, romancista e “cavaqueador” será o segundo cronista do *Occidente* (1880-1895).<sup>476</sup> Homem de cultura teatral, “ teve sempre em

<sup>474</sup> O teatro de Henrik Ibsen era um teatro de discussão que colocava o indivíduo na relação consigo mesmo e com o seu lugar no mundo, no centro do debate.

<sup>475</sup> *Occidente*, nº666, 1897, p.140.

<sup>476</sup> Gervásio Lobato 1850-1895. O cronista do *Occidente* tinha o Curso do Liceu e o Superior de Letras. Era Segundo Oficial da Secretaria do Reino e tinha o Colar de Oficial de Santiago que “ D. Carlos lhe lançou ao pescoço numa récita no Teatro de S. Carlos.” *Occidente*, nº592, 1895, p. 123. Vide anexo X, ilustração nº16.

mãos algum original e dele foram as melhores traduções representadas no Ginásio”.<sup>477</sup> A *Chronica Occidental* perde o espírito de combate ideológico restringindo-se à crítica polida sobre o rotativismo do governo e a previsibilidade dos candidatos por altura das eleições. Discurso baseado nos conceitos tradicionais de pátria, família, autoridade, hierarquia, paz social, transversal ao crescendo nacionalista num momento de esgotamento das instituições monárquicas. Critica a actuação social da emergente esquerda considerando “a greve fruto de umas teorias avançadíssimas que procuram esse meio para obter a reivindicação dos seus direitos colectivos.” E acrescenta. “ o lançamento de novos impostos não é justificativo da greve”.<sup>478</sup>

Gervásio Lobato defendia a continuidade do projecto de europeizar Portugal embora reconhecesse no regime uma estabilidade que potenciava o desenvolvimento e a visibilidade europeia, “em Portugal os reis ainda falavam a linguagem do povo”.<sup>479</sup> Na década de 80, as duplas fronteiras geográficas Badajoz e Pirinéus, aliadas a esquemas conceptuais tradicionalistas e a um certo provincianismo da maioria da população, justificavam o isolamento de Portugal apesar das suas práticas de integração.

Na *Chronica Occidental*, a educação continuava a ser a mais importante das missões modernas. O atraso português era justificado pela maneira errada como se implantavam os benefícios materiais recebidos como moda em vez de resultado dos avanços intelectuais e sociais. Uma sociedade instruída representava a porta de acesso ao progresso europeu daí que o incentivo à criação de bibliotecas fosse considerada, pelo cronista, uma ideia de grande alcance civilizacional, importante, para o progresso intelectual e a educação do povo.<sup>480</sup> Defendia também a necessidade de uma maior dinâmica académica que privilegiasse a discussão científica e o trabalho intelectual incentivando a sua divulgação em revistas especializadas. A ciência e o conhecimento em geral reforçavam a importância da educação como meio de progresso e felicidade humana.<sup>481</sup>

Os Centenários, expressão das práticas positivistas de consagração pública e a realização de Congressos, símbolos do avanço da laicização do estado eram considerados momentos de paz, de civilização, de progresso e aproximavam Portugal da Europa. Num artigo sobre o Centenário de Pombal escreveu que através do cortejo cívico “o povo cumpre o mais santo dos

<sup>477</sup> *Occidente*, nº628, 1896, p.121.

<sup>478</sup> *Idem*, nº68, 1880, p.166.

<sup>479</sup> Escrevia: “ Neste pequeno reino quase esquecido do mundo político os reis e o povo juntam-se numa festa promovida pela rainha, festa de caridade e festa democrática.” Enquanto lá fora os reis e os imperadores “se couraçam com poderosos exércitos contra o povo que governam e receiam”. *Ibidem*, nº195, 1884, p.114. A propósito do nascimento do príncipe da Beira escreve “no meio das lutas políticas que agitam a Europa que separam os reis dos seus povos e os povos dos seus reis, em Portugal regista-se uma perfeita comunhão entre a família real e a nação, entre a corte e o país. *Ibidem*, nº298, 1887, p.73.

<sup>480</sup> *Ibidem*, nº169, 1883, p.193.

<sup>481</sup> A divulgação do conhecimento científico em revistas especializadas vinha “ satisfazer uma necessidade imediata e urgente.” *Ibidem*, nº112, 1882, p.25. O cronista criticava a morosidade “com que de ordinário cá chegam as grandes novidades científicas”. *Ibidem*, nº573, 1894, p.265.

seus deveres cívicos glorificando esse concidadão ilustre.”<sup>482</sup> Contudo, lutava-se contra os preconceitos relativos ao trabalho intelectual. Lisboa assistia com indiferença a estes eventos demonstrando a limitada formação cultural da sua população. A realização de Congressos Internacionais implicava a realização de actividades geradoras de práticas sociais e culturais manifestamente novas no país.<sup>483</sup> Ao novo respondia-se com atávica resistência.

A cidade, como fenómeno político e social resumia a imagem do país no século XIX. Gervásio Lobato escrevia: “ É muito vulgar lá fora imaginar-se que a Europa termina nos Pirinéus e que para cá dos montes principia logo a África.”<sup>484</sup> Lisboa, pequena em relação a Paris e a Londres, ainda excluída do grupo das metrópoles, adquiria visibilidade na década de 80 com a visita de Sarah Bernhard e o casamento de D. Carlos.<sup>485</sup> As celebridades europeias e as obras-primas do moderno teatro lírico eram conhecidas no palco do S. Carlos.

Em 1887, a inauguração do caminho-de-ferro entre Paris e Lisboa era presenciada por jornalistas franceses, espanhóis, belgas e ingleses. Na imprensa internacional a capital portuguesa surgia como reconhecida estação de recreio e de festa.<sup>486</sup> Portugal desvinculava-se da imagem de terra desconhecida e misteriosa. Em 1895, Juliette Adam, fundadora e directora da *Nouvelle Revue*, autora de livros de literatura, arte, política e viagens visita Portugal.

Gervásio Lobato descrevia os países europeus através das suas representações culturais. Portugal mantinha relações privilegiadas com a França, Inglaterra, Alemanha e Espanha e aceitava a autocrática Rússia como pretensa nação pacificadora da Europa. A seu ver, Victor Hugo era um génio imortal. “ Vive eternamente na sua obra gigante como Dante na *Divina Comédia*, Goethe no *Fausto* e Camões nos *Lusíadas*.”<sup>487</sup> Contudo, defendia que a decadência teatral francesa arrastava os povos latinos que não tinham literatura independente como os ingleses, alemães, suecos e russos.<sup>488</sup> A necessidade de formar um espaço para a criação nacional implicava distanciamento da cultura francesa, sem contestação da sua hegemonia cultural e a procura de outros modelos de referência. O fascínio pela França era considerado adoração que levava a um exclusivismo imbecil que nos afastava do convívio intelectual com outros países.<sup>489</sup> Assim escrevia: “ Não há no mundo povo mais fetichista pelos franceses do que nós. A França é o nosso oráculo em tudo: artes, literatura, ciências, costumes e modas e a

<sup>482</sup> *Occidente*, nº122, 1882, p.106.

<sup>483</sup> A crónica noticiava a presença de estrangeiros ilustres em Lisboa para participar no Congresso Literário e Antropológico, um convívio internacional verdadeiramente humanitário. *Idem*, nº66, 1880, p.150. Com uma nota de humor salientava que o congresso era um, “pretexto para um certo número de sujeitos andar em fraternal convívio digerindo jantares e ingerindo discursos.” O poeta Mendes Leal terá trazido a «moda» para o meio dos literatos nacionais. A estada de estrangeiros no país motivava uma dinâmica acolhida com agrado nomeadamente pela realização de festas internacionais. Os meses de Verão eram os escolhidos para os congressos, os passeios, as vilegiaturas, as festas. E a crónica apontava como exemplo o Congresso de jurisprudência em Barcelona, de literatura em Veneza, tuberculose em Paris, espiritistas em Barcelona. *Ibidem*, nº348, 1888, p.185.

<sup>484</sup> *Ibidem*, nº552, 1894, p.98.

<sup>485</sup> *Ibidem*, nº281, 1886, p.225.

<sup>486</sup> *Ibidem*, nº368, 1889, p.57.

<sup>487</sup> *Ibidem*, nº232, 1885, p.122.

<sup>488</sup> *Ibidem*, nº117, 1882, p.65.

<sup>489</sup> *Ibidem*, nº192, 1884, p.89.

nossa vida é o reflexo mais ou menos intenso do viver da França. As notícias que recebíamos com maior pormenor e precisão vinham de França”.<sup>490</sup> O trabalho intelectual tinha direito de cidade em todos os países, pelo que o reconhecimento dos escritores portugueses no mercado francês favorecia a luta contra a subalternidade cultural. A *Révue Universelle Internationale*, fundada por Jules Lermina e influenciada na Associação Internacional presidida por Victor Hugo, tinha por objectivos a “vulgarização de todas as Literaturas, o aniquilamento das fronteiras e das nacionalidades para o grande mundo intelectual. Perante esta associação não há estrangeiros, não há pequenos e grandes povos, não há literaturas conhecidas e literaturas obscuras, todas as diferenças de raças, de linguagem, de clima desaparecem totalmente ante o cosmopolitismo do talento, do estudo e da inteligência.”<sup>491</sup> Na realidade, o mercado brasileiro era o único receptivo à nossa literatura apesar dos protocolos assinados entre o governo português e os governos da França, Espanha e Bélgica.<sup>492</sup>

Gervásio Lobato mostrava a sua admiração pela legislação social inglesa, escrevendo: “o governo devia empreender uma reforma penal criando prisões com oficinas agrícolas e industriais e aprender com a Inglaterra enviando para colónias penitenciárias os maiores criminosos.”<sup>493</sup>

Em 1890, a Inglaterra, recusando a arbitragem, recorrera à força e o *Ultimato* fora sentido como um ultraje em todo o país.<sup>494</sup>

A Alemanha era a pátria da ciência e a sua medicina tinha fama gloriosa e créditos científicos no mundo civilizado.<sup>495</sup> Nietzsche, o grande patriarca do nihilismo alemão, escrevera *Zarathustra* a mais notável, original e brilhante obra da Alemanha contemporânea.<sup>496</sup>

A Espanha era uma nação amiga e irmã que partilhava com Portugal um síndrome de decadência. Em 1881 preparava-se para o centenário de Calderon de la Barca e para além da imprensa portuguesa eram convidados os maiores artistas portugueses para participarem na Exposição Internacional de Belas Artes.<sup>497</sup> A nível político a Espanha colocara de parte a ideia desvairada da absorção da nacionalidade portuguesa e assim deixara de ser o mais cruel inimigo e símbolo da nossa escravidão.<sup>498</sup> Os portugueses através de práticas de solidariedade e filantropia reforçavam os laços para com o país vizinho, o que nos conferia uma superior moralidade.<sup>499</sup> Após o *Ultimato* inglês, surgem na revista *Occidente* imagens sobre o espanhol

<sup>490</sup> *Occidente*, nº226, 1885, p.75.

<sup>491</sup> *Idem*, nº208, 1884, p.216.

<sup>492</sup> *Ibidem*, nº389, 1889, p.226.

<sup>493</sup> *Ibidem*, nº105, 1881, p.259.

<sup>494</sup> *Ibidem*, nº399, 1890, p.18.

<sup>495</sup> *Ibidem*, nº185, 1884, p.34.

<sup>496</sup> *Ibidem*, nº480, 1891, p.89.

<sup>497</sup> *Ibidem*, nº80, 1881, p.58.

<sup>498</sup> *Ibidem*, nº160, 1883, p.121.

<sup>499</sup> Em todas as terras se promovem subscrições e se angariam socorros em todas as corporações, associações, classes para ajudar as vítimas dos tremores de terra em Espanha. *Ibidem*, nº218, 1885, p.9.

liberal e instruído que caminhava na vanguarda do progresso devido ao seu desenvolvimento industrial e, no entanto, metade da população espanhol era analfabeta.

Em 1885, a Bélgica preparava uma Exposição Universal na cidade de Anvers mas apesar do convite o governo português deliberara abster-se de participar, aliás como já o fizera na Exposição Colonial de Amesterdão de 1883. Esta decisão era considerada um grande erro porque desprezava uma das melhores ocasiões de provar ao estrangeiro a nossa vitalidade como nação comercial e colonial. Portugal seria representado pela Sociedade de Geografia de Lisboa. A participação nas Exposições Universais era considerada um símbolo de progresso e modernidade e de contacto com a civilização europeia.

A Rússia expandia-se territorialmente na Ásia e ao mesmo tempo mantinha na Europa as suas ambições nos Balcãs e a aliança com a França. O czar Alexandre III era aclamado em 81, no meio de uma população que se debatia contra dois flagelos terríveis: o despotismo e a anarquia, a autocracia e o niilismo.<sup>500</sup> A czarina evidenciava preferências liberais e antigermânicas influenciando o czar e ganhando a simpatia da Rússia e da Europa.<sup>501</sup> O czar tinha o santo papel de pacificador do mundo, o fiador da Paz europeia.<sup>502</sup> Os termos pacifistas utilizados por Gervásio Lobato na *Chronica Occidental* revelam influências da obra do Abade de Saint-Pierre.

A pátria ansiava por heróis e milagres.<sup>503</sup> A viagem de Serpa Pinto através do continente africano “ odisséia assombrosa de um viajante europeu” confirmava a heroicidade do povo português e o seu lugar à parte na História da Civilização Mundial.<sup>504</sup> Em África éramos cidadãos de uma única pátria, a Europa. A tomada de Kacongo por Brito Capelo implicava mais um ponto de apoio na África Ocidental e demonstrava o prestígio do nome de Portugal e da sua colonização neste continente. A simpatia que o indígena tinha pelo português contradizia as imagens negativas da colonização portuguesa veiculadas por outras nações coloniais.<sup>505</sup> Lisboa festejava a chegada de Capello e Ivens exploradores que “ levantam o nome de Portugal perante o mundo inteiro e que acabam de provar que o país entrava activamente num período novo e brilhante, caminha na vanguarda das grandes nações coloniais na exploração da região por tanto tempo misteriosa e que hoje é ponto de mira de todos os povos da Europa.”<sup>506</sup>

Não havia um diagnóstico de decadência contudo ela existia, a monarquia agonizava.

<sup>500</sup> *Occidente*, nº82, 1881, p.85.

<sup>501</sup> *Idem*, nº84, 1881, p.90.

<sup>502</sup> *Ibidem*, nº571, 1894, p.250.

<sup>503</sup> Guilherme de Oliveira Martins *Portugal Identidade e Diferença, Aventuras da Memória*, Lisboa, Gradiva, 2007, p.140.

<sup>504</sup> *Occidente*, nº88, 1881 p.122.

<sup>505</sup> *Idem*, nº178, 1883, p.264.

<sup>506</sup> *Ibidem*, nº242, 1885, p.201.

## João Zarco da Câmara – “João Evangelista” (1895-1908)

João da Câmara,<sup>507</sup> o cronista mais conservador da *Occidente* perfeitamente integrado na linha tradicionalista da revista, monárquico, nacionalista e africanista defendeu a atlantização e analisou criticamente a abertura do país a um “cosmopolitismo que seduz nas artes, na política, nas relações sociais.”<sup>508</sup> A sua *Chronica Occidental* acusava a existência de uma cultura de imitação do estrangeiro, responsável pela menoridade portuguesa que urgia combater pela defesa das tradições e costumes e a manutenção das estruturas políticas, económicas e sociais. O cosmopolitismo era considerado pela ala conservadora descaracterizador do nacionalismo. Salientou do reinado de D. Carlos, as vitórias africanas e o estreitar de relações de Portugal com a Inglaterra, França e Alemanha. Marcando o evoluir da política internacional a preparação militar nacional e as viagens régias, expressão de domínio do jogo político, eram considerados a melhor garantia de Paz na Europa.

As crónicas de João da Câmara foram pródigas em representações críticas do país que traduziam a sua menoridade e situação periférica, na Europa.<sup>509</sup> As imagens depreciativas sobre Portugal devem ser contextualizadas nas rivalidades colonialistas que marcam a dinâmica intraestados dos finais do século XIX. Na *Chronica Occidental* apresentaram-se soluções. A regeneração do país implicava a sua promoção turística apostando-se na divulgação dos seus roteiros de charme por entre a riqueza do clima, águas minerais e belezas naturais. João da Câmara escrevia: “ Num futuro não muito distante as nossas termas serão procuradas pelos estrangeiros que apreciarão as nossas deliciosas paisagens e os nossos riquíssimos monumentos e exaltarão as qualidades terapêuticas das nossas águas minerais.” Lisboa era uma referência cultural e em 1905 o novo Museu dos Coches seria “decerto um dos pontos mais visitados pelos estrangeiros de bom gosto que visitavam a capital, ponto marcado de todos os itinerários de viagens recreativas agora tanto em moda em muitos países da Europa.”<sup>510</sup> A vinda a Lisboa de artistas como “Rossi, Salvini, Pezzona, Novelli, Conquelin, Sarah Bernhardt, Caruso, Emanuel”, incluíam Portugal no roteiro artístico europeu confirmando a aposta na sua reabilitação como estação de recreio internacional.<sup>511</sup> A capital, pela sua situação estratégica no Atlântico, podia tornar-se bastante competitiva, como porto de escala, para os recém chegados da América do Sul que aqui apanhavam o “sud-express” para chegarem aos países do centro da

<sup>507</sup> Uma família de grandes tradições, uma genealogia que remete para João Gonçalves Zarco, colonizador da Madeira. Vide anexo X, ilustração nº17.

<sup>508</sup> *Occidente*, nº668, 1897, p.154.

<sup>509</sup> “Tanta calúnia nos assacam, com tanto desprezo às vezes nos tratam”. *Idem*, nº673, 1897, p.201. Portugal vai tendo menor peso na balança do equilíbrio europeu. *Ibidem*, nº721, 1899, p.8. “ As jóias da coroa empenhadas; a própria coroa vendida aos ingleses e os alemães a cobijarem o que sobeja. Portugal na imprensa espanhola na altura da guerra de Cuba representado como um aleijado. Na França, Alemanha, Bélgica também não nos poupam. Continuam nos jornais estrangeiros a aparecer os maiores disparates e as maiores calúnias sobre as nossas coisas e a nossa gente. *Ibidem*, nº1029, 1907, p.162. O último número de *L'Illustration* publica um artigo intitulado *La crise portugaise*, a propósito da nossa situação política. *Ibidem*, nº1042, 1907, p.266.

<sup>510</sup> *Ibidem*, nº951, 1905, p.114.

<sup>511</sup> *Ibidem*, nº624, 1896, p.89.

Europa. Lisboa devia ser incluída nos itinerários das viagens internacionais e passar a escala obrigatória do Atlântico, porta de entrada da América na Europa. Para isso era necessário oferecer aos viajantes conforto, distração e despertar-lhes a curiosidade. Atrair a Lisboa estrangeiros era uma prioridade que implicava a sua afirmação como uma opção de superior qualidade pela oferta de comodidade e diversidade de experiências turísticas. A cidade, uma das capitais da Europa, devia ser ponto de passagem obrigatório devidamente assinalado em todos os guias de viajantes.<sup>512</sup>

O país, apostando na modernização das suas cidades e infra-estruturas materiais, agitando a bandeira da Educação, procurava acompanhar a dinâmica europeia de progresso e este ao identificar uma causa civilizacional emergia como símbolo que facultava a entrada no concerto europeu.

O progresso, enquanto manifestação do movimento pacifista, incentivava a participação nas Exposições Universais, movimento acolhido favoravelmente em Portugal até porque o tornava visível na Europa. As Exposições continuavam a ser o melhor apelo à Paz e união entre os povos. Os esforços pacifistas e o internacionalismo faziam parte de um discurso esquerdista associado à fundação de Ligas da Paz onde se pressentia, também, o evoluir da emancipação feminina.

Em 1906 realizava-se em Lisboa o XV Congresso Internacional de Medicina. A dinâmica, proporcionada por este tipo de eventos, atraía visitantes e tornava os locais de trabalho intelectual num único espaço global. A rapidez das comunicações tornava o mundo pequeno desapareciam os estrangeiros percepcionava-se apenas a Humanidade. A ciência e a arte não conheciam fronteiras. Todas as classes se uniam ainda que milhares de quilómetros as separassem. Lisboa reunia “grande número de forças intelectuais e tem que orgulhar-se com essa conquista pacífica não menos gloriosa de que tantas outras conquistas bélicas”.<sup>513</sup>

Num fim de século marcado pela dinâmica imperialista a representação de Portugal como nação atlântica e colonial apresentava-se como argumento a explorar pelas facções monárquicas e republicanas na procura do reconhecimento europeu. A colonização era legitimada pela sua vertente civilizadora. Joaquim Nabuco afirmara que os Lusíadas e o Brasil eram as duas maiores obras de Portugal. Argumentos justificativos dos que sonhavam em fazer nas duas costas africanas o que se fizera no Brasil. “E quando Angola for independente teremos cumprido a nossa missão histórica.”<sup>514</sup> Portugal afirmava-se como nação colonial, funcionando a Sociedade de Geografia de Lisboa como ícone prospectivo, representativo deste presente dinâmico. Lugar obrigatório para os chefes de estado de visita ao país como Eduardo VII e o presidente

<sup>512</sup> *Occidente*, nº958, 1905, p.171.

<sup>513</sup> *Idem*, nº983, 1906, p.82.

<sup>514</sup> Pinheiro Chagas num artigo sobre Joaquim Nabuco. *Ibidem*, nº74, 1881, p.19.

Loubet.<sup>515</sup> A instituição simbolizava o interesse português pelo desenvolvimento geográfico e científico para além do seu envolvimento na política colonial e questões territoriais. Em 1897 a iniciativa das comemorações da partida de Vasco da Gama para a Índia pertenceu à SGL. No ano seguinte, o centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia fazia o país *remoçar*. Portugal provava à Europa que sofrer de uma doença aguda não era estar moribundo. A expansão marítima portuguesa levava a civilização a outros lugares e povos facilitando o domínio da Europa sobre o mundo. A guerra de África oriental acrescentava mais uma página gloriosa à História portuguesa e a pátria rejuvenescia.<sup>516</sup> O novo herói Mouzinho de Albuquerque era um dos nomes mais gloriosos de Portugal, conhecido e ilustre no mundo inteiro.<sup>517</sup> Contudo, João da Câmara manifestava-se apreensivo perante as ameaças imperialistas sobre as colónias portuguesas, apesar dos esforços das conferências de paz.<sup>518</sup>

A aliança dos tronos garantia a manutenção de uma paz geral. A política pacifista surgia associada às viagens régias e ao reforço do equilíbrio entre as nações. Os chefes de estado viajavam com intuito político para celebrar alianças. A comitiva régia integrava jornalistas encarregues de descrever o evento dando oportunidade ao país anfitrião de adquirir visibilidade na imprensa internacional. Em 1903 visitaram Portugal o presidente francês Loubet, Eduardo VII, o Imperador Guilherme II, Afonso XIII e a Rainha Alexandra de Inglaterra. Estas visitas foram retribuídas por D. Carlos em 1905 com o claro objectivo de assegurar a sustentabilidade das colónias através de tratados e alianças. Privar com nações poderosas como a França, a Inglaterra e a Alemanha permitia a entrada no concerto europeu.<sup>519</sup> “Andam os chefes de estado e testas coroadas de Portugal, Inglaterra, França e Espanha, em passeio pelo Mediterrâneo. Dizem muitos que estas viagens se relacionam com o ideal de manutenção de paz que floresce nos imperantes. Tudo é consolidar alianças e manifestar desejos de inquebrantáveis amizades.”<sup>520</sup> Os jornais comentavam a importância política destas viagens considerando-as seguro penhor da paz internacional.<sup>521</sup> As viagens régias estavam na moda, todos os chefes de estado viajavam aprofundando acordos de parceria e cooperação. Esta aproximação assegurava mais do que qualquer outra, a paz europeia.

<sup>515</sup> *Occidente*, nº966, 1905, p.233.

<sup>516</sup> *Idem*, nº613, 1896, p.225.

<sup>517</sup> *Ibidem*, nº683, 1897, p.273. “Soldado das guerras de África porque tu acrescentaste a nação, nos fizeste respeitados na Europa.”

*Ibidem*, nº831, 1902, p.19.

<sup>518</sup> *Ibidem*, nº738, 1899, p.142.

<sup>519</sup> “Continua el-rei em Paris e a forma por que foi recebido pelo Presidente da República, os artigos que lhe dedicam os principais jornais de França, tudo nos faz prever que grandes vantagens devem para Portugal resultar da viagem de D. Carlos.” Crónica, João da Câmara, *Occidente*, nº859, 1902, p.243. Em Paris foi recebido com todas as honras pertencentes ao chefe de uma nação amiga. “D. Carlos foi recebido por el-rei de Inglaterra no seu Castelo de Windsor. Todos os jornais publicam artigos de muita simpatia para o nosso país referindo-se aos laços de amizade que ligam as duas nações.” *Idem*, nº860, 1902, p.260. Não só os jornais portugueses mas os principais periódicos estrangeiros de mais valiosa opinião em toda a Europa se referem à significação muito alta que tem a recepção agora feita em Inglaterra aos reis de Portugal. “Foram tantas as provas de simpatia recebidas dos povos e chefes de estado dos países percorridos, que já a ninguém é licito pôr em dúvida que da viagem régia algum benefício devemos esperar. *Ibidem*, nº863, 1902, p.273. Há muitos anos que não mostrava o nosso país tanta confiança no futuro como agora, depois da viagem dos reis a Inglaterra e a França. *Ibidem*, nº937, 1905, p.2.

<sup>520</sup> *Ibidem*, nº 875, 1903, p.81.

<sup>521</sup> *Ibidem*, nº881, 1903, p.130.

Viagens régias por motivos lúdicos também reforçavam os laços entre as famílias reinantes europeias.<sup>522</sup> Viagens incógnitas por motivos de saúde. Em 1903, D. Amélia parte em viagem aos portos do Mediterrâneo. Viajará sob o nome de Marquesa de Vila Viçosa. Em Paris visitará alguns estabelecimentos clínicos e hospitais destinados ao tratamento da tuberculose.

A democratização da viagem facilitada pelo progresso dos caminhos-de-ferro permitia a um número cada vez maior de lisboetas a partida para o estrangeiro. O livro de viagens de Óscar Leal *Através da Europa e da África* reconstituía o circuito turístico europeu: Paris, Londres, Roma, Veneza, Nápoles, Pompeia, Mónaco, Madrid.<sup>523</sup>

Nas crónicas de João da Câmara, a França continuava a ser modelo cultural. “O povo português gosta da França cujos grandes homens conhece e cuja literatura lhe tem dado os maiores prazeres”.<sup>524</sup> A França opinava por todo o mundo intelectual transmitindo o pensamento da literatura, artes e ciências, esclarecendo o mundo inteiro. Não existia reciprocidade na admiração entre os dois países. Portugal, no almanaque parisiense *Hachette* era um país pequeno, muito grande na sua dívida a qual tratava sempre de não pagar. João da Câmara considerava que a influência francesa nas ideias, artes e literatura vinha a diminuir, mas continuaríamos a precisar das obras francesas para admirar russos e alemães, suecos e noruegueses.<sup>525</sup> A França continuava a seduzir pela nobreza do seu espírito. “Enquanto os outros lutavam os franceses enviavam convites para a próxima exposição: progresso, civilização e guerra ao mesmo tempo.”<sup>526</sup> A admiração por Vítor Hugo justificava uma sessão comemorativa do seu centenário nas salas da SGL, uma iniciativa da Associação dos Jornalistas. A França dominava o mundo era grande no espírito, na arte, na ciência. Uma nação pacifista. “Só no dia em que se desarmassem os exércitos livrando a humanidade desse tributo que a esmaga o mundo poderia ser feliz e a civilização teria atingido a sua enorme glória.”<sup>527</sup> O interesse da França pela paz dos povos e bem-estar da Humanidade devia ser um objectivo de todos os povos.

A Inglaterra era a referência política e a mais privilegiada das alianças externas. Os conflitos ingleses em África conferiam visibilidade às rivalidades imperialistas que marcavam a Europa nos inícios do século XX. A Rússia, a Itália e a Espanha não ocultavam o seu desagrado.<sup>528</sup> “Manifestações hostis continuam a dar-se em muitos países da Europa especialmente na Alemanha. A imprensa francesa também não demonstra grandes simpatias pela sua velha inimiga.”<sup>529</sup> Portugal mantinha a proximidade com a velha aliada. Em 1901, o

<sup>522</sup> *Occidente*, nº861, 1902. “A rainha D. Maria Pia em Paris em vias de visitar Roma para assistir a um baptizado da princesa italiana de quem será madrinha.”

<sup>523</sup> *Idem*, nº833, 1902, p.37.

<sup>524</sup> *Ibidem*, nº737, 1899, p.133.

<sup>525</sup> *Ibidem*, nº896, 1903, p.249.

<sup>526</sup> *Ibidem*, nº764, 1900, p.58.

<sup>527</sup> *Ibidem*, nº924, 1904, p.187.

<sup>528</sup> *Ibidem*, nº762, 1899, p.41.

<sup>529</sup> *Ibidem*, nº764, 1900, p.58.

funeral da rainha Vitória fora considerado dia de luto nacional. Jaime Batalha Reis numa conferência sobre as nossas relações comerciais com a Inglaterra denunciava a falta de modernidade administrativa do país. “ Em triste conceito somos tidos lá fora. Dizem os estrangeiros que as leis e governo de Portugal levantam embaraços a quantas empresas aqui se estabelecem, sendo preciso a peso de oiro comprar a benevolência dos altos funcionários do estado.”<sup>530</sup> Na crónica de João da Câmara, Eduardo VII era o “monarca mais poderoso da terra senhor de uma quinta parte do mundo, a qual, dia a dia, mais se vai alargando.”<sup>531</sup> O monarca inglês expressando os seus anseios pacifistas condenara a guerra russo-japonesa e considerava a harmonia entre a França e a Inglaterra necessária aos interesses da paz universal. O reforço da aliança luso-inglesa, facilitara a assinatura dos novos tratados e ajudara Portugal a desempenhar um papel de maior importância no equilíbrio do mundo. As relações entre os dois países promoviam a paz e a prosperidade. O Marquês de Soveral ministro de Portugal na corte inglesa fora um dos representantes portugueses na Conferência de Haia de 1907 e sustentara a doutrina da arbitragem obrigatória para os conflitos de ordem jurídica que não se resolviam por via diplomática. Os esforços diplomáticos portugueses visíveis na assinatura de tratados de arbitragem e no reforço da aliança luso-inglesa irão culminar na entrada de Portugal na guerra no bloco da Triple Entente.

A admiração por Guilherme II evidente nas crónicas de João da Câmara demonstrava que o militarismo era aceite pela elite monárquica que assumia no carácter autoritário do estado alemão a solução para o equilíbrio político da pátria. O imperador era visto como a melhor garantia da manutenção de paz na Europa considerando-se que o rearmamento alemão funcionava como dissuasor das pretensões belicistas de outras potências europeias. A música alemã e os seus artistas eram bem recebidos no nosso país. “Aprez-nos sempre registar os progressos que Lisboa vai fazendo no conhecimento da mais bela das artes até há poucos anos tão descurada entre nós que éramos nesta matéria o povo mais ignorante de toda a Europa.”<sup>532</sup>

A Espanha para João da Câmara era um país civilizado que mantinha com Portugal um paralelismo histórico e geográfico. As relações entre os dois países faziam todo o sentido quando avaliadas pelo maior peso de um bloco ibérico na hierarquia europeia. A Espanha era a nação que nos disputara o ceptro do mundo e cujas desgraças nos feriam como se fossem nossas. Pátria dos mais belos génios da Humanidade e das mulheres mais formosas do mundo.<sup>533</sup> O cronista considerava-os países irmãos, casos únicos na Europa. “ O mesmo céu nos ilumina, partilhamos os mesmos rios. Há pedaços de fronteira que nenhuma linha natural

<sup>530</sup> *Occidente*, nº848, 1902, p.147.

<sup>531</sup> *Idem*, nº874, 1903, p.73.

<sup>532</sup> *Ibidem*, nº909, 1904, p.66.

<sup>533</sup> *Ibidem*, nº610, 1895, p.266.

demarca. Une um país ao outro a mesma tradição gloriosa.”<sup>534</sup> João da Câmara delega na igreja católica um importante papel pacifista ao aceitar a mediação do Papa na questão cubana, considerando que este obtivera com o seu conselho o que diplomacias complicadas e altíssimos interesses não haviam conseguido.<sup>535</sup>

Em 1906, em plena crise da Monarquia chegavam notícias de Espanha, de adeptos da União Ibérica a defender a confederação ibérica como precursora da federação latina. Na Assembleia republicanos e monárquicos davam as mãos num protesto enérgico de amor à causa da independência nacional. O directório republicano fora claro: o partido queria uma pátria nova mas independente. Sucediavam-se as declarações anti-ibéricas na Câmara e no *Occidente* era reproduzido um quadro relativo à Restauração.

A Rússia em 1898 enviava às potências uma circular convidando-as para uma conferência cujos fins eram o desarmamento e a paz geral evidenciando a prioridade de uma política pacifista europeia. Contudo, o intuito pacifista conduzia ao acelerar do militarismo, objectivo que levava os estados a concluir poderosas alianças e a desenvolver as suas forças militares. *Se vis pacem para bellum.*<sup>536</sup> Na *Occidente*, a Rússia de Nicolau II fora uma das mentoras da prática pacifista, até 1905, altura em que a guerra com o Japão e o *Domingo Sangrento* impõem a passagem de testemunho para a Alemanha de Guilherme II. João da Câmara critica a repressão das tropas do kzar contra os operários e a prisão do escritor russo Máximo Gorki, um escritor do mundo. Os escritores russos eram um dos símbolos da modernidade europeia e o seu conhecimento era favorecido pela condenação colectiva da perseguição de que eram vítimas, numa união contra a tirania e a arbitrariedade. A França, a Alemanha e a Itália faziam reuniões de protesto contra o que se passava no império russo.<sup>537</sup> A revolução de 1905 era uma humilhação para um povo que pretendia ocupar um lugar honroso entre as nações civilizadas. João da Câmara considerava que a Rússia precisava de reformas profundas, de uma modificação radical nas suas leis fundamentais que possibilitassem o triunfo da causa da liberdade.<sup>538</sup>

Abordagens à *Ideia de Europa* através de projectos de confederação política e cooperação militar entre estados. A Europa nos inícios do século XX confrontava-se com reivindicações nacionalistas que agudizavam os conflitos entre os países europeus. A França exigia à Alemanha a devolução da Alsácia e da Lorena, territórios ocupados depois da guerra franco-prussiana. Estas questões nacionalistas contribuía para o aumento do clima de antagonismo na Europa. Na crónica as simpatias francesas eram expressas na abordagem de um artigo do jornal francês *Rapell* de 1905, onde se defendia que o panlatinismo poderia contrabalançar o

<sup>534</sup> *Occidente*, nº673, 1897, p.201.

<sup>535</sup> A Espanha perde Cuba. A Rússia, França e Alemanha responderam favoravelmente à iniciativa do Imperador da Áustria tendente a que as potências recorram à mediação do Papa.” *Idem*, nº694, 1898, p.73.

<sup>536</sup> *Ibidem*, nº709, 1898, p.202.

<sup>537</sup> *Ibidem*, nº940, 1905, p.25.

<sup>538</sup> *Ibidem*, nº941, 1905, p.34.

pangermanismo invasor. “ Os homens de estado dos países latinos França, Espanha, Itália e Portugal tem uma missão a cumprir preparando uma união ofensiva e defensiva. Os quatro deveriam formar uma confederação para se opor à invasão alemã começando por estabelecer a união aduaneira e a unificação de suas tarifas de caminhos-de-ferro e de suas leis comerciais. A união seria facilitada pelas relações comerciais e industriais. Confederados todos os Estados deveria então preparar-se a união anglo-latina para combater de vez a preponderância da confederação germânica. Esta organização superava a mera união aduaneira do *Zollverein* alemão.<sup>539</sup> João da Câmara aceitava que uma integração económica progressiva resultante da união da confederação latina com a Inglaterra podia viabilizar a superioridade da Europa Ocidental face a uma Alemanha cada vez mais poderosa. O cronista iria também apoiar a França na questão de Marrocos. Fórmulas derivadas do Abade Saint Pierre sugeriam a formação de uma polícia militar internacional, um projecto de conciliação entre os estados envolvidos a apresentar na Conferência de Algeiras. As tropas da fronteira terrestre organizadas e comandadas pela França e as da fronteira marítima pela Espanha. O sultão teria o direito de conceder ou não a qualquer potência europeia as tropas encarregadas de manter a ordem interior mas a França poderia sempre reivindicar o direito de propriedade.<sup>540</sup>

Na crónica também era abordada a dinâmica do movimento pacifista português. Em 1900, Magalhães Lima na sala da Sociedade de Geografia de Lisboa realizava uma conferência sobre paz e guerra. A *Liga da Paz* ia encontrando entre os portugueses “valiosos aderentes e o nome de Magalhães Lima era já dos muitos notoriamente conhecidos na Europa.”<sup>541</sup>

Contudo, os conflitos recentes mostravam a desunião da Humanidade e longínqua “essa paz geral porque andam há tanto suspirando os congressos.”<sup>542</sup> Notícias de guerras não faltavam apesar das muitas mãos que em Haia e no Vaticano se erguiam trémulas.<sup>543</sup> “A realização da paz universal parecia cada vez mais distante. A guerra ameaçava a Europa. Os Estados arruinavam as riquezas do povo investindo em armamentos. “As nações da Europa não deram as mãos umas às outras e cada qual pensando em si, anda como melhor lhe parece.”<sup>544</sup>

Na guerra de 1905, a Rússia era apoiada pela França e o Japão pela Inglaterra. “O tratado celebrado entre a França e a Inglaterra parecia assegurar a desejada paz europeia. Assim seja, os monarcas europeus continuam viajando e há quem diga que o desejo de paz lhes tem marcado o itinerário.”<sup>545</sup>

<sup>539</sup> *Occidente*, nº969, 1905, p.258.

<sup>540</sup> *Idem*, nº974, 1906, p.10.

<sup>541</sup> *Ibidem*, nº761, 1900, p.33.

<sup>542</sup> *Ibidem*, nº828, 1901 p.286.

<sup>543</sup> Outra vez as guerras na Europa. A imprensa refere o seu equilíbrio político, e debate os interesses das grandes nações como a França, Itália e Áustria (mais que todas interessada em qualquer movimento nos países que lhe ficam mais vizinhos).

<sup>544</sup> *Ibidem*, nº906, 1904, p.42.

<sup>545</sup> *Ibidem*, nº911, 1904, p.82.

Os sentimentos humanitários do carácter português não se adequavam às guerras que envergonhavam a Humanidade e desmentiam os aperfeiçoamentos sociais. O conflito entre o Japão e a Rússia ameaçava o mundo e parecia impor o encerramento do tribunal de Haia. “Entre nós são felizmente em número cada vez maior os partidários da paz.”<sup>546</sup> A paz em Portugal devia-se ao prestígio dos nossos diplomatas nas cortes estrangeiras.

Imaginava-se para o século XX uma aurora de paz. Contudo, face aos conflitos justificavam-se interrogações. “ De que valem sonhos de poetas ou teorias de filósofos? Faz-se a paz no Oriente entre o Japão e a Rússia e rebenta a guerra entre as nações ocidentais devido à questão de Marrocos.”<sup>547</sup> Vítor Hugo vaticinara o reinado da fraternidade mas não será o génio dos poetas, infelizmente, que há-de governar o mundo.<sup>548</sup> A guerra mobilizava a ciência e a indústria retirando-lhe o seu carácter solidário e filantrópico.<sup>549</sup> Nem livros nem congressos puderam por enquanto modificar a natureza egoísta e ambiciosa dos homens.<sup>550</sup> O desarmamento geral era defendido por todas as modernas tendências, competindo também à mulher um importante papel nesta dinâmica pacifista. Em 1908, o Comité português da Associação do Desarmamento e da Paz constituído por mulheres tomava a iniciativa da fundação de uma Escola Pacifista.<sup>551</sup>

#### António Cobeira - “João Prudêncio” (1908-1915)

Nos inícios do século XX, a integração europeia continuava a ser uma das preocupações da opinião pública esclarecida que criticava a postura da sociedade portuguesa indiferente perante a localização do país na Europa ou nos Antípodas. Pretendia-se uma maior afirmação do progresso e prestígio portugueses no convívio das nações cultas do mundo. A implantação da República e as posteriores dificuldades governativas vêm acentuar as variáveis do espectro da decadência continuando-se a insistir na necessidade da regeneração pátria. Dialogar com a Europa exigia mudanças civilizacionais. A construção do Estado moderno fundamentava-se na compreensão dos direitos e deveres humanos, numa cultura científica e tecnológica, nas conquistas da velocidade, no primado do direito público internacional. Fazer parte da Europa exigia desenvolvimento e o país não conseguia corresponder aos anseios de uma modernidade que julgava transgressora e provocante face aos limites formais do país. Éramos pobres, débeis, dessorados, rotineiros incapazes da desconstrução mental que a Europa exigia. A excepção, o

<sup>546</sup> *Occidente*, nº967, 1905, p.242.

<sup>547</sup> *Idem*, nº953, 1905, p.129.

<sup>548</sup> *Ibidem*, nº977, 1906, p.33. Enganaram-se os poetas no tempo, não será a paz no mundo inteiro o que foi para nós D. Sebastião? Enquanto a razão continuar sendo a do mais forte hão de falar os canhões muito mais alto do que a melhor teoria filosófica, que os versos dos poetas. A ciência que tem ido por tão maus caminhos anda ao serviço de capitalistas e poderosos.

<sup>549</sup> *Ibidem*, nº991, 1906, p.146.

<sup>550</sup> *Ibidem*, nº1001, 1906, p.226.

<sup>551</sup> *Ibidem*, nº1046, 1908, p.10.

modernismo da literatura e da arte da *geração de Orfeu* provava a nossa capacidade para a transposição de fronteiras e a participação nas vanguardas literárias e artísticas. A democraticidade da viagem permitira o contacto com o moderno espírito europeu.<sup>552</sup> Lisboa procurava afirmar-se como estação de recreio, cidade viária e cais da Europa, uma cidade orgânica capaz de contínua reinvenção europeia e atlântica.

Nos inícios do novo século, os ideais de uma Europa política perdiam força perante as vagas nacionalistas, os interesses estratégicos resultantes das pressões de segurança impunham a cooperação entre as nações. Portugal pretendia a integração num espaço de coordenação política, firmada por alianças tradicionais, que assegurasse a independência da sua pequena nacionalidade e dos seus domínios coloniais face à previsibilidade de uma guerra civil europeia. Na *Occidente* um discurso nacionalista, autoritário e antiliberal crescia exponencialmente, denunciando a atitude defensiva do país perante a crise europeia. A deflagração da guerra impôs o distanciamento dos ideais europeístas de 78 e a geração de Guilherme de Azevedo com os seus propósitos de reformar socialmente o mundo era considerada agora uma geração de dispersos. “Regressemos às fontes originárias da nacionalidade e deixemos os desvarios dos ideologismos cosmopolitas, os fundadores desta revista concorreram de diferentes meios a este fim único.”<sup>553</sup> A influência do Integralismo explicava o discurso nacionalista e antieuropeísta.<sup>554</sup>

#### Caetano Alberto -“ João Verdades” (1878-1915)

O fundador da *Occidente* trabalhava mais de 18 horas por dia num projecto que se revelou de toda uma vida.<sup>555</sup> Caetano Alberto definiu o perfil editorial da revista enquadrando-a no Portugal monárquico, nacionalista e africanista teimosamente arraigado aos valores tradicionais oitocentistas. Homem de sensibilidade artística “fundou uma escola de gravura em madeira que o tempo desmoronou e perdeu impiedosamente”.<sup>556</sup> Contudo, em 1914 quando a *Occidente* publica a fotografia dos gravadores, o grupo era ainda uma família fundada há 37 anos.<sup>557</sup>

<sup>552</sup> *Occidente*, nº1239, 1913, p.145.

<sup>553</sup> *Idem*, nº1273, 1914. A Humanidade era uma ideia estranha e desnecessária obtida por intelectuais em desvario. Acima da Humanidade estava a pátria, acima da pátria, a região, depois a família e depois o indivíduo. O homem era uma árvore andante mas as suas raízes estavam na sua pátria. *Ibidem*, nº1129, 1910.

<sup>554</sup> “Andamos caminho errado, rasgamos as nossas tradições, desprezamos os nossos costumes, travestimos exoticamente a nossa vida. A política adúltera-nos, o cosmopolitismo vadio e estúpido, desfigura-nos. Nuno Alvares vai ressuscitar.” *Ibidem*, nº1269, 1914, p.98. Temos tido um protectorado de potências que se revezam: Espanha, França, Inglaterra, Alemanha, exerceram alternadamente sobre a nacionalidade portuguesa as influências irresistíveis dos seus poderios. Somos proprietários do solo pátrio mas os estrangeiros tem sido e são os seus reconhecidos usufrutuários. *Ibidem*, nº1304, 1915, p.86.

<sup>555</sup> E o resultado deste esforço foi uma grave doença que o prostrou por mais de dois anos. Manuel de Macedo passa por uma doença de olhos que o ia deixando cego.

<sup>556</sup> *Ibidem*, nº1252, 1913, p.307.

<sup>557</sup> “Gravadores especialmente criados e educados para o Occidente e que ainda, uma ou outra vez, depois da nova gravura química vinham abrilhantar as páginas da revista com os primores do seu finíssimo e firme buril. Reproduziam quadros, retratos, esculturas, arquitectura, paisagens. O quase abandono da gravura em madeira ocorreu por volta de 1890 aqui e em toda a parte desde que apareceu a gravura química.” *Ibidem*, nº1277, 1914, p.204.

Autor de vários artigos assinou alguns com o pseudónimo de *João Verdades*, revelando a sua formação conservadora ligada aos valores burgueses de apologia do trabalho, espírito de sacrifício e virtudes morais da família cristã.<sup>558</sup> A *Occidente* pretendia ser símbolo cultural de uma nação moderna acompanhando o ressurgir das artes e a glória dos dramaturgos portugueses noutros países, o reconhecimento universal de Camões ou a distinção dos representantes nos congressos onde se reuniam as sumidades da ciência. A imprensa jornalística evidenciava assim o renascimento de um país que em meio século realizara vários progressos que o aproximavam das nações cultas.

As preferências monárquicas de Caetano Alberto marcaram o discurso político da *Occidente* e contrariaram os ideais republicanos dos articulistas da ala esquerda das hostes liberais. Em 1895 escrevia sobre Magalhães Lima a quem fora apresentado por Guilherme de Azevedo. Os dois ocupavam quartos contíguos numa casa de hóspedes em Lisboa. Em 1878, aos vinte e sete anos, “Magalhães Lima à mesa de almoço expandia as suas ideias avançadas cheio de convicção o que contrastava singularmente com o sorriso sarcástico de Guilherme de Azevedo, difícil de se deixar levar na mesma onda de entusiasmo em que nada o seu companheiro de hospedagem.”<sup>559</sup> Em 1889, a propósito da implantação da República no Brasil escrevia que as folhas progressistas eram o melhor meio a opor “às ideias republicanas que por cá minam a sociedade.”<sup>560</sup> E “As ideias republicanas hoje não tem mais importância entre nós que em 1873 quando no reino vizinho se proclamou a República.”<sup>561</sup> A propósito do *Ultimato* “não nos iludamos com umas ideias que para aí aparecem importadas de federação ou alianças vizinhas porque a nossa situação não lucraria com isso o suficiente.”<sup>562</sup> Sobre o 31 de Janeiro “tristíssima escolha do momento em que está pendente uma gravíssima questão de política externa, para perturbar o país com estas lutas.”<sup>563</sup>

O tratado de comércio entre a Espanha e Portugal: “ Quanto ao Zoollverein que se falou não passou de pura invenção sendo muito possível que isso fosse o desejo dos nossos vizinhos pelas suas velhas aspirações a que a comunidade portuguesa e a espanhola seja uma só.”<sup>564</sup> O congresso republicano em Badajoz: “ Quer pela confederação quer pela federação Portugal seria absorvido pela Espanha.”<sup>565</sup>

<sup>558</sup> João Verdades, pseudónimo de Caetano Alberto, na *Revista Política* (primeiro número de 1889).

<sup>559</sup> Magalhães Lima continuava em Lisboa através do Século e da publicação de livros a propaganda democrática iniciada em Coimbra onde ainda na Universidade redigia a «República Portuguesa». Escreve *Socialismo na Europa, Federação Ibérica, 1º de Maio, Livro da Paz* – testemunha do seu entusiasmo por Charles Lemmonier o grande propagandista e evangelizador da paz e união dos povos. O amor da humanidade não lhe obscurece o amor da Pátria. *Occidente* nº604, 1895, p.218.

<sup>560</sup> *Idem*, nº394, 1889, p.271.

<sup>561</sup> *Ibidem*, nº396, 1889, p.279.

<sup>562</sup> *Ibidem*, nº400, 1890, p.32.

<sup>563</sup> *Ibidem*, nº436, 1891, p.32.

<sup>564</sup> *Ibidem*, nº515, 1893, p.88.

<sup>565</sup> *Ibidem*, nº524, 1893, p.164. Novembro de 1895, Caetano Alberto é agraciado com o hábito de S. Tiago, o que prova as suas ligações com a monarquia. Defende em 1896 o governo autoritário de João Franco devido à existência da crise política que aumentava perturbando a ordem e estabelecendo a anarquia.

África seria a alternativa mais credível para superar a estrutural decadência do país. Na *Occidente* Caetano Alberto representava Portugal como um país pequeno na metrópole mas grande nas suas possessões do continente negro. A causa das colónias fora defendida desde o início da publicação e revelara-se um dos mais importantes assuntos internacionais. A nível externo o país mantinha relações privilegiadas com a Inglaterra e a Alemanha, nações coloniais, considerando-se aliado da grande Inglaterra na civilização de África.<sup>566</sup> O patriotismo retrospectivo de Caetano Alberto sustentava uma visão exacerbada de um país centrado no seu passado colonial e nas vitórias alcançadas em África.<sup>567</sup>

A França era um modelo civilizacional. A hierarquia europeia era definida por comparação com o modelo francês.<sup>568</sup> Contudo, a preferência de Caetano Alberto seria mais pela nacionalista Alemanha. O *Príncipe de Bismarck* à semelhança de Cavour trabalhara pela unidade do seu país.<sup>569</sup> Em 1905, Portugal recebia a visita do Imperador Guilherme II facto de alta importância política que aumentava as atenções do mundo sobre o nosso país. A visita retribuía a que D. Carlos fizera em 1895 e reflectia a vontade das nações europeias em confraternizar em paz para melhor garantirem os seus interesses sem o uso da força ou os horrores da guerra. “*Paz e santa paz* parecia ser a suma aspiração dos reis e governos e se bem que para manter essa paz ainda havia que sustentar exércitos feliz seria o dia em que os povos depusessem as armas já desnecessárias para defender seus direitos. A paz teria no imperador Guilherme a sua melhor garantia. O monarca preferia as conquistas pacíficas da inteligência e do saber que eram a suprema aspiração da humanidade. A sua obra de diplomacia era uma obra de paz.”<sup>570</sup>

Caetano Alberto reflectiu sobre a decadência da civilização europeia. Tudo ia mudando com o tempo. “Quantas civilizações têm havido, poderosas de força e riqueza, opulentas de saber e arte inimitáveis hoje e extinguiram-se deixando raros vestígios e confusas memórias.

<sup>566</sup> O país demasiado preocupado com a sua política interna não procurava fortalecer-se a nível externo, sendo um país colonial a coisa de que menos tem curado é a marinha. *Occidente*, nº561, 1893, p.175. Após a vitória sobre o Gungunhama: a imprensa estrangeira que até aqui só tinha desdém para o país chegando a insultar-nos mudou inteiramente a sua linguagem. De todos os governos estrangeiros recebeu o rei de Portugal felicitações pelo triunfo das nossas armas. Esta vitória provocou o renascimento do povo. *Idem*, nº615, 1896, p.23.

<sup>567</sup> 1907, por doença de João da Câmara, Caetano Alberto escreve as crónicas e outros artigos: viagem do Príncipe D. Luís Filipe às colónias, *Ibidem*, nº1026, p.138.

“Quando há 30 anos fundamos o *Occidente* uma das coisas a que desde logo esta revista se dedicou foi a de advogar a causa das colónias que seria então, como hoje a questão magna para todos os governos. Pela gravura tornando conhecidos os lugares mais importantes ou mais belos; com a pena descrevendo as suas riquezas naturais, usos, índole e aptidões de seus habitantes, indústria e comércio, o *Occidente* inventou larga propaganda em favor das colónias portuguesas. A imprensa acompanha esse movimento iniciado e o *Occidente* concorre com a gravura e a pena para vulgarizar as viagens dos exploradores portugueses, interessando quanto possível o público em favor das colónias, 30 anos de insistente propaganda. Uma pátria tão pequenina no continente europeu e tão dilatada nesse novo mundo que vale um império.”

<sup>568</sup> Em 1896 decidia-se o adiamento das festas do centenário da Índia talvez para 1899, por falta de verbas. A França, país de recursos projectava as suas exposições com 10 anos de antecedência e em Portugal quer fazer-se tudo em meia dúzia de anos. *Ibidem*, nº636, 1896, p.200.

<sup>569</sup> No entanto Bismarck atingira essa unidade por meios belicistas ao contrário de Cavour que o fizera através da paz razão que leva Caetano Alberto com prudente reserva a aconselhar a espera pelo futuro para confirmar se a obra de Bismarck foi tão duradoura e útil como a de Cavour. *Ibidem*, nº406, 1890 p.82.

<sup>570</sup> *Ibidem*, nº944, 1905, p.58.

Também esta civilização que deslumbra vai decadente”.<sup>571</sup> A guerra e a necessidade das nações manterem exércitos permanentes era causa da decadência civilizacional. “A guerra é uma necessidade cada vez mais exigente apesar da civilização caminhar hipocritamente apregoando a paz.”<sup>572</sup>

Em 1915 no meio do crescendo do activismo monárquico o *Occidente* é indiciado pela prática de favorecimento, num pronunciamento militar contra a República e a revista, obrigada a declarar a sua orientação ideológica afirmava que era a mesma de há 37 anos, ou seja, nenhuma. Em Maio na sequência, de um ciclo de conferências na Liga Naval de Lisboa, alertando para o perigo de uma absorção por Espanha, os Integralistas adquirem maior visibilidade no meio político português. A defesa da monarquia é visível na recuperação identitária da França, e da Bélgica, locais de refúgio dos prevaricadores contra a República e sobretudo da Espanha, onde os dissidentes monárquicos se encontravam exilados, na sequência das incursões da Galiza comandados por Paiva Couceiro.

Em 1915, interrompe-se a publicação.

---

<sup>571</sup> *Occidente*, nº828, 1901 p.286.

<sup>572</sup> *Idem*, nº1219, 1912, p.242.

## II PARTE - Ocidente, Revista Portuguesa de Cultura

### Imagens e representações da Europa

#### 1. IDEIA DE EUROPA, SOB O SIGNO SAGITARIUS.

##### 1.1-Materialidade - Espiritualidade

Dos finais do século XIX até ao fim da primeira guerra (1914-1918), a Europa burguesa e imperialista, alcançou o apogeu da sua trajectória histórica a que se seguiu, rapidamente, um longo processo de crise das instituições, dos valores e do espírito que culminaria com mais uma guerra mundial (1939-1945). Depois, a sua reconstrução acompanhou o desenvolvimento da Europa comunitária, uma Europa que pretendia ser unida, próspera, pacífica e livre.

Num século marcado por duas guerras como foi pensada a *ideia de Europa* na revista *Ocidente*? Quais foram as reflexões dos seus articulistas?

A primeira guerra subverteu muitos dos princípios morais e espirituais que caracterizavam a civilização ocidental. Contudo, em 1938 de forma surpreendente, a Europa aguardava quase em silêncio um terrível desfecho. Preocupava-se com Hitler e Mussolini, com a ideia de fascismo e de democracia, com a ordem e a desordem, a paz e a guerra. Em Portugal, o comunismo era sentido como uma das maiores ameaças, o meio mais rápido de destruição de todas as categorias espirituais do ocidente. Na revista, a Europa dividia-se entre lugares de civilização e de barbárie, o ocidente e o leste “sendo o estado de incivilidade que vinha agora de outras bandas, muito mais temeroso que em outros tempos”, escreviam os articulistas.<sup>573</sup> Sentia-se a Europa a mergulhar na sua materialidade e a renunciar ao seu espírito. Contudo, apesar das incertezas destes momentos a civilização ocidental sentia-se ainda a dominante. Esta certeza será fundamental para a sua sobrevivência. Depois do início da Guerra quais foram os locais ideais para a reflexão sobre a *ideia de Europa*? Os lugares de paz, de conflito, de resistência? A neutralidade não era sinónimo de isolamento, de que forma uma revista conservadora como a *Ocidente* abordou estas questões?

Em 1938 os articulistas consideravam o “mal entendido” entre a Itália e a Inglaterra, a propósito da conquista da Etiópia (1936) e, o “desassossego no Mediterrâneo”, os casos mais melindrosos da política europeia.<sup>574</sup> Numa hora de “nervosismo” internacional assistia-se ao crescendo do rearmamento europeu e a situações de conflito entre as nações. Na véspera da guerra, as conferências de Roma entre a Itália e Inglaterra e, de Londres, entre a Inglaterra e a

<sup>573</sup> *Ocidente*, vol. 2, p.129.

<sup>574</sup> *Idem*, vol. 2, p. 141.

França inseriam-se numa política de conciliação entre os Estados europeus. Acordos e alianças mostravam-se um elemento essencial na segurança, concórdia e maior benefício da civilização e da paz. Procurava-se uma solução internacional para os problemas políticos que ameaçavam a paz no mundo e para as dificuldades económicas que impediam o bem-estar humano.

Os articulistas da *Occidente* escreviam que Salazar estava convicto de que não haveria guerra. Para o Presidente do Conselho, saíra de Munique uma nova Europa, ou pelo menos, as perspectivas de uma Europa muito diferente. Isto não era necessariamente uma guerra. Além disso, a Europa continuava empenhada numa política pacifista. A atribuição do Nobel da Paz vinha premiando os que tivessem agido em favor da fraternidade dos povos pela supressão ou diminuição dos exércitos permanentes, pela instituição e propagação dos Congressos de Paz.<sup>575</sup>

A Guerra Civil de Espanha (1936-1939) era, também, um dos assuntos políticos mais importantes e a participação portuguesa permitia obter alguma visibilidade nas questões europeias. Depois da primeira guerra Portugal participara na reorganização da Europa através da Conferência de Paz (1919) e da Sociedade das Nações (1919) mas como refere José Medeiros Ferreira expressava-se de forma crítica nestas matérias da sua política externa.<sup>576</sup> O governo considerava que a nova Europa projectada pelo Presidente Wilson, na Conferência de Paz, “arrasando fronteiras e unindo povos, acabaria por gerar outra Europa de Guerra”.<sup>577</sup>

Na *Occidente*, um grande cepticismo marcava a avaliação do trabalho desenvolvido pela Sociedade das Nações, organização considerada “utópica e origem do desassossego no mundo”.<sup>578</sup> O seu fracasso ocorrera após a entrada da Rússia (1934), único inimigo a combater, para que pudesse colaborar na aspiração internacional da paz. Para os articulistas da *Occidente*, os seus organismos especializados eram locais de “perversa política onde se apoiavam as forças responsáveis pela desordem mundial: socialismo, humanitarismo, judaísmo e democracia.”<sup>579</sup> A SDN era uma tertúlia de algumas potências.<sup>580</sup> Um Parlamento internacional em que algumas grandes democracias exerciam em seu proveito verdadeira coacção ou hegemonia.<sup>581</sup> A *Occidente* publicou excertos de uma entrevista de Salazar a António Ferro, no *Diário de Notícias*, onde o Presidente do Conselho fez várias considerações sobre a Sociedade das Nações, considerando-a uma instituição decadente, “por ter cometido o duplo erro de tender a erigir-se em super-estado, em oposição aos nacionalismos e de manifestar tendências de pretender impor uma certa doutrina política. Estava contaminada pela ideologia socialista e

<sup>575</sup> *Occidente*, vol. 4, 1939, p.507.

<sup>576</sup> José Medeiros Ferreira, *A Nova Era Europeia, De Genebra a Amesterdão*, Editorial Notícias, Junho de 1999, p.15.

<sup>577</sup> *Occidente*, vol. 5, 1939, p.464.

<sup>578</sup> *Idem*, vol. 1, 1938, p.114.

<sup>579</sup> *Ibidem*, vol. 1, 1938, p.241.

<sup>580</sup> *Ibidem*, vol. 1, 1938, p.310.

<sup>581</sup> *Ibidem*, vol. 1, 1938, p.317.

internacionalista Era um organismo inútil, reformada, podia ainda transformar-se em útil organismo jurídico de colaboração internacional.”<sup>582</sup>

Apesar desta atitude céptica face aos organismos de cooperação internacional, a *ideia de Europa* ganha visibilidade na *Occidente* com um artigo de Eugénio Navarro sobre o intelectual europeísta Stefan Zweig (1881-1942).<sup>583</sup> O escritor cujas “manifestações de espírito seduziam parte da Humanidade culta” reivindicava o título de *cidadão europeu*. Viajante, com inúmeras relações no mundo, conhecedor das principais referências a nível da arte e pensamento, Stefan Zweig defendia a existência da Pátria-Europa comum a todos os europeus. Eugénio Navarro seduzido pelo seu sentido universalista escreveu que “se não fosse um certo cosmopolitismo diríamos que tínhamos nele um legítimo representante do espírito ocidental latino.” O discurso universalista e pacifista de Stefan Zweig passava pelo desejo intemporal da concórdia europeia. Este desejo era considerado por Eugénio Navarro um “sonho velho como a Europa que tem tido os mais variados paladinos como Rousseau, Kant, Tolstoi.”<sup>584</sup>

Vários Estados europeus assistiam à fuga dos seus intelectuais e artistas devido às suas opiniões políticas. Quatro anos depois do artigo de Eugénio Navarro Stefan Zweig estaria no Brasil e confrontado com a realidade cruel da guerra, o declínio da esperança e da civilização, não suportaria o sofrimento da Humanidade acabando por não lhe sobreviver. A maior das ilusões, de alguns dos intelectuais da sua geração, seria com a guerra a própria civilização europeia. A Europa tinha ainda a excepcional posição de abalar o mundo com as suas crises políticas. Mas, como sabemos, ela teve sempre a capacidade de se reinventar depois dos conflitos que marcaram a sua História.

Na década de trinta, os centros de decisão política tinham mudado e a Europa era agora mais alemã e italiana do que inglesa ou francesa. Na revista *Occidente*, Hitler e Mussolini eram os condutores dos povos e traçavam os destinos da Europa.<sup>585</sup> Com efeito, entre as linhas definidoras da unidade europeia no período entre os dois conflitos mundiais existiam os projectos destes «senhores da guerra». Fascismo e nazismo apresentavam-se como ideologias capazes de criar ou manter a Europa devido ao seu sentido universalista. E num espaço de triunfos nacionalistas, a proximidade ideológica portuguesa com o Estado italiano redefinia o conceito de civilização ocidental, pela introdução do elemento mediterrânico. Como refere Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Mussolini visava uma *Ordem Nova* europeia, procurando restaurar o Império Romano à volta do Mediterrâneo.”<sup>586</sup> Através da *Occidente* seguimos estes

<sup>582</sup> *Occidente*, vol. 3, 1938, p. 148.

<sup>583</sup> Escritor austríaco naturalizado alemão que defendia a *ideia de Europa* no período entre as duas guerras. Escreve um livro sobre Fernão de Magalhães com o qual concorre ao SPN, ganhando o prémio de melhor obra escrita em língua estrangeira sobre Portugal. Em Fevereiro de 1938, visitou Portugal, durante três semanas. Vide Stefan Zweig, *Fernão de Magalhães*, 11ª edi., Porto, Civilização Editora, 1973.

<sup>584</sup> *Occidente*, vol. 2, 1938, pp. 413-414. Os projectistas de paz foram considerados na *Occidente* perigosos sonhadores e a revista desvalorizou o que considerava puro idealismo político.

<sup>585</sup> *Occidente*, vol. 1, 1938, p.119.

<sup>586</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Ideia de Europa. Uma perspectiva histórica*, Quarteto, 2003, p. 53.

anos de cegueira que paralisaram a Europa e que constituem um dos mais espantosos fenómenos da História Contemporânea. O destino da Europa estava nas mãos dos Ditadores.

Num discurso ultranacionalista Leite de Magalhães, em *Democracias e Estados Totalitários*, responsabilizou as “hostes maçónicas, judaicas e socialistas” do eixo Paris-Londres pelas ofensivas causadas à Europa. A Frente Popular dominava a França e era a “criação mais esperançosa do Komintern para a bolchevização do ocidente europeu.”<sup>587</sup> O expansionismo territorial era legitimado. O eixo Berlim-Roma era uma consequência da “conspiração” tramada em Genebra, pelo eixo Paris-Londres, para impedir a vitória da Itália sobre a Etiópia e a Checoslováquia era uma monstruosa criação maçónica de Versalhes. A guerra seria uma consequência do confronto entre duas ideologias, o nacionalismo e o internacionalismo.<sup>588</sup> Sendo este último responsável pela “deformação e dissolução do carácter nacional pela acção tenebrosa das células e facções e seitas fanatizadas pelo apostolado da deusa razão e da santa humanidade, ídolos do internacionalismo destruidor.”<sup>589</sup>

A Europa estava em crise e prestes a entrar num retrocesso civilizacional sem precedentes.

Na época, intelectuais europeus enquadrados nos movimentos de resistência às Ditaduras e numa atitude claramente antibelicista tinham reflectido sobre a Europa e os motivos da crise europeia. Nos seus projectos de reabilitação defenderam os valores da liberdade, emancipação e progresso. A influência deste Humanismo e dos seus mentores sentia-se em Portugal. De forma compreensível, os articulistas nacionalistas da *Ocidente*, apontando de forma crítica “um dos sequazes da nova escola o judeu semi-francês” Julien Benda (1867-1956), escreveram “abundam em Portugal escritores que sem se confessarem bendistas seguem a táctica política de Benda, procuram apenas defender os interesses do homem e da Humanidade”.<sup>590</sup> Como refere Maria Manuela Tavares Ribeiro Julien Benda encontrava-se envolvido no “combate pela Europa” e “chamara já a atenção para a responsabilidade dos intelectuais no processo da construção da Europa”.<sup>591</sup> Contudo, na *Ocidente* a Europa era um lugar de Estados-nação, pátrias diferentes e antagónicas pela raça, língua, cultura, sistemas políticos.

Na Europa nacionalista só existia lugar para um homem europeu, o colonizador.

António Ferro, com o início da guerra, registou na *Ocidente* o caos de uma época onde a “Península era uma grande ilha, parêntesis de amor dentro de uma Europa convulsionada pelo ódio.”<sup>592</sup> A neutralidade portuguesa permitiu ao país desempenhar um importante papel geoestratégico, reposicionando-o no meio internacional, com alguns ganhos político-económicos.

<sup>587</sup> *Ocidente*, vol. 4, 1939, pp. 361-367.

<sup>588</sup> *Idem*, vol. 4, 1939, p.364.

<sup>589</sup> *Ibidem*, vol. 4, 1939, p.367.

<sup>590</sup> *Ibidem*, vol. 6, 1939, p.90.

<sup>591</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Estudos do Século XX, Europa-Utopia Europa-Realidade*, nº2, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Universidade de Coimbra, Quarteto, 2002, p.120.

<sup>592</sup> *Ocidente*, vol. 11, 1940, p.319.

Na revista *Occidente* essa neutralidade sustentava a diegese de Portugal como reduto do espírito e um dos primeiros representantes da cultura e da civilização ocidentais. O país sem poder militar pretendia, face aos outros Estados europeus, validar uma superioridade espiritual alicerçada na sua obra colonizadora e expansão dos valores da civilização mediterrânica, atlântica, de tradição greco-latina e, cristã.<sup>593</sup>

As reflexões sobre a *ideia de Europa* acompanharam os anos da guerra, tornando evidente para todos, mesmo para os cépticos de ilusões perdidas, que a organização da futura ordem internacional seria sustentada pela resistência num quadro de reabilitação da cultura humanista ocidental. Depois, existiu sempre uma certeza. O ocidente não era só um facto geográfico mas a própria cidadela do espírito e da civilização.

A *Occidente* explanou algumas das reflexões dos intelectuais europeus sobre as razões do declínio da Europa e as possibilidades de reabilitação. Paul Valery, Oswald Spengler, Gonzague de Reynold eram algumas das referências no pensamento europeísta português, que se movia entre o pessimismo da crise e a esperança da reconstrução. Para onde caminhava a Europa?

Paul Valery (1871-1945) pedia uma maior intervenção dos intelectuais, lembrando que no fim da primeira guerra, a Europa deixara de ter força para submeter o mundo, mas os seus intelectuais não eram meros espectadores, tinham consciência da sua missão e da necessidade de trazer alguma luz à crise europeia. Na obra *Regards sur le monde actuel* (1931) a Europa ocupava uma posição secundária que a fazia esquecer a sua grandeza e isto em virtude do espírito político se ter sobreposto ao espírito moral. O escritor considerava que a mobilização dos saberes e das práticas permitiria aos intelectuais intervir na sociedade, regenerando as suas instituições.<sup>594</sup> Estas reflexões alternavam com outras mais pessimistas sobre o futuro da Europa.

Os primeiros anos da guerra foram difíceis, os europeus tinham consciência da destruição que a Europa a si mesma causava e muitos perderam as ilusões sobre fraternidade humana e humanismo humanitário. Falava-se da implosão da civilização europeia, perdiam-se as esperanças sobre a nova Europa. Na *Occidente*, Oswald Spengler (1880-1936) era lembrado como o “profeta sombrio da queda irremediável da civilização ocidental.”<sup>595</sup> Os projectos de unidade europeia como a PanEuropa de Coudenhove-Kalergi (1894-1972), ou a Europa unida de Aristide Briand (1862-1932) não atraíam muitos dos europeus que se entusiasmavam com as propostas nacionalistas dos senhores da guerra. Na revista *Occidente*, *Qu'est-ce que l'Europe?* (1941) de Gonzague de Reynold (1880-1970) era considerada uma obra de flagrante actualidade, um exame de consciência, um balanço dos valores da Europa. Aparecia no

<sup>593</sup> *Occidente*, vol. 7, 1939, p.300.

<sup>594</sup> *Idem*, vol. 13, 1941, pp.65-75.

<sup>595</sup> *Ibidem*, vol. 13, 1941, p.146.

momento em que se verificava uma transformação do quadro europeu. Interrogando as fontes da Mitologia, da História, e da Geografia o autor procurava responder às seguintes questões: o que é a Europa? Qual é a posição do continente em face do seu destino? O fenómeno de transformação actual é novo? Que filosofia se extrai da evolução europeia? Qual é o dever intelectual perante estes problemas? Gonzague de Reynold concluía pelo regresso de uma nova era mediterrânica em que o *Mare Nostrum* desempenharia um importante papel.<sup>596</sup> Uma PanEuropa mediterrânica.

A revista *Occidente* reproduzindo o discurso salazarista, considerava que a crise europeia era uma luta pelo equilíbrio entre uma cultura de valores e os progressos materiais da sociedade. Os articulistas identificaram como sinais de decadência, o excesso de materialismo e o domínio da técnica que restringiam as criações espirituais e subvertiam os princípios morais da civilização ocidental.<sup>597</sup> O individualismo matava a Europa e era a primeira causa do caótico estado de luta em que se encontrava a Humanidade. Contudo, apesar da infelicidade era possível alcançar novamente o equilíbrio. Existia um património moral e espiritual associado à Europa que perdurava na sua cultura e que não fora apagado com a experiência da guerra.

O pensamento europeísta português pode ser perspectivada na obra *Testamento da Europa* (1942) de Eduardo Freitas da Costa (1915-1980) referenciada na *Occidente*. O autor escreveu sobre uma Europa em crise mas que não perdeu a esperança. “A Europa quer renovar-se e esses são sempre os desígnios de todos os povos que pretendem viver. Portugal esteve à beira do abismo mas reconstitui-se através da lusitanidade e da amizade peninsular. Não se divisa bem o que será o amanhã da Europa mas ela deve passar pela existência de uma ordem moral, política, nacional.”<sup>598</sup> Uma futura organização europeia baseada nos princípios doutrinários do Estado Novo: nacionalista, autoritária, antidemocrática.

Nesta reflexão sobre a Europa inclui-se a obra de Abel Salazar (1915-1980) *A Crise da Europa* (1942) e a de José Sebastião Silva Dias (1916-1994) *O Problema da Europa* (1945) em confronto com o pensamento de Abel Salazar.<sup>599</sup>

O fim da guerra evidenciou o deslocamento dos centros de decisão da civilização ocidental redireccionando as reflexões sobre a futura Europa. As questões europeias são debatidas com maior intensidade na imprensa nacional e internacional. Numa referência à revista *Afinidades* (1940-1946) e a respeito da civilização ocidental e da pergunta muito repetida: Europa-América ou América-Europa, Henry R. Luce em artigos na *Life* e no *New York Times* mostrava-se convencido de que a América estava predestinada a tomar nas mãos a direcção da civilização ocidental. André Siegfried na *Revue de Deux Mondes* demonstrava ser

<sup>596</sup> Os volumes seguintes: *La formation de l'Europe e La decadence de l'Europe*. *Occidente*, vol. 15, 1941, pp.522-523. Veja-se Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Ideia de Europa. Uma perspectiva histórica*, Quarteto, 2003, pp 53-55.

<sup>597</sup> *Occidente*, vol. 18, 1942, p.468.

<sup>598</sup> *Idem*, vol.18, 1942, p.442.

<sup>599</sup> *Ibidem*, vol. 27, 1945, p.207.

necessário a civilização ocidental continuar a ser dirigida pela Europa se pretendesse conservar os traços tradicionais que fizeram a sua grandeza.

Esta discussão sobre a futura hegemonia política marcará a reorganização da Europa após 1945.

Portugal pretendia participar activamente na futura organização das nações e na nova ordem universal. Salazar defendia a ideia de uma *Nova Europa*. Nas páginas da *Ocidente* publicitou-se os seus discursos sobre esta temática: “a paz interessa-nos como a todos porque a paz não é o fim da guerra, é a organização da Europa senão do mundo, é o novo estatuto das relações entre os povos.” Contudo, diferenciava a necessidade de maior cooperação entre os Estados, do internacionalismo que identificava como imperialismo nacional. Salazar considerava a ideia de uma organização supranacional e a tendência para o *cidadão do mundo* socialmente erradas e humanamente impossíveis, estavam “longe das condições presentes que só podem actuar como elementos perturbadores.”<sup>600</sup> Uma vida internacional sem nações disfarçava o domínio de uma nação sobre as outras. Como refere Norberto Ferreira da Cunha, a *ideia dos Estados Unidos da Europa* ou qualquer fórmula federalista pela sua natureza abstracta e voluntarista, pelo seu inevitável desrespeito pelas singularidades dos povos, acarretariam tais desregulações no seu funcionamento normal, que trariam mais inconvenientes do que vantagens.<sup>601</sup> Assim, se conclui pela pouca simpatia de Salazar pelas organizações que tendiam a fazer reviver a SDN ou a organizar o mundo na base de aglomerados regionais de pequenas potências na esfera de influência das grandes potências dominantes.<sup>602</sup> Compreende-se a recusa inicial em aderir ao plano Marshall (1947) e o cepticismo na adesão a formas de cooperação europeia no âmbito do referido plano.

Então, qual foi a visão de Salazar e do Estado Novo sobre a Europa do pós-guerra? Salazar não entendia a reconstrução europeia num quadro de cooperação internacional mas exclusivamente nacional. Em 1946, para o Presidente do Conselho o “mundo continuava perturbado e confundido com os problemas da paz, tão ou mais aflitivos que os da guerra.”<sup>603</sup> As iniciativas pacifistas eram encaradas com cepticismo: “é possível que esses altos e poderosos organismos pretendam com os seus processos criar para um futuro próximo essa risonha utopia da Paz Universal. Por enquanto não se vislumbram os menores sintomas de tal paz.”<sup>604</sup> A cultura era uma aposta muito mais segura enquanto instrumento de divulgação de conceitos sociais e políticos e de reabilitação europeia. A «diplomacia cultural» era o instrumento mais eficaz de uma política pacifista. Na *Ocidente* apelou-se à realização de Exposições

<sup>600</sup> *Ocidente*, vol. 22, 1944, p.239.

<sup>601</sup> Norberto Ferreira da Cunha, “O salazarismo e a ideia de Europa”, in o *Federalismo Europeu, História Política e Utopia*, coord. Ernesto Castro Leal, 2001, p.156.

<sup>602</sup> Em 1946 ao aludir à ONU e ao direito de veto concedido às maiores potências considerava que este organismo oferecia ao mundo o espectáculo mais confuso dos últimos sete anos. *Ocidente*, vol. 30, 1946, p.109.

<sup>603</sup> *Idem*, vol. 29, 1946, p.88.

<sup>604</sup> *Ibidem*, vol. 30, 1946, p.58.

Internacionais e Congressos periódicos de escritores e artistas. A cultura era condição indispensável ao progresso dos povos. No artigo *Em prol da cultura* afirmava-se “ser indispensável exaltar as forças espirituais” para dominar a “subversão materialista que sopra do Leste cada vez com mais ímpeto e audácia.”<sup>605</sup> Como refere Maria Manuela Tavares Ribeiro: “Perante as convulsões europeias, Salazar e os salazaristas defendem um «internacionalismo autoritário» e revelam um antidemocratismo sistemático. Apesar das reservas que lhes mereciam os projectos de reconstrução da Europa, maior temor lhes inspirava o avanço do comunismo.”<sup>606</sup>

Os partidos esquerdistas ou progressistas tradicionalmente defensores dos ideais pacifistas apareciam agora associados a políticas belicistas. Nas páginas da *Ocidente* a Organização das Nações Unidas passava por “tempos confusos” encarando-se de forma crítica o direito de veto concedido às maiores potências. Admitir a existência de uma organização internacional pressupunha uma cooperação entre Estados livres politicamente soberanos. Assim, a ONU era referenciada na revista como um “curioso” organismo internacional.

Na política externa portuguesa era mantida a preferência do regime pelo Bloco Peninsular e aliança inglesa. Álvaro Pinto escreveu sobre as relações de Portugal com a Espanha e a Europa. “Pela constante atracção do mar em que temos vivido há séculos olhando sempre para o ocidente e para o sul fomos descurando a nossa posição na Europa e os benefícios dum entendimento com a Espanha. O tratado de não agressão de 1939, a luta conjunta contra o comunismo e a subversão da moral cristã, reabilitou a nossa imagem no mundo. Contudo, estrangeiros queremos ser sempre além-fronteiras. Não poderíamos compreender qualquer acto político de aproximação ou entendimento como prelúdio unificador, como factor de assimilação. Mas como interesse dum causa elevada, do espírito, da civilização, da Humanidade. A nossa civilização sendo atlântica impeliu-nos a comunicar com a restante Europa mais através do mar do que da terra”.<sup>607</sup> Álvaro Pinto justificava desta forma as opções atlânticas da política externa portuguesa. A visão atlântica seria responsável pelo afastamento estratégico em relação à Europa e ao continente percebido como a ameaça espanhola. O reforço da solidariedade internacional só fazia sentido como meio de combate ao domínio da Europa de Leste, a anti-Europa.

A visão europeísta portuguesa era essencialmente Atlântica. O regime manifestava a sua oposição a projectos de união política e económica porque não abdicava de uma posição, fortemente nacionalista e autoritária, alicerçada numa política colonial onde estavam os seus interesses económicos. E isto, apesar do continente se preparar para exigir a descolonização.

<sup>605</sup> *Ocidente*, vol. 38, 1950, p.217.

<sup>606</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Ideia de Europa. Uma perspectiva histórica*, Quarteto, 2003, p.54.

<sup>607</sup> *Ocidente*, vol. 26, 1945, p.248.

A sobrevivência da Europa, depois do cataclismo da guerra, era vista entusiasticamente pelos europeus. O poema *Europa* de Adolfo Casais Monteiro (1908-1972) lido aos microfones da BBC, ainda em 1945, lamentava o sangue derramado pela guerra e acusava os responsáveis pela desgraça. Contudo, era uma mensagem de esperança, optimismo e paz numa Europa renovada.<sup>608</sup> Aliás, este sentido europeu e a consciência dos valores da cultura europeia podiam ser revisitados em várias obras da literatura portuguesa, como os *Lusíadas*, epopeia da expansão portuguesa e da hegemonia do espírito europeu sobre o Globo. Cervantes chamara a Camões cantor da civilização ocidental. A oposição do regime à *Ideia de Estados Unidos da Europa* não colidia com a reivindicação de Portugal como um dos mais genuínos representantes do espírito europeu e da civilização ocidental. A ideia apolítica de Europa equivalia a um conceito mais abrangente de ocidente.

A revista *Occidente* referenciou a obra *Leve ensaio sobre Sociologia* (1948) de Eurico Jorge (1887-1966), onde o autor defendeu a criação de uma República Universal, apesar de prudentemente afirmar: “na realidade os povos pioram na hostilidade, simulam cooperações e sociedades donde não chega a sair a menor concordância de opiniões ou de factos.”<sup>609</sup> Salazar aceitava a nova organização europeia e a reabilitação do ocidente unicamente no quadro da dolorosa resistência da sua cultura. A «substância espiritual» mantinha-se imutável na identidade da Europa.

Inicialmente, o regime defendia que a reconstrução europeia devia ser feita sobre uma base de soberania nacional e operacionalizada num quadro liderado pelos Estados ocidentais, autónomos e independentes. Na *Occidente* as únicas nações que possuíam as condições morais para esta recuperação eram a Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha.<sup>610</sup> Contudo, num século marcado por dois conflitos mundiais, a estrutura dos continentes modificara-se e a América estendia a sua hegemonia sobre uma Europa diminuída, enfraquecida, ainda que, sobrevivente. A importância do plano Marshall (1947) no programa de recuperação europeu foi notória e restaurou a confiança da Europa ocidental. Os americanos também apoiavam o princípio de integração europeia. O plano Marshall deixou de ser visto como um projecto de americanização da Europa e o regime salazarista capitalizou-o a favor da sua visão atlântica.

Na revista *Occidente*, também, se reconhecia que as áreas geográficas da civilização variavam em extensão e, em relação, ao seu centro propulsor. O mar continuava a ser o principal meio de comunicação entre os homens e o eixo da civilização ocidental mudara do

<sup>608</sup> *Occidente*, vol. 29, 1946, p.280. Casais Monteiro colaborou na 2ª série da *Águia* tornando-se mais tarde opositor do regime salazarista.

<sup>609</sup> *Idem*, vol. 35, 1948, p.176.

<sup>610</sup> *Ibidem*, vol. 33, 1947, p.172.

Mediterrâneo para o Atlântico.<sup>611</sup> Segundo os articulistas, a civilização atlântica assumira uma tríplice forma: lusíada, hispânica e britânica. Assim, o futuro do mundo, a paz e a ordem dependiam destas grandes culturas supranacionais que se desenvolviam numa nova quarta parte, as Américas.<sup>612</sup>

O dilema português entre a Europa e o Atlântico era agora sustentado pelo argumento de existência de duas Europas modernas: a de aquém e a de além atlântico.

As preocupações com as questões de segurança internacional marcaram as opções da política externa portuguesa, primeiro com os EUA e, depois, já num plano multilateral, com a NATO (1949) organização destinada a coordenar os meios de defesa europeus. Segundo, António Martins da Silva, “ao aderir como membro fundador ao Tratado do Atlântico o governo português reforçou a sua posição externa e deu um passo importante para sem se comprometer nos arranjos da cooperação e unidade europeias, que encarou sempre com persistente relutância – integrar Portugal no concerto das nações ocidentais e nele ser aceite como parceiro respeitado.”<sup>613</sup>

Na *Occidente* escrevia-se: “Há 10 anos que assistimos ao estabelecimento de várias cortinas de ferro no ocidente europeu, sucessivas invasões bárbaras, o ocaso da civilização.”<sup>614</sup> Para os articulistas da revista metade da Europa estava aprisionada dentro das suas fronteiras. O comprometimento americano numa aliança militar europeia garantia o bloqueio destes factores de instabilidade e, em última análise, a sobrevivência da civilização ocidental.

A entrada na NATO permitiu a Portugal manifestar num quadro internacional a sua opção atlântica e o reconhecimento da hegemonia americana na Europa.<sup>615</sup> A defesa do envolvimento americano na nova ordem mundial representava também uma certa abertura do regime: a vontade de partilhar informações e de cooperar na Defesa, na Segurança, no Comércio. Como refere Nuno Severiano Teixeira com a entrada na NATO “Portugal reinventava a aliança ocidental”.<sup>616</sup>

Portugal pretendia afirmar-se diplomaticamente como uma espécie de árbitro nos conflitos internacionais. O regime salazarista perante o fracasso da conferência, de 25 de Abril de 1947 em Moscovo, assumiu uma posição crítica face aos países europeus, que se uniram à Rússia para “esmagar” a Alemanha, dado esta constituir uma barreira indispensável ao avanço do comunismo. Segundo os articulistas da *Occidente*, Washington também procurou explicar aos

<sup>611</sup> *Occidente*, vol. 36, 1949, p.201.

<sup>612</sup> *Idem*, vol. 35, 1948, p.43.

<sup>613</sup> António Martins da Silva, *ob. cit.*, p.304

<sup>614</sup> *Occidente*, vol. 36, 1949, p.140.

<sup>615</sup> “A generosidade com que a América tanto material, como moral e politicamente ajuda a recuperação europeia marcará a fisionomia de uma época e se for possível mercê dessa política salvar a paz e com ela a civilização cristã do Ocidente.” *Idem*, vol. 37, 1949, p.218.

<sup>616</sup> Reinventar a aliança ocidental, Nuno Severiano Teixeira, Comunicação apresentada na Conferência Internacional – Portugal, a Europa e os EUA, Lisboa, 2003. In [www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=7](http://www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=7)

européus que a única esperança realista de defesa da Europa ocidental implicava o rearmar da Alemanha. “Assunto que punha todos pouco à-vontade” como afirma Tony Judt.<sup>617</sup>

O início da Guerra-Fria impusera uma crescente corrida aos armamentos, interferências na política interna dos países, nas organizações internacionais e nacionais, ações de espionagem, manobras diplomáticas hostis. Viviam-se a medo perante o espectro de uma nova guerra e a consciência da crise civilizacional. Na *Occidente* os articulistas interrogavam-se: “A consciência universal preocupada com a grande batalha assistiremos nós ainda à medonha convulsão que resultará do embate da América com a Rússia?”<sup>618</sup>

O terceiro estado da civilização – o Estado supernacional da espiritualidade humana parecia uma utopia irrealizável.<sup>619</sup>

A ajuda militar americana no quadro multilateral da NATO era fundamental para garantir a segurança europeia. O Estado Novo mostrou-se progressivamente receptivo às orientações norte-americanas e britânicas na condução da sua política externa. Em 1951 Eisenhower, comandante das forças de defesa da Europa, discursando em Lisboa reiterava a importância do Atlântico para a sobrevivência da civilização cristã e da união das nações ocidentais para preservar a paz.<sup>620</sup> No ano seguinte, a *Occidente* noticiou a reunião, na capital em Fevereiro de 1952, do Conselho de Defesa do Atlântico Norte considerando-o a mais poderosa organização até ali formada para a defesa da paz mundial. O Conselho aprovou o projecto da comunidade europeia de defesa e as condições para o regresso da Alemanha à cooperação com os povos ocidentais. Em Lisboa discutiu-se a estrutura do futuro exército europeu (definição dos contingentes das forças defensivas da Europa ocidental) e decidiu-se que Paris seria a sede da organização. A revista *Occidente* lembrou aos seus leitores que ainda em 1944 Salazar previra, como solução única para enfrentar os perigos do Leste, a defesa do Atlântico em toda a sua extensão com o apoio dos EUA e a natural reciprocidade de todos os países marginais do grande oceano. E a própria *Occidente* reivindicava que o seu nome era por si só um programa bem de harmonia com os fins da OTAN, o novo sistema defensivo do mundo ocidental contra o agressor comunista.<sup>621</sup> As relações externas de Portugal com os países ocidentais consolidavam-se e o regime apostava numa diplomacia diversificada que assegurava a sua própria sobrevivência. Em 1955 Salazar, um ano depois do Chanceler Adenauer, recebeu o Prémio da Paz instituído pela organização católica internacional *The Blue Army*.

Mas, em relação ao processo de integração europeia a posição do regime era diferente. Os apelos à reconstrução e reconciliação da Europa tinham conduzido à organização das primeiras instituições internacionais de natureza intergovernamental: a União Ocidental (17 Março 1948)

<sup>617</sup> Tony Judt, *Pós-Guerra. História da Europa desde 1945*, Edições 70, 2007, p.186.

<sup>618</sup> *Occidente*, vol.40, 1951, p.157.

<sup>619</sup> *Idem*, vol.34, 1948, p.35.

<sup>620</sup> *Ibidem*, vol.40, 1951, p.57.

<sup>621</sup> *Ibidem*, vol.41, 1952, p.81.

e o Conselho Europeu (5 Maio 1949). Na revista *Occidente* os primeiros passos na integração dos Estados europeus não foram referenciados. Contudo, apontavam-se obras e autores que deixavam adivinhar o projecto da construção europeia. *The Unity of European History*, obra inglesa de 1948, propunha uma unificação continental, uma suposta unidade europeia, a que pertenceria a Rússia. Na revista *Occidente*, a obra constituía um “conjunto de errados e perigosos ensinamentos que deformavam a mentalidade britânica”. Acrescentando os articulistas: “Os homens que conheciam a História sabiam que nunca houvera uma Europa senão como tentativa de esmagamento das realidades históricas”.<sup>622</sup>

A década de 50 registou duas importantes etapas da construção europeia ocidental. Em 1951, o Tratado de Paris permitiu a constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e em 1957 os Tratados de Roma instituíram a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica. Mas, como refere José Manuel Tavares Castilho, o regime tornou-se cauteloso em relação ao movimento de construção europeia, “optando por uma atitude pragmática, vencido pelos mecanismos económicos internacionais que não controlava nem podia influenciar mas não convencido politicamente.”<sup>623</sup> Segundo os articulistas da revista *Occidente*, o país encontrou um forte aliado na Inglaterra, que também não admitia ameaças à sua soberania nacional e, à perda dos poderes soberanos dos Estados. James Joll, na obra *Britain and Europe*, defendeu que, ao longo da sua história, a política internacional inglesa consistiu na “resistência de uma nação marítima às tentativas unificadoras da Europa.”<sup>624</sup>

Insistia-se na revista *Occidente* que a melhor defesa da civilização ocidental era através da ideologia nacionalista e independência política dos seus Estados. Os discursos de Salazar continuavam a ser transcritos na *Occidente*. Em 1952, o Chefe do Conselho discursava sobre a passividade, o espírito fatalista com que a Europa se dispunha a ser qualquer coisa diferente dela. As suas oratórias falavam sobre restos de Europa a despojar-se de hegemonias que já não podia exercer, ultrapassada economicamente e desorientada intelectual e moralmente. “Que essa reduzida Europa possa um dia representar uma força independente ou de equilíbrio entre os dois blocos, é possível, mas não estão ao alcance da vista nem o prazo nem os caminhos por onde lá pode chegar. No momento presente e no futuro próximo a colaboração com os EUA sob a efectiva direcção destes é a única solução que se oferece para a magna dificuldade dos nossos dias”.<sup>625</sup> Óbvia a preferência pela liderança americana e quadro atlântico e a oposição a qualquer sistema político europeu continental na marcação das directrizes da política externa portuguesa.

Economicamente, os esforços para a normalização da produção, o saneamento monetário e a liberdade de trocas faziam-se através da OECE (16 Abril 1948) e da União Europeia de

<sup>622</sup> *Occidente*, vol. 37, 1949, pp.202-203.

<sup>623</sup> José Manuel Tavares Castilho, *A ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, Assembleia da República, 2000, p.87.

<sup>624</sup> *Occidente*, vol.40, 1951, p.243.

<sup>625</sup> *Idem*, vol.45, 1953, p. 24.

Pagamentos com o apoio dos EUA<sup>626</sup>. Apesar da participação nesta Europa económica intergovernamental, repetia-se a atitude crítica sobre a viabilidade económica das organizações internacionais comunitárias. Como refere José Medeiros Ferreira: “o governo preferia abertamente o plano das relações bilaterais entre estados como o mais apropriado à regulamentação dos problemas internacionais quer estes decorressem de questões políticas, quer tratassem de matérias de cooperação económica e financeira.”<sup>627</sup>

Salazar procurou manter o regime afastado dos projectos de integração europeia e insistiu no reforço das três maiores directrizes da política externa portuguesa: Londres, Madrid, Rio de Janeiro. O regime defendia que as relações do país não se restringiam à Europa Ocidental devendo evitar-se que as questões europeias desviassem a atenção de outros interesses que detinha no mundo. Assim, podemos constatar que as orientações da política externa portuguesa se mantiveram idênticas durante o período de vigência do Estado Novo, nomeadamente:

- reafirmação da nação atlântica e colonial;
- isolamento de Portugal relativamente à política continental europeia;
- manutenção da aliança inglesa que garantia a posse do império colonial;
- reforço da amizade peninsular que defendia o país da instabilidade continental;
- instituição da comunidade luso-brasileira.<sup>628</sup>

Na realidade, Portugal através da OECE, da União Europeia de Pagamentos e sobretudo da NATO e, independentemente da rigidez do salazarismo, participava num novo tipo de relações entre os Estados. O regime irá, também, admitir a cooperação entre soberanias e, a adesão a estatutos comuns, como forma de resolver problemas internacionais, a partir de instituições como a ONU, organismo a que aderimos em 1955. E, no decorrer dos anos 50, as questões europeias foram claramente abordadas por Salazar nas suas intervenções políticas. Na conferência intitulada *Revolução em Paz*, proferida num congresso da União Nacional, Salazar reconheceu na sociedade internacional, ao lado do movimento nacionalista, o aparecimento de manifestações de internacionalismo, algumas supranacionais. “A civilização parece caminhar no sentido da uniformidade daí o reforço do internacionalismo no direito”.<sup>629</sup> Mas, sobre o movimento de integração europeia, “esta sorte de liquidação nacional que muitos na Europa e fora dela defendem” a sua posição era bastante crítica. Embora o regime reconheça a implantação de formas jurídicas já conhecidas de federação e confederação escolhe aguardar “neste canto da Península não só o desenvolvimento doutrinal da questão mas algum começo da

<sup>626</sup> Organização europeia de cooperação económica associada à aplicação do Plano Marshall a que Portugal acaba por aderir em 1948.

<sup>627</sup> José Medeiros Ferreira, *A Nova Era Europeia, De Genebra a Amsterdão*, Editorial Notícias, Lisboa, 1999, p.24.

<sup>628</sup> “O regime face à crise internacional: as grandes linhas da política externa”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, VII Volume, *O Estado Novo*, pp.295-299.

<sup>629</sup> *Occidente*, 1950, vol.50, p.32.

aplicação prática, se aí se houver de chegar.”<sup>630</sup> Cooperação e solidariedade sem prejuízo das autonomias nacionais era a melhor defesa contra o que se considerava experiências ousadas.<sup>631</sup>

José Manuel Tavares Castilho refere que “ os assuntos da Europa designadamente os que se prendem com os movimentos de integração merecem por parte da imprensa em geral alguma atenção por norma tratados nas respectivas secções de política internacional.”<sup>632</sup> Na *Occidente*, apesar da integração económica comunitária que se anunciava no «velho continente» apenas em 1957 se encontram referências claras ao processo de formação das primeiras comunidades europeias. “Antes da primeira guerra a Bélgica e o Luxemburgo constituíram entre si uma união económica com livre circulação de mercadorias, capitais e pessoas. Terminada a segunda guerra a união belgo-luxemburguesa pediu a adesão da Holanda e foram realizadas as primeiras etapas no sentido da “nomenclatura aduaneira” mas o projecto emperrou quando foi preciso realizar uma verdadeira união económica.” O “Acordo de Benelux”, em vigor a partir de Janeiro de 1948, na realidade eliminava as barreiras alfandegárias e perspectivava um eventual movimento livre de mão-de-obra, capital e serviços entre os países. Em Abril de 1951 os países do Benelux, a Itália, a Alemanha e a França assinaram o Tratado de Paris que instituía a CECA, fundando a comunidade económica do carvão e do aço. Em 1957 esta comunidade ia a caminho duma união europeia. “A Bélgica é um país carvoeiro, a Holanda também produz carvão e o Luxemburgo é um grande produtor de ferro e aço. Ora é a convergência de interesses que pode cimentar as uniões económicas. A CECA esta a caminho duma magnífica realização sob a direcção da sua Alta Autoridade. Ultimamente foi a Benelux que sugeriu a extensão desta comunidade aos transportes e a energia. Logo homens de Estado, que parecem de entusiasmo fácil foram até propor a organização dum mercado comum. Concedeu-se as realizações dessa ideia o prazo irrisório de 10 a 12 anos mas ninguém que esteja iniciado nos estudos económicos admite a viabilidade do projecto”.<sup>633</sup> O regime continuava céptico e preferia reforçar a vertente político-militar do Pacto Ibérico com estruturas de alcance económico desvalorizando a criação da Comunidade Económica Europeia.<sup>634</sup> O cepticismo crítico impôs-se na análise dos movimentos de uniformização e hegemonia europeias e determinou o afastamento português da Europa comunitária até à década de 70. Portugal procurava estar presente nas organizações de cooperação económica mas hostilizava qualquer projecto de supranacionalidade.<sup>635</sup>

<sup>630</sup> *Occidente*, 1950, vol.50, p.32.

<sup>631</sup> *Idem*, vol.50, 1950, p.32.

<sup>632</sup> José Manuel Tavares Castilho, *ob. cit.*, p.201.

<sup>633</sup> *Occidente*, vol.53, 1957, pp. 125-126. Palestra: *Benelux a caminho da Europa*. A CECA foi formada em 1951 e o Tratado de Roma em 1957, data que institucionaliza a CEE, da qual fazem parte a França, a República Federal da Alemanha, o Benelux – Bélgica, Holanda e Luxemburgo – e a Itália.

<sup>634</sup> *Occidente*, vol.53, 1957, p.95.

<sup>635</sup> Vide: Nuno Severiano Teixeira, Comunicação apresentada na Conferência Internacional – Portugal, a Europa e os EUA, Lisboa, 2003. In [www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=7](http://www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=7)

As necessidades de crescimento e a reconstrução da Europa levavam as nações a organizarem-se em blocos económicos. O Mercado Comum Europeu, a EFTA e a ALALC constituíam exemplos das bases económicas que uniam as nações. Contudo, Portugal a nível interno colocava interrogações quanto a estas organizações, aceitando como condição do desenvolvimento económico a colaboração internacional mas preferindo-o com uma comunidade já existente, a luso-brasileira. Optou pela EFTA, fundada em Novembro de 1959, por iniciativa do Reino Unido, “o menor dos males,” como refere José Medeiros Ferreira.<sup>636</sup> Quando o país se sentia obrigado a uma aproximação com as instituições económicas europeias, essa aproximação continuava a ser feita num quadro estratégico atlântico e nunca continental.<sup>637</sup> António Martins da Silva refere que “ Salazar rejeita não só qualquer forma de federação ou de super-estado hegemónico que se imponha à vontade de cada nação como também se demarca de quaisquer organizações que ultrapassem a simples colaboração pacífica entre agregados nacionais ou de qualquer forma de cooperação internacional que imponha ou pressuponha no domínio teórico ou prático, uniformidade (ou democraticidade) dos regimes políticos.”<sup>638</sup>

Em 1957, Albert Camus (com um passado ligado à esquerda europeia e resistência antifascista) ganhou o Nobel da Literatura. A entrevista de Jean Bloch-Michel ao escritor foi publicada na *Ocidente*. Albert Camus defendeu a unidade e liberdade, como as grandes paixões do seu tempo e, ao contrário de Stefan Zweig, perante a crise europeia ergueu a virtude da resistência. Um princípio que personificava a liberdade e o desejo genuíno de viver. Para Albert Camus a vitória do espírito antecedia o futuro político da Europa. A unidade na diversidade era a fórmula ideal para a Europa desta época. O escritor considerava que a Europa fora capaz de vencer as suas contradições e de se enriquecer através das suas diferenças. A Europa criara uma civilização da qual dependia o mundo inteiro mesmo quando a rejeitava. A Europa seria construída com as suas diferenças em conjunto com a Rússia e suas particularidades. «Ce n'est pas M. Khroustchev qui me fera oublier ce qui nous unit a Tolstoi, Dostoievski et leur people.»<sup>639</sup>

Na década de 60, o progresso da integração europeia, dominado pelas questões do aprofundamento e alargamento que opunham a Grã-Bretanha à França, não foi abordado nas páginas da *Ocidente*. A revista desvincula-se de abordagens mais politizadas e centrou-se nas temáticas culturais publicando vários artigos onde é notória a influência de Emmanuel Mounier (1905-1950), intelectual ligado ao pensamento personalista e humanista europeu. A cultura científica e tecnicista tinham conduzido o homem à barbárie nuclear. A valorização de uma cultura de base humanista renovava o capital espiritual da Europa. O que definia a essência da

<sup>636</sup> José Medeiros Ferreira, *ob. cit.*, pp.27-31.

<sup>637</sup> Vide “Reinventar a aliança ocidental”, Nuno Severiano Teixeira, Comunicação apresentada na Conferência Internacional – Portugal, a Europa e os EUA, Lisboa, 2003. In [www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=7](http://www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=7)

<sup>638</sup> António Martins da Silva, *ob.cit.*, p.392.

<sup>639</sup> *Ocidente*, vol.54, 1958, pp. 3-5. M.E.D. e L'Artiste et son temps .Albert Camus repond aux questions de Jean Bloch-Michel, pp. 6-12.Em torno do conceito de Homem Revoltado, Maria Emilia Diniz, pp. 6-16; A propósito de Albert Camus, Salette Tavares de Aranda, pp. 17-21.

civilização ocidental era a sua capacidade de compreender esse estranho e complexo ser que era o homem. Os intelectuais humanistas cristãos viviam na perspectiva de uma *novitas florida mundi*, um mundo que se renovava e florescia a partir de um humanismo que procurava um homem mais humano.<sup>640</sup> As letras elevavam o espírito e expressavam a moralidade da Europa. Estas reflexões eram articuladas com um discurso católico de exortação da paz e concórdia entre os povos e deixavam adivinhar a esperança numa nova civilização.

Num artigo sobre a Companhia de Jesus, Augusto Reis Machado referia-se ao belicismo do século XVIII que dominava os espíritos e a soluções pacifistas da altura, como a do Abade Saint Pierre. O Abade apresentara no Congresso de Utreque de 1713 um projecto de paz perpétua na Europa e, para esse efeito, sugeriu a criação duma Sociedade Permanente. Rejeitava o recurso às armas para resolver conflitos, pretendia mediações conciliantes, chegando a admitir nesse vasto entendimento vários povos não europeus, turcos e tártaros.<sup>641</sup>

Na revista *Ocidente*, os anos 60 mostram um Portugal ainda autoritário, colonialista e nacionalista, aparentemente pouco interessado nos progressos de integração europeia, incapaz de desbloquear o seu isolamento internacional. *Ao ritmo da Europa* obra publicada em 1962, reunia um conjunto de trabalhos de Carlos Eduardo de Soveral iniciados em 1954 com a intenção de mostrar o europeísmo português na literatura. O autor queria provar à Europa que o ritmo de vida e de cultura e os anseios dos portugueses não divergiram dos restantes povos europeus. Contudo, insistia-se que a Portugal, pouco importava seguir a Europa, pretendia-se que a Europa seguisse Portugal.

O regime parecia não reconhecer que a prosperidade decorrente das transformações económicas e sociais do pós-guerra evidenciavam o sucesso do processo de integração europeia. Em Portugal, a “Nova Europa” estava numa fase de crise. *O drama do século XX*, de L. J. Lebre, publicado em 1963, representava a continuidade do anterior *Suicídio ou sobrevivência do Ocidente*. Na revista *Ocidente*, a Europa ainda procurava o caminho que lhe permitiria desempenhar o seu papel no «arranjo do mundo» e contribuir assim para a estruturação de uma nova civilização.<sup>642</sup> Para os articulistas, o admirável mundo novo, dos anos 60, era um sinal perturbador do capitalismo americano, o lado vazio da americanização da Europa. O antiamericanismo passou a ser uma característica das elites intelectuais.

Defensora dos valores europeus, a revista *Ocidente* considerava-se “ainda como há vinte e cinco anos uma expressão de cultura. Mais talvez do que Europa e Ocidente será o homem onde quer que se encontre, o valor fundamental a defender,” escreviam os articulistas.<sup>643</sup>

<sup>640</sup> *Ocidente*, vol.58, 1960, p.267. Padre Manuel Antunes, na revista católica *Broteria*.

<sup>641</sup> *Idem*, vol.62, 1962, p. 239.

<sup>642</sup> *Ibidem*, vol.68, 1965, p. 43.

<sup>643</sup> *Ibidem*, vol.66, 1964, p.4.

Na revista *Occidente*, Eduardo Prado Coelho escreveu sobre a importância da missão espiritual de Alberto Schweitzer (1875-1965), Prémio Nobel da Paz em 1952. Neste artigo Eduardo Prado Coelho defendeu que o mundo estava prestes a sofrer as consequências da invasão dos «novos bárbaros» que procuravam através da ciência, da tecnologia e da energia atômica destruir a civilização ocidental. Alguém definira esta situação paradoxal do planeta denominando-a o “rpto da Europa”.<sup>644</sup>

Uma civilização técnica em risco de asfixia espiritual marcada pelo ritmo vertiginoso das relações entre países e nações, onde as fronteiras geográficas iam perdendo o seu significado. O consumismo americano, particularmente, entre as gerações jovens, era sentido como uma ameaça à identidade cultural europeia e acentuava o fosso de gerações. A sobrevivência da Europa, da civilização ocidental, dependia das práticas de espiritualidade pelas jovens gerações e pelo aprofundamento dos valores da civilização cristã, ideal cultural, comum a todos. Só depois se devia passar a outros aspectos de cooperação internacional. Esta seria a herança dos anos 60: a revalorização da cultura.

Para os articulistas da *Occidente* as nações vinham resistindo ao comunismo da URSS e China e, também, às democracias “amestradas” pelo American Way of Life. As nações uniam-se para escapar à tirania dos dois gigantes.<sup>645</sup> A Europa procurava novos rumos não excluindo o diálogo com o Oriente, pois o Japão, tecnicamente, passara à frente das nações europeias no espaço de um século. A criação de uma nova civilização universal, podia surgir da conjugação entre os valores europeus e asiáticos, do encontro entre o oriente e o ocidente.<sup>646</sup> A Europa ocidental perdera o domínio do mundo. O Papa desempenhava um papel pacifista apelando à paz, ao entendimento entre as nações, à fraternidade entre os homens. A *Occidente* apontava na sociedade civil exemplos de militância pacifista. Nos *Apontamentos críticos sobre Álvaro Feijó Orietta del Bene* referia como uma das principais características do poeta, o antimilitarismo. No período em que o militarismo estava no auge, em que se ia preparando a segunda guerra, o poeta consciente dos valores da paz e da vida elevou um grito de esperança acima dos horrores da guerra que não se devia repetir mais. Em *E os homens vão querer*, mais uma vez, o poeta se antecipava defendendo que os homens de boa vontade pretendiam abolir a violência, a injustiça, a exploração do homem pelo homem. E o poeta agarrava-se heroicamente à necessidade de tal esperança.<sup>647</sup>

---

<sup>644</sup> *Occidente*, vol. 68, 1965, p.79. escrevia-se na revista: “Vive-se na Europa uma atmosfera sufocante e pesada, negação do sentido da vida (armas nucleares). Perante as tendências do materialismo dialéctico, a juventude liberta-se desses grilhões que a desumanizam e, procura seguir, a espiritualidade de Schweitzer. Só assim se salvará uma civilização que nos deu para além da técnica, o conceito ético da vida, o culto do homem e o domínio do espírito. A técnica e a ciência ameaçam a liberdade dos homens até a sua própria vida, tornam as guerras mais mortíferas. O homem deve dominá-las e colocá-las ao serviço das suas altas aspirações de justiça e de paz.”

<sup>645</sup> *Idem*, vol.71, 1966, p. 42.

<sup>646</sup> *Ibidem*, vol.76, 1969, p.53.

<sup>647</sup> *Ibidem*, vol.78, 1970, p.11.

Em Janeiro de 1971, a revista *Occidente* num artigo sobre a política dos seis em matéria de educação fazia a primeira referência ao Tratado de Roma e ao progresso económico e social dos povos. A RFA, a Bélgica, a França, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos configuravam o novo espaço geográfico da civilização ocidental. Contudo, o Tratado ao propor a eliminação de barreiras não avaliara correctamente o peso das diferenças linguísticas e das estruturas educativas dos Estados membros. A concertação entre os seis devia ser feita, especialmente, a nível universitário (exames, programas e métodos) privilegiando-se no espaço europeu o intercâmbio científico e técnico, o ensino das línguas europeias, a divulgação da literatura, a fundação de organismos e missões culturais, a articulação de concertos, exposições, teatro, cinema, música, rádio, televisão. “Pensamos sinceramente não vir tal cooperação a dar cabo da “Europa das Pátrias” mas a auxiliá-la em caminho de melhor futuro e mais harmonioso. Nem só de material euromercado viverá ela,” escreviam os articulistas da *Occidente*.<sup>648</sup>

Em 1972, a revista noticiou o projecto da construção da primeira universidade europeia em Florença para estudantes pós-graduados. A instituição podia contribuir para uma pedagogia sem fronteiras políticas ou de pensamento e para um ensino internacionalista, o único que verdadeiramente servia o homem. A participação num projecto cultural deste género reforçava o sentimento de pertença à Europa e despertaria nos jovens a consciência da identidade cultural europeia. Contudo, para os articulistas da *Occidente* o objectivo dificilmente seria alcançável pois a CEE estava fundamentalmente ao serviço do capitalismo ocidental e este facilmente esquecia as motivações culturais.<sup>649</sup> Até anos 80, na revista *Occidente*, a integração portuguesa na Europa comunitária era, preferencialmente, feita pelos emigrantes que na Espanha, Alemanha Federal e França eram considerados, pelos articulistas, os verdadeiros instrumentos de difusão da língua e da cultura portuguesa.

Depois de 40 anos de isolamento, o alinhamento da política externa portuguesa com os Estados da Nato e as várias instituições económicas europeias facilitaram a entrada do país na CEE (1 de Janeiro de 1986), e a sua entrada ou reentrada na Europa.

<sup>648</sup> *Occidente*, vol.80, 1971, p.83.

<sup>649</sup> *Idem*, vol.82, 1972, p.191 (publicado no Jornal do Fundão 19-12-71).

## 2.MARE ATLANTICUS

### 2.1.Relações de Portugal com a Europa. Representações da cultura nacionalista.

Ocidente – Fernando Pessoa

Com duas mãos – o Acto e o Destino  
Desvendamos. No mesmo gesto, ao céu  
Uma ergue o facho trémulo e divino  
E a outra afasta o véu

Fosse a hora de haver ou a que havia  
A mão que ao ocidente o véu rasgou  
Foi alma a Ciência e corpo a Ousadia  
Da mão que desvendou  
Fosse Acaso, ou Vontade ou temperal  
A mão que ergueu o facho que luziu  
Foi Deus a alma e corpo Portugal  
Da mão que o conduziu

*Occidente*, vol. 15, 1941, p.411.

Em 1940, escrevia-se na *Occidente*: “Ser português é ter a noção de que Portugal cortando as águas do Atlântico é a proa da Europa”.<sup>650</sup> Para os articulistas da revista *Occidente*, Portugal, mais do que qualquer outro Estado, através do seu esforço colonial, alargara a influência europeia no mundo. Como refere Norberto Ferreira da Cunha, o regime político português e os princípios morais que professava tornavam-no o mais digno representante da «velha Europa», artífice e herdeiro do seu património civilizacional.<sup>651</sup>

<sup>650</sup> *Occidente*, vol.10, 1940, p.333.

<sup>651</sup> Norberto Ferreira da Cunha, “O salazarismo e a Ideia da Europa”, in *O Federalismo Europeu, História Política e Utopia*, coord. Ernesto Castro Leal, Edições Colibri, Lisboa, 2001, p.159.

A revista *Occidente* iniciou a sua publicação num período de consolidação interna do Estado Novo e, simultaneamente, de grande instabilidade internacional. A identidade contemporânea era forjada a preto e branco e a ordem salazarista subvertia o espectáculo universal da desordem. Para os articulistas da *Occidente*, Portugal era o “cantinho privilegiado do mundo onde há ordem social e confiança no futuro. Não tem os portugueses problemas de minorias a resolver, nem correcções geográficas a reear.”<sup>652</sup> Potência periférica, sem poder militar, Portugal representava-se, a si próprio, no mundo como uma força moral. O investimento na cultura, reflexo de espiritualidade e de superioridade intelectual, inserido na obra da regeneração nacional, aumentava a sua visibilidade internacional. O discurso oficial insistia no seu crescente valor na hierarquia dos Estados europeus.

A revista evidenciou a dualidade do percurso histórico de Portugal, num processo de reinvenção, entre a Europa e o Atlântico. Na *Occidente*, o *Mare Atlanticus* ganhou vantagem, voltou-se atrás e lembrou-se da Expansão, a altura em que o espírito atlântico envolveu os portugueses e confirmou a sua vocação universalista.

Os *Lusíadas* continuavam a ser o poema do Oceano e, Camões, o génio tutelar da raça, lembrava os feitos sobre-humanos dos portugueses, todos os anos no dia da raça. Um povo imortal e, segundo os articulistas da revista, ainda desconhecido no Mundo pela ignorância da língua pátria. Como defende Fernando Rosas, o regime salazarista procurou «institucionalizar a portugalidade».<sup>653</sup> Os articulistas da *Occidente*, nos artigos sobre as comemorações camonianas de 1949, procuraram problematizar a *ideia de Europa*, na obra de Camões. Sobrepondo imagens de uma Europa antiga sobre uma Europa moderna definiram a concepção humanística duma Europa permanente. A Europa camoniana era assim uma Europa ideal, comum à Idade clássica e moderna.<sup>654</sup> E este seria um dos objectivos da *política do espírito* do Secretariado de Propaganda Nacional- a conciliação entre a tradição e a modernidade.

As práticas intelectuais, a produção literária e jornalística, eram avaliadas pelo grau de semelhança ou afastamento desta cultura da portugalidade, instituída pelo Estado Novo. A criação do “espírito”, moderna e aberta ao tempo, devia ser harmonizada com uma cultura portuguesa e nacionalista. Nos anos 40, ao procurar afirmar-se como uma das revistas culturais do Estado Novo, a *Occidente* defenderá o «interesse nacional», erguendo fronteiras geográficas e argumentos de desnacionalização, contra as modernidades artísticas, literárias, musicais e filosóficas do século XX.

Os desvios à *política do espírito* eram colocados à margem pelo regime. Os articulistas da *Occidente* acusaram a existência de uma crise da inteligência portuguesa devido a uma anarquia do pensamento da comunidade intelectual: bolchevismo e internacionalismo misturados com

<sup>652</sup> *Occidente*, vol.1, 1938, p.452.

<sup>653</sup> *Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo*, coord. Fernando Rosas, Editorial Presença, Lisboa, 1992, pp.391-454.

<sup>654</sup> *Occidente*, vol.36, 1949, p.282.

nacionalismo e patriotismo.<sup>655</sup> Contudo, o Estado Novo foi generoso com aqueles que aceitaram colaborar na *política do espírito* instituindo prémios nacionais, artísticos e literários e o prémio internacional Camões, considerado uma abertura para a modernidade. A dinamização desta política cultural passava pela organização de exposições de arte, conferências, programas culturais e apoio à fundação dos institutos belga, italiano e britânico, no país.

Manuel Múrias, no artigo *Cabo da Boa Esperança*, sobre as relações de Portugal com a Europa, considerou que o país com Salazar passara o Cabo das Tormentas, agora com toda a propriedade, rebaptizado Cabo da Boa Esperança. Aqui se erguiam fronteiras nacionalistas e se considerava que o caminho de regeneração não era europeu. De fora tinham vindo tentações e desvarios, o país durante o século XVIII e XIX passara por uma desnacionalização e, após, a fase decadentista da Primeira República trilhava um novo engrandecimento alicerçado no virtuosismo do seu passado.<sup>656</sup>

Na revista *Occidente*, a Europa politizada e militarizada dividiu apoios na Guerra Civil de Espanha. Portugal, distanciado de velhos aliados, assumiu-se conservador e nacionalista no apoio ao General Franco. Manuel Múrias lembrou outros momentos históricos onde prevalecera a razão de Portugal contra todos.<sup>657</sup> E, contra as acusações de antieuropeísmo argumentou com a missão providencial que acompanhava o país desde a sua fundação: espalhar no mundo a Civilização Ocidental. Aliás, Portugal, também, já salvara a Cristandade no Ocidente da Europa. Manuel Múrias defendeu uma *ideia de Europa* equivalente a Cristandade, uma Europa cristã, a que Portugal se mantinha fiel, mas que outros atraíram, ainda no século XVI, seduzidos pelo espírito reformista. Aqui, nesta fractura de duas Europas, a católica e a protestante, situou o início do nosso distanciamento/isolamento da outra Europa.<sup>658</sup> Manuel Múrias considerava que, mais do que nenhum outro país europeu, Portugal soube manter a sua fidelidade à «velha Europa», sendo por isso, o seu mais legítimo mandatário. Como refere Norberto Ferreira da Cunha: Portugal considerava-se o melhor representante dessa Europa da Cristandade legitimando a sua pretensão de cidadela do espírito da civilização ocidental e do mais europeu dos Estados da Europa. Seria sobre esta Europa da Cristandade, essa Europa espiritual - da qual éramos guardiães - que se deveria construir a unidade europeia.<sup>659</sup>

Para estes intelectuais de Direita, a influência europeia, nos últimos séculos, fora para Portugal sinónimo de crise e retrocesso civilizacional. No fim da década de 30, a Europa

<sup>655</sup> *Occidente*, vol.2, 1938, p.258. Escrevia-se na revista: “Neste canto da Europa um génio político floresce como compensação vital das ruínas causadas por certos génios literários.” Em 1940, alguns dos intelectuais portugueses repudiaram o regime e este desconfiando do esquerdismo afastou-se da cultura. Alguns, apesar das condições difíceis, conseguiram obra meritória (Jacinto Prado Coelho), outros produziram desinseridos das instituições científicas nacionais e outros exilaram-se.

<sup>656</sup> *Idem*, vol.1, 1938, p. 5.

<sup>657</sup> “ Pode ter-se razão contra todos e já não e a primeira vez que tal sucede a Portugal. Há três/quatro séculos o nosso pensamento e acção estavam longe de se nortear pela acção e pelo pensamento da Europa.” *Ibidem*, vol.1, 1938, p. 5.

<sup>658</sup> Hora em que negando-se a si própria a Europa atraíria a civilização ocidental dilacerando a cristandade e começando a crise moral e espiritual em que nos debatemos ainda. *Ibidem*, vol.1, 1938, p.6.

<sup>659</sup> Norberto Ferreira da Cunha, *O salazarismo e a Ideia da Europa*, in *O Federalismo Europeu, História Política e Utopia*, coord. Ernesto Castro Leal, Edições Colibri, Lisboa, 2001, pp.159-160.

passava por nova crise, inquieta, perante as exigências políticas que se aproximavam do Leste. Na revista *Occidente*, Manuel Múrias ergueu o nacionalismo como única possibilidade de restabelecimento do equilíbrio europeu, única fronteira para conter a ameaça comunista e salvar a civilização cristã, funcionando o Estado Novo como ícone do novo «Estado de Missão» na terminologia de Eugénio de Ors (1881-1954), “forte, independente, activo, apaziguador de ódio, distribuidor de justiça, criador do bem, defensor da paz”.<sup>660</sup> António Sardinha seria o profeta desta nova era.

A política colonial era indissociável deste projecto de reabilitação da Europa e da civilização ocidental. Para os articulistas da *Occidente*, Portugal reafirmava-se como potência colonial retomando a sua “missão espiritual no mundo de povo criador de povos, nação mãe de nações, difundidora da fé e distribuidora de civilização.”<sup>661</sup> Esta ideologia, presente em inúmeros artigos, converteu a revista *Occidente* num dos instrumentos privilegiados da propaganda salazarista e dos seus princípios políticos.

No seu segundo artigo, Manuel Múrias justificou, novamente, a adulteração do espírito nacional e a decadência do século XIX pela invasão estrangeira de ideias.<sup>662</sup> Em 1938, o espectro do comunismo representou o mesmo perigo, ameaçando destruir todas as categorias espirituais do ocidente. Para os articulistas, Portugal, no extremo da Europa, assumia-se como: “baluarte invencível e apóstolo iluminado da civilização ocidental contra esta forma de imperialismo ideológico”.<sup>663</sup> O Estado Novo foi profundamente conservador e tradicionalista. Na *Occidente* ergueram-se fronteiras contra a ameaça estrangeira, defendeu-se o provincianismo de Lisboa, onde os turistas não chegavam a dar cor de cosmopolitismo, como acontecia em muitas capitais europeias. A ruralidade era exaltada como o único refúgio da virtude e da moralidade. A novidade europeia era vista como uma excentricidade.<sup>664</sup> Os articulistas lembraram as críticas de Guilherme de Azevedo, apócrifas 60 anos depois: o défice extinguiu-se, cultivavam-se saudáveis relações internacionais, a alfabetização progredira, o comércio, a indústria e agricultura registavam progressos.<sup>665</sup> A revista *Occidente* reproduzia os ditames da propaganda política, tal como, a economia que se encontrava submetida ao modelo fortemente intervencionista e dirigista, do Estado Novo.

A defesa dos interesses da Europa Ocidental passava pelo reconhecimento da dimensão civilizadora dos portugueses e pela institucionalização da lusitanidade. Portugal era o paladino da civilização latina e cristã, a sua universalidade permitia relações com todos os Estados. A França capital do espírito, defensora da cultura clássica, berço de valores e ideias e do

<sup>660</sup> *Occidente*, vol.1,1938, p.8.

<sup>661</sup> *Idem*, vol.1,1938, p.339.

<sup>662</sup> *Ibidem*, vol.1,1938, p.179. Do estrangeiro vieram tantas coisas adulteradoras dos nossos costumes.

<sup>663</sup> *Ibidem*, vol.1,1938,p.356. A Europa acusava o regime português de agravar o problema do analfabetismo com a censura. Esta era considerada uma arma legítima na luta contra a invasão estrangeira nomeadamente contra o comunismo. *Ibidem*, vol.3, 1938, p.8.

<sup>664</sup> *Ibidem*, vol.3, 1938, p.357.

<sup>665</sup> *Ibidem*, vol.8, 1940,p.307.

património comum dos latinos, era a nação mais apta a receber o irradiar da cultura e do pensamento humanista português. Portugal e a França eram os primeiros representantes da causa da cultura e da civilização ocidentais.<sup>666</sup> A manutenção da «política de boa vizinhança peninsular» cimentava, na mesma oposição ao comunismo, a fraternal amizade com a Espanha nacionalista. Em Londres, nos anos de 1938 e 1939, António Ferro lançou as bases para uma reaproximação entre Portugal e Inglaterra. A semana de Portugal em Londres, a fundação do Instituto Britânico e o aumento do intercâmbio das letras e artes, foram programados no âmbito desta política cultural.<sup>667</sup> As relações luso-brasileiras foram também dinamizadas. A *Occidente* era considerada “uma das mais avançadas atalhas da cultura luso brasileira” e a amizade com o Brasil era, talvez, a mais privilegiada das relações internacionais de Portugal.<sup>668</sup>

A *política do espírito* promoveu a aproximação aos Estados europeus, através da participação em Congressos Internacionais, importantes para o progresso das Ciências e das Artes. Acarinhou-se, também, a fundação de Institutos de Cultura, no país e nas principais cidades europeias. Os articulistas da *Occidente* consideravam que Portugal, longe dos grandes centros de decisão política e dos seus níveis de desenvolvimento, ultrapassava o seu isolamento enviando os seus cientistas e humanistas aos grandes Centros da cultura.<sup>669</sup> Por outro lado, os leitorados de português, nas Universidades estrangeiras, incentivavam o conhecimento, por parte dos outros povos, da língua e cultura portuguesas.

No fim da guerra, o processo de reorganização da nova ordem mundial, ditou a retirada das potências colonizadoras. Contudo, o reforço das relações luso-britânicas e luso-brasileiras garantiu o apoio à política colonial, num quadro internacional de isolamento da Península Ibérica, em virtude, da manutenção dos seus regimes políticos autoritários. Na revista *Occidente*, a propaganda colonial revestiu-se de um sentido “reconstrutor da identidade nacional”, o território da pátria não se confinava aos limites do Portugal europeu e só África poderia constituir o seu espaço vital.<sup>670</sup> O império colonial português constituiria a reserva permanente da expansão cultural e económica de Portugal.<sup>671</sup> O regime manifestara-se contra o direito à autodeterminação dos povos e criticou a emancipação dos territórios coloniais. Os articulistas da *Occidente* apresentaram várias justificações para a manutenção das colónias: um país que ocupava os últimos lugares dos cadastros de povos e que passara a um dos países mais prósperos devido à extensão do seu território ultramarino.<sup>672</sup> A colonização era uma faceta

<sup>666</sup> *Occidente*, vol.5,1939, p.456.

<sup>667</sup> *Idem*, vol.2, 1938, p.317 e vol.4,1938, p. 353.

<sup>668</sup> *Ibidem*, vol.10, 1940, p.298.

<sup>669</sup> *Ibidem*, vol.22, 1944, 126.

<sup>670</sup> Luís Reis Torgal, “Do Império às Independências. Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais”, in *Estudos do século XX. Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*, Quarteto Editora, Coimbra, 2003, p.9.

<sup>671</sup> *Occidente*, vol.35, 1948, p.49.

<sup>672</sup> *Idem*, vol.34, 1948, p.92.

intrínseca da civilização ocidental. Na *Occidente*, o “homo europeus” continuava inserido num discurso colonialista.

Os articulistas face ao bipolarismo político internacional assumiram uma atitude crítica face ao que consideravam formas de dominação imperialista, escrevendo: “os grandes povos podem impor-se pela força dos seus exércitos e das suas armas, os pequenos só podem fazer-se respeitar pela força da sua razão.”<sup>673</sup> Contudo, a adesão ao pacto do Atlântico Norte e o benefício do auxílio americano permitiram ao país alcançar um patamar de segurança que o equilibrou na sua relação com os Estados Unidos da América e outros Estados europeus. Assim, nas páginas da revista *Occidente*, apresentou-se o fim da “velha Europa” perante a nova Civilização Atlântica. Uma civilização sustentada por grandes culturas universais – britânica, lusíada e hispânica – “que tiveram origem no ocidente europeu e passaram os mares”. Para os articulistas, nestas culturas, ainda em desenvolvimento, estava a nova unidade europeia, “o futuro do homem e da civilização”,<sup>674</sup> o “futuro do mundo, a paz e a ordem humanas.”<sup>675</sup> E, perante a perda de influência internacional dos respectivos países, os argumentos que sustentavam a sua superioridade não eram explicáveis pelo poder material, vastidão do território, técnica ou nível de educação. A sua superioridade, escreviam os articulistas, estava ligada a uma vida histórica própria e uma linguagem que lhes permitiam criar valores universais.<sup>676</sup>

Ao longo das décadas de 40 e 50, o regime validou um «modelo de inserção internacional»<sup>677</sup> entrando para os Organismos de Defesa, ao lado das grandes nações, seguro dos seus territórios e direitos seculares. A cooperação internacional fazia sentido entre Estados-Nações e culturas nacionais, autónomas e independentes.

A intervenção americana, potenciadora da recuperação europeia, marcava a época e poderia salvar a paz e com ela a civilização cristã do Ocidente. Civilização, que com a Expansão se tornara atlântica e, se preparava para atingir o seu apogeu. Para Salazar a Europa não podia, sem o auxílio americano, salvar o que restava do seu património moral e da sua liberdade. Por sua vez, a América precisava das estratégicas bases continentais para garantir a sua segurança. Em plena Guerra-Fria, a relação interessava a ambos os lados. Nas páginas da revista *Occidente* os leitores puderam ler sobre alguns dos conflitos que opuseram os dois blocos em confronto. Álvaro Pinto escreveu sobre a guerra da Coreia (1950-1953): “a guerra voltou a manchar a imprensa universal e a ferir profundamente os sentimentos humanitários e pacifistas da cristandade.”<sup>678</sup> Apesar de localizada, a guerra provocou uma crise de consciência e de inteligência, uma desorientação dos espíritos. Em 1953, Portugal reafirmou a sua aliança com a

<sup>673</sup> *Occidente*, vol.26, 1945, p.127.

<sup>674</sup> *Idem*, vol.35, 1948, p.214.

<sup>675</sup> *Ibidem*, vol.39, 1950, p.281.

<sup>676</sup> *Ibidem*, vol.36, 1949, p.201.

<sup>677</sup> Reinventar a aliança ocidental, Nuno Severiano Teixeira, Comunicação apresentada na Conferência Internacional – Portugal, a Europa e os EUA, Lisboa, 2003. In [www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=7](http://www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=7)

<sup>678</sup> *Occidente*, vol.39, 1950, p.52.

Inglaterra, a Espanha e o Brasil e, a cooperação com outros Estados através de representações diplomáticas, visitas oficiais, participações em Congressos e Conferências. O país entrou para a ONU (1955) e reconheceu a jurisdição do Tribunal de Haia para os litígios internacionais de carácter jurídico.

Na *Occidente*, no decorrer dos anos 50, os articulistas referenciaram a crescente anarquia ideológica, o polimorfismo social, a heterogeneidade de aspirações e de tendências, a confusão extrema, a babel ideológica que constituíam (na sua opinião) o panorama da Humanidade. Contudo, apesar de todas estas inquietações, registaram nas páginas da revista a sua esperança para com os destinos dessa mesma Humanidade.<sup>679</sup> Numa época de profundas exigências materialistas reivindicaram a urgência de um Humanismo de feição universalista. O desejo de solidariedade humana relacionava-se com a cultura e, através dela, pensava-se no reforço do bem-estar da Humanidade.

O Regime pensou a *Ideia de Europa* identificando-a com os valores da «velha Europa». Num discurso surpreendentemente europeísta, a revista *Occidente*, referiu-se à Inglaterra como fiel depositária do património espiritual europeu. Segundo os articulistas, as grandes causas que a fizeram entrar na guerra: liberdade e independência da Polónia, os direitos da Checoslováquia e os magiares na Hungria, deviam ser considerados património precioso da Europa. Também a Áustria, com a sua cultura e a sua histórica Viena, devia manter-se como um centro livre, da vida e do progresso, da Europa. Como afirma Tom Judt, “no início do século XX, Viena era a Europa, ela era o eixo de uma cultura e de uma civilização.” Depois da guerra, exorcizado o passado, ela adquiria uma “nova identidade como pioneira e modelo do mundo livre.”<sup>680</sup> A cidade continuava a ser um bom lugar para se pensar a Europa.

Na década de 60, a política cultural do regime foi condicionada pelo início da guerra colonial e o agravamento do isolamento internacional. O Estado Novo abandonou a sua feição cultural agravando a censura contra todas as actividades criadoras. Os efeitos do Portugal “amordaçado”, os hábitos conservadores e tradicionalistas da crítica, dificultaram o diálogo cultural com as modernidades. Instituído pelo Secretariado Nacional de Informação, o prémio *Occidente* distinguia obras de prosa ou poesia, onde se manifestasse o sentido ocidental e cristão do mundo português. Para a revista *Occidente*, as mais importantes iniciativas culturais pertenciam à Fundação Calouste Gulbenkian.

Portugal, apesar dos progressos de integração europeia, continuava a apostar na institucionalização da lusitanidade através da comunidade de língua portuguesa. A cooperação com outros países era feita no âmbito da União Latina, organismo internacional, para as relações culturais e sociais de países de civilização comum. Um intercâmbio que passava pela

<sup>679</sup> *Occidente*, vol.48, 1955, pp. 43-44.

<sup>680</sup> Tony Judt, *Pós-Guerra. História da Europa desde 1945*, Edições 70, 2007, p.20.

equivalência de títulos, diplomas e certificados de estudos, circulação de livros e prémios de latinidade.

Uma última referência para a Arte, pois o seu mundo, não conhece o isolamento. Ao fazer parte da civilização, a Arte, escreveram os articulistas: “como todas as suas consequentes culturas, nunca é local, participando de blocos vastos que as fronteiras não podem limitar”.<sup>681</sup> A Arte era o organismo oficial da irreverência, não conhecia limites, nunca deixava de ser uma insaciável revolução. Através da Arte a cultura portuguesa, marcadamente nacionalista, alcançou uma estética moderna que acompanhava os cânones internacionais.

Diogo de Macedo (1889-1859), escultor de referência, autor das *Notas de Arte* de 1938 a 1959, manteve um discurso de indiscutível modernidade nas páginas da *Occidente*. As suas perspectivas sobre o conceito de arte, o papel do artista, as práticas artísticas modernas rompiam com os códigos tradicionais da representação nacionalista e denunciaram uma formação adquirida no estrangeiro.<sup>682</sup> As vanguardas e os anos de experimentação artística foram repetidamente lembrados. A revista *Orfeu* e o futurismo artístico eram os revolucionários portugueses da Arte Moderna. Nas *Notas de Arte*, Lisboa era a capital de um país europeu e civilizado. Em Julho de 1938, a propósito de uma exposição de Arte Moderna, Diogo de Macedo escreveu: “o modernismo deixou de ser um papão, já ninguém barafusta com as audácias da cor, ninguém ri das composições abstractas, ninguém se irrita com os desenhos livres, com as técnicas antiacadémicas, nem com as visões individuais.”<sup>683</sup> A Europa era o lugar da modernidade onde o homem se encontrava com o criador na sua busca da perfeição. As colecções modernistas de Amadeu de Sousa Cardoso eram “cobiçadas pelos estrangeiros” e colocavam a Europa, entusiasticamente, a falar de Portugal. O “grande, original e criador”, Amadeu de Sousa Cardoso emalou o cubismo e o futurismo franceses e tinha-os trazido, de comboio para Lisboa e Porto.<sup>684</sup> A visibilidade pública dos modernistas e, o seu reconhecimento oficial, constituíram a mais importante faceta, da vida artística da época.

Nas páginas da revista *Occidente*, a Arte era um dos “vértices da civilização que aumenta ou diminui o prestígio dum povo, consoante a sua qualidade no julgamento internacional das nações.”<sup>685</sup> Os artistas modernistas foram chamados a colaborar com o Estado Novo, articulando o vanguardismo das suas criações, com o espírito nacional e, a estética, nacionalista e conservadora, do Regime. O concurso para pensionistas de arte, no estrangeiro, era organizado pelo Instituto para a Alta Cultura e o Estado premiava os melhores artistas. Contudo, a revista *Occidente* revelou as dificuldades em conciliar a ideologia nacionalista com as criações modernistas. Para os articulistas conservadores, a inovação era considerada uma excentricidade

<sup>681</sup> *Occidente*, vol.26, 1945, p.248.

<sup>682</sup> *Idem*, vol.58, 1960, p. 255.

<sup>683</sup> *Ibidem*, vol.1, 1938, p. 288.

<sup>684</sup> *Ibidem*, vol.57, 1959, pp. 36-37.

<sup>685</sup> *Ibidem*, vol.58, 1960, p. 255.

e as “correntes em voga nos meios cosmopolitas não tinham cabimento na nossa terra.”<sup>686</sup> Os articulistas, mais conscientes da modernidade do tempo, apontavam a função cultural e educativa das exposições artísticas e museus internacionais, a “febre vital dos grandes centros de civilização, a comunhão universal do espírito.”<sup>687</sup>

António ferro, Comissário Geral para a Exposição Internacional de Paris (1937) e Exposição Universal de Nova York (1938) representou o “modernismo possível no quadro do Estado Novo”, como escreveu José Augusto França.<sup>688</sup> Na Exposição de Nova York (1939) dedicada ao futuro da Humanidade, o título da instalação portuguesa *Mundo de Amanhã* estava subordinada ao culto da Expansão e à obra do ressurgimento nacional realizada pelo Estado Novo. A “política do espírito” procurou articular a ideologia nacionalista com as ideias modernistas de António Ferro: “A arte, a literatura e a ciência constituíam a grande fachada da nacionalidade, o que se vê lá de fora.”<sup>689</sup>

Os museus de Lisboa, escreveu Diogo de Macedo: “seguindo os bons exemplos do que se faz lá fora” organizavam exposições temporárias. Contudo, lamentou: “que não fiquem arquivadas em catálogos ou revistas apropriadas como se faz no estrangeiro as fotografias de todas as obras expostas.”<sup>690</sup> A Sociedade de Belas Artes e o Secretariado de Propaganda Nacional promoveram a Arte portuguesa, incentivando a participação portuguesa em congressos e exposições internacionais. Diogo de Macedo deixou registado na *Occidente*: “dentro de meia dúzia anos não só os artistas do século XVI mas todos os maiores dos séculos seguintes serão pelos alheios considerados como merecem se deixarmos de ser bichos do Atlântico e nos convenceremos de que a Europa começa aqui nas praias do Atlântico.”<sup>691</sup> As exposições internacionais, apoteoses da civilização, promoviam o conhecimento recíproco entre os povos. Em 1949 reuniu em Portugal o Congresso de História de Arte. Os congressos continuavam a ser uma forma de comunicação internacional, estreitavam-se relações, cultivava-se um entendimento comum, era recuperada a harmonia entre os povos que a guerra tinha destruído.

A iconografia cultural era imprescindível para a sobrevivência do Regime e, a dinâmica das artes plásticas, procurou acompanhar a dinâmica política, social e cultural do país.

### 3. A SECULAR ALIANÇA LUSO-BRITÂNICA

Existia um indisfarçado orgulho nesta relação. Nas páginas da revista *Occidente* são referenciadas as visitas de Thackeray, Fielding e Byron, a Portugal no século XIX. Segundo os

<sup>686</sup> *Occidente*, vol.1, 1938, p.109.

<sup>687</sup> *Idem*, vol.22, 1944, p.200.

<sup>688</sup> José Augusto França, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol.II, dir. Fernando Rosas, Lisboa, Bertrand, 1996.

<sup>689</sup> Raquel Henriques da Silva, “Sinais de ruptura: livres e humoristas”, *História da Arte Portuguesa*, dir. Paula Pereira, Círculo de Leitores, III volume, 1995, p.390.

<sup>690</sup> *Occidente*, vol.2, 198, p. 280.

<sup>691</sup> *Occidente*, vol.5, 1939, p. 429.

articulistas, para a geração de 70, imbuída de europeísmo civilizacional, a Inglaterra, tanto ou mais que a França, representava o progresso.<sup>692</sup> Em 1870, após a vitória de Bismark sobre a França, assistiu-se à consolidação do império britânico. Contudo, a concorrência da Alemanha, potência dominante em terra que aspirava à supremacia nos mares, assinalou a perda de hegemonia britânica. Para os articulistas da *Ocidente*, a Grã-bretanha confrontada com a possibilidade de intervenção na política do continente europeu tornou-se uma nação armada. A sua militarização foi facilitada, pois a ciência, ao serviço da força e da destruição, inventara novos engenhos de guerra.<sup>693</sup> O fim da primeira Guerra determinou a expansão americana e a perda da influência inglesa e europeia, no mundo.

Ao longo do século XX, Portugal continuou a manter uma aliança privilegiada com a Inglaterra estreitando as suas relações comerciais, políticas, diplomáticas, militares, literárias e científicas. Contudo, no ano de publicação da revista *Ocidente*, um período marcado pela “exacerbação das contradições entre as grandes potências europeias”, diferentes visões sobre as ideologias em confronto, opuseram os dois Estados. Como refere José Mattoso: “no quadro da Guerra Civil de Espanha o período curto mas extremamente tenso, das relações luso-britânicas, permitirá mesmo falar de uma revisão tácita dos termos da aliança.”<sup>694</sup> Nas páginas da *Ocidente*, a Inglaterra era acusada de desactualização a nível militar, de desprestígio naval e político e foram criticadas as suas posições relativas à ocupação da Etiópia e Guerra Civil de Espanha.<sup>695</sup>

De forma mais positiva eram referenciadas acções, consideradas pelos articulistas iniciativas a favor da paz. O ministro inglês, Landsbury, “apóstolo da paz”, discursou em vários países europeus sobre a conciliação e a paz, no intuito de realizar uma conferência internacional onde pudessem ser resolvidos, pacificamente, os problemas. Um representante do governo inglês foi enviado a Praga, para tratar da questão dos Sudetas, uma iniciativa considerada meritória e, mais um esforço, para salvar a paz na Europa.<sup>696</sup> O primeiro-ministro Chamberlain visitou a Alemanha para aferir das razões da ocupação dos Sudetas<sup>697</sup> e em Agosto de 1939, os ingleses iniciaram negociações com a Rússia para assegurar a paz no mundo.<sup>698</sup>

Os articulistas da revista *Ocidente* consideravam privilegiada a relação com a Inglaterra. Uma aliança de cinco séculos pautada pelo repetido combate contra o mesmo inimigo: a ambição de hegemonia continental.<sup>699</sup> Portugal sempre referenciou a aliança luso-britânica, como estratégica no plano da sua acção externa, assim, procurou evitar a intervenção ibérica na

<sup>692</sup> *Ocidente*, vol.65, 1963, p. 99.

<sup>693</sup> Memórias de Churchill, *Ocidente*, vol.15, 1941, p.268.

<sup>694</sup> História de Portugal, dir. José Mattoso, VII Volume, *O Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p.298.

<sup>695</sup> *Ocidente*, vol.1,1938, p.114.

<sup>696</sup> *Idem*, vol.2, 1938, pp. 293-294.

<sup>697</sup> *Ibidem*, vol.2, 1938, p.460.

<sup>698</sup> *Ibidem*, vol.6, 1939, p. 521.

<sup>699</sup> *Ibidem*, vol.7, 1939, p.149.

segunda Guerra, através de uma «neutralidade politicamente activa».<sup>700</sup> Para os articulistas da *Ocidente*, a posição defensiva da política externa inglesa apreciaria a criação de uma zona de paz, na Península: “só através de uma Espanha nacionalista ligada a Portugal, a França e a Inglaterra podiam trabalhar pela segurança dos seus interesses ou fronteiras e melhoria das suas relações.”<sup>701</sup>

No decorrer da guerra, a “neutralidade colaborante” portuguesa com a Inglaterra nos seus aspectos políticos e económicos não foi referenciada na *Ocidente*. A revista optou pela publicação de artigos culturais informando da fundação do Instituto Britânico, em 1944 e defendendo o inglês como língua universal.<sup>702</sup> As iniciativas do Instituto, em Portugal e, do leitorado português em Inglaterra, bem como a dinamização por António Ferro da semana portuguesa em Londres, promoviam o intercâmbio cultural entre os dois Estados. A Europa do pós-guerra evidenciou a perda da influência inglesa. Londres ocupava um lugar secundário no plano político internacional. Os articulistas da *Ocidente*, que consideravam Churchill “dirigente do universo” durante a guerra, reconheciam que: “caiu do pedestal... não presta porque não lisonja os russofilos e porque reconhece não poder a Europa conservar-se de pé sem o auxílio da Alemanha, uma das suas paredes-mestras e que nenhum cataclismo humano ou sobrehumano será capaz de destruir.”<sup>703</sup> Com efeito, a recuperação da Europa pós-guerra dependia de um acordo sobre a Alemanha. Portugal, através da cooperação com a Inglaterra procurou estratégias para a recuperação europeia, sem exigências de convergência política, nem de ameaças às soberanias nacionais. Nesta altura, como refere Tony Judt para além da recuperação ou do colapso, era importante saber se a “Europa e os europeus teriam perdido o controlo dos seus destinos, se 30 anos de conflitos sangrentos entre os europeus não teriam entregue o destino do continente às duas grandes potências que a enquadravam: Estados Unidos e União Soviética.”<sup>704</sup> No artigo *Novidades Literárias de Inglaterra* foram feitas algumas reflexões sobre a Europa e o novo Humanismo europeu: o crítico Clive Bell (1881-1960), num artigo do *New Statesman* transcrito na *Ocidente*, escreveu: “dado que o mundo se vai tornando cada vez mais pobre, mais estúpido e pior educado, as possibilidades da civilização sobreviver diminuem progressivamente.”<sup>705</sup> O escritor Arthur Koestler (1905-1983), através da sua obra, apelava para um Humanismo revolucionário e, o ensaísta John Lehmann (1907-1987), encontrou na poesia, o contributo inglês para o ressurgir do Humanismo, que permitiria o renascer do espírito europeu.

<sup>700</sup> As fases que marcaram a política externa espanhola no quadro da guerra se corresponderam as hesitações e a ambiguidade da Espanha franquista quanto aos seus desígnios no conflito, obrigaram a que a diplomacia portuguesa desenvolvesse um esforço, centrado em Madrid, para assegurar, em colaboração nem sempre isenta de conflitos com a Inglaterra, a neutralidade espanhola. *Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo*, coord. Fernando Rosas, Editorial Presença, Lisboa, 1992, p.49. Vide ainda Maria da Conceição Meireles, *Ocidente -imagens e fronteiras da Europa e da Cultura Ocidental*, ob. cit., pp.338-339.

<sup>701</sup> *Ocidente*, vol.6,1939, p. 47.

<sup>702</sup> *Idem*, vol.23, 1944, p.439.

<sup>703</sup> *Ibidem*, vol.30, 1946, p.58.

<sup>704</sup> Tony Judt, ob. cit., p.124.

<sup>705</sup> *Ocidente*, vol.28, 1946, p.145.

Os articulistas da revista *Ocidente* elogiaram o ritmo da publicação literária inglesa do pós-guerra, sinal inequívoco da grandeza e vitalidade do país. Na realidade, os ingleses eram bastante periféricos em relação à vida intelectual europeia durante estes anos mas, para a *Ocidente*, a Inglaterra era uma das grandes nações responsáveis pela civilização em que se vivia. Contudo, os articulistas reconheciam: “presa no seu passado histórico não percebia ou não queria perceber, a existência da nova civilização atlântica e lutava por uma Europa que deixara de existir.”<sup>706</sup>

A resistência do Estado Novo ao processo de integração europeia encontrou um certo paralelismo nas directrizes da política externa inglesa. Ambos os Estados opunham, politicamente, uma Europa de Pátrias a uma Europa de Povos. A política internacional da nação britânica caracterizou-se ao longo dos tempos, pela resistência às tentativas unificadoras da Europa. Ambos os Regimes defendiam que a ordem internacional só podia existir com liberdade e soberanias nacionais.<sup>707</sup> Nas páginas da *Ocidente* foram publicadas as memórias de guerra de Winston Churchill e, nas reflexões sobre a organização internacional do pós-guerra, reconheceu-se a liderança mundial dos EUA cuja “voz passava a ecoar mais alto do que a velha e cansada Inglaterra.”<sup>708</sup> Contudo, perante o erguer da *cortina de ferro*, os articulistas defenderam que uma aliança anglo-americana seria a única barreira da expansão soviética, na Europa. Assim, interessava a Portugal, como garante da sustentabilidade do seu império colonial e, parceiro contra a expansão comunista, que a Inglaterra recuperasse o seu prestígio europeu. Nas páginas da *Ocidente* são referenciadas as iniciativas de Churchill para uma Europa unida. O estadista conhecia o seu grande papel na civilização e tentava preservar esse património. Contudo, escreviam os articulistas: “Nós europeus continentais temos de reconhecer que ele nesta hora foi um grande europeu mas os destinos da Europa não estavam mais nas suas mãos. Churchill o grande europeu não conseguiu o acordo necessário com os americanos para lidar com a Rússia, que se estabelecia no coração da Europa.”<sup>709</sup> Assim, foi necessário esperar mais alguns anos para que a orientação atlântica da maioria dos Estados europeus fosse decidida.

A *Ocidente* continuou a divulgar aspectos da cultura inglesa através da rubrica *Livros Ingleses* que acompanhou a revista durante a década de 50. Em 1954, Winston Churchill deu uma conferência no Instituto Britânico.<sup>710</sup> No mesmo ano, a rainha Isabel II convidou o Chefe de Estado português para uma visita oficial a Londres. Ambas as iniciativas expressaram as estreitas relações de amizade e de aliança entre os dois Estados.<sup>711</sup> Em 1955, quase meio século

<sup>706</sup> *Ocidente*, vol.35, 1948, p.43.

<sup>707</sup> *Idem*, vol.40, 1951, 243.

<sup>708</sup> *Ibidem*, vol. 48, 1954, separata da revista *Ocidente*, p.21, Churchill e as suas memórias da guerra.

<sup>709</sup> *Ibidem*, vol. 48, 1954, separata da revista *Ocidente*, p. 28, Churchill e as suas memórias da guerra.

<sup>710</sup> 30 de Novembro de 1954. *Ibidem*, vol. 48, separata da revista *Ocidente*.

<sup>711</sup> *Ibidem*, vol. 48,1954, p. 199. Visita em Outubro de 1954.

depois da última visita de um chefe de estado português, realizou-se a viagem presidencial de Craveiro Lopes, a Inglaterra. A visita será retribuída por Isabel II, em Fevereiro de 1957, sendo capitalizada politicamente em favor do regime, como refere José Mattoso.<sup>712</sup>

Na década de 60 são destacadas as relações culturais entre os dois Estados. Os livros editados pela comissão executiva das comemorações do quinto centenário da morte do infante D. Henrique, foram traduzidos em inglês. Artigos sobre Shakespeare mostravam o seu prestígio junto das novas gerações literárias. Para os articulistas, o centenário do seu nascimento era uma das mais importantes efemérides de toda a História da cultura europeia.<sup>713</sup> O intercâmbio de obras de arte inglesas, no museu de Arte Antiga, demonstrava o estreitamento das relações artísticas entre os dois Estados. As obras de arte eram grandes mensageiras de paz e de bom entendimento entre os homens das várias nações. A actividade artística da grande metrópole londrina era intensa e variada. Factores comuns de ordem geográfica, como a posição europeia periférica e essencialmente atlântica explicam as relações entre os dois países.<sup>714</sup>

#### 4. A CULTURA DE FRONTEIRA PENINSULAR

Num tom levemente divertido, os articulistas da *Occidente* sublinharam que os mesmos hábitos e costumes caracterizavam o *homem europeu* em Madrid, Paris ou Viena. Em Espanha, numa ida ao teatro “ los hombres iban de frac como em Bruxelas, em Paris, em Viena. Se canta uma ópera como en todas partes, se sae do foyer a fumar cigarrillos como em todas as partes.”<sup>715</sup> Contudo, entre Portugal e Espanha cultivavam-se relações de prudente distanciamento. As ameaças de anexação espanhola, sentidas durante o reinado de Afonso XIII (1886-1931), explicam as preocupações defensivas de Portugal. Os articulistas consideravam que a Europa, para o nosso país, começava nos Pirinéus e, sempre que se descobria uma unidade entre os dois Estados, reconhecia-se: “ ao estudar-lhe a origem ou a aprofundar a sua compreensão que se trata de uma unidade europeia, jamais uma unidade ibérica.”<sup>716</sup>

Na revista *Occidente*, em 1938, a publicação de artigos em espanhol, como *La vulta do cid*, fazia sentido num quadro internacional dominado pela Guerra Civil de Espanha e de aproximação entre os dois Estados. José Pequito Rebelo (1893-1983), monárquico e membro fundador do Integralismo Lusitano, era para os articulistas o: “navegante del azul sin frontera.”<sup>717</sup> Portugal e Espanha partilhavam um património histórico comum, tinham seguido os mesmos rumos na Expansão e, na Reforma Católica, eram herdeiros da Cristandade medieval

<sup>712</sup> História de Portugal, dir. José Mattoso, VII Volume, *O Estado Novo*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, p.506.

<sup>713</sup> *Occidente*, vol.66, 1964, p. 283.

<sup>714</sup> *Idem*, Dezembro de 1980, p. 5.

<sup>715</sup> *Ibidem*, vol.1, 1938, p. 419.

<sup>716</sup> *Ibidem*, vol.12, 1941, p. 389.

<sup>717</sup> *Ibidem*, vol.1, 1938, pp.20-21.

constituindo por isso, numa Europa de antagonismos e tensões, a reserva moral da Europa, de que falava Keyserling (1880-1946).<sup>718</sup> Para os articulistas da *Ocidente*, Portugal ajudara a Espanha nacionalista e, simultaneamente, a Civilização Cristã, lutando contra o comunismo, guiado por uma clara visão dos interesses da Europa ocidental, que pretendia defender. Uma cooperação diferente do Iberismo que evidenciava o interesse peninsular, de forma considerada subversiva, pelos articulistas.<sup>719</sup> Num quadro europeu de grande instabilidade, as representações integralistas da Espanha, como braço armado da Cristandade e, de Portugal como cabeça de Espanha davam unidade à Península Ibérica. Carlos Selvagem (1890-1973) defendeu que: “Uma grande Espanha unitária teria constituído no Ocidente da Europa, a cavalo sobre o Atlântico e Mediterrâneo, uma potência continental e marítima de vastos recursos, vastas perspectivas políticas, uma administração e uma economia unitária sem barreiras económicas, nem aduaneiras.”<sup>720</sup> Contudo, o nacionalismo foi defendido, de forma intransigente, pela maioria dos articulistas que o consideraram enraizado na formação histórica da nação e, na sua reacção, às tentativas de absorção de Castela para a fusão das nacionalidades ibéricas.

Artigos sobre a História da nação portuguesa elencavam nos estudos sobre raças, em curso, na época. Imbuídos de espírito nacionalista, os articulistas consideravam que: “o valor dos povos no concerto das nações dependia da sua raça”, acrescentando: “negar mesmo que existe uma certa hierarquia das nações e dos povos, relacionada com diferenças raciais é negar a evidência. Mas, estas diferenças não eram suficientes para apagar os laços e afinidades que uniam entre si todos os seres humanos.”<sup>721</sup> Para os articulistas da *Ocidente*, “amplos” elementos diferenciavam o povo português do espanhol e, ao contrário, do que defendia Damião Peres, os condicionalismos geográficos e étnicos deviam ser considerados na formação e na História de Portugal.<sup>722</sup> Contudo, no contexto da segunda guerra mundial, o ideal iberista pareceu regressar. Os articulistas consideraram que os Estados ibéricos passaram a estar irmanados pela raça, língua, temperamento, mentalidade e cultura, a par de um património comum peninsular e, mesmo, europeu. O iberismo fora despojado da sua componente política, a unidade peninsular era exclusivamente cultural.<sup>723</sup>

Como refere José Mattoso, a propósito da reaproximação dos dois Estados, o Pacto Ibérico procurou preservar a Península da guerra e assegurar a estabilidade e continuidade dos seus regimes, num período que começava a ser marcado pela vitoriosa resistência antifascista.<sup>724</sup> O Pacto era uma afirmação de neutralidade e, de não beligerância, uma aliança de ajuda mútua.

<sup>718</sup> *Ocidente*, vol.1, 1938, p.20.

<sup>719</sup> *Idem*, vol.1, 1938, pp. 21 a 24.

<sup>720</sup> *Ibidem*, vol.1, 1938, p. 128. Conferência de Carlos Selvagem, (pseudónimo de Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos) em Berlim sobre o Império Colonial Português.

<sup>721</sup> *Ibidem*, vol.2, 1938, p. 326.

<sup>722</sup> *Ibidem*, vol.2, 1938, pp. 348-440.

<sup>723</sup> *Ibidem*, vol.10, 1940, p. 427.

<sup>724</sup> História de Portugal, dir. José Mattoso, VII Volume, *O Estado Novo*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, p. 299.

Perante a divisão do mundo, em dois blocos, a Península surgia como um todo estratégico. Para os articulistas da *Ocidente*, os regimes apoiavam-se, mutuamente, garantindo a sobrevivência da civilização cristã. A revista, nas *Páginas de Memórias*, lembrava Ribera e Robira (1880-1942), grande amigo de Portugal, a sua obra *Iberisme* publicada em 1907 e as conferências realizadas no nosso país, com o intuito de incentivar a aproximação ibérica: em 1907, *Educação dos Povos Peninsulares* e *Nova Orientação Económica dos Povos Peninsulares* e em 1910, *Zollverein Peninsular* e o *Iberoamericanismo*.<sup>725</sup>

Ao longo dos anos 40, a revista *Ocidente* publicou vários artigos sobre a história das relações ibéricas e da unidade hispânica, no contexto do Bloco Ibérico. Duas nações, uma comunidade espiritual de raça, juntas na luta comum contra o comunismo. Os dois povos tinham a responsabilidade de não deixar destruir a civilização ocidental, porque, como referiu Salazar: “primeiro que ninguém levaram a Europa ao resto do mundo e impuseram o tipo europeu de civilização.”<sup>726</sup> António Sardinha (1880-1942), defendera as vantagens de uma sólida aliança nas relações entre os dois Estados. Portugal e Espanha, para os articulistas, deveriam terminar com a “velha política de antagonismos” formando assim um bloco de oposição ao imperialismo das grandes potências.<sup>727</sup> Aliança não queria dizer federação, nem fusão. O artigo *Bloco Peninsular*, sobre a história das relações entre os dois Estados, tornava evidente que esta temática fora muito discutida no século XIX. Republicanos como Teófilo Braga, Magalhães Lima e Manuel de Arriaga defenderam o federalismo ibérico. Em 1893, o Congresso Republicano de Badajoz reuniu cerca de quarenta republicanos portugueses. Estes federalistas depois de implantada a República fazem decididamente uma política anglófila, participando Portugal ao lado da Inglaterra, em discordância com a neutralidade espanhola, na guerra de 1914. Cientistas portugueses participaram nos Congressos de Sevilha (1917), Bilbao (1919) e Porto (1921) e no Congresso Luso-Espanhol do Progresso das Ciências. Na década de 20, outros congressos foram realizados, bem como acordos económicos, eventos desportivos, visitas recíprocas de intelectuais e artistas num ambiente de cordialidade entre os dois Estados. António Sardinha, um dos mais reconhecidos estudiosos das relações ibéricas, escreveu em 1924, *A Aliança Peninsular* e Hipólito Raposo abordou em *Aula Regia* e *Pátria Morena*, a temática ibérica. A revista *Ocidente* defendeu uma posição contrária a qualquer aspiração de monarquia dual ou federação republicana mantendo, naturalmente, a defesa do Bloco Peninsular. Aliança firmada na sequência da guerra civil de Espanha e necessidade de defender a civilização contra o novo infiel, o comunismo. As preocupações fronteiriças constituíram a base desta política de recíproca segurança. Na *Ocidente*, Portugal e Espanha eram “os melhores

<sup>725</sup> *Ocidente*, vol.18, 1942, p. 45.

<sup>726</sup> *Idem*, vol.19, 1943, p. 5.

<sup>727</sup> *Ibidem*, vol.19, 1943, p. 247.

obreiros da restauração espiritual na Europa e no Mundo”.<sup>728</sup> Esta cooperação ideológica, isenta de compromissos políticos, conduzia ao reforço dos laços de solidariedade espiritual entre os dois povos. Os dois Estados levaram a Europa ao resto do mundo e, com a ajuda da fé de Cristo, ao Mundo impuseram o tipo europeu de civilização. Mesmo depois do fim da guerra, os articulistas da *Occidente* defenderam que o Bloco Peninsular continuaria esta cruzada inflexível pela paz e pela sobrevivência da civilização ocidental.<sup>729</sup>

Na realidade, durante o Estado Novo os intercâmbios políticos e culturais entre os dois países foram mínimos. Até aos anos 70, a Espanha foi, para alguns intelectuais portugueses, um deserto limitando-se a *Occidente* a referenciar António Ferro e, o seu trabalho, em favor das relações culturais luso-espanholas.<sup>730</sup> As relações de autêntico silêncio, entre os dois países, são intercaladas com a assinatura dos Tratados de 1939 e 1940 e, a visita de Salazar a Franco, em 1942, eventos ligados à segunda guerra. A visita de Franco a Salazar, em 1949, evidenciou as preocupações da Espanha face à sua exclusão da NATO.<sup>731</sup> Craveiro Lopes visitou Madrid, em 1953. Durante a década de 50, a *Occidente* sublinhou as relações de amizade e entendimento entre os dois Estados e a política de solidariedade na luta contra os princípios e agentes de dissolução que podiam subverter o espírito do ocidente e a civilização cristã. Para os articulistas o Bloco Peninsular constituía uma reserva de espiritualidade que ainda poderia salvar a civilização ocidental de um mundo alucinado.<sup>732</sup>

Nos anos 60, a propósito do aparecimento da obra *La Unidad Ibérica como Necesidad Presente*, de José Luís Barcelo, referenciada na *Occidente*, consideravam-se as questões sobre a União Ibérica como “ideias velhas” e sem qualquer direito de existência.<sup>733</sup> Os articulistas consideravam que a política de mútuo apoio parecia interessar mais à Espanha do que a Portugal. As relações solitárias entre os dois Estados eram remetidas para os estudos sobre poesia contemporânea espanhola ou Unamuno.<sup>734</sup> Os portugueses e os espanhóis continuavam a desconhecer-se profundamente. A *Occidente* considerava importante uma aproximação que traduzisse um pensamento ibérico no concerto do mundo europeu e lembravam-se os esforços desinteressados de Castelar, Juan de Valera, Unamuno, Oliveira Martins, Fidelino de Figueiredo. Mas despojado da sua componente política o iberismo afirma-se culturalmente. A semana espanhola de Lisboa (1971) restringiu-se à apresentação de um conjunto de manifestações culturais e artísticas, incluindo espectáculos de cinema, teatro, zarzuela, ballet e exposição de pintura, fotografias relativas ao teatro e livros de arte.

<sup>728</sup> *Occidente*, vol.19, 1943, p. 270.

<sup>729</sup> *Idem*, vol.38, 1949, p.265.

<sup>730</sup> *Ibidem*, vol.32, 1947, p.53.

<sup>731</sup> *Ibidem*, vol.38, 1949, p.221.

<sup>732</sup> *Ibidem*, vol.44, 1953, p.253.

<sup>733</sup> *Ibidem*, vol.61, 1961, p. 292.

<sup>734</sup> *Ibidem*, vol.59, 1960, p. 189 e *Ibidem*, vol.67, 1964, p. 45.

## 5. O “MIMO” FRANCÊS

Na revista *Occidente*, Jacinto Prado Coelho (1920-1984) no artigo: *Projeção da França no Mundo* (publicado em 1946), fez uma reflexão sobre a hegemonia da cultura francesa no século XVIII. A França, enquanto centro divulgador dos princípios de tolerância, confiança no progresso e cânones literários dominava “em toda a parte pelo espírito”. O francês era a língua culta da Europa. Paris era o “centro europeu cuja sedução atrai sábios, políticos, dandis.”<sup>735</sup> A França era o centro da cultura latina, local de revoluções na arte, filosofia e literatura. No período oitocentista, a hegemonia francesa continuou a afirmar-se em múltiplas influências, a França era a capital do espírito, o centro intelectual da Europa. Ir a Paris era estar mais perto da Europa. A cultura portuguesa recebeu múltiplas influências do modelo francês. Os artistas portugueses frequentavam os centros de arte francesa e existia a obrigatoriedade dos pensionistas do Estado frequentarem a Escola Imperial de Paris. O estudo era complementado, ainda, com a formação nos ateliês franceses e visitas a museus e centros de arte, considerados os mais importantes da Europa. A passagem por Roma ou Londres seria breve e, só para aqueles, que se distinguissem no estudo artístico francês. Paris, era a cidade luz, de onde renovadores princípios estéticos, não demoravam a projectar-se na Europa e no Mundo. Na *Occidente*, a arte francesa contemporânea era considerada: “mais do que qualquer outra, uma espécie de irmã ou ponto de natural atracção, onde melhor nos sentimos, estudamos e onde porventura melhor convívio se nos oferece.”<sup>736</sup> A revista *Afinidades* (1940-1946) tinha encontrado o seu título nas ligações entre Portugal e França, países responsáveis pela elaboração da mesma Civilização. A França fundara um império colonial, era uma das maiores nacionalidades, de espírito universalista. O povo francês encontrava-se num estado de permanente dissidência intelectual, o que o conduzia destinado para as grandes vitórias da razão. A França anunciou a outros povos a superioridade da civilização ocidental, impôs a ordem do continente europeu a povos de outros continentes. Paris, antes da primeira guerra vivia a *Belle Epoque*, período de paz entre as nações, de descobertas e invenções, de intensa vida artística e social. O progresso, evidente e contínuo, originou uma alegria e um prazer de viver como as sociedades dos países europeus jamais puderam experimentar. As ideias políticas, a Literatura, a Filosofia, a Ciência, a Estética e as Modas eram importadas de França. Contudo, Paris foi deixando de ser o centro. Antero de Quental, no poema *A Europa* falara já do desalento da França decaída do seu idealismo de outrora. Alguns espíritos nacionalistas queixavam-se do interesse com que a Literatura e o

<sup>735</sup> *Occidente*, vol.30, 1946, p.215.

<sup>736</sup> *Idem*, vol.42, 1952, pp.6-7.

pensamento estrangeiro, especialmente franceses, eram seguidos em Portugal. Mas, a verdade é que Lisboa continuava a receber as obras europeias traduzidas do francês. Sem o conhecimento da língua e da cultura francesa, o país permaneceria em isolamento intelectual, face à produção cultural europeia. As relações culturais entre os dois Estados eram dinamizadas pelo Instituto Francês, em Portugal e, leitorado português, na França. Portugal participou na Exposição Universal de Paris, de 1937, subordinada às artes e técnicas da vida moderna. Paul Valery era considerado um dos escritores mais representativos da Literatura latina. Na *Occidente*, a cultura francesa, comparada com outras culturas estrangeiras, era a que tinha mais afinidades com a portuguesa. Os países anglo-saxónicos não eram países de irradiação intelectual e o conhecimento português da língua inglesa não permitia contacto relevante com o seu pensamento. A cultura alemã era antípoda do espírito latino e os portugueses conheciam o alemão através da língua francesa. Para os articulistas da *Occidente*, o francês possuía a necessária universalidade para abranger todos os ramos de cultura e transmiti-los aos outros povos.<sup>737</sup> Portugal, unido à França considerava-se um dos primeiros representantes da cultura e da civilização ocidentais.

A atracção de Portugal pela França, esvaziada de qualquer conotação política, circunscreveu-se exclusivamente à esfera cultural. As posições anti-italianas e as simpatias republicanas da França, assumidas na guerra civil de Espanha, explicam o seu distanciamento da política portuguesa. Como refere Maria da Conceição Meireles: “o desconforto face às concepções culturais e ideológicas francesas - inexoravelmente vistas como jacobinas e revolucionárias é uma dominante nos dois primeiros anos da publicação.”<sup>738</sup> Em *Cartas de Paris*, publicadas na *Occidente*, Virgínia de Castro Almeida (1874-1945), assinalava o seu declínio.<sup>739</sup> Ainda era o centro de ideias mas não do domínio do espírito. Paris era uma incaracterística urbe contemporânea, um centro vazio da sua gente, acolhia multidões indiferenciadas, esfaimadas do consumismo imediato, bárbaros. Para a escritora tinha existido um tempo, em que nomes de seres excepcionais se cristalizaram na sua atmosfera, a cidade era o público, perante o qual o resto do mundo vinha enfrentar os triunfos e as derrotas. Ainda era centro mas doente, cansado, estagnado, sem reacção. Deixara de exportar ideias cedendo o seu lugar a alemães e italianos.<sup>740</sup> O povo francês defensor dos ideais de liberdade individual era confrontado por uma Europa dominada pelos regimes autoritários. Nas páginas da *Occidente* considerava-se a política externa francesa subalternizada às indicações de Londres. A França ao aliar-se à Rússia na Guerra Civil de Espanha tornara-se traidora da fé e da civilização. Em 1939

<sup>737</sup> *Occidente*, vol.6,1940, pp.90-93.

<sup>738</sup> Maria da Conceição Meireles, “Occidente - imagens e fronteiras da Europa e da Cultura Ocidental”, in *Ideias de Europa: que fronteiras?* Coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro, Quarteto editora, 2004, p.334.

<sup>739</sup> *Occidente*, vol.1, 1938, p.50.

<sup>740</sup> *Idem*, vol.1, 1938 p.51.

era inimiga irreconciliável da Itália enquanto na primeira guerra os dois países se batiam em nome da latinidade contra o império germânico.<sup>741</sup>

Nos anos da segunda guerra mundial, a *Occidente* divulgou o intercâmbio cultural realizado através do Instituto Francês em Portugal, SPN e Instituto para a Alta Cultura. O francês continuou a ser a língua utilizada nas conferências internacionais. Paul Valery permaneceu uma grande referência como poeta e pensador. No fim da guerra, a França, representada como uma mulher amada e dominadora, ressurgiu com asas de Fénix, nas páginas da *Occidente*.<sup>742</sup> A reabilitação da França foi articulada com o comum erguer das barreiras contra o comunismo. A cultura francesa tornou-se novamente no centro da atenção internacional. Paris, antigo centro da civilização e velha pátria do espírito, era mais uma vez capital intelectual da Europa. Os articulistas consideravam que a riqueza das tradições culturais dos franceses bastariam para que a França desempenha-se a missão, de grande potência ocidental, continuadora da latinidade e herdeira do Cristianismo.

Na década de 50, o General De Gaulle, pretendendo transformar a França numa grande potência, considerava que a nação devia tomar a iniciativa de colocar a Europa em ordem, unida e forte. Uma nova Europa só seria possível sob a sua chefia e da França.<sup>743</sup> Na *Occidente*, os articulistas escreviam criticamente sobre o multipartidarismo francês e, a ameaça comunista, evidenciando as suas preferências exclusivas pela cooperação cultural. Os artistas portugueses continuavam a completar os seus estudos artísticos em Paris. A urbe francesa continuava a ser o centro de propagação de modernos princípios literários, artísticos e filosóficos.<sup>744</sup> Livros editados pela Comissão das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique e, as obras de Fernando Pessoa, foram traduzidos em francês. Paul Valery foi uma referência permanente e, também Jacques Maritain, à medida que desenvolvia a doutrina social da Igreja Católica. A França continuou a exercer a sua influência tradicional sobre a Literatura portuguesa. Só o livro estrangeiro, em especial o francês, conseguia “saciar” a ânsia de cultura, escreveram os articulistas.

Na década de 60, procurou-se o excepcional na Literatura francesa. Comemorou-se o centenário de Romain Rolland.<sup>745</sup> Apostou-se na promoção da cultura portuguesa em França, através da dinamização de concertos, conferências, exposições e edições, no Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian.<sup>746</sup>

<sup>741</sup> *Occidente*, vol.4,1939, p.363.

<sup>742</sup> *Idem*, vol.23, 1944, p.201.

<sup>743</sup> *Ibidem*, vol.38, 1950, p.172.

<sup>744</sup> *Ibidem*, vol.42, 1952, pp.6-7.

<sup>745</sup> *Ibidem*, vol.72, 1967, p.64.

<sup>746</sup> *Ibidem*, vol.76, 1969, p.210.

## 6. A “ADMIRABÍLE” ALEMANHA

Segundo, os articulistas da revista *Ocidente*, as relações culturais entre Portugal e Alemanha intensificaram-se no século XIX: publicações centradas nas relações entre os dois Estados, intelectuais alemães estudados por portugueses, escritores portugueses traduzidos e discutidos na Alemanha. Neste século, parte da elite intelectual portuguesa admirou o «saber ser e estar» da Alemanha, considerando errada a tese francesa das duas “Alemanhas” e, concluindo, pela existência de uma única Alemanha, de múltiplos aspectos, representada por Goethe e Bismarck.<sup>747</sup>

Em Maio de 1938, a *Ocidente* criticou: “a aparente indiferença dos países perante a anexação da Áustria em nome do princípio das nacionalidades e direito dos povos a dispor de si mesmos,” princípios que considerou revolucionários porque desafiavam a soberania do Estado colonial português e, como tal, eram sentidos como uma grande ameaça.<sup>748</sup> O discurso crítico terminou aqui. No mesmo número, num outro artigo criticou-se o espírito, maçónico e democrata, que inspirara os Tratados de Versalhes e de Saint-Germain, responsáveis pela inevitabilidade da integração da Áustria no Reich. O governo salazarista legitimou as medidas adoptadas pela Alemanha para as questões das minorias e o que considerava ser meras correcções geográficas. Na *Ocidente*, o prestígio da Alemanha era grande. A revista evidenciou uma posição pró-alemã elogiando amiúde, o que considerava: “êxitos na política externa e realizações da política interna”.<sup>749</sup> A militarização alemã e a sua política de anexações territoriais eram vistas como uma série de sucessos políticos: a ocupação dos Sudetas foi uma mera ocupação rotineira e a anexação da Áustria (Anschluss) seria desejada pelos austríacos.<sup>750</sup> Para a revista *Ocidente*, Hitler era senhor do Reich e da Europa.<sup>751</sup> Discursos de Salazar com tradução francesa foram, também, traduzidos para alemão, “afim de tornar mais profunda a estima que unia os dois povos no mesmo interesse comum de restabelecer a ordem, a paz e a disciplina no Mundo”, escrevia-se na *Ocidente*.<sup>752</sup>

Em 1939, o Ministro da Alemanha em Portugal discursando, na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, considerava que existia um elemento comum às duas nacionalidades: a vontade firme duma unidade e autonomia nacional. A nível cultural, os “génios” da Poesia, Filosofia e Música concediam à Alemanha uma unidade moral e cultural, que a superiorizava no concerto das nações.<sup>753</sup> Esta superioridade cultural foi sublinhada pela *Ocidente* em vários

<sup>747</sup> *Ocidente*, vol.15, 1941, p.357.

<sup>748</sup> *Idem*, vol.1, 1938, p.21.

<sup>749</sup> *Ibidem*, vol.1, 1938, p.452.

<sup>750</sup> *Ibidem*, vol.1, 1938, p.455.

<sup>751</sup> *Ibidem*, vol.48,1954, separata p.20.

<sup>752</sup> *Ibidem*, vol.3, 1938, p. 422.

<sup>753</sup> *Ibidem*, vol.6, 1939, p.503.

artigos: “não é só no aspecto militar e político que a poderosa Alemanha tem nestes últimos anos impressionado o mundo. Os prodígios de organização e cultura, as aliciantes realizações no sector da alegria e do trabalho, do bem-estar e do conforto têm apresentado o povo alemão como uma das unidades mais homogêneas e tenazes das actuais nacionalidades. Não é possível deixar de admirar no mais alto grau o esforço sobre-humano do extraordinário povo.”<sup>754</sup> A Alemanha publicava, de forma ininterrupta, obras literárias, artísticas e científicas que eram difundidas “por todos os países e, em todas as línguas.”<sup>755</sup>

A admiração dos articulistas da *Occidente* pela Alemanha continuou evidente nos artigos publicados durante guerra. Portugal manteve leitores em Universidades alemãs e, o Instituto Alemão da Universidade de Coimbra continuou a publicar os seus estudos sobre a Língua, Literatura e cultura alemã. A Sociedade de Belas Artes organizou exposições de arte alemã.<sup>756</sup>

No fim da guerra assistiu-se a uma reabilitação da imagem da Alemanha. O Regime defendeu a necessidade do entendimento franco-alemão na luta contra o comunismo. A convivência entre o bloco ocidental e o bloco de leste implicava a proximidade das relações entre a Alemanha, França, Inglaterra e EUA.<sup>757</sup> Com efeito, sem esta amnésia colectiva, a recuperação espantosa da Europa no pós-guerra não teria sido possível. D. João de Castro (1871-1955) deixou palavras de esperança nas páginas da *Occidente* escrevendo em 1944: “Berlim, águia ferida, glória da Prússia, cérebro e coração da moderna Alemanha” sofria os golpes cruéis da guerra. Antes do conflito era uma “grande metrópole moderna, émula de Paris no esplendor dos atractivos mundanos, de Londres nas actividades comerciais e na densidade populacional. Apesar da tormenta actual ressurgirá maior e mais bela”.<sup>758</sup>

Na *Occidente*, nos anos posteriores ao fim da guerra, insistiu-se no desejo de aprofundar o conhecimento da cultura alemã. Em 1948, Paulo Quintela (1905-1987) traduzia e estudava a obra de Hölderlin (1770-1843). A República Federal situava-se na periferia da dinâmica europeia, com os seus intelectuais bloqueados nas reflexões políticas do pós guerra. Ainda, assim, na opinião dos articulistas, a literatura alemã estava pouco representada no meio cultural português, apontando-se as raras traduções portuguesas dos seus escritores e os escassos livros de História e crítica literária. Os colaboradores da *Occidente*, com alguma frequência, escreveram sobre a nova Alemanha e o seu ressurgimento e, sobre os desafios que enfrentou, como o Bloqueio de Berlim (1948-1949) e a construção do Muro de Berlim (1961).

Os Estados europeus aceitaram que a existência de uma Europa com capacidade de defesa face às ofensivas soviéticas, só faria sentido com a cooperação alemã. Na década de 50, as principais potências acordaram na restituição à Alemanha da sua soberania política. A revista

<sup>754</sup> *Occidente*, vol.6, 1939, p.503.

<sup>755</sup> *Idem*, vol.6, 1939, p.504.

<sup>756</sup> *Ibidem*, vol.22, 1944, p.356.

<sup>757</sup> *Ibidem*, vol.55, 1958, p. 124.

<sup>758</sup> *Ibidem*, vol.22, 1944, p.249.

*Occidente*, considerava que esta posição foi de encontro ao que Salazar em Maio de 1944 declarara: “os alemães sempre defenderam o ocidente contra os perigos provenientes do Leste. Todos os povos do ocidente concordaram que não podia haver defesa eficaz da Europa sem uma Alemanha independente e bem armada. A Alemanha podia contar com Portugal para a sua integração na NATO.”<sup>759</sup> Na revista, aumentaram as referências ao intercâmbio cultural entre os dois países. A *Occidente* noticiou alguns eventos culturais como a Feira do Livro em Frankfurt: “três dezenas de países; as quantidades e nacionalidades dos livros expostos são testemunho dos esforços meritórios da Alemanha pós-guerra na conquista de tão proeminente lugar na produção livreira mundial”.<sup>760</sup>

Em meados dos anos 60, o impacto social do aumento demográfico pós-guerra sentiu-se por toda a Europa. A educação, secundária e universitária, era um dos maiores problemas dos Estados europeus. Como refere Tony Judt “por toda a Europa havia mais estudantes do que nunca. Tudo estava a abarrotar - as bibliotecas, os dormitórios, as salas de aula, os refeitórios.”<sup>761</sup> Na *Occidente* estas questões e conseqüentes propostas educativas foram problematizadas através das referências ao caso alemão e “arrojadas concepções educativas.”<sup>762</sup> O excesso de estudantes no ensino superior, um dos maiores problemas do sistema educativo alemão, estudado com a “minúcia e a eficiência germânica” fora resolvido através da fundação de Academias. A Biblioteca de Frankfurt era um dos mais importantes centros bibliográficos internacionais, a que a ciência mundial recorria para quase todos os seus trabalhos.<sup>763</sup> Berlim, com os seus doze Institutos de Arte, continuava uma cidade cosmopolita e um centro de cultura, dinamizando várias exposições internacionais.

Fernando Pessoa foi traduzido em alemão e outros autores portugueses, como Camões e Antero de Quental eram estudados por alemães.<sup>764</sup> Na opinião dos articulistas, eventos como a Exposição do Livro Alemão, facilitavam o conhecimento sobre a literatura e língua alemã. Nas páginas da *Occidente*, foram feitas inúmeras referências à vida cultural da Alemanha durante os anos 60 e 70: a vanguarda educativa alemã projectou a primeira Universidade pela televisão;<sup>765</sup> a fundação do Instituto Luso- Brasileiro na Universidade de Colónia; a fundação de novas Universidades como incentivo a programas de promoção das populações rurais e operárias; a realização da Feira do Livro de Frankfurt (1971). Em Portugal, como era tradicional, a temporada oficial do S. Carlos inaugurava-se com a série alemã: Mozart e Wagner. Maria Luísa Guerra escreveu sobre as imagens de Portugal na obra do escritor Runhold Schneider (1903-

<sup>759</sup> *Occidente*, vol.46, 1954, p.203.

<sup>760</sup> *Idem*, vol.62, 1962, p.46.

<sup>761</sup> Tony Judt, *Pós-Guerra. História da Europa desde 1945*, Edições 70, 2007, p.454.

<sup>762</sup> *Occidente*, vol.68, 1965, p.324.

<sup>763</sup> *Idem*, vol.66, 1964, p.107.

<sup>764</sup> Acerca de uma tese alemã sobre a lírica de Sá – Carneiro. *Ibidem*, vol.64, 1963, pp. 155-158.

<sup>765</sup> *Ibidem*, vol.76, 1969, p.40.

1958). A obra fazia desaparecer a distância e as diferenças entre os dois países e fazia sentir a unidade da Europa a qual todos os povos do nosso continente puderam dar a sua contribuição.<sup>766</sup>

## 7. FRONTEIRAS DE COOPERAÇÃO

### 7.1. Representações de outros países europeus

Nos anos 30, a hierarquia política europeia mudara, a Itália, nas páginas da *Occidente*, era agora um dos países orientadores do mundo. No artigo de Oliva Guerra (1898-1982), *Itália de ontem Itália de hoje*, Mussolini era representado como salvador de uma Itália em naufrágio devido a desordens internas e ameaça comunista. A ideologia fascista “epopeia de heroísmo que restabelecia a hierarquia dos valores espirituais e morais” tinha várias afinidades com o pensamento nacionalista português.<sup>767</sup> O artigo *Vestígios Imperiais de Roma no Mundo* lembrava a vocação universalista da cidade eterna, antiga capital espiritual do Mundo, *urbs* incomparável na sua obra civilizadora.<sup>768</sup>

A proximidade ideológica entre Portugal e a Itália justificava, nas páginas da *Occidente*, a legitimidade da expansão territorial italiana na invasão da Etiópia.<sup>769</sup> Os articulistas defendiam o fascismo como a única barreira possível contra o comunismo e, consideravam a forma do chefe único, a fórmula que sempre salvara “os países sacudidos por convulsões, depois da perda das ilusões dos idealistas democráticos”.<sup>770</sup> Nestes anos iniciais de publicação da revista *Occidente*, as referências constantes a Itália serviram, claramente, as intenções de propaganda política, dos valores e princípios, do Estado Novo. As afinidades entre a organização fascista italiana e o pensamento nacionalista português foram, inúmeras vezes, publicitadas na revista: “a mesma acção renovadora, a exaltação dos valores espirituais, as aspirações gerais polarizadas no sentido de um homem genial.”<sup>771</sup> Nas páginas da *Occidente* encontravam-se, amiúde, frases retiradas dos discursos de Salazar e, traduzidas em italiano.

A Itália azul, coroada de rosas, museu da Europa, continuava a ser procurada por artistas e viajantes. As suas criações influenciaram todos os povos do ocidente. Veneza e Florença eram glórias do génio latino.<sup>772</sup> Portugal e a Itália asseguravam a unidade do mundo latino. As relações históricas, culturais e religiosas que uniam os dois Estados tinham as suas raízes na latinidade. Nos anos 30, as suas relações culturais eram asseguradas pelos leitorados e Institutos de Cultura Italiana, em Lisboa e Coimbra e pela dinamização de cursos de italiano,

<sup>766</sup> *Occidente*, vol.83, 1972, p.386.

<sup>767</sup> *Idem*, vol.2, 1938, p. 239.

<sup>768</sup> *Ibidem*, vol.2, 1938, p. 240.

<sup>769</sup> *Ibidem*, vol.1, 1938, p. 117.

<sup>770</sup> *Ibidem*, vol.2, 1938, p.235.

<sup>771</sup> *Ibidem*, vol.2, 1938, p. 239.

<sup>772</sup> *Ibidem*, vol.2, 1938, p. 240.

conferências, concertos e exposições.<sup>773</sup> A *Occidente* publicitou no artigo *Cultura Italiana*, a concessão de bolsas de estudo para licenciados que desejassem completar um curso de aperfeiçoamento ou especialização em Itália ou estudantes que pretendessem fazer o último ano do curso numa universidade italiana, incentivando desta forma o intercâmbio de estudantes.<sup>774</sup> A presença portuguesa em Itália era, ainda, dinamizada pelos leitorados da Universidade de Roma e Milão e através de exposições, conferências e cursos sobre estudos portugueses. Os articulistas da *Occidente*, defendiam que o desenvolvimento das relações culturais entre Portugal e Itália, reforçava a causa da latinidade e da civilização latina, cristã e ocidental.<sup>775</sup>

A Rússia representou o maior dos perigos. Para os articulistas da *Occidente*, a Rússia teria o propósito de provocar a guerra para preservar da derrocada o sistema comunista.<sup>776</sup> Com efeito, o fracasso do comunismo económico não invalidara o êxito do comunismo político que juntava “as forças de esquerda e os movimentos de desordem e inversão social”.<sup>777</sup> A Rússia era considerado o único Estado totalitário, uma nação que nascera da guerra e, para a guerra, vivia de forma exclusiva. Marx era um “encantador de massas que levava as multidões ignorantes e apaixonadas aos grandes movimentos demolidores e subversivos”.<sup>778</sup> Os articulistas apontavam o internacionalismo político, como responsável, do que era considerado, uma heresia contemporânea.

A cultura, enquanto elemento distintivo da barbárie, seria um elemento decisivo na eliminação do comunismo. Os povos cultos, conscientes das suas funções civilizadoras, não poderiam defender o que era considerada uma anti-humana subversão de todos os princípios morais. Na Rússia não existiria cultura pelo menos de povos civilizados.

No fim da guerra, Moscovo, foi representada como uma cidade-espectro com aspirações de dissolução mundial. A crise da civilização devia-se à Europa comunista, bárbara e à sua doutrina materialista. Os articulistas da *Occidente* interrogaram-se: “A que abismos desceria a Humanidade se fosse possível o apocalipse socialista em países civilizados.”<sup>779</sup> A reacção, contra a invasão destes “bárbaros do interior,” marcaria o início, de uma grande e nova fase, da civilização universal. O receio da expansão comunista prolongava o declínio civilizacional. Nas páginas da *Occidente*, a Europa vivia uma das suas maiores crises, enfrentava o mais pavoroso dilema de todos os tempos: a aceitação da uma hegemonia monstruosa. A parte civilizada e pacifista do planeta contra os ímpetus demoníacos dos novos bárbaros.<sup>780</sup> A Europa voltava a

<sup>773</sup> *Occidente*, vol.4, 1939, p. 354.

<sup>774</sup> *Idem*, vol.9, 1940, p. 158.

<sup>775</sup> *Ibidem*, vol.64, 1963, pp. 155-158.

<sup>776</sup> *Ibidem*, vol.2, 1938, p. 296.

<sup>777</sup> *Ibidem*, vol.3, 1938, p. 8.

<sup>778</sup> *Ibidem*, vol.6, 1939, p. 522.

<sup>779</sup> *Ibidem*, vol.38, 1950, p.254.

<sup>780</sup> *Ibidem*, vol.33, 1947, p.48.

estar agitada, enfraquecida, dividida entre comunistas e não-comunistas. A Rússia era agora o pior inimigo.

O excesso de materialismo e o predomínio da técnica subvertiam, mais uma vez, os princípios morais da civilização ocidental, por isso, a sua reabilitação só seria possível através das forças espirituais e da cultura. Contudo, os articulistas da *Occidente* acusavam os intelectuais, de se encontrarem presos a uma certa ideologia niveladora, preferindo servir as suas «paixões plebeístas» do que os interesses da cultura.<sup>781</sup> Salazar considerava que o “lado europeu” enfrentava um grande Estado que constituía: “um risco grave não só para a independência e liberdade mas também para a civilização de numerosos países.”<sup>782</sup> Com efeito, Estaline procurou repetir, nos territórios sob o seu controlo, formas de governo e de sociedade semelhantes às que vigoravam na União Soviética. Salazar considerava a cooperação com a Alemanha indispensável para travar o avanço do comunismo, ideologia totalitária, incompatível com os princípios e instituições da civilização ocidental.

A partir dos anos 50, a manutenção da paz seria uma aspiração de todos os Estados, incluindo, a Rússia. Um novo conflito mundial só poderia ser evitado através de um equilíbrio de forças. Contudo, a defesa da Europa, sustentada na hegemonia americana, garantia a Paz e a Civilização e, era indispensável, para que os Estados ocidentais não se submetessem à hegemonia comunista.<sup>783</sup>

A revista *Occidente* referenciou a morte de Boris Pasternak (1890-1860), Nobel da Literatura (1958), considerando-o um dos escritores mais traduzidos e lidos em Londres, Paris, Viena ou Filadélfia.<sup>784</sup> Uma concessão feita em nome da cultura.

Nas páginas da revista *Occidente*, a Suíça era representada como um país de limitada extensão territorial mas, talvez, o mais conhecido do mundo, devido aos seus dotes naturais, de excepção. A Suíça seria uma das nações mais visitadas por estrangeiros.<sup>785</sup> A civilizada terra helvética, de incomparáveis belezas naturais, era escolhida pelos seus sanatórios e desportos de Inverno, viagens de recreio, curas do espírito e do corpo. País de cultura alemã, francesa e italiana seria um precursor em matérias políticas e sociais. A sua unidade política causava admiração e apesar das suas diferentes religiões, línguas, literaturas, culturas e até legislações, continuava a ser um centro de referência nas Ciências, Belas Artes e Educação. As suas manifestações artísticas, científicas, militares, desportivas, agrícolas e industriais evidenciavam um elevado grau de civilização. A Suíça seria um recanto privilegiado de progresso, paz e civilização. A Suíça, Bélgica e Dinamarca integravam uma federação científica, cultivando relações de cooperação cultural e beneficiando da proximidade de grandes metrópoles do saber.

<sup>781</sup> *Occidente*, vol.40, 1951, p.17.

<sup>782</sup> *Idem*, vol. 40, 1951, p.7.

<sup>783</sup> *Ibidem*, vol.40, 1951, p.155.

<sup>784</sup> *Ibidem*, vol.59, 1960, p. 190.

<sup>785</sup> *Ibidem*, vol.3, 1939, p. 392.

A Suécia era um dos países mais civilizados e progressivos do planeta. Competia com outros Estados, nomeadamente com os EUA, enquanto símbolo de modernidade. Apresentava uma organização social exemplar, modelo do futuro social, assente na defesa dos direitos humanos. A democracia e o respeito pelos direitos humanos, estavam a tornar-se importantes critérios de integração, no concerto internacional de Estados. Na Holanda praticamente não existia analfabetismo. A educação fora alvo de reformas, aumentara a idade da escolaridade obrigatória e várias medidas permitiam a democratização do ensino.<sup>786</sup> A *Occidente* exaltou o elevado nível de vida da Suécia, Holanda e Suíça.

As relações comerciais e culturais, entre Portugal e a Bélgica, remontavam à Idade Média e tinham sido particularmente florescentes no século XVI. A Bélgica era um dos centros mais cultos da “velha” Europa. No período de publicação da revista *Occidente*, o Instituto de Cultura Portuguesa, em Bruxelas, promovia o desenvolvimento das relações entre os dois países, disponibilizando uma Biblioteca de obras portuguesas e, realizando, conferências científicas e literárias, concertos e exposições de arte. O Instituto promovia o conhecimento da língua, da literatura e da História portuguesas.<sup>787</sup> As instituições de ensino belgas eram frequentadas por estudantes portugueses. Uma secular amizade unia os dois povos e, os intelectuais belgas dedicavam uma sincera admiração ao nosso país que tanto se assemelhava à Bélgica nos destinos civilizadores em zonas de além-mar, escrevia-se na revista *Occidente*.<sup>788</sup> Um acordo assinado em 1964, entre os dois Estados, consolidava e confirmava as antigas relações. A primeira realização do acordo fora uma «semana belga» em Coimbra. Nos anos 60, foi dinamizado um intercâmbio cultural através da permanência de professores universitários nos dois Estados. No Luxemburgo os emigrantes portugueses beneficiavam de cursos de francês e de alfabetização, promovendo-se o intercâmbio cultural entre os dois países.

A Hungria foi representada na *Occidente* como um país, profundamente, religioso e católico.<sup>789</sup> Um país longínquo e desprovido de relações culturais com Portugal. Como sabemos, o resultado da hegemonia soviética sobre a Europa de Leste foi o seu afastamento da Europa Ocidental. Contudo, a Europa sentia-se responsável, por aquilo que considerava, o maior drama europeu dos últimos tempos e que agora se encobria ao mundo por uma pesada cortina. Segundo Tony Judt, os Estados da Europa central e de leste representavam-se a si mesmos: “ não como acompanhantes longínquos e situados nos limites da civilização europeia, mas sim como defensores não totalmente reconhecidos do essencial da herança desta civilização.”<sup>790</sup> Da mesma forma, os articulistas da *Occidente*, consideravam que a Hungria se sacrificava para que a Europa e os europeus pudessem continuar a viver em liberdade. A nação húngara oferecera-se

<sup>786</sup> *Occidente*, vol.61, 1961, p. 217.

<sup>787</sup> *Idem*, vol.3, 1938, p. 390.

<sup>788</sup> *Ibidem*, vol.4, 1939, p. 122.

<sup>789</sup> *Ibidem*, vol.51, 1956, p.212.

<sup>790</sup> Tony Judt, Pós-Guerra, *ob. cit.*, p.236.

para resgate duma civilização ameaçada. A Roménia era, também, um país quase desconhecido mas com grandes afinidades com os portugueses: a mesma origem latina. Os dois Estados partilhavam o mesmo interesse pelo conhecimento das suas tradições, história, manifestações literárias e artistas.<sup>791</sup> A Polónia, simpática e culta era o representante espiritual da Europa Ocidental além do Oder e dos Cárpatos.

A Noruega possuía um público culto e inteligente dedicado ao culto da leitura. Os países do norte, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia possuíam uma alma diversa da dos restantes países da Europa. Uma individualidade poderosa, cooperando e respeitando em absoluto as individualidades dos outros. Mantinham uma rigorosa neutralidade perante as convulsões dos outros povos.<sup>792</sup> Os países bálticos, Estónia e Lapónia eram nações desconhecidas para a Europa Ocidental. As revistas facultavam o conhecimento da sua literatura, arte, teatro, organização política e económica e progressos científicos.

Esta Europa, que podia estar próxima pelas fronteiras do espírito, vai permanecer afastada muito por vontade das fronteiras impostas pelos homens.

---

<sup>791</sup> *Occidente*, vol.8, 1939, p. 473.

<sup>792</sup> *Idem*, vol.4, 1939, p. 500.

## CONCLUSÃO

Nas duas publicações analisadas a *ideia de Europa* encontra-se articulada com a noção de cristandade e, sobretudo, com projectos federalistas/confederalistas e internacionalistas, de reorganização europeia. A sua dinâmica evolui para uma solidariedade atlântica, participada, através da qual Portugal se reencontra, finalmente, com a centralidade dos interesses ocidentais.

O século XIX foi um século europeísta. Os intelectuais liberais, republicanos e socialistas revelavam uma consciência europeia idêntica à dos outros europeus. As próprias elites monárquicas não se opunham à abertura europeia possibilitada pela via do progresso. A época era de dessacralização, a razão suplantava a fé e a religião do homem era a ciência. O progresso, lei infalível e permanente, da Humanidade favorecia a causa da fraternidade universal e intelectual. Portugal participou nesta dinâmica através de congressos, de exposições, de conferências internacionais. Os intelectuais portugueses eram membros de várias sociedades científicas estrangeiras e trocaram intensa correspondência com escritores, jornalistas e políticos de diferentes países. O termo *civilização* equivalia a *Europa* e justificava, o cosmopolitismo dos meios cultos onde se defendia o humanitarismo, a solidariedade, a justiça social, o poder positivo do Direito, como valores e princípios do património ocidental. O equilíbrio europeu seria atingido através da regulamentação do Direito Internacional e das orientações pacifistas a favor da arbitragem internacional. A cooperação jurídica entre os Estados era um dos meios de evitar a guerra e promover o desarmamento geral. A paz implicava o progresso civilizacional.

A *Occidente* mostrou-se sempre contrária a radicalismos mantendo-se na Arte e nas Letras e, inclusive, na política nos limites de um conservadorismo, cautelosamente, progressivo. A maioria dos articulistas procurou intervir criticamente na sociedade através da produção literária e colaboração jornalística. A sua formação cultural evidenciava a influência das modernas doutrinas europeias do humanitarismo, socialismo, positivismo, cientismo e utilitarismo. Os artigos publicados confirmavam a preocupação da intelectualidade portuguesa pela moderna transformação política, moral e social e salientava-se a importância de instituições que promovessem o desenvolvimento intelectual dos povos. Os paladinos da educação eram considerados beneméritos da civilização e da Humanidade. A regeneração social era possível através de obras filantrópicas, humanitárias e patrióticas e defendia-se a moralização dos costumes e, portanto, o próprio aperfeiçoamento humano. A defesa da autodeterminação dos povos e dos direitos das nacionalidades foram articulados com as reflexões sobre reorganização e unidade europeia. Profusamente ilustrada, a imagética da *Occidente* foi usada como instrumento de uma classe política, monárquica e germanófila e, uma classe intelectual, republicana/socialista e francófila. Na *Occidente* não existiu uma *Ideia de Europa* como

projecto político alternativo a uma Europa de Estados-nações, contudo duas representações acompanham o leitor: a Europa enquanto lugar de progresso e lugar de crise civilizacional, culturalmente transversal às manifestações do declínio finesseccular. Na revista o «estrangeiro» eram os centros de decisão económica, política, cultural com os quais não podíamos competir e que nos permitiam apenas um diálogo - o colonialista. A *Occidente* acompanha o movimento nacionalista que se desenvolveu no seio da classe política e intelectual, ainda antes da proclamação da República, reflexo das frustrações de uma geração que independentemente da sua cor política e depois, da mudança de regime não assiste à prometida regeneração pátria. A partir de 1914, é evidente a sua atracção pelo emergente movimento do Integralismo Lusitano, projecto onde se refundaria. O seu último número foi publicado a 10 de Julho de 1915, a guerra interrompeu o seu percurso.

A ideologia do Integralismo Lusitano constituirá a matriz da cultura política da geração responsável pela edificação do Portugal tradicionalista, nacionalista e conservador, de Salazar. Geração constituída por homens como o jornalista Manuel Múrias, uma referência do movimento e, Director da revista *Ocidente*, fundada em 1938, uma das principais revistas culturais do Estado Novo. A *Ocidente* contextualiza o movimento nacionalista europeu retratando a luta de um país periférico pelo seu reconhecimento internacional. Os acontecimentos eram filtrados de forma a revelar uma sociedade sem grandes ímpetus revolucionários, sem transgressões, ordeira e pacífica, conservadora. Assim, a presença portuguesa nos centros de decisão da Europa teria por base a defesa de uma intransigente cultura nacional. Depois da segunda guerra mundial pertencer à Europa deixou de constituir uma prioridade. A integração europeia passa a constituir uma ameaça, e o risco pressupunha uma menoridade que urgia combater pela defesa das tradições e costumes nacionais. Portugal optou pelo seu lado atlântico. A cooperação internacional será feita, preferencialmente, com países lusófilos ou atlânticos e, a revista, apesar da sua especificidade cultural, assume um projecto que irá valorizar num discurso nacionalista e colonialista a manutenção do *Império*. A posse de territórios coloniais justificava a continuidade da sua missão civilizadora e a sobrevivência de uma cultura eurocêntrica. As fronteiras da Europa espriadas por outros continentes prolongavam o Ocidente. Álvaro Pinto não escondeu a sua preferência pela vocação atlântica e universalista do povo português. Perante a escolha, Europa ou Atlântico, Álvaro Pinto preferiu o Atlântico como condição para que Portugal reencontre a sua individualidade. Opção que passava forçosamente pela formação da comunidade luso-brasileira e inevitavelmente se estenderia para África. Na *Ocidente*, a realidade nacional assume o protagonismo mas é contextualizada num quadro de referências internacionais numa dependência organicista, modelada, por uma hierarquia de preferências escolhidas em função da conjuntura internacional. Os centros propulsores da civilização moveram-se, a geografia

civilizacional escorada nos EUA justificam o desinteresse da *Occidente* pela construção europeia. Contudo, a Europa manteve-se omnipresente, representada de múltiplas formas - a de leste e a ocidental; a de aquém e além-mar, a bárbara e a civilizada; latina, mediterrânea, ocidental, atlântica. Sempre plural.

Nas duas revistas encontramos uma *ideia de Europa* como unidade histórica, constituída por países e civilizações, caracterizada pelas suas manifestações políticas, económicas, intelectuais, científicas, espirituais e religiosas e, uma *ideia de Occidente* como projecto histórico de vocação universal. Uma última certeza: o ritmo de vida e as expectativas dos portugueses foram iguais aos dos restantes povos europeus, uma procura de novos caminhos, fosse pela solidariedade atlântica ou pela solidariedade europeia.

## 1. FONTES, BIBLIOGRAFIA E INTERNET

### 1.1. FONTES

*Occidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro* (1878-1915).

*Boletim Mensal da Liga Portuguesa da Paz* (1899-1907).

*Boletim Mensal da Liga Pacifista Portuguesa* (1907).

*Occidente, Revista de Cultura* (1938-1999).

### 1.2. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Martim de, *Primeiro ensaio sobre a história da “Ideia de Europa” no pensamento português*, Estudos de Cultura Portuguesa, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista* (1868-1890), Lisboa, Difel, 1991.

AMADO, Mendes, José “As Exposições, «Festas Máximas da Civilização Moderna»”, in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol.5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 361 a 363.

AMEAL, João, *Ideia de Europa*, curso professado nos anos lectivos de 1965-1966 e 1965-67, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Sep. de Estudos Políticos e Sociais, vol. V, nº4, 1967.

BAPTISTA PEREIRA, Miguel, *A primeira idade da Ciência, A ciência no século XIX e o tempo de D. Carlos*, Gradiva, Lisboa, 1996.

BARREIRA, Cecília, *Onde esta a felicidade ? o conceito de progresso técnico no século XIX*, Lisboa, Editora Universitária, 1997.

BARREIRA, Cecília, “Três nótulas sobre o Integralismo Lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia) nas páginas da «Nação Portuguesa» 1914-26”, *Análise Social*, vol.XVIII, 1982.

BELCHIOR, Maria de Lurdes, *Os homens e os livros, século XIX e XX*, Lisboa, Editora Verbo, 1980.

BAPTISTA Pereira, Miguel, *Modernidade e Tempo. Para uma leitura do discurso moderno*, Colecção: Maiêutica 2, Coimbra, Livraria Minerva, 1990.

BERNSTEIN, Gisele, *História do século XIX*, coord. Serge Bernstein et Pierre Milza, Mem Martins, Publicações Europa América, 1997.

- BETTS, Raymond F, *The false Dawn: European Imperialism in the Nineteenth Century. Europe and the world in the Age of Expansion*, vol. VI, University of Minnesota, Oxford University Press, Minneapolis, 1976.
- BURNS, Edward Mcnall, *História da Civilização Ocidental*, Circulo de Leitores, Lisboa 1981.
- BOSSUAT, Gérard, *Les fondateurs de L' Europe*, Paris, Éditions Belin, 1994.
- BRAUDEL, Fernand, *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989.
- BUHR, Manfred et Chitas, Eduardo (coords.), *O Património Espiritual da Europa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- CÂMARA, Isabel Maria dos Santos Baptista, *Pensar o feminino: Alice Pestana e a Educação*, Dissertação de Mestrado em História Cultural e Política, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na alvorada do século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, 2ª edi., Lisboa, Presença, 1988.
- CARPENTIER, Jean et François Lebrun (dir.), *História da Europa*, colecção Referência nº5, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de, *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico? Uma perspectiva histórica*, Coleção Horizonte, nº26, dir. Joel Serrão, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.
- CARVALHO, Paulo Archer, *Nação e Nacionalismo: mitemas do Integralismo*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea de Portugal, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993.
- CASCÃO, Rui, *A crise económica e social dos finais do século XIX*, Revista Portuguesa de História, Tomo XXVII, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Historia Económica e social, Coimbra, 1992.
- CASTILHO, José Manuel Tavares, *A ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, Assembleia da República, 2000.
- CATROGA, Fernando, “Historicismo e liberalismo em Herculano” in *Alexandre Herculano: Um Pensamento Poliédrico*, Colóquio Comemorativo dos 120 Anos da sua Morte (1877-1997), Bibliotecas Municipais de Lisboa, 2005.
- CATROGA, Fernando, *Caminhos do fim da História*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.
- CATROGA, Fernando (dir.), “Os intelectuais e os poderes”, *Revista de História das Ideias*, vol.24, Coimbra, 2003.
- CATROGA, Fernando, “Secularização e laicidade. Uma perspectiva histórica e conceptual”, *Revista de História das Ideias*, nº 25, 2004.
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Editorial Notícias, 2ª edição, 2000.

- CATROGA, Fernando, “Ritualizações da História”, in *História da História em Portugal. Secs. XIX-XX*, de Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, Círculo de Leitores, 1996, pp. 547 a 671.
- CATROGA, Fernando e Paulo Archer de Carvalho, *Sociedade e Cultura portuguesas II*, Universidade Aberta, Lisboa, 1996.
- CATROGA, Fernando, “Romantismo, Literatura e História”, “Nacionalistas e Iberistas” e Cientismo, Política e Anticlericalismo” in *História de Portugal*, vol. V, dir. de José Mattoso e coord. de Luís Reis Torgal e José Lourenço Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 545 a 593.
- CATROGA Fernando, “A Memória de 1848 na Fundamentação do Republicanismo Português”, *Estudos da História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- CATROGA, Fernando, “Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na segunda metade do século XIX”, in *Revista Cultura, História e Filosofia*, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, vol. V, 1985.
- CATROGA, Fernando “Ética e Sociocracia. O exemplo de Herculano na geração de 70”, *Studium Generale, Estudos Contemporâneos*, nº4, Porto, 1982.
- CUNHA, Luís, *A nação nas malhas da sua identidade. O Estado Novo e a construção da Identidade nacional*, Porto, Edições Afrontamento.
- CUNHA, Norberto Ferreira, “O salazarismo e a ideia da Europa”, in Ernesto Castro Leal (coord), *O Federalismo Europeu. História Política e Utopia*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- DELMAS, Claude, *História breve da civilização europeia*, Lisboa, Editorial Verbo, 1968.
- DREYFUS, François George, Roland Marx et Raymond Poidevin, “A Europa desde 1789 aos nossos dias” in *História Geral da Europa III*, dir. por Georges, Livet et Roland Mousnier, Publicações Europa América, 1996.
- DUFOUR, Jean-Louis e Maurice Vaïsse, *La guerre au XXème siècle*, Paris, Hachette, 1993
- DUROSELLE, Jean Baptiste, *A Europa de 1815 aos nossos dias. Vida política e relações internacionais*, Livraria Pioneira Editora, 1992.
- FEBRE, Lucien, *A Europa, génese de uma civilização*, Editorial Teorema, 2001.
- FERREIRA, José Medeiros Ferreira, *A nova era Europeia. De Genebra a Amesterdão*, Editorial Notícias, Lisboa, 1999.
- FERREIRA, Olga de Freitas da Cunha “António Sérgio e os Integralistas”, *Revista História das Ideias*, Coimbra, v. 5, t.1, 1993.
- FERREIRA, José Medeiros Ferreira, *Portugal na Conferência de Paz*, Paris 1919, Lisboa, Quetzal Editores, 1992.

- FONTAINE, Pascal, *A construção europeia de 1945 aos nossos dias*, Lisboa, Editora Gradiva, 1998.
- GARNEL, Maria Rita Lino, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- GUEDES, Gina e Manuela Santos Rafael, *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*, prefácio de José Manuel Tengarrinha, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1998.
- GOMES, António Júlio Leitão Ferreira, *Os pais fundadores da Comunidade Europeia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001.
- GARRET, Almeida, *Portugal na Balança da Europa 1895*, Lisboa, Livros horizonte, s.d.
- GUARDIA, Ricardo M. Martín de la et Guillermo A. Pérez Sánchez (coord.) *Historia de la Integración Europea*, Ariel Estudios Europeos, 2001.
- HAMON, Dominique et Ivan Serge Keller, *Fondements et étapes de la construction européenne*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997.
- HENGLER, Ana Maria de Oliveira, *A (re)construção da Paz (1889-1939)*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre a Europa: Europa – As visões do “Outro”, Universidade de Coimbra, 2007.
- HOBBSAWN, Eric, *A Questão do Nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, Mito, Realidade*, Lisboa, Terramar, 2ª edi., 2004, p.37.
- HOBBSAWN, Eric, *A era dos extremos. História breve do século XX, 1914-1991*. Editorial Presença, 1996.
- HOBBSAWN, Eric, *A Era do Império (1875-1914)*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, “O tema do iberismo no republicanismo federalista português (1870-1910)”, in Ernesto Castro Leal (coord), *O Federalismo Europeu. História Política e Utopia*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.
- KEMP, Tom, *A Revolução Industrial na Europa do século XIX*, Lisboa, Edições 70, 1985.
- JOLL, James, *A Europa desde 1870*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995.
- JUDT, Tony, *Pós-Guerra. História da Europa desde 1945*. Edições 70, 2ª edição, Lisboa, 2007.
- LEAL, Ernesto Castro, “ O federalismo republicano português – alguns aspectos (1919-1926) in *O Federalismo Europeu. História Política e Utopia*, coord. de Ernesto Castro Leal, Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- LISBOA, João Luís, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1991.

- LOURENÇO, Eduardo, *A Europa Desencantada. Para uma mitologia europeia*, Lisboa, edições Visão, 1994.
- LOURENÇO, Eduardo, *Nós e a Europa ou as duas razões*, 4ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.
- LUCAS, Maria Helena, *Um jornalista na geração de 70, Guilherme de Azevedo*, Palestra nº20, 1964.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Portugal-Europa. Para além da circunstância*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.
- MALTEZ, José Adelino, *Tradição e revolução, uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*, Lisboa: Tribuna da História, 2004-05.
- MALTEZ, José Adelino, *Curso de Relações Internacionais*, Cascais: Principia, 2002.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, “Portugal. Da Monarquia para a República”, vol. XI, *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- MARQUES, A. H de Oliveira (dir.), *História de Portugal*, vol., III, “Das revoluções liberais aos nossos dias”, Lisboa, Palas Editores, 1986.
- MATOS, Sérgio Campos, *Seminário - crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, 2001.
- MATOS, Sérgio Campos, “Oliveira Martins e o Federalismo Oitocentista” in *O Federalismo Europeu. História Política e Utopia*, coord. de Ernesto Castro Leal, Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- MATOS, Sérgio Campos, (coord.), *A construção da Europa. Problemas e perspectivas*, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.
- MARTINS, Guilherme d` Oliveira, *Portugal. Identidade e Diferença. Aventuras da Memória*, Lisboa, Gradiva, 2007.
- MARTINS, Guilherme d` Oliveira, *O enigma europeu. Ensaios e reflexões*, Lisboa, Quetzal, 1993.
- MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*, vol. VI, “ A Segunda Fundação (1890 - 1926)”, Circulo de Leitores, 1994.
- MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*, vol. VII “ O Estado Novo (1926 -1974) Circulo de Leitores, 1994.
- MEDINA, João, *A geração de 70, uma geração revolucionária e europeísta*, Instituto de Cultura e Estudos Sociais, Câmara Municipal de Cascais, 1999.
- MOREIRA, Adriano, *A Europa em formação: a crise do Atlântico*, Universidade Técnica de Lisboa, 2004.
- MORIN, Edgar, *Pensar a Europa*, Lisboa, Publicações Europa - América, 1988.
- MOURRE, Michael, *Dicionário de História Universal*, Edições Asa, 1998.

- NETO, Vítor, “O Liberalismo Católico de Alexandre Herculano” in *Alexandre Herculano: Um Pensamento Poliédrico*, Colóquio Comemorativo dos 120 Anos da sua Morte (1877-1997), Bibliotecas Municipais de Lisboa, 2005.
- NETO, Vítor, *O conceito de Estado-Nação*, Revista de História da Sociedade e da Cultura, vol.1, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Edições Magno, Coimbra, 2001.
- Ó, Jorge Ramos do “Salazarismo e Cultura”, in *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, e A. H de Oliveira Marques, vol. XII, “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)”, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992.
- OLIVEIRA, César de, “A Evolução Política”, in *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, e A. H de Oliveira Marques, vol. XII, “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)”, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992.
- OLIVEIRA, César, *Salazar e a guerra civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, 1988.
- OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, 1987.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *Estados Unidos da Ibéria: uma eucronia federativa de Joaquim Maria da Silva*, Quasi, Vila Nova de Famalicão, 2006.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, “Ocidente. Imagens e Fronteiras da Europa e da cultura ocidental (1938-1948)”, in *Ideias de Europa: Que Fronteiras?* coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, Quarteto Editora, Coimbra, 2004.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *A questão ibérica. Imprensa e opinião (1850-1870)*, Porto, FLUP, 1995.
- PINTO, António Costa Pinto, *O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.
- PIRES, Daniel Brito Rebelo de Sousa, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do século XX (1900-1940)*, Lisboa, Grifo Editores, 1996.
- PIRES, Francisco Lucas, *Europa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1993.
- POMIEN, Krzysztof, *L'Europe et ses nations*, Paris, Le débat, Gallimard, 1990.
- RAMALHEIRA, Ana Maria Pinhão, *Imagens da Alemanha em o Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro (1878-1915)*, Biblos, vol.LXX, 1994.
- REAU, Elisabeth du, *L' idée d' Europe au XXe siècle*, Bruxelles, Editions Complexe, 1996.
- REIS, António (coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1994.
- RIBEIRO, António Manuel, “O periodismo, científico e literário romântico”, in *Revista Munda*, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, nº 29,1995.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “Louise Weiss. Viagens de uma europeia”, Centro de História da Cultura, Separata, *Revista de História e Teoria das Ideias*, vol.XXII, Lisboa, 2006.

- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Ideias de Europa: Que Fronteiras?* Quarteto Editora, Coimbra, 2004.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “A Ideia de Europa. Uma perspectiva histórica.” Coleção *Estudos sobre a Europa*, nº3, coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro, CEIS 20, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), “Identidade Europeia e Multiculturalismo”, Actas do Curso Intensivo 26 de Fevereiro a 7 de Março de 2002, coleção *Estudos sobre a Europa*, nº2, CEIS 20, coord. Por Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra, Quarteto Editora, 2002.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, António Moreira Barbosa de Melo, Manuel Carlos Lopes Porto, *Portugal e a Construção Europeia*, Coimbra, Livraria Almedina, 2002.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “A Europa dos intelectuais nos alvares do século XX”, *Estudos do século XX*, nº2, CEIS20, *Europa-Utopia. Europa Realidade*, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra, Quarteto Editora, 2002, pp.111-133.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “O centenário Henriquino. Imagens e ideologia”, separata da *Revista de História das Ideias*, vol.15, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993.
- RIVAS, Pierre, “Utopie iberique et ideologie d’un federalisme social pan-latin”, Actes du colloque *Utopie et Socialisme au Portugal au XIX siècle*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1982.
- RICHONNIER, Michel, *As metamorfoses da Europa, 1769-2001*, Lisboa, D. Quixote, 1992.
- ROCHA, Clara, *Revistas Literárias do século XX em Portugal*, Coimbra, 1985.
- RUSS, Jacqueline, *A Aventura do Pensamento Europeu. Uma História das ideias ocidentais*, Lisboa, Terramar, 2001.
- ROSAS, Fernando, “As Grandes Linhas da Evolução Institucional”, in *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, e A. H de Oliveira Marques, vol. XII, “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)”, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992.
- SÁ, Maria das Graças Moreira, *Entre a Europa e o Atlântico. Estudos de literatura e cultura portuguesas*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.
- SÁ, Maria das Graças Moreira, *Guilherme de Azevedo na Geração de 70*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.
- SANTOS, Maria Emília Madeira, “Das travessias científicas à exploração regional em África: uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa”, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1991.
- SARAIVA, António José e Óscar Lopes, *História da literatura portuguesa*, Porto, Porto Editora, 17ª edição. s/d.
- STEINER, George, *A Ideia de Europa*, 4ª edição, Gradiva, 2007.

- SILVA, António Martins da, Portugal e a Europa. Distanciamento e reencontro. A ideia de Europa e a integração europeia: ecos, reacções e posicionamentos (1830-2005), Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage Editores, 2005.
- SILVA, Raquel Henriques da, “Sinais de ruptura: livres e humoristas”, História da Arte Portuguesa, dir. Paula Pereira, Círculo de Leitores, III volume, 1995.
- TENGARRINHA, José, História da imprensa periódica portuguesa, 2ª edição, Editorial Caminho, 1989.
- TEYSSIER, François de, et Baudier, Gilles, *La construction de l'Europe*, Paris, PUF, 2003.
- TORGAL, Luís Reis e Luís Oliveira Andrade (coord.), *Estudos do século XX. Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*, Editora Quarteto, nº3, 2003.
- TORGAL, Luís Reis, “Salazarismo, Alemanha e Europa”, *Revista de História das Ideias*, nº16, Coimbra, 1994
- TORGAL, Luís Reis, *História e Ideologia*, colecção Minerva, História nº3, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
- TORRE GOMEZ, Hipólito de la, *Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- VICENTE, Filipa Lowndes, *Viagens e exposições. D. Pedro na Europa do século XIX*, Gótica, Lisboa, 2003.
- VALADA, Rui, *Uma visão da Europa. Em busca de uma identidade*. Graal Editores, Amadora, 2005.
- VALENTE, Vasco Pulido, *Um herói português. Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*, Lisboa, Alêtheia, Editores, 2006.
- VARGUES, Isabel Nobre, Maria Manuela Tavares Ribeiro, “ Ideologias e práticas políticas. Os liberalismos” in *História de Portugal*, vol. V, dir. de José Mattoso e coord. de Luís Reis Torgal e José Lourenço Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 213 a 239.
- VAÏSSE, Maurice, *La Paix au xxème siècle*, Paris, Editions Belin, 2004.
- VAÏSSE, Maurice, (dir.), *Le Pacifisme en Europe des années 1920 aux années 1950*, Bruxelles, Bruylant, 1993.
- ZWEIG, Ztefan, *Fernão de Magalhães*, 11ª edi., Porto, Civilização Editora, 1973.

### 1.3. INTERNET

Álvaro Costa de Matos, Revistas Políticas no Estado Novo: uma primeira aproximação histórica ao problema. In <http://www.cimj.org/docs/n9-03-Avaro-Matos.pdf>

Graça Afonso, *O Archivo Pittoresco e a evolução da Gravura de Madeira em Portugal*. In <http://www.hemerotecadigital.cmlisboa.pt/RecursosInformativos/EstudosInternos/ArquivoPGravura>

Maria da Conceição Meireles Pereira, Iberismo e nacionalismo no pensamento de José Barbosa Leão, pp.237-249. In <http://www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros2190.pdf>

Nuno Severiano Teixeira, Comunicação apresentada na Conferência Internacional – Portugal, a Europa e os EUA, Lisboa, 2003. In [www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=7](http://www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=7)

Raquel Santos Madanelo Souza, *Um intelectual imigrante Álvaro Pinto e o projecto de intercâmbio Portugal Brasil*. In <http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/MS-MIG/MS-MIG-3-MADALENO-SOUZA.pdf>

Prospecto Specimen, 1877

[http://www.hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/Ocidente/NSpecimen/NSpecimen\\_item1/index.html](http://www.hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/Ocidente/NSpecimen/NSpecimen_item1/index.html)

*Occidente*, nº13, 1878, Capa. *Occidente*, nº23, 1878, p.180.

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1878>.

*Occidente*, nº61, 1880, Capa. *Occidente*, nº68, 1880, Capa.

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1880>.

*Occidente*, nº241, 1885, Capa. *Occidente*, nº241, 1885, p.196.

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1885>.

*Occidente*, nº297, 1887, Capa.

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1887>.

*Occidente*, nº376, 1889, Capa. Suplemento ao nº378, 1889 do *Occidente*.

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1889>.

*Occidente*, nº592, 1895, Capa. *Occidente*, nº604, 1895, Capa.

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1895>.

*Occidente*, nº763, 1900, p.53. *Occidente*, nº770, 1900, pp.112-113.  
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1900>.

*Occidente*, nº913, 1904, Capa. *Occidente*, nº921, 1904, Capa.  
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1904>.

*Occidente*, nº950, 1905, p.107.  
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1908>.

Capa de *Occidente*, nº1045, 1908.  
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1908>.

## **APÊNDICE DOCUMENTAL**